



VEPOP-SUS

Este livro está sendo publicado com apoio do Projeto de Pesquisa e Extensão VEPOP-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS.

Esse Projeto é uma iniciativa de apoio e fomento às experiências brasileiras de extensão universitária na linha da Educação Popular em Saúde, financiado pelo Ministério da Saúde a partir da Política Nacional de Educação Popular em Saúde no SUS (PNEPS-SUS).

Atua a partir de pesquisadores e consultores ancorados na Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Uma de suas frentes de atuação é o apoio ao desenvolvimento e divulgação de publicações relevantes para o aperfeiçoamento da extensão universitária.



VEPOP-SUS



SUS

Ministério da Saúde

SGEP
SGTES



UFPB

HUCITEC EDITORA
PARA VOCE LER E RELER



ISBN: 978-85-8404-114-5



9 788584 041145

Caminhos da Aprendizagem na Extensão Universitária

Caminhos da Aprendizagem na Extensão Universitária

REFLEXÕES COM BASE EM EXPERIÊNCIA NA ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR (ANEPOP).

PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ
EYMARD MOURÃO VASCONCELOS

HUCITEC EDITORA

A presente obra apresenta e debate caminhos do aprendizado na Extensão Universitária, tendo como foco a Educação Popular e a pedagogia da participação estudantil no movimento nacional de Extensão Popular.

Foi construída a partir de um estudo alicerçado em vivências, observações e reflexões de seus autores, os quais participaram ativamente desse movimento, particularmente através do processo de criação e implementação da Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP).

Ao longo das páginas desse livro, apresentamos fundamentos teóricos, delimitamos caminhos e tecemos reflexões na direção da construção processual e cotidiana de uma perspectiva de universidade que seja participativa, libertária, amorosa e democrática.

Historiamos o movimento nacional de Extensão Popular e evidenciamos o quanto este constitui a expressão vibrante de um número significativo de atores universitários e sociais dedicados à permanente construção da utopia de uma universidade onde uma educação emancipadora, crítica e dialogada deixe de ser algo estranho ou esquisito, para significar uma matriz orientadora e uma fonte permanente de inspirações de uma instituição – a universidade – que dê sentido à vida de todas as pessoas e que consiga produzir, discutir e socializar conhecimentos que possam fomentar uma vida em sociedade mais solidária, crítica, amorosa e igualitária.

A Educação Popular como um referencial para a construção universitária, tendo na Extensão seu ponto de partida rumo à reorientação do ensino e da pesquisa. Esse desejo não é apenas uma utopia, é uma realização. Uma utopia que pode ser vista, sentida, saboreada.

Capa: Helena Lima

Saúde em Debate 271
direção de
Gastão Wagner de Sousa Campos
José Ruben de Alcântara Bonfim
Maria Cecília de Souza Minayo
Marco Akerman
Yara Maria de Carvalho
ex-diretores
David Capistrano Filho
Emerson Elias Merhy
Marcos Drumond Júnior

É por certo a saúde coisa mui preciosa, a única merecedora de todas as nossas atenções e cuidados e de que a ela se sacrifiquem não somente todos os bens mas a própria vida, porquanto na sua ausência a existência se nos torna pesada e porque sem ela o prazer, a sabedoria, a ciência, e até a virtude se turvam e se esvaem.

— MICHEL EYQUEM DE MONTAIGNE (1533-1592).
Ensaíos. “Da semelhança dos pais com os filhos”.
Trad. Sérgio Milliet

SAÚDE EM DEBATE
TÍTULOS PUBLICADOS A PARTIR DE 2014

- Educação Popular na Universidade: Reflexões e Vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop)*, Pedro José Santos Carneiro Cruz, Marcos Oliveira Dias Vasconcelos, Fernanda Isabela Gondim Sarmiento, Murilo Leandro Marcos & Eymard Mourão Vasconcelos (orgs.)
- Regiões de Saúde: Diversidade e Processo de Regionalização em Mato Grosso*, João Henrique Scatena, Ruth Terezinha Kehrig & Maria Angélica dos Santos Spinelli (orgs.)
- Avaliação de Projetos na Lógica da Promoção da Saúde na Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo*, Juan Carlos Aneiros Fernández & Marco Antonio de Moraes (orgs.)
- As Ciências Sociais na Educação Médica*, Nelson Filice de Barros
- Os Mapas do Cuidado: o Agir Leigo na Saúde*, Luiz Carlos de Oliveira Cecilio, Graça Carapinheiros & Rosemarie Andreazza (orgs.)
- Saúde que Funciona: a Estratégia Saúde da Família no Extremo Sul do Município de São Paulo*, Davi Rumel & Adélia Aparecida Marçal dos Santos (eds.)
- A reformulação da clínica e a gestão na saúde: subjetividade, política e invenção de práticas*, Bernadete Peréz Coelho
- Saberes e práticas na Atenção Primária à Saúde: Cuidado à População em Situação de Rua e Usuários de Álcool, Crack e Outras Drogas*, Mirna Teixeira & Zilma Fonseca (orgs.)
- Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: de Geisel a Dilma*, Carlos Augusto Monteiro & Renata Bertazzi Levy (orgs.)
- Saúde e Utopia: o Cebs e a Reforma Sanitária Brasileira (1976-1986)*, Daniela Carvalho Sophia
- Lutas Sociais e Construção do SUS: o Movimento de Saúde da Zona Leste e a Conquista da Participação Popular*, João Palma
- Uma ou Várias? IdentidadeS para o Sanitarista!*, Allan Gomes de Lorena & Marco Akerman
- O CAPSI e o desafio da Gestão em Rede*, Edith Lauridsen-Ribeiro & Cristiana Beatrice Lykouropoulos (orgs.)
- Rede de pesquisa em Manguinhos: sociedade, gestores e pesquisadores em conexão com o SUS*, Isabela Soares Santos & Roberta Argento Goldstein (orgs.)
- Saúde e Atenção Psicossocial nas Prisões: um olhar sobre o Sistema Prisional Brasileiro com base em um estudo em Santa Catarina*, Walter Ferreira de Oliveira & Fernando Balvedi Damas
- Reconhecer o Patrimônio da Reforma Psiquiátrica: o que queremos reformar hoje? I Mostra de Práticas em Saúde Mental*, Gastão Wagner de Sousa Campos & Juliana Azevedo Fernandes (orgs.)
- Envelhecimento: um Olhar Interdisciplinar*, Lina Faria, Luciana Karen Calábria & Waneska Alexandra Alves (orgs.)
- Caminhos da Vigilância Sanitária Brasileira: Proteger, Viaggiar, Regular*, Ana Figueiredo
- Formação e Educação Permanente em Saúde: Processos e Produtos no Âmbito do Mestrado Profissional*, Mônica Villela Gouvêa, Ândrea Carsoso de Souza, Gisela de Carvalho Queluci, Cláudia Mara de Melo Tavares (orgs.)
- História da Saúde no Brasil*, Luiz Antonio Teixeira, Tânia Salgado Pimento & Gilberto Hochman (orgs.)
- Saúde, Sociedade e História*, Ricaro Bruno Mendes-Gonçalves, José Ricardo Ayres & Líliliana Santos (orgs.)
- Caminhos do aprendizado na Extensão Universitária: educação popular e a pedagogia da participação estudantil na experiência da articulação nacional de extensão popular (Anepop)*, Pedro José Santos Carneiro Cruz & Eymard Mourão Vasconcelos
- Políticas, Tecnologias e Práticas em Promoção da Saúde*, Glória Lúcia Alves Figueiredo & Carlos Henrique Gomes Martins (orgs.)
- Políticas e Riscos Sociais no Brasil e na Europa: Convergências e Divergências*, Isabela Soares Santos & Paulo Henrique de Almeida Rodrigues (orgs.)
- O Apoio Psíquico e Suas Rodas: reflexões sobre práticas em saúde*, Gastão Wagner de Sousa Campos, Mariana Dorsa Figueiredo & Mônica Martins de Oliveira (orgs.)
- Investigação sobre cogestão, apoio institucional e apoio matricial no SUS*, Gastão Wagner de Sousa Campos, Juliana Azevedo Fernandes, Cristiane Pereira de Castro & Tatiana de Vasconcellos Anéas (orgs.)
- Trabalhar no SUS: Gestão, Repercussões Psicossociais e Política de Proteção à Saúde*, Francisco Antonio de Castro Lacaz, Patrícia Martins Goulart & Virginia Junqueira (orgs.)
- Reforma Sanitária Brasileira e Políticas Farmacêuticas 1976-2014*, Tatiane de Oliveira Silva Alencar
- Educação Popular no Sistema Único de Saúde*, Bruno Oliveira de Botelho, Eymard Mourão Vasconcelos, Daniela Gomes de Brito Carneiro, Ernande Valentin do Prado & Pedro José Santos Carneiro Cruz (orgs.)
- Educação Popular em Saúde. Desafios Atuais*, Pedro José Santos Carneiro Cruz (org.)

OS DEMAIS TÍTULOS DA COLEÇÃO SAÚDE EM DEBATE ACHAM-SE NO FIM DO LIVRO.

*Caminhos da aprendizagem
na Extensão Universitária*

REFLEXÕES COM BASE EM EXPERIÊNCIA
NA ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR
(ANEPOP)



PEDRO JOSÉ SANTOS CARNEIRO CRUZ
EYMARD MOURÃO VASCONCELOS

*Caminhos da aprendizagem
na Extensão Universitária*

REFLEXÕES COM BASE EM EXPERIÊNCIA
NA ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR
(ANEPOP)

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2017

© Direitos autorais, 2017,
de Pedro José Santos Carneiro Cruz e
Eymard Mourão Vasconcelos.
© Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.,
Rua Águas Virtuosas, 323
02532-000 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 2373-6411)
www.huciteceditora.com.br
lerereleer@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Coordenação editorial
MARIANA NADA

Assessoria editorial
MARIANGELA GIANNELLA

Circulação
comercial@huciteceditora.com.br / jmlivros@gmail.com
Tel.: (11)3892-7772 – Fax: (11)3892-7776

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C964c

Cruz, Pedro José Santos Carneiro, 1984-
Caminhos da aprendizagem na extensão universitária : reflexões com base
em experiência na Articulação Nacional de Extensão Popular (ANEPOP)
/ Pedro José Santos Carneiro Cruz, Eymard Mourão Vasconcelos. — 1. ed.
— São Paulo : Hucitec, 2017.

377 p. : 21 cm. (Saúde em debate ; 271)

Inclui índice

ISBN: 978-85-8404-105-3

1. Educação. 2. Extensão universitária. 3. Formação profissional. I.
Vasconcelos, Eymard Mourão. II. Título III. Série.

17-40632

CDD: 370

CDU: 37

Este livro foi construído com base nas experiências dos sujeitos participantes da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop).

Sua produção se deu de maneira articulada ao Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde, ao Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar) e ao Grupo de Pesquisa Inéditos Viáveis em Educação Popular, contando com o fomento do Programa de Apoio a Extensão Universitária (Proext) da Secretaria de Educação Superior do Ministério de Educação.

Seus autores atuam como docentes no Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

NOTA DOS AUTORES

A redação dos textos desse livro consistiu, em sua maioria, de narrativas em primeira pessoa, uma vez que as reflexões nasceram de vivências do autor Pedro Cruz, a partir de seu processo de participação na experiência da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). Eymard Vasconcelos participou da construção narrativa na orientação ao Pedro quanto à revisão textual, científica e acadêmica.



SUMÁRIO



Prefácio	
Os caminhos do aprendizado na extensão universitária: análise com base em uma experiência marcante	13
O crescimento da Educação Popular na Universidade	16
Na extensão orientada pela Educação Popular, eu me fiz professor e pesquisador	19
A força pedagógica da extensão popular revelada na trajetória universitária de Pedro Cruz	31
Apresentação	35
Capítulo 1	
As vivências e aprendizados de uma caminhada estudantil construída com a trajetória da Anepop	46
Capítulo 2	
Formação universitária: desafios a partir da Extensão Popular	70
A formação universitária	70
A pedagogia das práticas de Extensão Popular	85
Capítulo 3	
Educação Popular, Extensão Universitária e a emergência da Extensão Popular	103
A Educação Popular	103
A Extensão Universitária	109
A Extensão Popular como um movimento nacional	127

Capítulo 4	
Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop): os primeiros passos de sua construção	133
Antecedentes	133
O desafio de manter e irradiar o movimento	156
A construção da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU	162
A realização da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU	166

Capítulo 5	
Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop): a estruturação de sua dinâmica de organização e funcionamento	178
Discutindo a conformação estrutural da Anepop	178
Estágios de vivência em comunidade e a construção de encontros em eventos nacionais	180
Intensificando o diálogo com os pró-reitores	191
Tecendo diálogos e construindo ações com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular	198
Diferentes correntes políticas e pedagógicas no interior da Anepop	205
Participação nos processos de institucionalização da Educação Popular	222

Capítulo 6	
Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop): conflitos, desafios e dinâmicas no movimento de sua construção	233
O conflito no desenvolvimento histórico da Anepop	233
Dois anos de vida e um processo de renovação: a saída de alguns, o novo papel de outros e a chegada de novos integrantes	252
A agudização de algumas diferenças políticas e pedagógicas no movimento	259
Um novo momento originado depois do 4.º CBEU	263
A construção coletiva de um livro	266
A mística e a confraternização como impulsionadoras do movimento	268
Algumas dificuldades	271
Algumas considerações	284

Capítulo 7	
A pedagogia da participação estudantil na Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop)	286

As trocas de experiências e o diálogo nos eventos nacionais e regionais	291
O inconformismo com as estruturas que incomodam e oprimem	295
A Educação Popular incorporada no sentir, no pensar e no agir dos extensionistas	301
A irradiação dos aprendizados acumulados	310
Uma organização política participativa	313
Compreensão do significado político e pedagógico do ensino e da pesquisa em integração com a extensão	320
Contribuindo para a construção de um movimento estudantil amoroso, inclusivo e popular	328
O significado da Anepop para a extensão universitária brasileira	333
O significado da Anepop para a atual discussão sobre formação universitária	339
Algumas considerações	356
Algumas considerações	
Educação Popular: uma pedagogia para a formação estudantil que se expressa no Movimento Nacional de Extensão	358
Referências	369



Prefácio

OS CAMINHOS DO APRENDIZADO
NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA:
ANÁLISE COM BASE EM UMA EXPERIÊNCIA
MARCANTE

EYMARD MOURÃO VASCONCELOS



A universidade é um espaço de formação humana muito mais importante do que normalmente se percebe. Nunca foi apenas um espaço de treinamento profissional e técnico, porquanto jovens vêm de ambientes familiares e comunitários limitados e aí encontram correntes diversas do pensamento, conhecem métodos mais científicos de investigação, são apresentados a livros e autores novos e convivem com professores e colegas com hábitos, valores, costumes e formas de lidar com a vida extremamente diferentes. A juventude é uma etapa da vida marcada por muitas inquietações, buscas e questionamentos que são feitos com extrema vitalidade, o que ajuda a criar um ambiente de intensas interações, encontros e, conseqüentemente, de muito aprendizado. No Movimento Estudantil Universitário, estruturam-se iniciativas pioneiras e se constituem em projetos e identidades de vida que se desdobram após a formatura. Aí, os jovens se aproximam do que é universal. A vida universitária tem, assim, uma fascinante efervescência.

Até os estudantes que a cursam focados apenas no aprendizado técnico e profissional são educados, disciplinados e

formatados em modelos de vida e percepção da realidade que não são nada técnicos. A universidade é, portanto, também um espaço de inculcação inconsciente de valores dominantes na sociedade. O modelo de ser médico, engenheiro, advogado, fisioterapeuta, odontólogo, arquiteto, analista de sistema, nutricionista, etc. vai ali se difundindo, entre os que não o querem debater, pela imitação de mestres valorizados no mercado de trabalho e pela incorporação acrítica da ideologia presente nas entrelinhas dos manuais técnicos.

Professores e estudantes que percebem essa importância da universidade para a formação humana e para a construção de uma nova sociedade passam a criar pedagogias, espaços de debate, experiências formativas e a lutarem para difundir novas ideias. Assim, ela passa a ser um espaço de disputas ideológicas e de construção de novas leituras sobre os problemas sociais.

Convém enfatizar que a pesquisa é um instrumento importante de criação de novas formas de pensar e fazer o trabalho profissional, mas poucos grupos de pesquisa conseguem ir além dos caminhos e dos formatos de produção do conhecimento dominantes nas grandes instituições, e poucos estudantes de graduação conseguem participar significativamente das pesquisas mais criativas.

As disciplinas ministradas nos cursos de graduação são os espaços mais amplos em que os estudantes aprendem e debatem sobre o conhecimento já acumulado ao longo da história. Mas a maioria dessas disciplinas se restringe à difusão acrítica de conhecimentos e técnicas básicas. Apesar do esforço de muitos professores, que buscam torná-las espaços de debate e de criação, o ensino baseado apenas nas disciplinas dos diversos cursos de graduação tende a formar apenas operadores acríticos de técnicas de trabalho profissional; a formar muito mais peões, operadores disciplinados e passivos, do que pesquisadores e criadores críticos de novas soluções. Assim, considerando essas limitações das disciplinas formais e da pesquisa, a efervescência da vida univer-

sitária acontece, principalmente, fora das aulas de graduação: nos corredores, nas conversas e nos encontros informais, nos grupos de estudo e nas iniciativas dos movimentos sociais que ali se organizam ou penetram. Algumas dessas iniciativas criativas e informais de debate, pesquisa e prática inovadora vão se consolidando, organizando-se e ganhando mais potência e apoio. Uma boa universidade é, sobretudo, aquela que oferece uma abundância de espaços e iniciativas informais relativamente organizadas de trocas, debates e criação de ideias.

A extensão universitária é o campo institucional da Academia destinado a organizar e a apoiar essas iniciativas emergentes que expressam propostas e iniciativas que criticam o que é dominante e bem estabelecido e que buscam criar novas formas de atuação social. É um campo diverso e povoado de projetos divergentes. Representa uma tentativa de fortalecer institucionalmente o movimento renovador dentro da universidade. Por isso é um campo de tensões em que também há repressão por parte da burocracia dirigente ao que lhe parece ser ameaçador. Por essa razão, nem todas as iniciativas críticas e inovadoras informais se tornam projetos de extensão universitária.

A partir da década de 1980, com o fim da ditadura militar implantada em 1964, o Brasil passou a viver um processo de ampliação da democracia. Muitas iniciativas sociais e ideias que antes eram consideradas subversivas e desencadeavam repressões passaram a ter espaço na estrutura das instituições públicas. Nesse contexto, o movimento da Educação Popular pôde penetrar mais intensamente na universidade e conseguir institucionalizar suas iniciativas.

A Educação Popular é uma concepção e uma prática educativa voltada para a construção de uma sociedade sem pobreza, injustiça e opressão, mediante uma ação da qual os pobres, os injustiçados, os oprimidos e os marginalizados participem ativamente como protagonistas. Para isso, foi criada uma metodologia educativa baseada no diálogo e na problematização da realidade,

em que educadores e educandos vão construindo, conjuntamente, saberes, redes de solidariedade, organização política e ações voltadas para superar o que oprime e cria desigualdade e separação. Essa concepção educativa surgiu na América Latina, no início da década de 1960, e hoje está presente em todos os continentes. Foi muito importante na estruturação de muitos movimentos sociais que enfrentaram a ditadura militar e o descaso das políticas sociais para as classes populares.

O crescimento da Educação Popular na Universidade

Durante a ditadura militar, as práticas de Educação Popular, nas periferias urbanas e em áreas rurais, implementadas por estudantes, professores, técnicos e intelectuais, eram consideradas subversivas. Não se buscava sua oficialização junto à burocracia universitária; pelo contrário, buscava-se, na maior parte das vezes, escondê-las ou mostrá-las como iniciativas pessoais feitas por motivação religiosa. Mesmo encobertas, repercutiam muito no mundo universitário, permitiam aproximações entre os universitários e a população e iam criando referências para entender e estudar a realidade dos pobres e para se pensar em caminhos por meio dos quais se superasse a situação política vigente. Podiam ser entendidas como práticas clandestinas de extensão universitária que, no entanto, eram hegemônicas na cultura estudantil de muitas universidades.

Com o processo de redemocratização da vida política brasileira, muitos estudantes, professores, técnicos, intelectuais e líderes populares, que participaram das experiências semiclandestinas de Educação Popular, no tempo da ditadura militar, passaram a assumir cargos e funções de chefia nas instituições públicas. Começava a se pensar e a investir na construção de um Estado regido pela participação popular e voltado para superar as injustiças sociais. Muitas políticas públicas passaram a incor-

porar saberes e práticas construídas no movimento de resistência da sociedade civil, em que a Educação Popular era elemento central. Nos serviços públicos, começou a haver mais tolerância a iniciativas e práticas participativas. A Educação Popular deixou de ser uma prática subversiva para ser tolerada internamente nas instituições.

Assim, nos diversos recantos da Nação, surgiram múltiplas experiências pontuais, nas políticas públicas, de práticas orientadas pela Educação Popular. Nessa fase, essas práticas poderiam ser mais bem denominadas como alternativas. Sua duração era limitada, pois esbarravam em múltiplos boicotes institucionais e políticos, mas sempre rebrotavam e renovavam, mostrando a força do processo informal de difusão cultural. Elas foram mostrando a possibilidade de incorporar a Educação Popular como um instrumento de gestão e de orientação de práticas institucionais das políticas de Estado.

Na vida universitária, naquela época, a Educação Popular continuava presente, principalmente, sob a forma de projetos de extensão, mas oficializados e, até, com algum apoio institucional. A relação com os movimentos sociais passou, então, a ser oficialmente tolerada na vida universitária e considerada como inovadora e progressista. Além disso, a renovação das políticas sociais passou a exigir um novo tipo de profissional mais habilitado para a relação com as comunidades e mais compreensivo com os interesses e a lógica popular. Participar dos projetos de extensão orientados pela Educação Popular passou a ser visto não apenas como uma militância política, mas também como uma maneira de melhor preparar os profissionais em formação para o mercado de trabalho criado pelas novas políticas sociais. O interesse estudantil por esse tipo de extensão universitária cresceu, e os projetos de extensão se multiplicam e se tornam maiores.

No Brasil, o processo de redemocratização continuou avançando. Nas décadas de 1990 e de 2000, partidos políticos comandados por antigos participantes dos movimentos sociais e

de práticas de Educação Popular passaram a assumir prefeituras, governos estaduais e, até, em 2003, o governo federal. Criou-se um espaço maior para que a participação dos movimentos sociais e da Educação Popular fosse incorporada mais intensamente como estratégias importantes de organização das políticas públicas.

Tudo isso tem importantes repercussões na vida das universidades. Os projetos de extensão orientados pela Educação Popular encontraram um espaço político para reivindicar que a política de extensão universitária priorizasse essa perspectiva teórica e metodológica. Suas lideranças já não se contentavam em ser tolerados e até apoiados como práticas alternativas pontuais e começaram a reivindicar que essa forma de conduzir a extensão fosse priorizada na vida universitária. Assim, foi-se delineando, sob o conceito de “Extensão Popular”, uma proposta política e metodológica para isso acontecer. Com o surgimento, em 2005, da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop) — um movimento que aglutina estudantes, professores, técnicos e lideranças comunitárias envolvidos nessas propostas de extensão universitária — criou-se um importante ator político coletivo voltado para a luta pela valorização dos princípios da Educação Popular nas políticas de extensão. A animada presença da Anepop, em vários congressos científicos, que ajudou a construir e a dinamizar as Tendas Paulo Freire, onde, em vez de palestras e mesas-redondas, acontecem rodas de conversa, apresentações culturais e artísticas de grupos ligados a práticas participativas, vem mostrando a vitalidade e a potência de modos horizontais e amorosos de construir o conhecimento.

Muitos projetos de extensão popular vêm repercutindo em suas universidades, criando referência e pressões políticas para mudar o currículo de muitos cursos de graduação. Assistimos, assim, à criação de muitas disciplinas, sobretudo as voltadas para o ensino de práticas comunitárias, que estão estruturando-se com base nos princípios da Educação Popular. Cresce também o número de pesquisas acadêmicas orientadas por suas preocupações

e suas demandas. Metodologias de pesquisa valorizadas por ela, como a pesquisa participante, a pesquisa-ação e a sistematização de experiências, vêm encontrando crescente espaço no meio acadêmico.

Assistimos, portanto, a uma passagem da Educação Popular, nas universidades, de uma prática subversiva ou semiclandestina, para uma prática reconhecida institucionalmente, mas ainda alternativa, pontual e restrita à extensão. Ultimamente, ela começa também a ser vista como uma maneira e uma proposta de orientar as políticas de ensino, extensão e pesquisa.

Na extensão orientada pela Educação Popular, eu me fiz professor e pesquisador.

Na minha adolescência, na década de 1960, eu tinha muitas dúvidas sobre minha vocação profissional, mas tinha uma certeza: a de que não queria ser professor. Minha referência de professor estava muito ligada ao que via em minha experiência escolar. Os professores sofriam para manter a disciplina e a atenção de estudantes que curtiam desafiar suas autoridades. A vida é mesmo surpreendente: tornei-me professor e gosto muito de sê-lo.

Tornei-me professor por acaso.

Em 1974, quando participava, como estudante de Medicina, de um projeto de extensão (naquele tempo, nem tinha esse nome. Era visto apenas como uma iniciativa do movimento estudantil), no Vale do Jequitinhonha, MG, encantei-me com a criatividade, o dinamismo e a força de transformação do trabalho em saúde comunitária. Desde então, envolvi-me no movimento da sociedade civil que visava superar aquela situação de opressão, de injustiça e de muita violência. Era tempo de ditadura militar.

Terminadas a graduação e a residência médica, procurei um lugar onde pudesse participar, de forma potente, desse movimento

de resistência, por meio do trabalho em saúde comunitária. Sentia que precisava de um local onde já existisse um movimento maior, com o qual eu pudesse, ao mesmo tempo, colaborar e aprender, apoiar e ser apoiado. Pelas mãos da namorada pernambucana, fui levado ao Nordeste brasileiro. Fui muito bem recebido pela equipe da Diocese de Guarabira da Igreja Católica da Paraíba. A Diocese aglutinava muitas pessoas, até mesmo ateias, que trabalhavam com Educação Popular. Encontrei, pois, o lugar desejado. O próximo desafio seria encontrar um emprego adequado para me manter aí. Então, por intermédio do bispo de Guarabira, fui apresentado a um professor da Universidade Federal da Paraíba, que dizia já me conhecer por meu trabalho na organização do movimento dos médicos residentes de Minas Gerais. Com forte apoio do diretor do Centro de Ciências da Saúde da UFPB, ele estava buscando profissionais qualificados e críticos para ajudarem a implantar um estágio rural para todos os cursos da área de saúde e para a residência de medicina preventiva, na região de Guarabira. Ficou muito animado com minha disponibilidade, pouco usual, de ir trabalhar em uma área rural do Nordeste.

Vale salientar que, naquele tempo, a UFPB estava em fase de expansão e precisava ampliar rapidamente o quadro de professores, em um estado com poucos recursos humanos especializados. Assim, não abria concursos públicos para preencher suas vagas docentes. A única exigência era uma prova de títulos. Eu e minha namorada (depois nos casamos) aceitamos o contrato como professores. Esse emprego nos proporcionaria manutenção e militância.

Assim, para ser subversivo, tornei-me professor.

De 1978 a 1982, nós nos integramos no trabalho comunitário na região do Brejo Paraibano (em que Guarabira é a cidade polo). Foi fascinante. Uma grande escola dos caminhos do trabalho popular. Ligados à equipe do Centro de Orientação dos Direitos Humanos da Diocese, tínhamos relação com todos os

movimentos sociais. Ao mesmo tempo, pelo trabalho desenvolvido como professores, participávamos da implantação da primeira rede nacional de serviços de atenção primária à saúde do Brasil, o Programa Integrado de Ações de Saúde e Saneamento do Ministério da Saúde (Pias). O esboço do SUS já começava a ser desenhado com a participação dos governos estaduais e municipais. Criávamos condições para que esses novos serviços em expansão recebessem os estudantes da UFPB. Trabalhávamos dentro da proposta de Integração Docente Assistencial. O Pias estava sendo coordenado nacionalmente pelo sanitarista Francisco Machado, que me acolheu e orientou no Vale de Jequitinhonha, no estágio fundante de meu encantamento com a saúde comunitária. Vim para o Nordeste militar na organização popular e ganhei de presente outra militância importante: a luta para transformar o modelo de assistência à saúde no Brasil. Buscava-se expandir, inicialmente no Nordeste, uma experiência de reorganização da assistência que se consolidara em Minas, na região em que eu e muitos colegas do movimento estudantil trabalhamos.

Olhando para trás, repetidamente me surpreendo com os muitos passos dados que, apesar de parecerem tão tímidos, tornaram-se importantes por uma dinâmica que, na época, não se compreendia. Parece que o importante é seguir aquilo que é possível ser feito no momento — a significância do realizado é algo que escapole à nossa estratégia.

Tínhamos uma vida dupla: de profissional de saúde e de subversivo. O trabalho na Diocese era clandestino. Estávamos em tempos de ditadura militar. Tempos de repressão, de silenciamentos e, por isso, de luta, resistência e subversão. O trabalho pastoral, orientado pela teologia da libertação, era tolerado porque os militares não tinham força política para fechar igrejas. Entretanto, não se tolerava o fato de funcionários públicos trabalharem abertamente no movimento popular. Era preciso esconder dos nossos amigos de classe média e dos colegas de trabalho

essa dimensão central de nossa vida. Mas a classe média é tão afastada do mundo popular que essa farsa pôde ser mantida durante muito tempo. Revelávamos essa parte subversiva e central de nossa vida apenas para alguns raros estudantes que mostravam sinais de identificação com nossos sonhos e projetos. A maior parte deles não tinha as preocupações que nos mobilizavam, e isso entusiasmava muito pouco nossa relação com eles.

Na região do Brejo Paraibano, descobri-me como um educador apaixonado e reflexivo, voltado, sobretudo, para a relação com as classes populares. Trabalhávamos em grupo, e tudo podia ser discutido com os companheiros da Pastoral. Nossas ações educativas se expandiram muito. Visitávamos muitas comunidades que estavam em processo de organização ou que enfrentavam situações de desrespeito aos seus direitos. Visando auxiliar as comunidades nessas empreitadas, apoiamos a estruturação de vários movimentos sociais. Começamos um programa radiofônico sobre saúde, em uma rádio recém-inaugurada. Embora fosse um programa oficial da Secretaria Estadual de Saúde, arrumávamos um jeito de aí colocar as vozes e as lutas populares que acompanhávamos no trabalho pastoral. Nossa estratégia era evitar posicionamentos políticos nossos, mas levar para o debate público a realidade popular, por meio de cartas e de entrevistas bem sinceras e pessoais que colhíamos nas visitas. Eram depoimentos muito simples, mas que impactavam pela emoção e pela raridade com que eram verbalizados nos meios de comunicação. Era o programa “A Hora da Saúde”, com o Doutor e a Doutora Saúde, que fazia sucesso. Muitos nos escutavam. Ficamos muito conhecidos. Nossas vozes eram prontamente reconhecidas em qualquer recanto da região aonde fôssemos. Experimentamos a condição de ser mitos para o povo daquela região. Mas, infelizmente, poucos estudantes se envolveram com gosto nesse rico processo de interação, que exigia mais disponibilidade do que as horas regulares de estágio. Por isso, nessa época, víamos o trabalho como professor universitário mais como um emprego para nos sustentar

e legitimizar nossa permanência naquele espaço de luta social e institucional. Estranhamente, em nossas mentes, a razão maior de estarmos aí não era a formação estudantil. Vivíamos tendo problemas na relação com a Universidade, que não compreendia nossas ênfases na orientação dos estudantes. E nem tudo podia ser explicado abertamente. A repressão, o medo e as reações defensivas daquela época dificultavam a negociação e o diálogo. Essa experiência do dizer contido, mas cheio de estratégias, naqueles tempos de ditadura, está analisada no livro, *A medicina e o pobre*, publicado pelas Edições Paulinas em 1987.

Em 1982, nossa atuação no trabalho educativo junto com os movimentos populares da região foi descoberta por políticos locais ligados ao partido que apoiava a ditadura militar. Apesar de já estarmos em uma fase de abertura política, a reação foi intensa. No final da ditadura, não era mais usual prender e torturar os discordantes. Usavam-se, principalmente, mecanismos institucionais legais para o silenciamento. Imediatamente, fomos removidos de Guarabira e colocados no *campus* de João Pessoa. Assim, tornamo-nos professores “normais” da Universidade. Que desmotivação! Ser professor das disciplinas regulares da Universidade pode ser criativo e desafiante, mas não estávamos preparados para isso. Não era nossa intenção.

Aproveitamos o programa de capacitação docente da Universidade e resolvemos cursar o Mestrado em Educação na UFMG, que valorizava a Educação Popular. Seria um tempo de elaboração para novos passos. Para me submeter à seleção, escrevi um artigo sobre a experiência vivida como médico da atenção básica na cidade de Pilõezinhos, uma das minhas atividades na região do Brejo, como docente inserido nos serviços de saúde. O artigo teve grande repercussão entre outros profissionais de saúde. Minhas palavras se faziam escutar agora entre os profissionais dessa área. Acerca desse artigo, ouvi muitos comentários como este: “Você conseguiu expressar muitos dos dilemas e aprendizados que nós temos no trabalho em serviços locais de

saúde. Como nos faz bem ver essas coisas organizadas e explicadas em um texto!”.

Então, comecei a perceber que havia também uma necessidade de desenvolver um trabalho educativo com os profissionais de saúde que se propunham ou já estavam a trabalhar nas comunidades, visto que não havia livros e publicações que os orientassem sobre sua atuação educativa com esse público. Muitos saberes sobre esse tipo de trabalho vinham sendo construídos em muitas experiências espalhadas por todos os recantos do Brasil, mas não eram sistematizados e discutidos amplamente. Eram elaborações valiosas, mas dispersas. A partir da reação a esse meu artigo, meu interesse, como educador, começou a se deslocar para a formação profissional. Essa reação dos leitores me abriu para um novo caminho de vida profissional. A dissertação de mestrado, terminada em 1986, já estava voltada para esse novo objetivo. O livro acima citado é fruto dessa dissertação. Paralelamente a ela, escrevi o livro *Educação popular nos serviços de saúde* (Hucitec), que chegou à quarta edição e era claramente voltado para esse novo público. Foi a primeira publicação brasileira sobre Educação Popular em Saúde. O sucesso desse livro consolidou o caminho.

Começava, então, uma virada do foco de minha preocupação pedagógica que, antes, centrada na ação direta nas classes populares, passou para a ação educativa junto com os profissionais de saúde interessados em trabalhar com as classes populares. Era preciso pesquisar e sistematizar os caminhos da Educação Popular em Saúde e pensar em formas de ensiná-la para os profissionais de saúde. Era preciso buscar outros caminhos para atingir o objetivo desejado desde o início: o trabalho em saúde com as classes populares.

Depois do Mestrado, voltei, em 1986, a trabalhar como professor na UFPB, nas disciplinas da área de saúde pública, principalmente nos Cursos de Medicina e de Farmácia. Eu me frustrava muito com esse trabalho. Apesar de haver, em cada

turma, estudantes que se interessavam pelos temas que eu levava para a discussão, havia outros que tinham raiva e boicotavam um debate mais profundo. Minha ligação com a saúde popular sempre foi muito apaixonada para conseguir organizar aulas apenas coerentes e consistentes teoricamente. Eu queria muito mais do que um aprendizado teórico e me frustrava por não conseguir fazê-lo. Lembro-me de uma vez em que levei para a sala de aula uma enfermeira para nos contar os seus dilemas, dificuldades e descobertas no trabalho na atenção básica. Ela era uma pessoa muito sensível e se emocionou durante o seu relato. No entanto, um grupo de estudantes de Medicina, acintosamente, ironizou suas colocações e criou um grande constrangimento. Levar para debate realidades do mundo popular, de uma forma que questione a leitura preconceituosa e intolerante sobre ela, fere gravemente os filhos da elite prepotente, tão presentes na Universidade, notadamente no Curso de Medicina, pois a desigualdade e a exploração precisam ser justificadas teoricamente, por essas leituras preconceituosas. Muitos estudantes queriam aprofundar o debate, mas eram refreados pelos colegas que não queriam complicar a discussão da disciplina que só cursavam por obrigação. Eu me irritava muito com essas reações, que atrapalhavam meu relacionamento com o restante da turma. Por isso, muitas vezes, pensei em deixar a Universidade, talvez porque não tenha aprendido a ser um bom professor nesse local desafiante, que é a sala de aula. O foco maior do meu interesse pedagógico era outro.

Hoje, a atenção básica representa um dos maiores mercados de trabalho do setor de saúde e as provas de concurso sempre valorizam o tema. É mais fácil encontrar adesão da maioria dos estudantes para essa discussão. Mas, naquela época, o SUS ainda nem havia sido criado. A adesão a esse tema passava, principalmente, por uma atitude de militância social. A maioria dos estudantes, focada em seu progresso profissional nos caminhos tradicionais, via esse tipo de discussão como uma conversa sem futuro. Coisa de sonhadores sem o pé na realidade. Não nego

que esses estudantes tinham razão, pois sempre foi coisa de sonhador, que acredita que os sonhos são, inevitavelmente, os primeiros passos para as grandes obras, pois, quando os sonhos assumem forma concreta, surge a beleza. Para eles, esse era um caminho inexistente; para mim, um caminho inevitável.

Assim, devido a tanta resistência às minhas palavras e ao meu provável despreparo para o trabalho docente em sala de aula, minha salvação foi o encontro com um grupo de estudantes, sobretudo do Curso de Medicina, que estava começando um trabalho comunitário na periferia de João Pessoa. Nossos limites podem empurrar-nos para criações interessantes. Esses estudantes visitavam famílias e procuravam ajudar a organização comunitária. Era um grupo bem grande e ativo no movimento estudantil. Havia estudantes de vários cursos. Pela primeira vez, encontrei um grupo identificado com minhas preocupações. Encontrei outros sonhadores. . . Passei a apoiá-los, e eles a me apoiarem. Fizemos muita coisa juntos! Recomeçamos o programa de rádio em João Pessoa, agora, com muito menos sucesso. Lutamos pela reforma curricular de Medicina. Envolvi-os nas iniciativas do Movimento Popular de Saúde, e eles me envolveram nas iniciativas do Movimento Nacional de Estudantes de Medicina. Passei a ter interlocutores na Universidade, que me incentivavam a sistematizar teoricamente os caminhos da atuação educativa em saúde. Como esse grupo de estudantes agitou e desencadeou mudanças nos cursos de saúde! Por intermédio deles, passei a me sentir potente na Universidade. Ia descobrindo que a Educação Popular é potente também nos cursos de graduação.

A Universidade começou a ser lugar de amizade. Aos poucos, comecei a gostar do ofício de ser professor. Meu desafio pedagógico maior começou a se deslocar novamente. Outro nascimento. Deslocava-se da formação de profissionais já formados para o ensino de estudantes universitários interessados em ser significativos socialmente. Agora, meus educandos preferidos

estavam bem próximos. Eu até participava de suas festas e de seus passeios. Alegria.

De 1992 a 1996, cursei o Doutorado. Ao voltar, aquele grupo já havia concluído o curso e saído da Universidade. Mas ele já me ensinara o caminho. Sabia, agora, que o fundamental não era o que eu ensinava teoricamente para os estudantes, mas a ajuda para aproximá-los e vinculá-los ao mundo popular. Foi a partir desse vínculo que as mudanças mais significativas ocorreram. A relação respeitosa e aberta com o mundo popular tem uma potência pedagógica incrível. Assim, em 1997, iniciou-se o Projeto de Extensão Educação Popular e de Atenção à Saúde da Família, na Comunidade Maria de Nazaré, uma favela da periferia de João Pessoa. O Projeto cresceu muito e multiplicou-se em outros projetos. Muitas gerações de estudantes passaram por eles nesses dezoito anos. Como minha vida mudou com eles! Hoje, digo que tenho uma família na Universidade. Antes, uma família quase só estudantil. Agora, uma família com muitos professores e pós-graduandos. O sonho tomou forma concreta. Surgiu a beleza.

Atualmente recebo muitos convites para ministrar palestras em outros estados do Brasil. Muitos gostam de minhas palavras, entretanto não sinto que elas tenham muito poder pedagógico de transformar meus alunos. Grande parte deles não gosta de minhas reflexões. Outros gostam, mas não tenho percebido que minhas aulas tenham maiores impactos em suas vidas profissionais. Porém o projeto de extensão na Comunidade Maria de Nazaré e, depois, em outras comunidades, tem um imenso impacto de transformação pedagógica.

Muitas turmas de estudantes já passaram por nosso Projeto (Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família), que já existe há dezoito anos. Nele, assisti a grandes transformações. Acompanhei estudantes se transformarem em líderes com grande capacidade de articulação política e muito envolvimento com as causas dos oprimidos. Formaram-se profissionais extremamente

sensíveis aos interesses e às peculiaridades dos subalternos. Mas, nesse Projeto, há muito pouco espaço para exposições teóricas. Seu forte é a inserção na realidade popular e o debate sobre as perplexidades que surgem dessa vivência. O mais forte é a experiência, e não, aulas bem ministradas. A teoria que valorizam mais é aquela que é buscada a partir das provocações trazidas pelas vivências. Uma teoria que cresce e é elaborada de uma forma que mais parece uma conversa ou que se desenvolve por meio de pesquisas, fora do controle dos professores, provocadas pelos desafios encontrados na vivência e nos debates.

O que há na realidade popular que tem tanta força para seduzir e apaixonar as pessoas que dela se aproximam abertas? Há muito mistério nisso, mas algumas coisas podem ser ditas.

O pobre latino-americano é submetido a condições de muita opressão e pobreza. Nesse contexto, estruturam-se muitas relações humanas perversas, que impressionam muito quem se aproxima dessa realidade de sofrimento e desarrumação. Mas as pessoas que se envolvem com a causa popular não costumam fazê-lo por dó. Vejo nessas pessoas um grande encantamento com o que encontram. Na lama, nos pântanos, a cândida flor do lótus cresce e encanta. Essa metáfora repetidamente narrada pelos orientais expressa bem o que percebo. Os pobres da América Latina vivem radicalmente a miséria humana, mas o fazem de uma forma que dela brotam lutas, alegrias, paixões e solidariedades que encantam. Eles não costumam esconder suas mazelas. Oferecem-nas para o diálogo a quem delas se aproxima com abertura e respeito. Sobre a pobreza assumida sem máscaras, conversas e apoios solidários vão edificando saídas e relações humanas que encantam por sua criatividade e potência. Nesse momento, o profissional tem a oportunidade de experimentar o poder dos seus gestos e palavras como dinamizadores dessa construção.

Com essa constatação, minha preocupação, como professor, passou a ser aplicar e experimentar esse aprendizado nos cursos de graduação. Não é o conhecimento, mesmo crítico e

progressista, que age pedagogicamente de forma mais intensa no estudante, mas a inserção e a vivência no mundo daqueles que são nossa principal preocupação. Desisti de organizar minhas disciplinas baseado na exposição logicamente estruturada dos conteúdos da saúde pública. Procurei, antes de tudo, criar vivências que provocassem e instigassem os estudantes e criar espaço para debater os estranhamentos e as percepções e pesquisá-los. Passei a me preocupar muito mais em criar situações de exposição dos estudantes à realidade de saúde das classes populares e gerar debates dos sentimentos e reflexões que surgem daí. Nesse momento, livros, artigos e a pesquisa na internet passam a ser buscados espontaneamente. Sei que, assim, alguns conteúdos planejados do programa das disciplinas são deixados de lado, mas o aprendizado, por caminhos surpreendentes, é muito maior. E muito maiores também são o interesse e a alegria dos estudantes.

Ressalte-se, porém, que nem todos os estudantes se envolvem nessa metodologia: a aproximação e o olhar compreensivo para o mundo dos pobres irritam muitos que vivem em contextos familiares e de classe social que se beneficiam da injustiça e da desigualdade e, nem sempre, consegue-se a verbalização franca e clara dessa irritação para ajudar a aprofundar o debate. Por isso, não é fácil conduzir esse jeito de educar em cursos universitários em que muitos estudantes trazem uma atitude de soberba pela classe social a que pertencem. Uma coisa é usar essa metodologia na extensão, em que os estudantes se envolvem voluntariamente, por opção própria; outra é aplicá-la de forma ampliada para todos os estudantes de um curso de graduação. Nessa situação, esses estudantes irritados boicotam os espaços de debate e as iniciativas de inserção mais profunda nas comunidades.

Mesmo assim, tem valido a pena. Muitas vezes, o asco para com os pobres é um sentimento difuso entranhado na subjetividade desses estudantes de uma forma não assumida conscientemente. Essas experiências curriculares obrigatórias de inserção no meio popular criam condições para que eles possam refletir

sobre essa conduta quase automática e se transformar. O acolhimento afetuoso das famílias e dos movimentos populares, com suas histórias cheias de criatividade e garra, e a descoberta do fascínio de se descobrir profundamente útil e significativo em situações de tanto sofrimento têm uma potência transformadora muito maior do que qualquer aula teórica. É muito gratificante, para nós docentes, assistir a essas mudanças tão radicais na vida dos estudantes. É isso o que me encanta no ensino universitário: os educandos são confrontados com múltiplas visões de mundo e projetos de vida que estão bem fora de sua tradição familiar e de classe. É um espaço de grande potência pedagógica, que vai muito além daquilo que está planejado no currículo oficial. É uma pena que muitos educadores não valorizem, criando espaços de escuta, de debate e de estudo, para que essa efervescência de questionamentos e de aprendizados possa desdobrar-se e avançar. Só me realizei como professor universitário quando consegui acessar e trabalhar pedagogicamente essa realidade de buscas, perplexidades e trocas que se encontram para além dos conteúdos e das aulas previamente planejados.

A extensão me apontou o caminho de minha prática como médico em 1974. Depois, como professor. Nela, fui instigado para a pesquisa, a que devo grande parte dos meus livros e o carinho que recebo dos leitores. Diante de tudo isso, o que mais me impressiona é a força de transformação pedagógica que a extensão, orientada pela Educação Popular, pode assumir na vida dos estudantes. Vi transformações incríveis que não consegui ver nas disciplinas formais. Assisti a estudantes acanhados tornarem-se líderes versáteis e criativos. Vi militantes durões tornarem-se sensíveis e solidários. Ajudá-los, nesse processo tão intenso de encontro com sua vocação de ser mais, é fascinante. Colho muita gratidão, muita amizade e muitos ensinamentos. É muito desafiador. A informalidade e a espontaneidade das relações criam liberdade para o afloramento de questões difíceis e inesperadas que exigem pesquisa. Somos, o tempo todo, ques-

tionados com franqueza. Os espaços coletivos de reflexão criados proporcionam um ambiente que é, ao mesmo tempo, muito amistoso e muito criativo de aprendizado também para os docentes. Minha atual produção teórica é, em grande parte, uma sistematização desse aprendizado coletivo.

Há seis anos, eu me aposentei depois de trinta e um anos de dedicação integral à atividade docente na UFPB. Sou, hoje, professor voluntário nessa instituição. Em se tratando de retorno financeiro, não recebo nada além de minha aposentadoria. Deixei muitas atividades que antes era obrigado a fazer. Mas o trabalho de extensão eu não deixo. Nele eu me fiz, nele eu me faço. Nele está grande parte de minha alegria, de minhas amizades atuais e de meu desafio para ser mais. Na extensão, eu estou. Na extensão, eu sou. . .

A força pedagógica da extensão popular revelada na trajetória universitária de Pedro Cruz

Pedro participou da quarta geração de estudantes do Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família. O Projeto já existia há quase seis anos, e centenas de estudantes já haviam passado por ele. No entanto, Pedro foi o participante que mais se destacou e evoluiu profissionalmente segundo os valores da Educação Popular. Logo, assumiu a organização de outro projeto de extensão popular, mais específico para o campo da Nutrição, que rapidamente cresceu e se tornou o maior projeto de extensão da UFPB. Foi líder central na criação e na organização do movimento nacional de extensão orientada pela Educação Popular, a Anepop. Tomou a frente de numerosas publicações sobre Educação Popular em Saúde. Foi o primeiro participante do Projeto a defender uma dissertação de mestrado sobre extensão popular. Logo depois, em 2015, concluiu o Doutorado sobre Educação Popular em saúde no campo da Nutrição. Foi aprovado

em concurso de seleção para professor universitário e hoje é um dos professores mais ativos do Curso de Medicina da UFPB na luta pela aplicação da Educação Popular em algumas de suas disciplinas. Tem apoiado inúmeras outras iniciativas de extensão universitária na UFPB, através da Coordenação de Educação Popular de sua Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários, que muito ajudou a estruturar. Como coordenador do Programa de Vivências de Extensão em Educação Popular e Saúde no SUS (Vepop), financiado pelo Ministério da Saúde, tem articulado e apoiado experiências de extensão em vários estados brasileiros. Todas essas realizações aconteceram a partir de um estudante que chegou tímido e inseguro há apenas doze anos, no início de seu Curso de Graduação em Nutrição, em um projeto de extensão. Sua trajetória é um exemplo marcante da potência pedagógica da extensão universitária orientada pela Educação Popular.

As realizações de Pedro têm um significado especial para mim. Com ele, como professor do mesmo departamento onde trabalho desde 1978 e, em breve, no Programa de Pós-graduação em Educação da UFPB, ficarei bem mais tranquilo a respeito da continuidade de minhas lutas acadêmicas no futuro. Sei que o Curso de Medicina, em especial, mas também os vários outros cursos de saúde da UFPB terão uma liderança ativa e corajosa para renovar seus currículos e suas práticas docentes em direção a uma atenção à saúde mais comprometida com os interesses e as condições de vida das classes populares. Com ele, os estudantes mais ativos e comprometidos dos projetos de extensão poderão continuar sua formação, depois de se formarem, através do apoio e da orientação na pós-graduação e na pesquisa. É impressionante a força dos programas de pós-graduação na formação de quadros mais preparados para enfrentar os duros embates políticos pelo direcionamento da formação profissional dentro das instituições. Sem a pós-graduação, muitos desses estudantes, que se destacam na extensão, acabam dispersando-se e reorientando suas práticas nas direções mais valorizadas pelo mercado de trabalho.

Atualmente, com sessenta e três anos de idade, poderei aposentar-me mais tranquilamente e assumir diferentes e novos desafios. Estou cansado de muitas tarefas a que venho me dedicando e gostaria de ter a oportunidade de iniciar novos projetos, mas com confiança de que elas continuarão sendo sustentadas com garra e coragem. Com certeza, a equipe do Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde, com vários outros professores doutores ou mestres, estarão junto de Pedro nessa tarefa.

Este livro é uma tentativa de esclarecer os caminhos de ensino e de aprendizado mais significativos para a formação universitária orientada pela Educação Popular a partir da análise da trajetória acadêmica de Pedro. É fruto de sua dissertação de mestrado, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFPB, orientada por mim. Trata-se de uma reflexão pioneira no campo da Educação Popular: até recentemente, a maioria dos estudos estavam voltados para compreender o fazer pedagógico com os educandos populares. São relativamente poucos os estudos sobre a Educação Popular na formação profissional nas universidades.

Nosso Grupo de Pesquisa (dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/5745003523976419), do qual Pedro participa ativamente, tem-se dedicado bastante a esse tema, com vários livros publicados (*Perplexidade na Universidade, vivências nos cursos de saúde* (2006); *Educação Popular na Formação Universitária, reflexões com base em uma experiência* (2011); *Educação Popular na Universidade, reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular* (2013), todos pela Editora Hucitec de São Paulo, SP). Na maioria dessas publicações, são analisados, principalmente, os processos educativos que acontecem na prática comunitária local, propiciada pelos projetos de extensão.

Neste livro, no entanto, Pedro reflete, sobretudo, sobre os aprendizados que acontecem para além das práticas comunitárias, enfatizando a importância de os projetos de extensão não ficarem restritos ao fazer local e valorizarem a articulação com

movimentos sociais e lutas nacionais. O objeto principal da reflexão deste livro é, portanto, a dinâmica pedagógica que acontece nesse processo de engajamento em lutas mais gerais, discutida a partir da própria experiência vivida por Pedro. Ao mesmo tempo, sistematiza, pela primeira vez, o processo de criação e expansão da Anepop, um movimento que vem se mostrando muito importante na vida universitária brasileira nos últimos dez anos.

Não é fácil fazer uma análise crítica e sincera da própria experiência vivida no mundo acadêmico. É preciso ter coragem para se expor e se criticar num ambiente profissional marcado pela concorrência e pelo uso de máscaras e pomposidades. Mas, quando se consegue isso, como Pedro o fez, o texto torna-se muito agradável para a leitura e muito rico teoricamente, pois revela nuances de dilemas e aprendizados normalmente não analisados nos textos acadêmicos.

Muito se fala da alienação da juventude e de sua submissão à lógica consumista e individualista difundida pelo capitalismo. É importante, no entanto, ressaltar a ampla mobilização de estudantes universitários e professores na busca de uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária. É preciso escutar e entender a pedagogia desse movimento extensionista brasileiro, pois o novo não é gerado apenas com a reflexão de grandes intelectuais e as iniciativas das direções das políticas públicas. Ao contrário, é fruto, principalmente, de movimentos sociais e de iniciativas e criações locais que vão experimentando e espalhando as sementes de novas práticas profissionais e do comprometimento da juventude com a luta pela ampliação da justiça, da democracia e da solidariedade na sociedade.

APRESENTAÇÃO



A presente obra apresenta e debate caminhos do aprendizado na Extensão Universitária, tendo como foco a Educação Popular e a pedagogia da participação estudantil no movimento nacional de Extensão Popular. Foi construída a partir de um estudo alicerçado em vivências, observações e reflexões de seus autores, os quais participaram ativamente desse movimento, particularmente mediante o processo de criação e implementação da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop).

Participo de projetos de Extensão Popular há doze anos, inicialmente, como estudante do Curso de Graduação em Nutrição da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), período no qual atuei no Projeto Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (Pepasf), e atualmente, como professor efetivo do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas da UFPB, a partir de onde atuo como um dos coordenadores de uma ação de extensão originada no Departamento de Nutrição em 2007, o Projeto Práticas Integradas de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica em Saúde (Pinab), e ainda participando do Grupo de Pesquisa Educação Popular em Saúde e coordenando o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar).

Além desses caminhos, desde 2005 venho vivenciando também a experiência de construir e desenvolver uma rede de caráter nacional: a Articulação Nacional de Extensão Popular

(Anepop), que não agrega apenas estudantes, mas também professores e técnicos universitários, trabalhadores sociais de serviços públicos (como saúde, educação, entre outros) e movimentos populares em ações de fortalecimento das várias experiências de Extensão Popular espalhadas pelo Brasil.

As experiências que vivenciei nos projetos de Extensão Popular me propiciaram um encontro com as desigualdades sociais e um olhar crítico para a realidade social. Ao mesmo tempo, demonstraram-me que há resistências contra as condições sociais injustas e desiguais em que vive grande parte de nossa população. Organizadas em coletivos e realizando trabalhos marcados pela solidariedade e pela construção participativa, muitas ações são empreendidas na luta e no enfrentamento das condições sociais contraditórias. Onde antes imaginava haver só miséria, doença e desconforto, aprendi que existem protagonistas da construção de um mundo novo, permeado por ideais de justiça social, desenvolvimento emancipador e felicidade para todas e todos sem discriminação.

Conforme atuava semanalmente no projeto de extensão, o convívio com o cotidiano de famílias em comunidades populares subsidiava minha formação não apenas como profissional, mas também como cidadão. Contudo, passava a sentir a dicotomia existente entre minha experiência na extensão e a desenvolvida no currículo oficial de meu curso de graduação, especialmente nas salas de aula. Ao cursar a disciplina, fui descobrindo o quanto seus objetivos e sua organização me distanciavam dos setores populares, de seus problemas e desafios. Na maioria das aulas, éramos incentivados apenas a assimilar algumas técnicas e estudos teóricos, mas pouco ou nenhum tempo dedicávamos a compreender os problemas reais, concretamente sentidos por outros cidadãos de nossa cidade.

Mesmo vivenciando essa dicotomia (ensino \times extensão) durante dois anos, não sabia sua medida em outras instituições regionais e nacionais. Foi então que, ao começar a participar da

Anepop, pude compreender que essa contradição da universidade estava espalhada em todo o País e comecei a observar que, como instituição mantida, construída e desenvolvida por uma sociedade excludente e desumana, a universidade não estava alheia a essas características. Cada vez mais, ficava perplexo em constatar o quanto suas salas de aula, laboratórios e corredores testemunhavam a predominância de relações sociais marcadas pela desumanização e pela desvalorização da cultura popular, dos saberes tradicionais e da subjetividade envolta em cada indivíduo. Se diretrizes científicas como objetividade, precisão e eficácia técnica são importantes para a formação de profissionais competentes, percebia que todas essas virtudes eram deturpadas no seio universitário, ao serem ultravalorizadas e não investirem na preparação desses sujeitos para construir uma sociedade com mudanças que divirjam radicalmente do quadro social vigente. Nesse sentido, fui entendendo que a universidade também é preponderantemente marcada por um distanciamento dos setores sociais mais desfavorecidos. Salvo raras exceções, percebe-se que as políticas universitárias de ensino, pesquisa e extensão pouco estão direcionadas para os interesses e as necessidades das classes populares.

Ressalte-se, contudo, que a intensificação de minha participação na Extensão Popular e em seu movimento nacional me fez aprender que essa não é toda a verdade: a Universidade não só podia, mas já estava mudando e vem sendo protagonista nesse processo com as iniciativas de diversos grupos de estudantes e professores, seja em movimentos sociais (estudantil, docente ou técnico), em experiências de ensino, em grupos de pesquisa ou ações de extensão universitária, entre as quais se destaca a *Extensão Popular*, que compreende uma série de experiências de extensão universitária inspiradas e orientadas pela *Educação Popular*, uma perspectiva educativa estudada e desenvolvida teoricamente por Paulo Freire e outros importantes autores. Falar de *Educação Popular*, portanto, significa pensar

como a educação pode contribuir para a emancipação humana, especificamente dos setores sociais mais desfavorecidos. Para Calado (2008, pp. 230-1), é um processo formativo, protagonizado pela classe trabalhadora e seus aliados, continuamente alimentado pela utopia, em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, dentro de um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo horizonte.

Nesse contexto, a Educação Popular demarca princípios éticos e teóricos específicos no jeito de pensar, fazer e conduzir as experiências de extensão universitária e a relação da universidade com a sociedade, traduzindo-se em empreendimentos em que os saberes populares e tradicionais são valorizados e constituem a base das ações extensionistas. Para tanto, o diálogo de saberes e a análise crítica da realidade compõem pré-requisitos básicos, na construção de intervenções realizadas preponderantemente de modo coletivo e orientadas com base nos interesses e nos anseios dos setores populares. Seu objetivo primordial é a mudança, por meio de ações coletivas e participativas para transformar as condições objetivas de desconforto, dor e opressão que incomodam esses grupos e lhes alienam as possibilidades de realizar cidadania.

Com o desenrolar de uma diversidade de experiências, a Extensão Popular vem se configurando como um movimento nacional na Universidade brasileira, que se faz presente em diversas instituições e é formado por estudantes, professores e técnicos universitários, além de membros de coletivos e organizações populares. Esse movimento nasce do inconformismo desses atores com a atual estrutura acadêmica e se expressa nas iniciativas dos seus protagonistas de fortalecer o debate regional e nacional acerca da Educação Popular na Universidade e por seu interesse em propiciar trocas de experiências e vivências nesse campo. Assim, atua promovendo eventos locais, regionais e

nacionais para discutir o tema; criando grupos de pesquisa e extensão nas universidades; organizando livros sobre a temática; construindo ambientes virtuais de comunicação e de trocas de experiências e realizando estágios de vivência em comunidades, entre outras ações.

A partir desse movimento, a Anepop foi criada em 2005 para implementar canais de trocas de experiências e reflexões, constituindo-se como um espaço permanente de comunicação entre os diversos sujeitos dos projetos e programas de Extensão Popular de todo o País. Sua base de sustentação é uma lista virtual de comunicações, atualmente composta por cerca de setecentos membros associados, além de uma página¹ e um grupo² no *facebook*, através dos quais os extensionistas mantêm discussões metodológicas, socializam informes sobre eventos, compartilham oportunidades de formação e discutem dúvidas pertinentes à prática da Extensão Popular. Através da Articulação, esses extensionistas têm pensado estratégias de ação em eventos regionais e nacionais, durante os quais se elaboram propostas e se constroem coletivamente ações de formação, mobilização e reivindicação.

Nacionalmente, diversos coletivos vêm se aglutinando através da Anepop, aprimorando as perspectivas de luta e de avanços para a Extensão Popular, em distintas localidades e instituições, constituindo uma rede de troca de experiências e partilha de estratégias para a caminhada da Extensão Popular em muitas universidades. Marcadamente, têm participado da Anepop coletivos do Rio Grande (RS), Porto Alegre (RS), Florianópolis (SC), Campinas (SP), São Carlos (SP), Rio de Janeiro (RJ), Dourados (MS), Campo Grande (MS), Cuiabá (MT), Brasília (DF), Belém (PA), São Luís (MA), Fortaleza (CE), Teresina (PI), Natal (RN), João Pessoa (PB), Recife (PE), Aracaju (SE)

1 <<https://www.facebook.com/Articulacaonacionaldeextensaopopular>>.

2 <<https://www.facebook.com/groups/422128567834135/>>.

e Salvador (BA). A Anepop encontra-se vinculada a outros coletivos nacionais, tais como a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (Aneps), a Rede de Educação Popular e Saúde (Redepop) e o Grupo de Trabalho de Educação Popular da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco), em suas várias práticas estaduais e municipais.

Considerando meu envolvimento ativo no processo de criação e desenvolvimento da Anepop, não apenas testemunihei seu desenrolar histórico, como também acompanhei essa experiência e teci reflexões críticas sobre ela, especialmente quanto à sua importância na formação universitária na perspectiva da Educação Popular. Ao acumular essa vivência, percebi que a participação na construção do movimento nacional permite ao extensionista popular desenvolver aprendizados distintos dos acumulados nos projetos e programas locais. Com base em minha vivência e de outros colegas de movimento, considero que a Anepop vem se revelando como uma experiência necessária para a formação estudantil na perspectiva da Educação Popular. Seu caráter de participação política e a repercussão nacional, acompanhados da identidade na categoria teórica da *Educação Popular*, e o favorecimento da comunicação estudantil com diversas outras experiências nacionais, no campo da Educação Popular *universitária*, trazem elementos pedagógicos *peculiares, complementares* aos aperfeiçoados no interior das ações locais de Extensão Popular. Certamente, a pedagogia dos projetos locais de Extensão Popular, dos quais participava já me propiciava importantes aprendizados. Contudo, a inserção no movimento nacional de Extensão Popular passou a agregar em minha formação novas dimensões, pouco exploradas nos projetos locais e que atuariam complementando a vivência em comunidade dos projetos de Extensão Popular. Juntas, essas duas dimensões educativas (a do projeto de ex-

tensão local e a do movimento nacional) configurariam, de modo mais aperfeiçoado, uma pedagogia da Extensão Popular na formação universitária.

Então, se a experiência de cuidar do crescimento e do desenvolvimento das estratégias da Articulação Nacional de Extensão Popular contribui para a formação de sujeitos, *como essa pedagogia do movimento nacional de Extensão Popular se desenvolve?* Essa é a pergunta geradora desta obra, formulada a partir do entendimento da pedagogia do movimento nacional de Extensão Popular como problema de pesquisa. Nesse sentido, considerando minha participação ativa nessa experiência e a repercussão nacional da Anepop na formação de diversos estudantes, não questioneei se existe uma pedagogia nesse movimento, mas como ela se desenvolve. Acredito que a resposta para essa pergunta foi difusamente elaborada no decorrer de toda a experiência, em suas muitas ações, depoimentos e atitudes, que carregam reflexões críticas e conhecimentos singulares. Contudo, tais reflexões careciam ainda de mais análises para, ao estudar atentamente o desenvolvimento da Anepop, descobrir que elementos pedagógicos significativos poderiam conferir aprendizados distintos dos projetos de Extensão Popular e, por isso, inovadores. Conhecer esses elementos certamente contribuiria para o avanço crítico e a produção de conhecimentos no campo da Extensão Popular, em sua dimensão pedagógica na formação universitária.

Foi partindo dessas reflexões que o estudo em destaque foi desenvolvido. Construimos essa obra por meio de um estudo qualitativo,³ visando analisar criticamente o arcabouço de informações e de vozes presentes no histórico dessa experiência, a

³ Para ter acesso ao texto integral da dissertação de mestrado que originou essa obra, onde sua metodologia se encontra detalhada, visite o sítio eletrônico <http://praticasintegralsnutricao/docs/disserta_o_pedrocruz_versao_fina> ou envie e-mail ao autor: <pedrojosecruzpb@yahoo.com.br> ou <pcruzpb@gmail.com>.

fim de compreender os elementos pedagógicos presentes na experiência de criação e desenvolvimento da Anepop.

Cumpré destacar que, para construir essa obra, utilizamos como um dos caminhos metodológicos a pesquisa documental, em virtude do acesso do autor principal às fontes de registro histórico da experiência em análise. Assim, estarão presentes, ao longo do texto, fontes documentais diversas, quais sejam:

a) todas as mensagens eletrônicas postadas na lista virtual⁴ de discussão da Anepop,⁵ no período de 2 de fevereiro de 2006 a 30 de agosto de 2010.

b) cartas, atas e registros escritos de encontros presenciais em eventos científicos e políticos, bem como atos e atividades organizadas pela Anepop;

c) artigos científicos, relatos pessoais e textos poéticos enviados para publicação no *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular*, organizado pela lista de discussão e que foi publicado pela Editora UFPB/Hucitec Editora em 2013, com título, *Educação Popular na Universidade: reflexões e vivências da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop)*;

d) registros fotográficos de eventos e atividades empreendidas pela Anepop, alguns dos quais serão apresentados ao longo desta obra;

e) textos de relatos pessoais de extensionistas do Curso de Nutrição da UFPB, que acompanho desde 2007, como orien-

4 Para se inscrever na lista virtual de discussão, enviar mensagem eletrônica em branco para o endereço: <extensaopopular-subscribe@yahoogrupos.com.br>. Acesse o *blog* da Anepop via: <www.extensaopopular.blogspot.com>.

5 Dispostas publicamente no sítio da lista de discussão: <<http://br.groups.yahoo.com/group/extensaopopular/>>.

tador, no programa de extensão “Pinab - Práticas Integrals da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”;⁶

f) textos de relatos pessoais de participantes do I Estágio Nacional Multiprofissional de Vivência em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família⁷ (Vepasf), um estágio de vivência do qual participei como organizador em janeiro de 2007, em que diversos estudantes, profissionais de saúde e professores universitários vivenciaram durante doze dias a realidade do projeto de extensão da UFPB “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família”;

g) textos de relatos pessoais de extensionistas de todo o País, contidos no livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*, publicado em 2006, o qual ganhou destaque no cenário acadêmico nacional por ser pioneiro em publicar “a

6 O programa Práticas Integrals de Promoção da Saúde e Nutrição na Atenção Básica (Pinab), do Departamento de Nutrição/CCS e do Departamento de Promoção da Saúde/UFPB, é realizado com as comunidades de Jardim-Itabaiana, Boa Esperança e Pedra Branca, localizadas no bairro do Cristo Redentor em João Pessoa/PB, e atua na Unidade de Saúde da Família “Vila Saúde” e na Escola Municipal de Ensino Fundamental Augusto dos Anjos. O Pinab é desenvolvido segundo o referencial teórico da Educação Popular, com práticas de ação e reflexão da Nutrição no campo da Saúde Coletiva e da Segurança Alimentar e Nutricional, o que contribui para que os extensionistas percebam o trabalho em saúde como um ato de compromisso social e construção coletiva de cidadania. Atuam, em média, vinte estudantes do primeiro ao sétimo períodos do Curso de Nutrição, além de um nutricionista e três docentes. Para conhecer melhor, acessar: <www.projetopinab.blogspot.com> ou <www.pinab.ufpb.com>.

7 O Vepasf aglutinou atores de práticas de Educação Popular em saúde pelo Brasil, criando espaços de interação entre eles e os participantes da Extensão Popular da UFPB. Seu fortalecimento é pautado na problematização dos desafios, das dificuldades e das possibilidades para a Extensão Popular dentro da Universidade. O grupo de professores e de estudantes do Projeto Pepsaf decidiu organizar o I Vepasf em torno de vivências na Comunidade Maria de Nazaré e momentos de discussão teórica na UFPB. Para isso, realizaram-se espaços de interação com as famílias e rodas de conversa para aprofundar saberes e fazer intercâmbio entre eles, assim como participar dos grupos educativos da Comunidade.

voz” dos próprios estudantes e dos professores em suas experiências e reflexões sobre o cotidiano da extensão.

É importante ressaltar que, em que pese a análise feita com base nas observações e nos registros provenientes da pesquisa documental, ela tem limites, no que tange ao movimento nacional de Extensão Popular, em evidenciar as diferentes vozes dos diversos protagonistas dessa experiência. Assim, visando respeitar a vocação participativa e diversa do movimento, consideramos outras vozes, outros sentimentos, construídos a partir de outros lugares, contextos e experiências, diferentes dos contextos e das vivências pessoais do pesquisador. Ao poder registrar essas vozes, o esforço de compreendê-las permitiu aos pesquisadores aprenderem dimensões ainda inexploradas ou pouco refletidas em suas observações e/ou nos registros oficiais.

Para tanto, em primeiro lugar, realizamos um grupo focal com três sujeitos, cofundadores da Anepop. Em seguida, entrevistas individuais foram realizadas após a análise do grupo focal para aprofundar questões possivelmente deixadas abertas após a análise dos documentos e do grupo de discussão. Constaram de depoimentos escritos, em virtude da distância geográfica de acesso a essas pessoas. Participaram estudantes e ex-estudantes envolvidos diretamente no histórico de construção da Anepop. Ao longo do texto, os depoimentos serão apresentados de forma destacada no contexto, conforme ilustrado abaixo, e estará indicada sua fonte (grupo focal ou entrevista individual).

Diante do exposto, depois de situar as questões que motivaram o estudo e as opções metodológicas que guiaram sua construção, no próximo capítulo conheceremos o contexto e os fundamentos da experiência da Anepop, por meio de um depoimento com as vivências do autor principal. Tendo em vista sua atuação na Anepop desde sua fundação, bem como sua participação ativa em momentos desse movimento nacional, acompanhar suas vivências é compreender como surgiram as questões centrais desta

obra e como a experiência da Anepop foi configurando elementos pedagógicos essenciais para a formação universitária na perspectiva da Educação Popular.

1

AS VIVÊNCIAS E APRENDIZADOS DE UMA CAMINHADA ESTUDANTIL CONSTRUÍDA COM A TRAJETÓRIA DA ANEPOP



Como muitos outros jovens de classe média nascidos na década de 1980, meu projeto inicial de vida era, exclusivamente, “entrar na Universidade”. Para a maioria dos meus colegas, no colégio e na vizinhança, a Universidade era um lugar misterioso e pouco definido, mas redentor. Pouco importava nossa ignorância quanto a sua organização e funcionamento nem sobre o que nela faríamos. Confiávamos na Universidade como um lugar onde entraríamos somente para, com toda a certeza, sair de lá com uma profissão que nos garantisse uma boa renda, um futuro assegurado. Dizem que a Universidade tem um compromisso social. É curioso como pouco se ouve falar disso na maioria dos setores da sociedade. Pessoalmente, nunca tinha ouvido falar sobre “compromisso social”, pois, quanto à Universidade, só me interessava concluir o curso, para conseguir o diploma e ter uma profissão por toda a vida.

Em meio a tantos sonhos, segui o caminho (preponderantemente) recomendado para a entrada na Universidade: bons estudos no colégio, prestação de cursinhos preparatórios, submissão ao vestibular. Passadas tais etapas, em 2002, ingressei na Universidade. Desde os primeiros dias de aula, continuava com um forte desejo cultivado desde a infância: sair de lá com meu

emprego garantido. Por isso, passei os três primeiros semestres letivos dedicado a me destacar com as melhores notas e ser o melhor candidato possível às vagas em campos de trabalho. Muitos professores nos advertiam: o excelente desempenho nas disciplinas e nos estágios nos garantiria vagas no “mercado de trabalho”. Assim, nos primeiros meses de curso, procurei participar de estágios, para que ganhasse treinamento, conhecesse melhor minha área de atuação e me capacitasse bem mais para estar apto àquele “mercado”. Não tive muita sorte. As vagas para estágio só surgiam após o segundo ano. De acordo com as empresas, ainda era muito “novo” no curso para pleitear participação em estágios. Restavam as monitorias e as participações em alguns projetos de pesquisas de professores, das quais procurei tomar parte, mas não perseverei, por ter encontrado outra interessante possibilidade no caminho. Curiosamente, uma oportunidade que não me exigiu, como pré-requisito de entrada, acúmulo teórico de sala de aula. Era um tipo de trabalho pouco conhecido por mim até então: a extensão universitária.

Tomei conhecimento de um projeto de extensão por uma propaganda feita por um colega de curso, cuja descrição da atividade pode resumir minha visão de extensão na época: “é um projeto onde os estudantes vão acompanhar atendimentos de saúde numa comunidade e assistir às famílias carentes da área, dar dicas de saúde. É uma boa forma de começar a exercer a profissão de nutricionista, ver como é na realidade os atendimentos. Para podermos ver na prática como é a teoria que aprendemos na sala de aula”. Mesmo ficando muito animado, aquela propaganda não foi suficiente para quebrar meu medo de enfrentar a realidade e as práticas de trabalho do nutricionista. Preferia evitar esse enfrentamento e me esconder na proteção teórica dos estudos das disciplinas. Ironicamente, foi justamente uma disciplina de graduação que me fez quebrar esse medo e enfrentar o “desconhecido” mundo real. O professor Lindemberg Medeiros, então responsável pela disciplina “Desenvolvimento

da Comunidade e Comunicação” (obrigatória no currículo do Curso de Nutrição que cursei), estabeleceu, como uma das atividades práticas da disciplina, conhecer ações de educação em saúde desenvolvidas em projetos de Extensão Popular da UFPB. Foi então que, num sábado de manhã, do mês de junho de 2003, peguei o ônibus em direção à Comunidade Maria de Nazaré, localizada na periferia urbana de João Pessoa. Tive meu primeiro contato com o projeto de extensão “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família”, o Pepasf.

Situada no bairro Funcionários II, em João Pessoa, a Comunidade é geográfica e demograficamente pequena quando comparada com outras da cidade. Tem cerca de seiscentas e cinquenta famílias, as quais têm enfrentado, principalmente, problemas com moradia, falta de saneamento e violência. Tem um forte movimento popular, organizado pela Associação de Moradores, que vem lutando e conquistando direitos básicos de cidadania, especialmente na área de saúde e de educação. O Pepasf articula atividades de promoção e atenção à saúde com moradores da comunidade, numa perspectiva integral e popular, sensibilizando o estudante em sua formação, mediante o conhecimento das dificuldades, das carências e das experiências daquele povo. Participam, em média, sessenta estudantes de diferentes áreas da UFPB: social (Comunicação Social, Serviço Social, Pedagogia, Psicologia) e saúde (Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Medicina, Nutrição, Odontologia), compondo uma proposta interdisciplinar de atuação. Atua em visitas domiciliares às famílias e apoio aos seus variados grupos de ação, em parceria com a Associação Comunitária Maria de Nazaré (Acoman), a Unidade Saúde da Família (USF) e o Centro de Referência da Educação Infantil (Crei).

Nunca entrara numa “favela”. Minha visão de lugares como aquele era forjada com base no que via em filmes, nos jornais e nas novelas da televisão: nascedouro e desaguadouro de violência, cenário de crimes, guardador de doenças, habitado por uma

gente sofrida, entre dores e exposta à miséria. Era um mundo muito diferente do meu. Não apenas em suas características internas, mas também geográficas. Um mundo que havia ficado sempre distante de mim e do qual eu era protegido. Mas, naquela ocasião, aquele precioso sonho de ser um bom profissional me motivava a entrar naquele mundo e aperfeiçoar meus conhecimentos praticando saúde na assistência àquelas pessoas. Aprender minha profissão praticando-a com os pobres. Acompanhado de estudantes que já participavam do projeto e acompanhavam algumas famílias, adentrei a comunidade tomado pelo medo. Um frio na barriga. Um incômodo. Era uma montanha de gelo. Frio, continha-me com meus medos, motivado unicamente por saber como lidar com aqueles problemas para ser um futuro bom profissional. Mas algo começava a derreter a geleira.

Caminhando pela Comunidade junto comigo, a estudante veterana me contava como trabalhava a promoção da alimentação saudável com aquelas famílias. Ela perguntava o que gostavam de comer, o que não gostavam e o que tinham condições financeiras de comprar. Trabalha com desenhos com as crianças. Po meio deles, explicava-lhes o valor nutricional dos alimentos. Com os pais e as mães, planejava estratégias para conseguir realizar um cotidiano alimentar saudável apesar das limitações financeiras e conversava com eles sobre muitos outros assuntos. Fofocas da comunidade, empregos, os problemas do posto de saúde e as novidades de seus dias de lazer. Começava a compreender bem mais como eu poderia atuar naquela realidade. Ao ser convidado também a entrar na conversa, partilhar alguns sonhos e participar do planejamento da saúde daquele povo, sentia-me mais útil, mais gente. Sentia que podia verdadeiramente contribuir com algo, mesmo que muito pouco, para melhorar a vida daquele povo. E, mais do que isso, fiquei aliviado ao saber que não bastava ser um doutor em nutrição para trabalhar com aquele povo, mas também ser aprendiz. E eu estava adorando aprender a viver com aquelas pessoas.

Olhar nos olhos e me encontrar humanamente com as pessoas da comunidade foi um processo sutil, que gerou repercussões pessoais inesperadas, numa mudança forte como um vento. Tão potente que muda paisagens sem tempo de pensar: as pessoas, a gente, o povo da comunidade. De pronto, na primeira casa em que entrei, fui convidado a ficar à vontade. Tirar o sapato, sentar no sofá, ouvir um pouco de pagode, enquanto conversávamos sobre a saúde daquela família. Ao contrário do que pensava antes, durante a conversa, não se falava só sobre doença e violência. Aquelas pessoas tinham uma vida, corações que pulsavam não apenas ao tom das precariedades materiais evidentes, mas no compasso das amizades, do amor partilhado entre irmãos e amigos, das confidências e das brincadeiras entre a família. A comunidade deixava, aos poucos, de ser “aquele lugar” do descontentamento, da dor e da negação, para ser também cenário de alegrias, de expressão de gostos, de festividades e contentamentos. Fui mais bem acolhido em muitas daquelas casas do que em algumas casas de amigos pessoais ou vizinhos.

No meio das conversas, dos desabafos, de choros e sorrisos partilhados com respeito e carinho durante essas visitas, algo me chamou a atenção. Ao contrário do que pensava ou sabia da vida em “favelas” por meio das novelas ou dos noticiários, percebi haver esperança no olhar, na fala e no coração daquele povo. A situação era precária e difícil, as dores quase cotidianas, mas havia um sentimento de que a vida poderia ser diferente, e o futuro seria melhor. Sempre poderíamos fazer algo para melhorar de vida. Ao conhecer a história da comunidade, percebi que grande parte de seus moradores chegaram ali sem ter um teto onde se abrigar. Vindos de movimentos de luta por moradia, ocuparam aquele território, inicialmente, com lonas e papelões e fixaram residência, lutando cotidianamente para comprar tijolos e materiais de construção que pudessem, aos poucos, dar melhores condições de fixação àquele local. Junto com isso, o povo lutou para ter acesso à saúde, a educação para seus filhos, segurança, trabalho,

entre tantos outros direitos tácitos que lhes eram socialmente negados. Então, percebi que, apesar de difícil, com muito trabalho, poderíamos nós, futuros profissionais, ajudar a mudar a vida daquela gente. Tínhamos um papel importante ali, que era muito mais do que “dar a mão”, prestar uma escuta ou realizar um atendimento. Precisávamos nos aliar à luta daquele povo para ter melhores e dignas condições de vida.

Sábado após sábado, eu continuava indo até a comunidade, enfrentava quase uma hora de ônibus para chegar, deixava de ir à praia ou de estudar para as provas nos finais de semana. Algo me chamava para aquela comunidade. Se, inicialmente, era piedade ou compaixão, com o tempo, passou a ser compromisso. O compromisso social tão decantado passava, finalmente, a fazer sentido para mim. Ora, eu não poderia mais ser o mesmo depois de conhecer as pessoas da comunidade. Não havia caminho de volta. O compromisso social não era seco e estéril como aquele que estava escrito nos institutos oficiais acadêmicos; estava encharcado de amor e de esperança. Um amor elaborado paulatinamente naquelas visitas à comunidade, semana após semana, conversando com as pessoas sobre suas vidas, seu cotidiano e seus problemas. Íamos juntos, procurando compreender bem mais todos esses elementos. Entender a vida e procurar meios de melhorá-la. Por meio do diálogo, eu e meus colegas de projeto procurávamos estimular a capacidade criativa e crítica daquelas pessoas, mesmo sem entender teoricamente como. Nesse processo, íamos, aos poucos, fortalecendo um vínculo, concretizado na partilha de amizade com gentes que pensavam ser muito diferentes de mim.

Enquanto vivenciava esse processo de redescobertas e de encantamento com a comunidade, evitava adentrar as outras dimensões oferecidas pelo projeto de extensão. Por exemplo: não gostava de participar de reuniões de trabalho. Em minha cabeça, eram encontros chatos, demorados, para realização de negócios ou celebração de acordos e até discussões entre opositos para a

tomada de decisões importantes. Nos primeiros meses de minha participação no Projeto, não ia às reuniões internas da equipe, que aconteciam na Universidade. Contentava-me em realizar as visitas às famílias. Sempre que colegas e professores lembravam a reunião ou cobravam minha presença, eu disfarçava. Dava uma desculpa “esfarrapada”. No entanto, conforme minha participação se tornava mais frequente na comunidade, a presença na reunião era mais cobrada e não tive como me esquivar.

Mesmo relutante, ia às reuniões. Inicialmente, ficava totalmente calado, apenas observando os debates e as decisões sendo tomadas pelos estudantes mais veteranos e pelos professores. Espantava-me o espaço dado aos estudantes nas reuniões. Não eram os professores que ditavam os rumos das reuniões ou organizavam as pautas. Curiosamente, eram os estudantes os protagonistas daquele espaço. Não conseguia entender isso, até me dizerem que se procuravam conduzir a organização do projeto e as relações professor-estudante do mesmo modo como conduzíamos as visitas. Ou seja, procurando escutar as pessoas, valorizar sua palavra e sua capacidade crítica. Assim, à medida que participava das reuniões, um elemento novo de aprendizado desenvolvia-se comigo: começava a me sentir parte importante e responsável pelo Projeto de Extensão, não apenas pelas famílias que acompanhava. Isso se intensificou quando me inseri em uma das comissões organizativas do Projeto, a de cadastro, cuja missão era estruturar o acompanhamento das visitas domiciliares realizadas. Cuidávamos de registrar o número de famílias acompanhadas, o histórico de visitas, as características sociais das famílias e as atividades com elas promovidas.

Assim, em todas as reuniões, outros colegas e eu éramos estimulados a falar, pois precisava ser repassado coletivamente o trabalho da comissão de cadastro. Se, antes, apenas observava os mais antigos e achava que não poderia contribuir, a partir daquele momento, comecei a ver que tinha algo a dar ao Projeto. Senti que podia também planejar e refletir sobre seu processo

de construção. Isso me dava coragem. Conferia estímulo para me fazer acreditar que meu trabalho tinha importância e algum impacto, o que me estimulava a seguir participando ativamente do Projeto. Era coautor de uma história. Ademais, participar das reuniões me fez começar a compreender o Projeto com uma ótica mais estrutural e política, ou seja, começava a enxergá-lo como uma ação educativa. Aquele trabalho não consistia apenas em visitas aos sábados, pois tinha uma estrutura organizacional: seus participantes tinham atribuições, e a ação tinha objetivos e metas a se desenvolverem. O Projeto não caminhava sozinho, e os professores se recusavam a assumir, sozinhos, sua administração. Era preciso cuidar do Projeto.

Depois de um ano de participação, sentia-me mais à vontade para intensificar o trabalho com as famílias que acompanhava e, junto com os demais estudantes, contribuir com a estruturação daquela experiência. Cuidava para que continuasse com bons vínculos com a comunidade e merecesse respaldo das instâncias acadêmicas, mediante sua inserção em programas de bolsas de extensão e incremento de sua credibilidade como experiência formadora.

A essa altura, já estava clara para mim a dicotomia entre a universidade do meu curso de graduação e a da Extensão Popular em comunidade. Com raras (mas importantes)¹ exceções, nas aulas, eu era apenas um “aluno” submisso à vontade e ao desígnio dos professores, com a principal tarefa de decorar habilmente procedimentos técnicos, assertivas científicas e formulações teóricas,

1 Como aconteceu comigo, através da disciplina do Prof. Linderberg Medeiros (Departamento de Nutrição/UFPB), e em algumas outras durante o curso, existem muitos professores na Universidade que, ligados ou não à Educação Popular, importam-se com o desenvolvimento educativo do estudante. Assim, estimulam sua participação, sua leitura crítica dos conteúdos e um contato com a realidade social e o mundo do trabalho. O autoritarismo, a educação bancária e o cientificismo podem, ainda, ser hegemônicos, mas estão longe de ser absolutos no contexto acadêmico. Como veremos nas próximas páginas, existem vários movimentos de reorientação do jeito de viver e organizar o processo pedagógico na Universidade.

e meu desenvolvimento só era medido pela nota de avaliações escritas. Havia alguém que sabia de tudo e um bom número de *alguéns* que nada sabiam e estavam ali para, passivamente, “aprender”. Por outro lado, na extensão, os professores acreditavam em mim e acompanhavam meus trabalhos com respeito. As orientações eram procedidas com diálogo, sempre mediado por minhas perguntas e curiosidades. Além disso, eu aprendia com o que era necessário, premente e, até, urgente, com a vivência em comunidade. Muitas vezes, eu mesmo procurava os livros para aprender buscar conhecimentos. Era a vida que pedia a aprendizagem e recomendava o que devia ser ensinado. Nesse processo, fui me apaixonando por esse trabalho, chamado extensão universitária. Queria adentrar mais intensamente a ele, descobrir novas possibilidades, qualificar minhas ações.

Tal inquietação me encorajou a participar de eventos nacionais da extensão, junto com companheiros de Projeto. Foi assim que ingressei na delegação paraibana, que foi ao 2.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), em Belo Horizonte (MG). Na viagem de dois dias de ônibus, conheci estudantes de outras experiências de Extensão Popular da própria UFPB. Nas várias conversas, dois processos interessantes se desenvolviam: à proporção que eu ia conhecendo outras perspectivas e outros jeitos de atuar na Extensão Popular, via a importância e o significado dessa extensão em áreas diferentes das do Pepsaf — como o Direito, a Administração, entre outros. Ademais, fui conhecendo outras extensões na área da saúde. Nessas conversas, eu realizava um importante exercício: pronunciar minha experiência. Pode parecer simples, mas, ao partilhar a experiência da Extensão Popular de que participava, eu podia elaborar uma visão mais crítica e estruturada do Projeto. Tinha de saber defender sua metodologia, receber as críticas e pensar em modos de respondê-las. Esse exercício foi desenvolvido durante todo o evento, dialogando com extensionistas de todo o País. Assim, o sentimento de pertença em relação ao Projeto e minha visão crítica se aprimor-

ravam. Não era um extensionista “*fazedor* de tarefas” acadêmicas. A experiência do Pepasf encorajava-me a me portar como educador, pois era representante e coautor de uma experiência educativa da Universidade. Isso é pedagógico, pois ensina, mobiliza e quebra barreiras pessoais aparentemente intransponíveis.

Observando as apresentações de trabalhos, percebi que a Paraíba não estava sozinha. Não éramos pioneiros solitários de uma extensão diferente. A Extensão Popular também era desenvolvida em diversas instituições pelo Brasil. Era impressionante o número de estudantes e de professores com os quais nos identificávamos nos espaços formais e informais do congresso. Todavia, nos vários espaços do evento, era tímida a participação do estudante e quase ausente a presença de representantes das comunidades ou de movimentos sociais. Na maioria dos trabalhos expostos, a participação estudantil e comunitária apresentava-se menor, e as descrições dos projetos revelavam ações com pouco diálogo e troca de saberes. Ora, onde estava, então, aquela Extensão Popular tão querida que vivenciei em João Pessoa e que era partilhada por tantos outros colegas do País?

Naquele tempo (em 2004 e 2005), os estudantes que vinham dos projetos de extensão em Educação Popular participavam, com muita perplexidade e estranheza, dos encontros regionais e nacionais de extensão. Enquanto aprendíamos, em nossos projetos de extensão, sobre a importância do compromisso ético com a emancipação humana, com a autonomia do povo e da gente, e enquanto compreendíamos a importância do ser mais, convivíamos com metodologias ativas e participativas, amorosas, libertárias e nos deparávamos, em encontros como o CBEU, com uma extensão autoritária em sua relação com a população. Assistíamos a debates e a apresentações de trabalhos em que os estudantes (lá, os “alunos”) eram meras peças, eram mão de obra, e a relação com a comunidade era utilitarista, muitas vezes.

Nesse encontro, a participação da população ou de movimentos sociais era muito tímida. Não havia análises críticas da

extensão por parte da população, dos estudantes dos projetos ou dos movimentos populares. Os pró-reitores de Extensão e mais alguns professores é que analisavam. Testemunhávamos com indignação a insistência de muitos gestores universitários em ver na extensão mais um espaço para reafirmar a distância entre a Academia e o povo, com destaque para a superioridade da primeira, na produção de conhecimentos que nem mesmo chegavam ao povo. Mais do que isso, ao contrário dos nossos projetos de extensão em Educação Popular, vimos que, na maioria das vezes, a extensão era feita PARA A COMUNIDADE (assistencialista) ou APESAR DA COMUNIDADE (empresarial/comercial/mercantilista), mas pouco se via a extensão feita COM A COMUNIDADE, até porque esta última raramente estava presente ou nem sequer era convidada.

Houve, então, dois momentos no evento que me fizeram entender a perplexidade acima relatada. O primeiro foi a reunião da Ação Nacional de Extensão Universitária (Anexu), um grupo nacional de estudantes de projetos de extensão que se formava naquela época. Nesse encontro, constatei que havia uma série de descontentamentos quanto à gestão nacional da extensão nas universidades. Os estudantes reclamavam mais participação na organização nacional da extensão, reivindicavam inserção dos movimentos sociais nas discussões universitárias e se colocavam contra o projeto de reforma universitária apresentado na época. Num segundo momento, presenciei um ato desses estudantes na Plenária Final do CBEU, onde, com faixas e cartazes, reivindicavam o direito de falar na mesa, a fim de poder publicizar suas avaliações críticas quanto à reforma universitária.

Naquele instante, senti a força transformadora e propositiva do movimento estudantil extensionista. Observei como as insatisfações coletivamente sentidas podiam ser transformadas em proposições concretas de mudanças. Aprendi a importância das reuniões para esses movimentos, durante os quais se colocavam em roda e posição igual todos os interessados em discutir e enca-

minhar alguma insatisfação. Nesses momentos, compreendia a relevância do diálogo, com avaliações sendo socializadas e discussões sendo desenvolvidas, tudo confluindo para a elaboração de estratégias de luta comum, assumidas por todos os presentes. Os encaminhamentos eram pactuados coletivamente, e o movimento tomava vida de acordo com a capacidade que as pessoas presentes tinham de assumir responsabilidades e de cooperar para o desenvolvimento das estratégias pensadas.

Nos próximos eventos dos quais participei, senti cada vez mais fortemente esses aprendizados. No VIII Congresso Ibero-Americano de Extensão, realizado no Rio de Janeiro (RJ), os problemas sentidos no 2.º CBEU se intensificaram, como o cancelamento de apresentações de trabalhos em pôsteres, a afixação de pôsteres nos corredores do Hotel que sediou o evento e pouca preocupação com o favorecimento das apresentações de trabalhos e das trocas de experiências. Ademais, o próprio local do evento, um hotel “cinco estrelas”, na praia de Copacabana, denunciava sua intencionalidade e nenhuma preocupação em incluir ativamente os saberes dos movimentos populares, algo que julgávamos essencial no cotidiano de nossa Extensão Popular.

Assim, constatei que, mesmo na extensão universitária, prevalecem os mesmos obstáculos sentidos na maioria das disciplinas acadêmicas: *verticalismo*, autoritarismo do professor, cientificismo, pouco compromisso social, inexistência de participação popular no desenvolvimento das ações, entre outros. Fundamentalmente, a Educação Popular era minoritária no contexto da extensão universitária brasileira. Preponderavam a relação cientificista e a educação bancária. Era impressionante constatar o quanto éramos extensionistas populares desrespeitados por muitos setores da universidade em nível nacional.

A forte indignação contra a estrutura vertical e as relações educativas elitistas e autoritárias predominantes no evento tiveram como resposta uma significativa mobilização estudantil. Numa das mesas-redondas, organizamos um teatro silencioso,

com esquetes que demonstravam a falta de espaços de diálogo e a tímida participação estudantil no evento. Além disso, diversas reuniões foram organizadas pelos estudantes, em que se avaliava que era preciso lutar contra essa hegemonia na extensão brasileira.

A raiva inicial, o descontentamento e as perplexidades revelaram-se extremamente criadoras e produtivas, quando solidariamente partilhadas com membros do movimento estudantil e estudantes de outros projetos de Extensão Popular pelo País. Naquele evento, o antagonismo forte entre educação bancária e Educação Popular foi sentido de modo intenso. Assim, essas vivências me ensinaram, de modo mais aprimorado, o sentido do *Popular*, “adjetivo” com o qual qualificávamos nossas ações de extensão. A Educação Popular tinha sentido como um jeito diferente, alternativo, *alternativ²* de trabalhar a *educação como um todo*. Não apenas em sala de aula, mas no cuidado em saúde (como aprendia no projeto), na organização de eventos nacionais e em todas as relações humanas e espaços sociais que pensarmos. Passei a entender a *Educação Popular* como sinônimo de humanização, integralidade, dialogicidade, autonomia, alteridade, respeito, enfim, como expressão de uma contra-hegemonia no modo de ver e pensar o mundo, especialmente nas relações educativas.

Nesse mesmo evento, outra forte reflexão começava a se desenvolver em mim e nos meus colegas: não estávamos sozinhos. Em cada reunião, nas confraternizações ou nos corredores do evento, cultivávamos uma identidade, através da qual passávamos a desenvolver vínculos de amizade e de camaradagem e começávamos a perceber que, sozinhos, como membros de um projeto ou de um coletivo solitário, não conseguiríamos enfrentar a invisibilidade imposta às experiências de Extensão Popular

² Expressão cunhada pela professora Irene Loewenstein, do Rio de Janeiro (RJ), durante o I Estágio Nacional Multiprofissional de Vivências em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (Vepasf), cujo sentido se encontra com o do verbo “alterar”.

pelos dirigentes universitários. Somente nossa união e construção coletiva de ações propiciariam conquistas significativas. Os atos empreendidos no Congresso Ibero-Americano de Extensão foram provas disso. Assim, a necessidade de criar uma rede nacional de extensão foi consenso em muitas das conversas dos extensionistas populares nesse evento.

Duas semanas depois desse Congresso, muitos dos mesmos estudantes, professores, técnicos e lideranças sociais se reencontraram no IV Fórum Nacional de Educação e Promoção da Saúde e II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília (DF). Diferentemente do Congresso anterior, esse evento estava majoritariamente direcionado, em suas temáticas e nas formas de organização, para a Educação Popular. Assim, as contradições percebidas antes praticamente inexistiam nesse espaço. Sentíamos-nos em casa, acolhidos. Por isso, o tom das conversas dos membros da Extensão Popular era muito mais construtivo e propositivo: não precisávamos ficar pensando em estratégias e intervenções para defender a Extensão Popular, pois ela já estava contemplada na estrutura do evento. Contudo, esse fato também gerava uma dificuldade, pois o autoritarismo e a estrutura vertical dos eventos aglutinavam os atores da Extensão Popular nos eventos. Num evento próprio da Educação Popular, ainda era pouco claro para esses atores como reunir os extensionistas populares para pensar sobre seus problemas e discutir sua organização, continuando o processo iniciado no Rio de Janeiro semanas antes.

Foi então que uma mesa-redonda do evento conseguiu cumprir o papel de aglutinadora da Extensão Popular. Organizada pelo Prof. Eymard Mourão Vasconcelos, a atividade “Repensando a formação universitária através da Educação Popular e Saúde” inseriu estudantes universitários como palestrantes, para compartilhar suas vivências nos cursos da área de Saúde, e mostrar como a Educação Popular contribuiu com a ressignificação de sua formação. Participando dessa mesa como palestrante, o

“frio na barriga” que tomou conta de mim, antes de adentrar o auditório, logo se dissipou ao encontrar os colegas de mesa e o público participante: a maioria era de estudantes e professores. Pessoas com tanta experiência bonita para compartilhar, cheias de brilhos nos olhos e vontade de mudar. Assim, ao começar a atividade, senti-me em casa, entre amigos e companheiros, quando contávamos histórias de vida e desabafávamos o quanto a estrutura da universidade incomodava, oprimia e desumanizava. Foi impressionante a repercussão da atividade. Extrapolando em quase duas horas o tempo previsto, era emocionante a vontade de todas as pessoas presentes de compartilharem suas vivências e reforçar, cada vez mais, a amplitude nacional desse movimento. Para mim, ficava patente a impressão de que não éramos uns loucos “*alternativos*” em nossos projetos na UFPB, mas uma referência nacional de experiências *alterativas* do atual modelo universitário. Não estávamos sozinhos, pois compartilhávamos sonhos, ideais e metodologias com muitas e importantes experiências de extensão em todo o País. Felizmente, essa reflexão foi repetida diversas vezes por muitos outros companheiros de Extensão Popular presentes no auditório. Assim crescia a avaliação de que era preciso fortalecer a comunicação e as ações coletivas entre diferentes projetos e experiências de Extensão Popular.

Foi a partir de então que decidimos realizar uma reunião extra no evento, para continuar as reflexões sobre a mesa e pensar naquelas estratégias. Nesse momento, continuou a partilha de sentimentos quanto à Extensão Popular e seu significado singular para a formação universitária dos atores presentes. Relato a relato, repetia-se a proposta (já trazida desde o Rio de Janeiro no evento anterior) de criar ou aperfeiçoar um coletivo nacional para a extensão universitária, a partir dos estudantes e dos professores inseridos no cotidiano das práticas. Contudo, pouco a pouco, crescia na reunião uma nova reflexão: não bastava ter um grupo nacional de extensão universitária. O evento e a mesa-redonda reforçavam a relevância de haver uma identidade político-ideo-

lógica para esse coletivo. Era preciso aglutinar através de um fio condutor dessas experiências, que tivesse tudo a ver com suas principais reivindicações. Com a ajuda de alguns professores, percebíamos que nossa luta e nossas ações não eram simplesmente de extensão universitária, mas de Extensão Popular. Então, decidimos, naquele instante, pela criação de um canal permanente de comunicação entre as experiências de extensão que tivessem na Educação Popular uma metodologia central no diálogo com a comunidade e na formação estudantil. Nascia, então, a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), que tomou um corpo mais nítido, semanas depois, com a criação de um grupo virtual de comunicações e mensagens eletrônicas, reunindo por *e-mail* os vários extensionistas presentes no evento e outros que passassem a conhecer o movimento e tivessem interesse em ingressar na rede virtual.

No ano de 2006, passei a participar ativamente da construção e da consolidação da Anepop, que ainda era uma “criança muito pequena”, que exigia cuidados para manter sua vida. Conversando com companheiros mais antigos do movimento nacional de Extensão Popular, percebíamos que outras tentativas de desenvolver coletivos nacionais haviam sido empreendidas e haviam fracassadas, por causa, principalmente, da distância entre as pessoas e da falta de recursos para manter encontros regulares entre os sujeitos do movimento. Mas queríamos dar vida àquele movimento. Em primeiro lugar, porque testemunhamos sua amplitude nacional e a força existente nas trocas de experiências entre os extensionistas. Depois, porque também sentimos o quanto nossa ação conjunta era forte. Juntos, os diversos extensionistas podiam exigir vez e voz para a Extensão Popular, reivindicando, de modo mais sistemático, mais visibilidade, respeito e apoio às experiências de Extensão Popular. Mais do que isso: percebíamos que éramos os protagonistas desse movimento e que somente nossa ação insistente conseguiria propiciar a continuidade desses encontros entre as experiências de Extensão Popular e

o revide à estrutura autoritária da organização nacional da extensão. Com isso, nossa motivação era grande, não queríamos deixar aquela “criança recém-nascida” morrer.

Nos meses seguintes à fundação da Articulação, houve um tempo exigente de atuação em diversas frentes, entre as quais, duas se destacaram: a manutenção da lista de discussão e a promoção de debates sobre Extensão Popular em encontros regionais e nacionais. Precisávamos manter a virtualidade como o meio mais cotidiano de comunicação nacional, além de pensar na continuidade das discussões presenciais, que sempre animavam a mobilização e a organização.

Na lista de discussão, buscávamos incentivar a continuidade das trocas de experiências entre os vários atores da Extensão Popular aí presentes e empreender conversas mais estratégicas para pensar em ações concretas de fortalecimento da Extensão Popular. Mesmo chegando cansado de um dia de aulas na Universidade ou das atividades no projeto de extensão, era um prazer acompanhar o desenvolvimento dos debates empreendidos na lista. Todas as mensagens eram lidas. Novas pessoas chegavam, apresentavam-se e íamos conhecendo a diversidade da Extensão Popular em todo o Brasil. Também seguíamos criando e fortalecendo vínculos de amizade e companheirismo entre os diversos extensionistas. As tristezas, as alegrias e as descobertas que vivenciei na Universidade não ficavam mais guardadas somente para mim, pois eram compartilhadas nacionalmente. As dúvidas eram objeto de muitos debates, e as pessoas iam elaborando críticas e sugestões de melhoria e qualificação das ações de Extensão Popular. Passamos também a aprender muito sobre as perspectivas teóricas e metodológicas da Extensão Popular. Tanta diversidade de pensamentos e opiniões reunidas num único espaço torna-se exigente e desafiadora; precisávamos ler mais e conhecer mais a fundo as propostas trazidas pela Educação Popular para a universidade. Os debates nacionais da lista nos incentivavam a procurar saber mais e a qualificar melhor as críticas

impulsivas e emocionadas que fazíamos a partir das dores e raivas sentidas no cotidiano universitário.

Pela lista, tentávamos envolver mais pessoas na construção ativa do movimento e espalhar sua discussão em outros recantos do País. Afinal de contas, fomos percebendo que a insatisfação perante o modelo universitário era preponderante em diversas instituições de todo o País, mas, em poucas localidades, a Extensão Popular apresentava-se claramente como uma saída para os problemas sentidos. Assim, levar as discussões sobre o tema para esses locais era também uma forma de colaborar para a construção de esforços e experiências locais de Extensão Popular, como forma de enfrentar e construir alternativas para a formação tradicional nesses lugares. Fomos ocupando todos os espaços que podíamos em encontros e congressos regionais e nacionais, como o Fórum Social Brasileiro (em abril de 2006 na cidade de Recife (PE), o Congresso Nacional da Rede Unida (em julho de 2006 na cidade de Curitiba (PR) e o Congresso Mundial de Saúde Pública, em agosto de 2006 na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Também procurávamos sempre estar presentes nos encontros das executivas nacionais dos movimentos estudantis de diversos cursos. Foram muitas as ocasiões em que, chegando ao evento, improvisávamos cartazes que chamassem a atenção e convidassem as pessoas para conversar sobre Extensão Popular. Em outros congressos, procurávamos a Comissão Organizadora para propor mesas-redondas, oficinas ou incluir nossas reuniões na programação oficial. Nossa busca estava sempre em dar mais visibilidade às nossas ações, para que as pessoas pudessem saber da existência da Anepop e ser acolhidas nesse coletivo, para também participar, trazendo suas experiências para a Articulação e levando a discussão de Extensão Popular para suas práticas locais. Dessa maneira, em cada reunião, íamos registrando os principais contatos dos participantes e inserindo os *e-mails* na lista de discussão.

Encontro após encontro, percebíamos que era preciso manter o compartilhar das vivências em Extensão Popular, mas também

ir além do desabafo contra a estrutura universitária hegemônica ou a partilha de experiências de Extensão Popular. Estando às vésperas do 3.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), que iria realizar-se no mês de outubro de 2006, em Florianópolis (SC), sentíamos ser premente transformar nossos pensamentos sobre os desafios impostos pela universidade em propostas, encaminhamentos e direcionamentos para uma ação articulada do movimento nesse evento. Era evidente que a Anepop gerava um rebuliço no cenário da extensão universitária brasileira, por provocar debates e estimular a participação estudantil na organização das políticas de extensão em diversas localidades do País. Esse barulho precisava chegar ao CBEU, o “coração” da extensão universitária brasileira.

A partir de então, os encontros dos extensionistas populares passaram a ser o foco da construção coletiva de estratégias para a participação de seu movimento nacional no CBEU. Nesse momento, tive mais uma prova inequívoca do potencial de aglutinação e irradiação trazido pela Educação Popular. Mesmo sabendo que o evento seria em Florianópolis (SC), poucos dos membros da Anepop de então tinham conhecimento de parceiros ou aliados em potencial na cidade. Foi então que, graças à ampla divulgação das reuniões da Anepop, em várias listas virtuais de discussão da Educação Popular, fomos encontrando militantes da Educação Popular em Florianópolis e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, mesmo sem ter antes participado da Anepop, encamparam a luta para inserir a Educação Popular e os movimentos populares na programação do CBEU e passaram a participar ativamente dos processos de negociação com a Comissão Organizadora. Desde então, constituíram um coletivo de pessoas comprometidas com a Extensão Popular e trabalharam integrando os desafios locais da organização do evento com a organização da participação do movimento nacional.

Foi assim que construímos a Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU, em outubro de 2006, realizando um espaço educativo

organizado de modo transversal à programação oficial do evento, sob a responsabilidade total da Articulação. Foram desenvolvidos debates, rodas de conversa, socialização de trabalhos, místicas e vivências, além de exposição de trabalhos dos projetos de Extensão Popular e dos movimentos sociais. Por meio da Tenda, junto com meus companheiros de movimento, protagonizei, pela primeira vez, a organização de um evento educativo de caráter nacional, com contornos metodológicos bem peculiares. Afinal, na Tenda, desenvolvemos atividades preocupadas com o acolhimento dos participantes, o respeito à cultura popular, a valorização do saber de experiência de cada sujeito presente, a problematização e a análise crítica da realidade, a radicalização da participação estudantil e uma relação professor-estudante respeitosa e amorosa. Enfim, todos os princípios e sonhos já aperfeiçoados nas práticas locais de Extensão Popular, mas desvalorizados nos encontros nacionais de extensão universitária.

Contando com a participação ativa de cerca de quinhentas pessoas de diversas instituições e estados brasileiros, com a Tenda Paulo Freire, senti que não era apenas um sonho desenvolver espaços educativos como os que reivindicávamos. Nas várias atividades, era marcante a capacidade que todos tinham de organizar espaços de encontro, favorecer o diálogo e as trocas de experiências e travar debates a partir da análise crítica dos problemas. Fui percebendo o quanto todos esses momentos traziam uma riqueza singular de conhecimentos e nos faziam entender bem mais sua diversidade de atores e experiências e quais eram as principais propostas, as diretrizes e os encaminhamentos sugeridos pela maioria dos atores da Extensão Popular aí presentes. Ou seja, ao registrar os debates e acompanhar as rodas de conversa, íamos evitando a liderança pessoal e vanguardista do movimento, porque não apenas procurávamos conduzi-lo através dos anseios da maioria dos extensionistas escutados nas rodas, como também estimulávamos sua participação ativa na construção cotidiana do movimento.

Assim, a cada reunião, fui refletindo como se conduzia uma luta nacional com o olhar da Educação Popular. Mesmo tomados pelo cansaço de cuidar da estruturação de um evento nacional, em todo final de noite, nós nos reuníamos na Tenda para discutir sua própria organização, em encontros abertos e ampliados. Testemunhei o quanto eram importantes para o movimento as opiniões diferentes, os saberes distintos e as habilidades diversas. Alguns de nós éramos mais objetivos e queríamos logo pensar em estratégias, formular propostas e discutir encaminhamentos práticos. Outros privilegiavam mais a discussão da organização estrutural do movimento e a criação de instâncias organizativas internas. Para outras pessoas, a prioridade estava em acolher o grupo e cuidar dele, principalmente por meio da arte, da mística e do fomento à criatividade. Assim, com essa diversidade de pensamentos, as reuniões decorriam, e cada um levava uma perspectiva nova para a atuação e o avanço do movimento. Em muitas ocasiões, alguns desses grupos saíam insatisfeitos ou não concordavam com os consensos tomados pelo coletivo, mas os abraços apertados e o choro compartilhado no final das atividades da Tenda me demonstraram que, mais do que ser a opinião prevalecente, o que todos queríamos ali era fazer prevalecer a luta da Extensão Popular, dar visibilidade às suas práticas e estimular, sobretudo os estudantes, a serem protagonistas de uma história.

Na Plenária Final da Tenda Paulo Freire, os membros da Anepop promoveram uma discussão sobre como continuaria a Anepop, quais seriam seus próximos passos e como seria configurada sua estrutura de funcionamento. Elaboraram, então, uma proposta de organização estrutural que contemplou uma Coordenação Nacional, composta por atores, que foram definidos por levantamento das pessoas da Plenária dispostas a assumir tal cargo. Juntamente com outros quatro companheiros, assumi essa tarefa que ainda continuo a desempenhar. A principal tarefa definida em Plenária para essa Coordenação era comprometer-se e

disponibilizar-se a continuar mobilizando as pessoas da Extensão Popular, incentivar a participação nos espaços de encontro, administrar os debates e a lista de discussão virtual e servir como referência para contatos institucionais.

Como membro recém-eleito da Coordenação Nacional, continuei atuando em eventos e ações regionais e nacionais de Extensão Popular. Em cada oportunidade de interação vivenciada no movimento nacional, sempre voltava diferente para João Pessoa. O projeto de extensão, a sala de aula e minha vida em casa não eram mais os mesmos de antes. Algo acontecia. As lutas nacionais e as trocas de experiências com colegas de outros lugares do País exerciam importante influência em minhas vivências locais. No projeto de extensão, por exemplo, passávamos a questionar as condições infraestruturais para manter o projeto e a reivindicar o fortalecimento das ações de extensão na UFPB, o apoio financeiro e o diálogo das várias experiências. Na sala de aula, conseguíamos questionar, de modo mais qualificado, as incoerências e os verticalismos de alguns professores, chegando até mesmo a liderar processos de questionamento formal da organização e formulação das avaliações de algumas disciplinas (em que se exigia que se escrevesse exatamente igual ao livro e media-se a nota pela quantidade de linhas escritas). Finalmente, posso afirmar que, em casa, eu tentava vivenciar a Educação Popular, também, como um referencial das relações familiares. Tentar compreender gentes tão próximas e íntimas, dialogar para resolver os problemas, procurar escutar antes de perder a paciência era um grande desafio nunca acabado, mas sempre aperfeiçoado de modo tenso e saboroso desde então.

Começávamos, então, a vivenciar um processo intenso de ação-reflexão que fortaleceu nosso entendimento sobre a Educação Popular como orientação para todas as relações humanas, num processo de incorporação de seus princípios como valores éticos orientadores de nossa intervenção no mundo. Depois da realização da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU, continuei participando

da construção da Anepop, na ocasião, assumindo o papel de membro do seu Núcleo Articulador Nacional (no qual continuo atuando até hoje). Juntamente com outros estudantes, dedicava parte de meu tempo a um trabalho árduo, mas recompensante: continuar as ações da Anepop. Desde então, seguimos promovendo encontros entre os extensionistas populares e protagonizando eventos próprios em parceria com coletivos aliados, como o I Encontro Nacional de Extensão Popular em Saúde (Eneps), em Caucaia (CE), de 31 de julho a 3 de agosto de 2008; o I Seminário Nordestino de Extensão Popular (em João Pessoa, em outubro de 2007) e o I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (Senapop), em João Pessoa, em novembro de 2009.

Nesse ínterim, conseguimos ampliar a rede de apoio solidário da Anepop, fazendo parcerias e promovendo ações em conjunto com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular, a Rede de Educação Popular e Saúde, a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde e o Grupo de Trabalho de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva. Além disso, apoiamos a construção coletiva de um livro de reflexões e vivências de Extensão Popular, que foi organizado por sete pessoas de diversos locais do País e contou, inicialmente, com a inscrição de cinquenta artigos provindos de diferentes experiências no campo da Educação Popular. Depois de quatro anos de vivências na Extensão Popular, por meio do projeto Pepasf, e dois anos de participação ativa no movimento nacional de Extensão Popular, por meio da Anepop, concluí o Curso de Graduação em Nutrição.

Nessa nova etapa de minha vida profissional, resolvi continuar trabalhando na Extensão Popular, tanto localmente, nos projetos de extensão, quanto nacionalmente, participando do movimento através da Anepop. Foi então que, juntamente com colegas egressos do Curso de Nutrição e a professora Ana Cláudia Peixoto Cavalcanti de Vasconcelos, do Departamento de Nutrição, coordenei a construção de novo projeto de Extensão Popu-

lar, cujo principal objetivo era demarcar uma experiência de Educação Popular especialmente voltada para a formação de nutricionistas, cujo principal eixo norteador é a promoção da saúde e da segurança alimentar e nutricional. Por meio do Projeto Pinab, atuo, desde 2007, como colaborador e professor, acompanhando estudantes no processo de desenvolvimento da Extensão Popular com as comunidades de Boa Esperança, Jardim Itabaiana e Pedra Branca, no Bairro do Cristo Redentor em João Pessoa (PB).

No mesmo período em que iniciamos o Pinab, ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFPB, onde integrei o Curso de Mestrado em Educação, na linha de Educação Popular, sob a orientação do professor Eymard Mourão Vasconcelos, que vinha me acompanhando no Pepas há alguns anos. Com o mestrado, encontrei uma oportunidade de promover uma sistematização das experiências que vivenciei durante muitos anos de atuação local e nacional. Entre tantos importantes temas de pesquisa, optamos por desenvolver uma questão relevante, mas ainda pouco explorada nos estudos empreendidos no campo da Extensão Popular, mas que tinha acompanhado pessoalmente durante meus quatro anos de experiência: a pedagogia desenvolvida pela participação estudantil no movimento nacional de Extensão Popular e sua implicação na formação universitária.

Este estudo é resultado dessa pesquisa de mestrado, que advém de muitas vivências e implicações pessoais em empreendimentos locais de Extensão Popular e no movimento nacional de Extensão Popular, como demonstrado ao longo deste capítulo.

FORMAÇÃO UNIVERSITÁRIA: DESAFIOS A PARTIR DA EXTENSÃO POPULAR



Para compreender como a experiência de participação no Movimento nacional de Extensão Popular tem desenvolvido uma pedagogia que repercute na formação universitária, precisamos tecer algumas considerações sobre o campo da formação universitária, em suas facetas históricas e sociais, bem como suas diversas correntes teóricas. Nessa perspectiva, identificaremos alguns dos principais aspectos inerentes à produção teórica sobre formação universitária, não partindo apenas das referências bibliográficas, mas também das informações coletadas ao longo da pesquisa, de acordo com os procedimentos metodológicos já explicitados no capítulo anterior, o que permitirá evidenciar os principais pensamentos que permeiam o objeto de estudo (a Anepop), no que diz respeito ao principal foco e problema de pesquisa.

A formação universitária

Num cenário de uma sociedade ainda marcado pela exploração do homem pelo homem, por meio do trabalho, deparamo-nos com a insistente marca das desigualdades sociais em todo o mundo, cristalizada na tímida ou inexistente realização de direitos sociais e humanos pela maioria da população. A convivência com a rique-

za de uns e a pobreza econômica de outros parece natural. Em decorrência disso, neste século XXI, consolida-se a ideia de que cada um é responsável direto pela construção de seu futuro. Por causa disso, valores como a competitividade crescem cada vez mais, num palco onde se naturalizam a pobreza econômica e as desigualdades sociais.

Crescendo num meio social envolto por tais ideias, muitos estudantes ingressam na Universidade sem nunca terem considerado atentamente a realidade social circundante em sua cidade, em seu estado ou em seu País. Muitos deles (mesmo os provindos das classes menos favorecidas) acabam enquadrando-se num cotidiano em que são telespectadores assíduos dos programas exibidos na televisão e participantes ativos do mundo e das relações virtuais propiciadas pela internet, mas poucos param para olhar ao seu redor. Desde a família até a vizinhança, quase não percebem a riqueza e as contradições do mundo ao seu redor e desconhecem as causas dos acontecimentos sociais.

Não devíamos achar natural que, desde pequenos, tenhamos as nossas vontades e os nossos desejos suprimidos simplesmente porque ainda não estamos aptos para realizá-los devido a pouca experiência. O problema não está em aceitar essa condição momentaneamente, o grande problema está na insistência em continuar na mesmice; em permanecer inerte; em não usar o potencial para fazer algo, algo bom (Larissa Menezes, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Idosos do Projeto de Extensão Pinab, in Carneiro et al, 2007, p. 20).

Quando os estudantes ingressam nos cursos de graduação universitária, muitos de seus desejos continuam suprimidos, conforme destaca Edney Vasconcelos (2006, p. 75):

Com o passar dos anos, parece que nos vamos “aprisionando” na grade curricular, nas provas estritamente teóricas,

no pensamento cartesiano de separação do ser humano em partes para se entender o todo, nos diagnósticos, nos exames complementares e nos tratamentos. Desvaloriza-se o doente pela eloquência da doença e, com isso, todos perdem. Muitas vezes, dominamos tecnicamente toda a informação científica de tal patologia, e isto é preciso, mas não “tocamos” nos pacientes, e ainda reclamamos que eles não aderem aos nossos tratamentos (depoimento do livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*).

Com efeito, a formação universitária sempre constituiu um reflexo da sociedade que lhe compõe e lhe dá sentido. Assim, o processo de alienação da realidade social intensifica-se quando da entrada dos estudantes na Universidade, pois o modelo acadêmico preponderante é aquele que legitima a desvalorização das vontades e dos desejos dos jovens estudantes universitários. Isso ocorre, sobretudo, em razão da distância entre a teoria e a prática e da abordagem cientificista em que os conhecimentos científicos se tornam eruditos, num grau de excelência que exclui do processo de construção de saberes quem não teve acesso a esse aporte teórico.

Essas características predominam na organização da formação universitária em diversas instituições do Brasil e do mundo. Para compreender por que esse modelo vigora há tanto tempo e consegue pautar a formação de tantos estudantes, voltaremos nosso olhar para o papel que cumpre à Universidade na sociedade.

Traços históricos da formação universitária no Brasil

A perspectiva de formação universitária preponderante atualmente é fruto de um relacionamento tenso entre diferentes concepções e correntes acadêmicas, notadamente a alemã, a francesa e a norte-americana. De acordo com Paula (2009, p. 73), o ensino universitário francês (napoleônico) era “caracterizado por

escolas isoladas de cunho profissionalizante, com dissociação entre ensino e pesquisa e grande centralização estatal”. Por sua vez, o modelo alemão enfatiza a importância da pesquisa na Universidade, enquanto o modelo francês se volta para a formação especializada e profissionalizante, via escolas isoladas; o alemão enfatiza a formação geral, científica e humanista, com enfoque na totalidade e na universalidade do saber. Esses dois modelos foram as principais bases sobre as quais começou a se desenvolver a maioria das universidades do Brasil. Ao longo do tempo, outras tradições foram constituindo-se, incrementando de mais elementos os modelos brasileiros de universidade e repercutindo na conformação de diferentes propostas de formação universitária.

Inspiradas pelo modelo português, as universidades surgem tardiamente na história do Brasil, implementando uma perspectiva de cursos isolados e de caráter exclusivamente profissionalizante. Ao contrário das propostas alemãs ou francesas, em que a importância da pesquisa e do desenvolvimento científico era maior, no Brasil, os primórdios da universidade estavam atrelados à capacitação dos indivíduos para a aquisição de títulos e autorização para o exercício profissional. A expansão dos cursos de graduação nas universidades desse período legitimou o tecnicismo como um passaporte para a ascensão do *status* social das pessoas, constituindo um acesso garantido a empregos com alta rentabilidade e ótima aceitação aos olhos da sociedade. Por tudo isso, a maioria da população passou a conceber a capacitação técnica como principal função acadêmica, por meio do domínio de tecnologias, teorias e métodos.

A partir dos anos 1960, conforme destaca Paula (2009), no Brasil, houve um amplo movimento sustentado pelas reivindicações do movimento estudantil e dos professores mais progressistas para rediscutir a organização geral da Universidade e de suas propostas de formação. Estavam em jogo muitos dos principais aspectos políticos e arranjos metodológicos implementados pelos primeiros modelos. Contudo, com o Golpe de 1964, a

reformulação estrutural das universidades brasileiras passou a ser absorvida seguindo a perspectiva da tradição universitária norte-americana, segundo a qual deve haver um vínculo linear entre educação e desenvolvimento econômico, entre educação e mercado de trabalho; instituição do regime de créditos e matrícula por disciplinas, [. . .] visando a uma maior racionalização para as universidades; expansão do ensino superior, através da ampliação do número de vagas nas universidades públicas e da proliferação de instituições privadas, o que provocou uma massificação desse nível de ensino e culminou com a ênfase nas dimensões técnica e administrativa do processo de reformulação da educação superior, no sentido de despolitizá-la (Paula, 2009, p. 77; Paula, 2002).

Assim, as influências do modelo francês e do alemão passam a conviver com a invasão da tradição universitária norte-americana na organização acadêmica brasileira durante a Ditadura Militar. Em decorrência, conformam-se modelos de ensino universitário marcados pelo mecanicismo de inspiração cartesiano-newtoniana, fragmentado e reducionista. Assim, no seio das universidades brasileiras, passava-se a fomentar uma constante formação profissional marcada pelas concepções de vida e de sociedade individualistas, competitivas, tecnicistas e fomentadoras do elitismo cultural e educativo.

Nos dias de hoje, essas balizas éticas, teóricas e filosóficas universitárias convivem com um novo contexto. Para Jezine (2006), a universidade encontra-se inserida em um contexto social de transformações econômicas, políticas, sociais e culturais, marcadas pela abertura de mercado, pela globalização da economia, pela privatização das instituições públicas e pela terceirização de serviços, o que a tem induzido a formar um novo modelo de universidade, pensado com base em princípios empresariais, vinculado ao projeto de reforma do Estado brasileiro e à implantação de políticas neoliberais. Orientada por esses ideais, a atual política universitária dominante reforça um

modelo hegemônico de (con)formação universitária, [que] pode levar à paralisia frente às iniquidades sociais e gerar a valorização do mérito individual, do saber mercadológico e da racionalidade instrumental, além da produção do sentimento de continuidade do status quo (Isaquiél Rosa, no texto “Pedras, noites e poemas: percepções de um extensionista popular” do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop).

Nessa esteira, em lugar de servir para o desenvolvimento humanitário e ambiental no mundo, a formação universitária propõe-se a capacitar e a certificar as pessoas a fim de lhes garantir a acumulação de riquezas. Diversos são os autores que concordam ser esta a função social da universidade — capacitar indivíduos para o mercado de trabalho. Evidentemente, o problema não está na intenção de garantir o sustento individual e familiar das pessoas nem em permitir que atuem no mundo do trabalho e nas redes de relações a ele inerentes (o mercado, por exemplo), mas de tornar o conhecimento científico e a graduação algo tão erudito, inalcançável e elitizado que esses objetivos passam a ser perseguidos com avidez, desumanidade e frieza. Ora, ao seguir essa perspectiva,

o ensino acadêmico silencia a indignação e inclina-se para a competição por notas — que servem como filtro indicador do profissional “eficiente e competente” que se tornará mão de obra para o mercado (Isaquiél Rosa, no texto “Pedras, noites e poemas: percepções de um extensionista popular” do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop).

Atualmente, a formação universitária dominante concorre com a perda das dimensões essenciais ou da própria missão dessa instituição, quais sejam: o compromisso com a promoção da

cultura, o estímulo ao desenvolvimento do pensamento crítico, a proteção e a garantia da liberdade de criação, a disseminação de conhecimentos úteis para a resolução dos problemas e dos dilemas sociais e a qualificação permanente da relação entre os indivíduos e suas coletividades e deles com a natureza.

Principais características da formação universitária dominante no Brasil

Hoje, podemos afirmar que a formação universitária brasileira tem diversas facetas e propostas, o que constitui um verdadeiro caldeirão de propostas que derivam, necessariamente, do atual contexto social, político e econômico de nossa sociedade, mas que também guardam influências significativas dos modelos universitários historicamente construídos, conforme já destacamos. Diante dessa constatação, cumpre destacar que não há “um” modelo de formação universitária no País, mas uma série de propostas, características e facetas resultantes de diferentes tradições e situações. Contudo, mesmo com tanta diversidade, conforma-se, evidentemente, um modelo dominante, sobre o qual nos debruçaremos neste subitem.

Os currículos da formação universitária dominante dedicam-se a problemas, recomendações e fundamentações de ordem técnica e se ocupam de tornar os futuros profissionais excelentes operadores do processo de trabalho para o qual estão estudando. Pouco importam a experiência de vida ou as possíveis especificidades de cada educando. Nesse sentido, como destacam Mitre et al. (2008), o processo ensino-aprendizagem tem-se restringido, muitas vezes, à reprodução do conhecimento, no qual o docente assume papel de transmissor de conteúdos, ao passo que ao discente cabe retê-los e repeti-los — em uma atitude passiva e receptiva (ou reprodutora) — tornando-se mero expectador, sem a necessária crítica e reflexão.

Lima (2009, p. 97) refere que, nesse modelo formativo,

a educação cumpriria a tarefa de criar as competências e habilidades necessárias para garantir a inclusão do indivíduo na sociedade capitalista. A cada indivíduo caberia o empenho em desenvolver as características exigidas para galgar o patamar da empregabilidade ou, ainda, colocar-se como um empreendedor no mercado.

A sociedade e seus problemas são timidamente visitados e, quando vistos, são tomados a partir de um ponto de vista estritamente técnico e pouco reflexivo. Como numa linha de produção de equipamentos em massa, esse modelo acadêmico pensa, prioritariamente, na garantia de que suas recomendações serão perfeitamente apuradas e depois aplicadas nas realizações dos trabalhos desses indivíduos quando formados. Em seu relato, Fernanda Gondim (2006, pp. 107-8) explica:

Estava tão envolvida pelo sistema de memorização e repetição que não percebia que a sociedade exigia muito mais que apenas conhecimento científico. [. . .] Para que é útil saber o sexo das lombrigas se o que faz Joãozinho tê-la é a falta de saneamento básico? De que adianta saber o mais recente tratamento para determinada doença se me falta a sensibilidade de ver que D. Maria não tem dinheiro para fazê-lo? (depoimento do livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*).

Duarte (2000; 2003, citado por Lima, 2009) enuncia que esse modelo de formação constitui uma perspectiva educativa em que é mais significativo aquilo que o indivíduo aprende sozinho, sem a transmissão de outras pessoas. Importa, nesse modelo, a memorização dos estabelecimentos científicos, em lugar da apropriação do conhecimento científico. Com isso, ainda segundo Duarte (2000), a educação cumpre o papel de proporcionar ao indivíduo a capacidade de se adaptar à sociedade, em

lugar de prepará-lo para os constantes processos de transformação nela empreendidos. Fabrício Brazão (no texto “Um sonho, um sentimento, uma prece” do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop) relatou sua perplexidade ao constatar, em seu ingresso na Universidade, a dinâmica que teria de enfrentar no transcorrer de seu curso:

Ao entrar na universidade acreditava que ela potencializaria todos esses anseios presentes em mim. Engano meu. Vivi os dois primeiros anos do curso me esforçando para encontrar o que almejava, entretanto o que mais presenciei foram palavras e cenas de vícios como conformismo, comodismo, intolerância, egoísmo, desrespeito e disputa. Refiro-me tanto a docentes, quanto a discentes e a técnicos administrativos da universidade. Praticamente ninguém com sonhos de melhorar o mundo, com vontade de não ver mais desigualdades sociais e miséria. Na verdade, em algumas pessoas, vontade até que existia; o que não havia era atitude.

Orientado por essa direção de pensamento, o corpo universitário guarda pouca sensibilidade para promover um compromisso efetivo com o desenvolvimento e a superação dos problemas da sociedade. Lukas Darien & Matheus Mata (no texto “No fundo da Rede” do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop) destacam que

[. . .] nem todos do corpo universitário possuíam tal sensibilidade ou simplesmente ignoravam o contexto em que a academia está inserida. Estudantes alheios às conjunturas que envolvem a educação superior e suas responsabilidades com a sociedade; professores acomodados em rotinas herméticas, alheias às demandas sociais e, particularmente, às demandas do sistema público de saúde; atores

das universidades que, se um dia foram militantes, hoje assumem uma filosofia conformista e acrítica.

Cristalizou-se uma perspectiva demarcada pelos seguintes elementos, dispostos por Mitre et al. (2009): disciplinas orientadas por conteúdos e objetivos mal definidos; transmissão de informações e pura utilização da memória (decorar) para a construção do conhecimento; professores capacitados somente em conteúdos; ensino e aprendizagem com observação passiva dos estudantes; humilhação e intimidação dos estudantes pelos docentes; primeiro, a teoria, e depois, a prática (somente nos últimos anos do curso); e avaliação praticamente somativa/punitiva no final das unidades, dos estágios e das disciplinas. Muitas dessas dimensões da formação universitária derivam das propostas delineadas pelo MEC, por ocasião do Golpe Militar, a qual era intencionalmente tecida de modo que evitasse a discussão e a reflexão crítica. Por isso, a proposta de formação universitária consiste, na maioria das instituições de ensino superior, em decorar o saber científico, o que constitui um “passaporte” para a conquista do diploma no final do curso e o direito de ingressar no “mercado de trabalho”. O incômodo sentido pelo estudante Fabrício Brazão (no texto “Um sonho, um sentimento, uma prece”) ilustra o utilitarismo mercadológico da formação universitária, aqui destacado e por ele sentido em seu curso de graduação.

Estava insatisfeito com a formação que vinha recebendo. Não me sentia próximo daqueles que são maioria da população: os pobres. Alguns professores, ao invés de terem sido exemplos de ética e humanidade, acabaram sendo meros personagens que, infelizmente, prefiro não lembrar que tentaram ensinar-me algo. [. . .] Segundo eles, um doente bem acolhido é retorno garantido, pois se sente seguro para retornar, e ainda recomenda o nome do profissional para outros doentes. Aconselhavam também que reservássemos

um tempinho para fazer uma caridade num feriado ou no final do ano. Talvez quisessem que entendêssemos “solidariedade” como uma mercadoria a ser distribuída periodicamente (Fabrício Brazão, no texto “Um sonho, um sentimento, uma prece”, do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular*; organizado pela Anepop).

Nesse sentido, há de se considerar que as características do modelo dominante de formação universitária não vieram de outro lugar senão da própria sociedade em que a universidade está inserida. Marilena Chaui (2001) destaca que não se pode entender o desvirtuamento da universidade pública no País sem relacioná-lo a um contexto mais amplo: o do autoritarismo profundo que permeia a sociedade brasileira, assim como o do neoliberalismo em vigor. Isaquiel Rosa (no texto “A universidade precisa de poesia”, do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular*, organizado pela Anepop) expressa:

Às vezes, a Universidade nos engana
São promessas falaciosas que
Nos enviam à escuridão
Grilhões do *status quo* dominante.

O mercado é adorado
O individualismo valorizado
Competir por notas é a questão
Compromisso social deixado de lado.

As concepções que sustentam a atual organização desigual da sociedade ultrapassam os muros acadêmicos e vão configurando modelos de formação acadêmica cuja ideia do conhecimento científico está como algo neutro social e politicamente. Compreende-se a ciência como algo a ser aceito e decorado, e não, discutido. E quando discutido, o problema científico é

encarado de maneira hermética e isolada de contextos sociais, culturais, políticos e econômicos. São “problemas” para tarefas e exercícios escolares, não situações reais a partir das quais seria preciso conhecer e trabalhar. Nesse sentido, desvela-se uma cultura universitária dominante, profundamente desumanizante e acrítica. Conforme Vasconcelos (2006), todo esse arcabouço teórico de condução tradicional da formação deriva dos modelos newtoniano e cartesiano da ciência, segundo os quais o universo é encarado como um mecanismo gigantesco, que funciona segundo princípios bem definidos.

O mistério não existiria: há problemas e desafios. Todos os problemas podem ser claramente formulados, investigados e resolvidos se houver investimento e tempo para pesquisas feitas dentro desse modelo de investigação. [. . .] O papel do profissional [. . .] é intervir física e quimicamente para consertar o defeito no mecanismo enguiçado. As atividades mentais (pensamento, sentimento, sonho, contentamento, sofrimento e angústia), quando valorizadas, são entendidas apenas como resultado da anatomia, bioquímica e fisiologia do cérebro. Para trabalhar orientado por esse jeito [. . .] são necessários profissionais que apliquem as técnicas de modo desvestido de sentimentos, pois esses corroeriam a objetividade. [. . .] É necessário também que os profissionais sejam treinados a dar valor apenas ao saber produzido nos grandes centros de pesquisa e que consequentemente desvalorizem o saber produzido localmente pelas comunidades e pelos colegas. O saber presente nas tradições passa a ser visto apenas como curiosidade. É ainda preciso de profissionais competitivos e, consequentemente, individualistas, pois a concorrência é consagrada como o grande instrumento de garantia da eficiência (Vasconcelos, 2006, pp. 266-7).

Ao evitar o confronto dos estudantes com a realidade social, esse modelo de formação universitária reveste-se da neutralidade do conhecimento científico para desenvolver sujeitos aptos a operarem técnicas definidas e limitadas. Confere, então, à ciência um papel avesso a sua vocação: instigar mulheres e homens a, permanentemente, procurarem compreender bem mais o mundo para viver melhor nele. Para Chauí (2001), o atual modelo universitário tem características políticas, curriculares e pedagógicas intencionalmente direcionadas à manutenção da ideologia social dominante de exclusão social e política de um povo considerado culturalmente subalterno, compreendido como “iletrado, instintivo, emotivo, irracional, puro, natural, enraizado na tradição” (Chauí, 1996, p. 15). Contudo, estando em permanente relação com a sociedade, a Universidade também tem contradições e tensões quanto às suas políticas e à sua forma de conduzir a formação de pessoas. Assim como na sociedade como um todo, brotam também resistências ao modelo dominante de universidade.

Vasconcelos (2006) afirma que a Academia presencia atualmente cantos (ainda que pouco sonoros) de jovens que dialogam com o velho e propõem o novo. Mesmo com tradições e políticas dominantes, nos dias de hoje, a maioria das universidades configura-se como um espaço aberto à contradição e à construção de inéditos-viáveis. Isaquiel Rosa (no texto “A universidade precisa de poesia”, do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular*; organizado pela Anepop) destaca:

Como qualquer instituição
[a Universidade] Está sujeita a subversão
Pois não somos apenas reprodução. . .

Somos reprodução, mas também produção
Somos correntes, mas também liberdade
Somos objetos, mas também sujeitos históricos
Partilhamos faíscas de renovação.

Faíscas incendeiam a contradição
Consumem e ofuscam os muros já imaginários
Do ventre “domesticador” universitário
Pássaros que cantam: incon-formação.

Que a estrutura institucional não possa
Adormecer e violentar a juventude
Que nossa consciência e rebeldia
Ganhem conhecimento e ação.

Vozes que gritam NÃO!
A opção tecnocrática e dominadora da universidade
Vozes que gritam SIM!
A sua opção democrática e popular.

A história não acabou
A universidade está em crise
A sociedade está em crise
Não vamos desistir de sonhar.

Mesmo sem respaldo ou apoio institucional, muitos professores, técnicos e estudantes vêm elaborando novas formas de pensar a formação universitária e seu compromisso social, colocando novos temperos no amplo caldeirão de modelos e perspectivas chamado formação universitária. Dessa maneira, em meio ao contexto preponderante aqui explicitado, nos mesmos corredores em que encontramos autoritarismo e relações desumanizantes, também nos deparamos com a emergência de movimentos contrários, marcados pela humanização, pelo respeito e pela construção do compromisso ético universitário. São mulheres e homens que buscam empreender mudanças naquele cenário social, e apostam de modo especial na educação como potencializadora da “mudança de mentes” capaz de repercutir num futuro diferente.

Há um número significativo de universitários dispostos a desenvolver todo o potencial humanizante e democrático da formação universitária. Muitos grupos vêm procurando saídas para essa encruzilhada, ao trazer novos contornos e propostas metodológicas diversas, com o intento de galgar outro horizonte para a formação universitária e, por conseguinte, para a organização estrutural dessa mesma instituição e sua relação com a sociedade.

Como expusemos sobretudo no capítulo anterior, pela vivência pessoal do autor nas experiências de extensão universitária, entre as várias iniciativas que hoje permeiam a mudança da formação universitária, a Educação Popular apresenta-se como uma alternativa, visando efetivar o compromisso social e a função acadêmica dessa instituição. No diverso cenário universitário brasileiro, essa perspectiva educativa vem ensejando espaços para uma nova vertente pedagógica universitária, a qual vem merecendo destaque como uma alternativa metodológica de formação de profissionais, cuja base é uma inserção precoce dos estudantes na realidade das classes populares do País, no campo ou na cidade. Por meio da ação comunitária, essa atividade propõe intermediar a formação estudantil em meio à participação da Universidade em trabalhos sociais em diferentes territórios e situações sociais. No seio dessas iniciativas, entende-se que esse é um trabalho orientado pelo diálogo entre comunidade e Universidade, na partilha de conhecimentos.

De acordo com Vasconcelos (2006), Fleuri (2004; 2006), Falcão (2006), entre outros, as diversas experiências vêm demonstrando transformações de olhares e visões de mundo em grande parte dos estudantes universitários participantes. Nos diversos escritos, afirma-se que, depois de certo tempo de vivência em ações de Educação Popular, os estudantes desvelam visões de mundo distintas das que foram cultivadas: os universitários ressignificam a vida em sociedade e assumem para si compromisso com as classes populares, balizado pela Educação Popular como caminho possível para preparar os atores sociais para a transformação social.

A pedagogia das práticas de Extensão Popular

Conforme constatamos nos relatos de algumas experiências de Extensão Popular, marcadamente as estudadas por Falcão (2006), Silveira (2006), Lacerda & Ribeiro (2006) e Padilha (2008), sua base pedagógica reside na vivência de estudantes com o cotidiano das classes populares, inserindo-se em diversas frentes de interação comunitária. Tais vivências caracterizam-se pela participação estudantil nas visitas domiciliares ou em estágios de vivência em comunidade, em que os educandos passam a conviver com a comunidade, suas realidades, suas contradições e seus sujeitos. Não há trabalhos preestabelecidos a fazer ou normas a seguir, nem metas fechadas a cumprir. O principal objetivo é a observação curiosa, atenciosa e crítica; a postura de aprendiz, diante da diversidade de sabedorias presentes no cotidiano popular. Escutar as pessoas das camadas populares, conhecer de perto sua realidade e suas dificuldades, deixando que as ações sejam demandas desse diálogo.

A partir de então, essa vivência inicial intensifica-se com o engajamento estudantil nas ações sociais existentes nas comunidades e pelo estímulo à criação de ações comunitárias que incentivem a participação política e o cultivo ao espírito de cidadania no local. São grupos educativos, cooperativas, campanhas de mobilização, feiras de saúde e cidadania, programas de assistência social permanente, consultoria ou assessoria para a organização popular.

Com sua inserção ativa em experiências desse tipo, o contato pessoal com comunidades populares enseja para estudantes múltiplas experiências desconcertantes, conforme destaca Fleuri (2006). Para Luciano Gomes (2006, p. 140), por exemplo, uma das maiores experiências que vivenciou, em um ano de trabalho em comunidades, foi quando, ao aceitar o convite de uma família para o almoço, deparou-se com uma comida da qual não

gostava e compreendeu que “era muito mais fácil uma pessoa mudar de corrente política ou de opção religiosa do que modificar um hábito alimentar”. Por sua vez, Rosângela Teixeira (2006, p. 221) lembra-se de sua impressão ao visitar um barraco de adobe, de uma sala só, sem janelas, onde moravam cerca de quatro pessoas que dormiam no chão: “Havia um cheiro tão ruim que não saiu do nariz até hoje”. É em instantes como esses que os estudantes poderão concentrar-se numa imensidão de novidades com as quais passarão a ter contato. Desde o modo de falar, até as expressões linguísticas e corporais, as tradições culturais da comunidade até mesmo as dificuldades por que passam, a ausência quase completa de acesso a direitos sociais e humanos, a opressão cultural, social e econômica. Também poderão impressionar-se pela fala de pessoas aparentemente simples, mas cheias de experiências de vida e histórias para contar.

O mais desconcertante, todavia, é o encontro com a situação de miséria, de doença e de morte, afirma Fleuri (2006). Marcos Tietzmann (2006), em depoimento sobre sua vivência, apresenta seus conflitos ao trabalhar num bairro onde as possibilidades e as limitações de saúde física e mental configuram-se no contexto marcado pelo econômico-político entrelaçado com as dimensões subjetivas e culturais. Desespera-se por verificar que o simples encaminhamento de uma criança ao posto de saúde é uma empreitada impossível para uma mãe que, separada do marido e em conflito com a vizinhança, não tem dinheiro para ônibus nem para comprar o remédio (Fleuri, 2006, p. 249). O desespero, a insegurança e a impotência são sentimentos que emergem nessas vivências. Por tudo isso, decorre uma reflexão profunda do estudante, ao presenciar o significado efetivo do que são a desigualdade social, a fome e a pobreza econômica. Alexandre Figueiredo (2006, p. 19), diante de sua primeira paciente, uma criança negra e pobre que definhava, também decaí, vendo a família sem possibilidade de adquirir o remédio. Ele afirma:

Num barraco cheio de gente, vi um pequeno ser cair em uma de suas primeiras batalhas. Senti-me de mãos atadas. Revoltado por saber que ela poderia ter sido salva se um pozinho tivesse matado o treponema que palidamente coloria o rosto daquela criança (depoimento do livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*).

De acordo com Fleuri (2006), o encontro com a doença e com a morte revela o paradoxo da vida do ser humano, ou seja, o espaço trágico, o espaço do inevitável, do que não pode ser corrigido, do que nem toda medicina pode evitar: o limite e a finitude. Por outro lado, a Extensão Popular também impulsiona os estudantes a se depararem com resistências, movimentos e organizações de luta e reivindicação por melhoria nas condições de vida. Assim, constata-se que há resistência e estratégias de fortalecimento constantemente reinventadas através do trabalho coletivo. Ademais, testemunham, nesse processo, a persistência por meio da alegria e da celebração em meio a tanta dificuldade, num contexto onde imaginavam haver somente tristeza e lamento. No Relatório do período letivo 2007.1, do Grupo Operativo Escola do Projeto de Extensão Pinab (in Bandeira et al., 2007, p. 16), Céres Bandeira enuncia:

Um dos primeiros impactos que tive foi quebrar a subestimação que tinha em relação ao aprendizado da população de menor renda. Várias vezes tive prova de que em meio a condições nada favoráveis ao aprendizado, as pessoas recebiam e repassavam conhecimento, sendo capazes sim, de transformar o meio em que viviam por ações simples. Aprendi então a confiar mais nas pessoas, perceber o amor nas adversidades, enxergar a vida com olhos que alcançam mais longe.

Além de gerar reflexões sobre o compromisso social, as atitudes, a postura diante do mundo, as vivências também geram

impactos significativos porque repercutem nas subjetividades dos estudantes como uma oportunidade de inserção, de contribuição, de “sentir-se útil”. Algo muito procurado no período da juventude e buscado por grande parte dos acadêmicos ao adentrarem os cursos superiores. Todavia, ao ingressar na Universidade, eles têm seu potencial criativo e participativo alienado em função da necessidade acadêmica de decorar os livros e adquirir excelência em saberes eruditos. Ao se deparar com a emergência de problemas sociais sérios e ver que podem ajudar com seu empenho e trabalho, encantam-se com a construção de um novo mundo possível ou, pelo menos, um trabalho pelo qual se sintam responsáveis e ganhem experiência prática.

O que nunca imaginara é que essa experiência me proporcionaria a abertura de várias outras portas de conhecimentos, atividades, ideias, atuação e ação. A vivência em comunidade permitiu-me conhecer a realidade antes renegada, periférica. A desigualdade social, a necessidade de melhores condições de moradia, saneamento e saúde saltaram aos olhos de forma imediata. Porém, só a convivência semanal com as famílias visitadas permitiu-me perceber a riqueza aparentemente despercebida, o aconchego, a alegria, a cultura e valores próprios da comunidade. A descoberta dessas preciosas minúcias se tornaria praticamente impossível confinada dentro de uma sala de aula (depoimento do livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*, in Almeida, 2006, pp. 28-9).

E naquelas visitas que eu fui para “ajudar” ou “ensinar”, tive outro conceito do que realmente eu iria fazer na casa dessas pessoas e eu fui simplesmente aprender, com cada olhar, gesto e com o falar (Nayara Massa, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Escola do Projeto de Extensão Pinab, in Bandeira et al., 2007, p. 21).

Nesse encontro significativo do estudante consigo mesmo, com seu compromisso social e com sua subjetividade, decorrem momentos de *análise* de toda a síntese da vida. Sobre esse aspecto, Vasconcelos (2006b, p. 269) assim se expressa:

Mobilizadas por essas emoções, seguiram-se reflexões, pesquisas e iniciativas que foram se articulando em novos caminhos. Mas é impressionante perceber como esse processo reflexivo não costuma encontrar apoio nas disciplinas dos cursos. As reflexões mais marcantes da carreira desses profissionais tiveram que ser elaboradas apenas na esfera privada de suas vidas ou nos movimentos sociais em que se inseriram.

Silveira (2008, p. 22) afirma que “os princípios e as práticas de Educação Popular, concretizados na forma de Extensão Popular, fazem enveredar em uma busca constante pela via da interdisciplinaridade e na perspectiva transgressora da transdisciplinaridade”. Desenvolvem-se a autonomia solidária, o espírito de equipe e a sinergia de esforços para superar as dificuldades, amplia-se a capacidade de planejar e de organizar os processos, valorizam-se as subjetividades e o saber popular e aprofunda-se a capacidade de escutar para uma atuação pactuada.

Nesse processo de ação-reflexão propiciado pela Extensão Popular, esses sujeitos *aprendem a aprender*. Ao conviver com as pessoas das camadas populares, percebem que existe um saber primordial para organizarem a vida diante de tanta privação e dificuldade. Nessa esteira, entendem que a atuação em comunidade, qualquer que seja, precisa estar encharcada de significados para as pessoas participantes. Compreendem que o conhecimento científico é essencial, mas somente em diálogo horizontal e respeitoso com a vida que pulsa na realidade social, como mostra este depoimento:

Foi a leitura da vida quem me ensinou que eu não estava sentada naquela cadeira quente e desconfortável da universidade para ser um homem robô, programado para falar e escrever o que havia lido em artigos científicos e literatura conceituada esquecendo-me que sou além de intelecto, sou também emoção e valores. Foi a leitura da vida que me ensinou que enquanto o que aprendo no saber científico me é importante, o é também importante àquela Joana da periferia de minha cidade e enquanto meu saber científico é importante o saber da Joana aprendido na casa, na rua, na repartição pública, no choro, na fome, no não recebido também me é essencial e essencial a ela (Daniela Carneiro, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Idosos do Projeto de Extensão Pinab, in Carneiro, 2007, p. 18).

A vivência em comunidades revela-se uma experiência pedagógica de aprendizados singulares, compostos por perplexidades produtoras de novas perspectivas para os estudantes, que forja um compromisso ético pelo qual não haverá retorno para o mesmo mundo depois dessa experiência significativa.

Depois das primeiras experiências fui percebendo que, involuntariamente aqueles sentimentos que me cercavam e queriam me atordoar, foram substituídos por pelo desejo de corroborar, de incentivar, de apoiar (Karistenn Casimiro, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Programa Bolsa Família do Projeto de Extensão Pinab, in Freitas, 2009, p. 24).

Há uma pedagogia da Extensão Popular que permite que se trabalhem as perplexidades estudantis nas primeiras inserções na comunidade como sementes de mudança no *sentir, pensar e agir*¹ dos estudantes. Na maioria dos casos, o processo de *análise* de-

1 Conceitos trabalhados por Salles (1999).

corrente nos momentos de perplexidade conduz os estudantes a adentrarem, com coragem e ousadia (e, às vezes, um frio na barriga), o mutirão de luta pela vida das classes populares.

Nas discussões com as famílias e nos grupos formados, fios da complexa meada da vida iam se revelando, mostrando dimensões inusitadas da luta pela sobrevivência e felicidade. Soluções eram costuradas com palpites de muitos, já os envolvendo no encaminhamento. Ficávamos encantados com os resultados esboçados no processo que ajudávamos a construir. Participávamos da obra de recriação coletiva da vida e isto era fascinante. Essa metodologia pedagógica nos aproximava afetivamente deles e nos permitia desfrutar de seus carinhos e alegrias que expressavam de forma intensa (depoimento do livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*, in Vasconcelos, 2006a, p. 94).

É dessa forma que compreendemos que, na Extensão Popular, existe uma problematização diferente da sugerida por algumas metodologias ativas de ensino, como a Abordagem Baseada em Problemas ou *Problem Based Learning* (PBL). Muito influenciada por tradições progressistas norte-americanas, essa metodologia enfoca a análise da realidade a partir de situações-limite sugeridas pelo educador e organizadas pedagogicamente com esse fim. Mesmo ressaltando a relevância dessa perspectiva da problematização, há de se ponderar sua lacuna em favorecer uma problematização do mundo concreto e da realidade mesma que circunda o educando, sem se restringir às situações-limite que o educador pensa serem certas ou adequadas para determinada aprendizagem. Ademais, embora reconheçamos que, atualmente, muitas experiências com metodologias de PBL procuram inserir-se em realidades sociais, há que se ponderar que, na perspectiva da Educação Popular, a problematização e o processo de estudo dela decorrente não podem constituir o centro do processo

de formação. Central mesmo é o encontro dos estudantes com o mundo e com o outro, por meio das vivências. O depoimento abaixo confirma essa assertiva:

O Vepop me propiciou colocar a mão na massa, ou seja, sair da inércia da sala de aula e atuar na transformação que sonho: um mundo melhor onde pessoas se encontram, conversam e se abraçam; onde pessoas de diferentes origens e classes sociais trocam ideias e experiências para a construção de um saber efetivamente coletivo e popular. Esse é meu mundo dos sonhos (Kayo Soares, no texto “Revelações importantes para colegas da Extensão Popular”, do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop).

Finalmente, na perspectiva da Educação Popular, a problematização não só deságua em trabalhos escritos, seminários ou relatórios estanques, como também procura vislumbrar caminhos possíveis para contribuir com as dificuldades da realidade vivenciada, o que resulta em uma qualidade de vida melhor para a população.

Com a extensão passei a me ver como alguém que é detentor de um potencial de mudança. . . Aprendi que acreditar no poder da educação é possível, desde que se construa a autonomia e que se permita que todos participem desse processo, fazendo assim a inserção. . . Acreditando que cada um tem como contribuir para o crescimento de todos. A extensão me abriu além do coração e dos olhos, a mente (Monique Freitas, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Programa Bolsa Família do Projeto de Extensão Pinab, in Freitas, 2009, p. 23).

Assim, os estudantes passam a apostar na educação como um componente fundamental do processo transformador. Per-

cebem a força de uma conversa, de um diálogo, de um ensinamento. Refletindo sobre sua experiência na organização de um curso comunitário, Rodrigues et al. (2008, p. 61) referem:

Essa experiência oportunizou um amadurecimento de nosso papel enquanto educadores. Isso foi acontecendo aos poucos, à medida que o início do Curso foi se tornando eminente e quando fomos querendo cada vez mais estar próximos da organização; quando a pressão e o desafio foram ficando maiores. Desafio e pressão provindos da curiosidade em aprender os temas propostos nos módulos; enfim, o desafio de sermos “educadores”. E o que é ser educador? Preocupar-se com o outro; cuidar dos momentos e situações que compõem a dinâmica de um grupo; buscar a formação e a transformação das pessoas, os educandos; propiciar um ambiente favorável às descobertas, ao novo e a humanização; oportunizar momentos de aprendizagem.

Para Gondim (2006, p. 108), a Educação Popular abre um universo que todo estudante deve experimentar e com o qual deve deliciar-se desde o primeiro período. “É em diálogos informais e troca de experiências que eu venho aprendendo o que é Educação Popular, o que é ajudar as pessoas sem ser assistencialista, o que é Comunidade, o que é interdisciplinaridade, autonomia e cidadania. Não é uma simples questão de saber o que é doença, é saber o que é ser doente nesse País”.

Quando se iniciaram os espaços de discussão com as lideranças comunitárias, onde traçávamos objetivos, problematizávamos, refletíamos, abordávamos aqueles problemas que mais os instigavam a estarem ali, percebemos a extensão universitária como algo “extrapolador” da prática em comunidade. . . podíamos participar do processo de

transformação daqueles que a constituem! (Karistenn Casimiro de Oliveira, no Relatório do período letivo 2007.1 do Grupo Operativo Programa Bolsa Família do Projeto de Extensão Pinab, in Freitas, 2009, p. 24).

A educação desvelada pela Extensão Popular não é qualquer vertente educativa, pois é permeada de intencionalidade transformadora e de componentes metodológicos que alcancem esse horizonte. Cristaliza-se, então, como um caminho de contribuição da Extensão Universitária para os enfrentamentos cotidianos da realidade comunitária — Educação Popular como um processo formativo permanente realizado com a classe trabalhadora e seus aliados (Calado, 2008), por meio da qual se cultivam a resistência contra a opressão e as desigualdades sociais, em meio às buscas por melhorias definitivas nas condições de vida dos cidadãos.

Com a vivência em comunidade e a Educação Popular, aprendi coisas que deveriam ser básicas, como o respeito ao conhecimento tradicional. Nós não temos a fórmula para resolver todos os problemas das comunidades sozinhos. A realidade local só muda com propostas formuladas localmente. Isto me leva a refletir que, sem articulação de base, o Brasil não muda. O poder dos movimentos sociais é imenso e cabe a nós (a pretensa classe intelectual) apoiar e lutar com unhas e dentes juntos aos movimentos sociais e seus conhecimentos de causa; dentre vários outros conhecimentos que não se descreve e sim se sente. Hoje esses são princípios radicais na minha luta cotidiana, mas antes do projeto estavam escondidos sob a neblina da arrogância científica (Kayo Soares, no texto “Revelações importantes para colegas da Extensão Popular”, do *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop).

Para isso, a Educação Popular expressa-se também como metodologia, num movimento educativo permeado pela incessante construção coletiva, marcada pela inclusão de todos os indivíduos nas estratégias de ação e reflexão para transformar sua realidade. Nessa caminhada, precisará utilizar elementos como o respeito aos diversos saberes, a paciência pedagógica, a humildade, a consciência do inacabamento, a amorosidade (como expressão da fé na capacidade de ser e fazer mais de todas e todos) e o diálogo como elemento fundante dessa prática, o qual perpassará todo o processo, como princípio-chave para o sucesso das ações.

A atuação baseada na Educação Popular me fez amadurecer como estudante e crescer como pessoa. Adentrar e participar da vida das pessoas, criar laços de amizade, compartilhar experiências, me engrandeceu indescritivelmente. A saúde ganhou um conceito mais ampliado e complexo, indo muito além do bem-estar. As relações se tornaram mais dialógicas e horizontalizadas, o ser humano foco da minha atenção, enxergando-o como um ser total, não fragmentado, passível de mudanças e rico de valores (depoimento do livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*, in Almeida, 2006, p. 29).

Portanto, diante de todas essas considerações acerca das perspectivas pedagógicas da Extensão Popular, avalio que esse processo formativo decorre como um processo de *conversão à pobreza*, que se coaduna com um conceito estudado e fundamentado por Victor Vincent Valla, especialmente em Vasconcelos et al. (2007), onde se estuda o conjunto de sua obra por ocasião de homenagem prestada a ele pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped). Valla destaca a *conversão* como uma das categorias centrais e faz referência ao pastor presbiteriano Richard Schaul como idealizador dessa perspectiva teórica. Como veremos a seguir, chama a atenção

a semelhança do processo proposto por Schaul (César & Schaul, 1999) com o vivenciado cotidianamente no seio das práticas de Extensão Popular.

Há cerca de cinco décadas atrás, Richard Schaul, um pastor presbiteriano que atuou em países latino-americanos como missionário e professor, propôs que seminaristas, comumente da classe média, convivessem com as classes populares, no seu lugar de moradia, a fim de melhor entenderem as formas de compreensão e ação dos para os quais se dirigiam as atividades missionárias. Para Schaul, esse ato de conviver com as classes populares em seu lugar de moradia seria uma forma de incorporar seu olhar para o mundo, e essa seria uma condição essencial para uma atuação verdadeiramente envolvida com o enfrentamento da situação de profunda desigualdade e sofrimento que marcava o problema da pobreza nesses países. O termo usado por Schaul para fazer referência a essa forma de ação foi *conversão* (Vasconcelos et al., 2007, p. 20).

É interessante tecer considerações sobre o termo *conversão*. Como adverte Valla (2007, p. 20, in Vasconcelos et al., 2007), tradicionalmente, pensamos a conversão como “a passagem de uma crença para a outra, [. . .] a aceitação de uma missão indicada por Deus”. A Extensão Popular seria, então, na proposta defendida neste ensaio, um chamado divino? Pode até ser (daria isso uma boa discussão no campo da Filosofia e da Teologia), mas o termo, nesse contexto, não trata disso. Valla afirma que, para Schaul, “em sentido pleno, a conversão não pressupunha a crença em um Deus, nem o atendimento a um chamado divino, mas a adoção de um novo lugar a partir de onde se poderia compreender em profundidade os principais problemas para os quais buscamos soluções”. Seria uma nova perspectiva — aderir ou (freiricamente) buscar *inserir-se* numa nova proposta para a vida em sociedade, o que exigiria outra atitude, uma “atitude popular”, termo usado por Laperriere (2007). No mundo em que vivemos, afirma Schaul (citado por Vasconcelos et al., 2007), a

conversão, em sentido pleno, seria exclusivamente a conversão à questão da pobreza, ponto central para a discussão e para o enfrentamento de todos os demais problemas que, hoje e no futuro, certamente nos desafiariam.

Nessa direção, Valla apresenta-nos outra perspectiva de entendimento para a ideia de “se converter” em que, após uma vivência marcada por reflexões e interações marcantes, toma-se a atitude de mudar a vida, o que implica direcionar seu trabalho especificamente para uma utilidade: a transformação social, rumo à construção permanente de uma utopia em que a sociedade está organizada de maneira justa, equânime, culturalmente diversa, com direitos assegurados a todas e todos, numa convivência marcada pelo diálogo franco, como mediador das inevitáveis tensões e de sentimentos cotidianos, mas num cenário onde o trabalho exista para dar sentido à vida das pessoas e garantir a todos sobrevivência digna e plena na realização dos direitos humanos. Considerando as formas de atuação, bem como as interações e as vivências propiciadas em suas experiências, avaliamos que a Extensão Popular pode, efetivamente, gerar o desenvolvimento dessa reflexão profunda e dessa conversão nos estudantes universitários.

Como afirmou Fleuri (2006), o extensionista popular, ao sair da comunidade e do projeto de extensão, não mais poderá ser o mesmo que fora antes. É forjado um compromisso social, na subjetividade de cada pessoa que se converte. Esse compromisso é cristalizado no percorrer da vida e do trabalho dessas pessoas, o qual, independentemente da área temática, certamente buscará a promoção do outro, dos direitos emergentes e a conscientização mediatizada pelo diálogo.

Via a concretização de meus sonhos por um mundo sem excluídos e opressores, como um grande navio que eu não podia pilotar. Esse navio estava parado esperando que alguém pilotasse enquanto eu embarcaria como mero tripulante.

Apreendi com o Vepop que temos totais condições de pilotar esse barco, basta que dentro dele coloquemos as pessoas que sonham os nossos sonhos. Essas pessoas existem! Estou convencido de que o caminho para nosso destino final virá pelo conhecimento popular e seu enorme poder. Como futuro oceanógrafo, convido a todos para navegar nesse barco por mares que devem ser navegados, traçando rotas com o conhecimento de cada um, para que juntos cheguemos ao nosso destino final (Kayo Soares).

A conversão dos extensionistas para uma atitude popular seria resultado de um movimento dialético de reflexão profunda, a partir da ação e da vivência com os desafios de mudança da realidade concreta, estimulados e trabalhados pedagogicamente pela Extensão Popular. Como afirma Vasconcelos (2006b, p. 303),

o envolvimento dos estudantes, iniciado a partir do vínculo a algumas famílias, com a complexidade da dinâmica social povoada de sofrimentos, opressões e muitas possibilidades de fascinante criação coletiva, pode despertá-lo da alienação individualista e consumista difundida pela sociedade capitalista e que marca tão fortemente a juventude. Da compaixão com os membros das famílias acompanhadas vêm a luta pela melhoria de suas condições, a percepção da origem social de muitos dos seus próprios problemas pessoais, o contato com os inúmeros constrangimentos políticos e culturais que dificultam a superação das dificuldades, o conhecimento de outros atores sociais envolvidos em lutas semelhantes, a descoberta de suas potencialidades pessoais como ator no jogo social e o encontro, em sua vida, da alegria e fascínio do trabalho coletivo criativo com significância social.

Na convivência com as classes populares, as exigências e os saberes necessários para o cotidiano são outros. As dificuldades pertencem a outros níveis, e o exercício de olhar uma realidade diferente ajuda a parar e a pensar sobre situações presentes em seu próprio cotidiano, mas alienadas na maioria das vezes. De acordo com Fleuri (2006, p. 263), a Extensão Universitária tem gerado mudanças muito significativas em várias dimensões. Ao oportunizar o encontro com situações e pessoas das classes populares, provoca-se um desconcerto nos extensionistas que os faz descobrir as próprias ambivalências que, em interação com a complexidade do ser do outro, colocam múltiplos desafios, abrem infinitas possibilidades e, sobretudo, exigem um salto de dimensão em seu modo de entender a prática científica, profissional, social e cultural. Nesse sentido, afirma o autor, eles redescobrem o significado do trabalho interdisciplinar, revalorizam o comprometimento social e ressignificam a espiritualidade. Vasconcelos (2006b, p. 303) afirma que o processo prolongado de acompanhamento às famílias e às redes locais de apoio social permite que se vá experimentando, observando os efeitos e treinando as diversas atitudes de manejo das relações interpessoais e grupais. O trabalho em grupo com outros colegas da universidade ajuda a refinar o traquejo para o trabalho coletivo.

[. . .] o Pinab [projeto de extensão] está me dando as ferramentas para aprender a ser um pouco líder, ser crítica quando preciso, ser paciente, saber ouvir melhor as pessoas, a olhar com outros olhos o mundo ao meu redor e a trabalhar em equipe (Laurycélia Rodrigues, no Relatório do período letivo 2008.1 do Grupo Operativo Idosos do Projeto de Extensão Pinab, in Silva; Rodrigues & Firmino, 2008, p. 18).

Na ótica de Falcão (2006), o estudante passa a ter um olhar mais crítico sobre os vários fatores que influenciam no

processo organizacional da sociedade e a entender bem mais a dinâmica comunitária e as relações entre os diversos componentes da sociedade-Estado. Diante do exposto, fica evidente que algo acontece na formação estudantil ao tomar parte dessas experiências. Presentes nas referências bibliográficas previamente citadas neste item, ideias como “revalorizar o comprometimento social”, “ressignificar a espiritualidade”, “perspectiva transgressora da transdisciplinaridade”, “autonomia solidária”, “espírito de equipe”, “sinergia de esforços para superar as dificuldades”, “valorização das subjetividades e do saber popular” e “aprofundando a capacidade de escuta” demonstram o potencial da Extensão Popular como um encontro pedagógico transformador com a realidade social.

Do ponto de vista de um número cada vez maior de estudantes, a vivência em comunidades vem se constituindo como apenas o primeiro passo de uma longa trilha de trabalhos dedicados à qualificação do que é público, da defesa dos direitos sociais e dos empreendimentos solidários para a superação das desigualdades. São pessoas que passam a atuar na educação pública, na rede de ensino básico, fundamental, média ou superior, ou na saúde pública, na construção de ações de educação em saúde comunitária, ou implementando o diálogo como condição de trabalho em níveis complexos de atenção à saúde ou mesmo na gestão. Muitos seguem para os movimentos sociais ou ingressam no mundo político como estratégia possível de angariar algumas das reivindicações populares. De qualquer modo, a vida dessas pessoas não será mais a mesma.

Nessa direção, Fleuri (2006, p. 256) chama a atenção para o depoimento de Rosângela Teixeira (2006), que afirma que a realidade social de miséria, doença, dor, desconforto, fome e injustiça “nos remete ao imponderável do sofrimento humano e nos faz crer que a vida dessa gente precisa ser outra, uma marcha noutra direção”. E se pergunta: “Seríamos nós responsáveis pela criação de um mundo novo, pela revelação de outra vida profunda-

mente mais justa, humana e digna? [. . .] O quanto de ação social e política deveríamos buscar?”. Marcos Vasconcelos (2006), ao acompanhar uma família favelada, entendeu que, “na busca de um mundo mais justo, o papel da universidade não deve restringir-se à formação de profissionais tecnicamente qualificados, mas também a de cidadãos comprometidos com a realidade social”.

Entretanto, mesmo as lutas sociais, que vão construindo a história humana, se defrontam com o trágico, com situações de miséria e injustiça, insuperáveis a curto prazo. Como fazer para recriar a vida humana, onde ela é estruturalmente negada? Que perspectivas de resistência e resiliência os seres humanos, particularmente das classes subalternizadas, vêm desenvolvendo? Será que as propostas de caráter religioso se restringem a uma função de amortecimento e de sujeição? (Fleuri, 2006, p. 259).

Podemos dizer que, em grande parte dos estudantes, a Extensão Popular fica, e um compromisso é forjado, extrapolando a própria extensão universitária. Um sentimento que começa a partir de um projeto numa específica realidade social permanece presente durante a vida. Para muitos estudantes, o compromisso social extrapola a comunidade onde atuam pelo projeto de extensão. É um compromisso com as classes populares e a expressão dos dominados, a qual Chauí define como a busca por formas pelas quais a cultura dominante (predominantemente aceita e interiorizada) seja recusada, negada, afastada. Mesmo numa sociedade onde estejam preponderantemente desprovidos de cidadania os cidadãos sejam “capazes de organizar-se, reivindicar direitos tácitos e preparar-se para penetrar no universo dos direitos políticos e culturais explícitos” (Chauí, 1996, p. 25).

Muito mais do que uma atuação mais adequada com a realidade de pobreza e desigualdade social, a Extensão Popular vem favorecendo

um grande encontro amoroso. Desses que criam um vínculo de tal monta que reorientam todo o viver. Que despertam energias e motivações que nos dão garra para enfrentar a aventura da vida. Entre desencontros, desencantos, momentos de intensa alegria e conquistas, esse amor perdurou central. É um amor cheio de precariedades e contradições como todos outros, mas o maior (depoimento do livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*, in Vasconcelos, 2006a, p. 95).

Conforme destacaram muitos dos depoimentos aqui elencados, essa nova perspectiva pedagógica de formação estudantil, trazida pelas práticas de Extensão Popular, deve sua conformação filosófica e teórica a uma tradição pedagógica antiga, que lhe serve de inspiração: a Educação Popular. Assim, dedicaremos nossos olhares agora para a Educação Popular, compreendendo seu histórico e suas bases teóricas, o que nos permitirá aprofundar as reflexões acerca da formação estudantil no campo da Extensão Popular e compreender como seus empreendimentos conseguiram desenvolver repercussões tão significativas na formação de numerosos estudantes universitários.

3
EDUCAÇÃO POPULAR, EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA E A EMERGÊNCIA
DA EXTENSÃO POPULAR



A Educação Popular

Em fins da década de 1950, começou a tomar corpo uma perspectiva de Educação demarcada como proposta alternativa direcionada para as classes populares — a Educação Popular — ganhou sentido como um processo educativo que se afirmou na autonomia das pessoas (educandos), caracterizado por uma relação respeitosa e horizontal entre educador e educando, em que se incluem as experiências, a cultura e os saberes desses sujeitos como pontos de partida da relação educativa.

Carregava também uma intencionalidade clara: fomentar a capacidade crítica e a organização política dos excluídos, permitindo-lhes angariar a conquista da democracia de forma ampliada e sem precedentes (de cor, raça, gênero, cultura, trabalho, etc.), visando à efetiva emancipação social, material e humana dos desfavorecidos da sociedade, vistos agora, com Freire (1987), como oprimidos. Com isso, passa a se constituir como ação contra-hegemônica, desencadeada por uma pedagogia efetivamente comprometida com a emancipação das classes populares e da humanidade como um todo, que requer também outra sociedade, cuja mola mestra não seja mais o capital (Paludo, 2001). Para atingir esses fins, essa metodologia educativa não se vale de

uma pedagogia feita *para* as classes populares, mas *com* elas. Para tanto, aposta em metodologias participativas e reflexivas.

Evidentemente, esse conceito de Educação Popular só foi assim entendido depois de anos de ações, reflexões, contradições e aprimoramentos. Essa Educação não começou exatamente com todos esses ideais norteadores. Nasceu de diversas iniciativas de intelectuais e setores populares, que criaram e aprimoraram uma relação educativa capaz de gerar autonomia e conscientização. Ainda hoje há dissenso sobre seu significado.

No final da década de 1950, pela ação pioneira do Serviço de Extensão da Universidade de Pernambuco, a Educação Popular passou a ser mais bem elaborada, teórica e metodologicamente, como abordagem educativa, mediante experiências de alfabetização com jovens e adultos. Constituiu uma liderança desse grupo pernambucano o professor Paulo Freire, um dos principais responsáveis pelo aperfeiçoamento teórico, filosófico e metodológico dessa educação, razão pela qual muitos grupos acadêmicos se referem à Educação Popular como “o Método Paulo Freire”.

Inicialmente, essas ações eram inspiradas em uma “ideologia de consciência nacional”, segundo a qual era premente educar as massas populares para “conquistá-las para o processo de desenvolvimento nacional e para a participação crítica no mesmo” (Scocuglia, 2001, p. 324), instrumentalizando o povo emergente, mas desorganizado, ingênuo e despreparado, marcado por índices alarmantes de analfabetismo para a construção de outra Nação — moderna e mais justa, democrática e liberal (Scocuglia, 2001).

Ressalte-se, entretanto, que, apesar de tal visão ter, em seus primórdios, um vínculo estabelecido entre a população, as lideranças e os intelectuais, permitiu, ao longo do tempo, que as práticas de Educação Popular fossem continuamente refeitas por meio de avaliações críticas e respeitando-se a dinâmica histórica. Foi assim que essas ações passaram a incorporar, de modo mais intenso, sua dimensão política, no início dos anos 1960, com

eventos como o fortalecimento dos movimentos sociais de esquerda, a influência da participação do Movimento Estudantil Progressista nos Círculos de Cultura e nos Movimentos de Cultura Popular e o avanço dos movimentos populares do campo, que culminou com o Golpe Militar de 1964, que agravaria a ação reacionária das classes dominantes contra a grande movimentação contra-hegemônica germinada naquela época, que gerou, contraditoriamente, mais coesão entre as iniciativas populares e democráticas, agora reservadas à subversão e à clandestinidade.

Diante de todo esse processo, a prisão de Freire e seu exílio forçado por mais de quinze anos deixaram claro todo esse “poder” político veiculado pelas práticas educativas, ligadas às raízes e aos conhecimentos populares (Scocuglia, 2001). Estava-se, então, avançando em relação aos primeiros modelos de Educação Popular presentes nas experiências freirianas, mesmo reconhecendo suas inegáveis contribuições para o avanço qualitativo na constituição de novas balizas pedagógicas e educativas com o povo. Sobre isso, o próprio Freire enuncia:

Em meus primeiros trabalhos, não fiz quase nenhuma referência ao caráter político da educação. Mais ainda, não me referi, tampouco, ao problema das classes sociais, nem à luta de classes. Essa dívida refere-se ao fato de não ter dito essas coisas e reconhecer, também, que só não o fiz porque estava ideologizado, era ingênuo como um pequeno-burguês intelectual (Freire, 1979, p. 43).

Foi assim que, inspirado pelas práticas desenvolvidas no Brasil e na América Latina, Paulo Freire empreendeu a sistematização de uma nova concepção de educação, forjada não por uma minoria de intelectuais iluminados, mas a partir de sua concretização com o povo, no seio de suas próprias iniciativas, entre acertos e erros, no calor das sensações e das emoções. Cabe destacar que Freire não é o inventor da concepção de *Educação*

Popular: Ele sistematiza os experimentos educativos desenvolvidos com as classes populares e, nesse processo, traça análises críticas e epistemológicas fundantes, imbricando em sua obra uma teoria da educação em que o diálogo é elemento constituinte central.

Não há diálogo, porém, se não há um profundo amor ao mundo e aos homens. Sendo fundamento do diálogo, o amor é, também, diálogo. Daí que seja essencialmente tarefa de sujeitos e que não possa verificar-se na relação de dominação. [. . .] Se não amo o mundo, se não amo a vida, se não amo os homens, não me é possível o diálogo. [. . .] Não há também diálogo, se não há uma intensa fé nos homens. Fé no seu poder de fazer e de refazer. De criar e recriar. Fé na sua vocação de ser mais, que não é privilégio de alguns eleitos, mas direito dos homens. A fé nos homens é um dado *a priori* do diálogo. Por isso, existe antes mesmo de que ele se instale. O homem dialógico tem fé nos homens antes de encontrar-se frente a frente com eles (Freire, 1987, pp. 45-6).

Nos anos 1970, a Educação Popular esteve presente nos movimentos populares, junto com as associações comunitárias, os grupos populares e os setores progressistas da Igreja Católica, como nas Comunidades Eclesiásticas de Base (CEBs) ou nas Pastorais (marcadamente a Comissão Pastoral da Terra, CPT).

Nos anos 1980, essa educação revela-se importante como aglutinadora no movimento de redemocratização e na construção da Constituição de 1988. Na década de 1990, enfrenta o difícil obstáculo de sobreviver à dissolução propiciada pelo sistema neoliberal. Agora o sistema que oprime (e as opressões) ficou mais difuso, espalhado, diluindo a unidade contra-hegemônica constituída no período da Ditadura. As lutas se capilarizam cada vez mais, como nos chamados novos movimentos sociais. O que não deixa de ser importante, mas dificulta que as

classes populares forjem um enfrentamento mais centrado no sistema como um todo, que continua privilegiando o capital e a exploração do homem pelo homem (Gohn, 2005).

Cumprе ressaltar que a Educação Popular não é a única perspectiva teórica para uma educação libertadora. No entendimento de Paludo (2001), ela faz parte do chamado Campo Democrático Popular (CDP), onde atuam também perspectivas teóricas e filosóficas de relevância na educação, como a Teologia da Libertação; o Novo Sindicalismo; os Centros de Educação e Promoção Popular; o pensamento pedagógico socialista, cuja base está no materialismo histórico e no materialismo dialético de autores como Marx, Lênin e Gramsci; as múltiplas experiências de movimentos sociais e populares ocorridas em toda a América Latina; além das experiências socialistas do Leste Europeu e das de países latino-americanos, como Nicarágua, Chile e Cuba.

Nesse novo século, a Educação Popular permanece em diálogo com essas diferentes perspectivas, mas mantém sua importância singular no contexto vivenciado pela sociedade, pois ainda está em voga uma educação hegemônica excludente, autoritária, direcionada a reafirmar a sociedade como aí está. Nessa direção, é uma inspiração singular para que se exercite a vocação mesma da Educação, refletida numa “vida de busca do outro e de partilhas como sentido dela própria, a vida cotidiana, como fundamento da razão de ser da experiência humana no mundo” (Brandão, 2002).

De acordo com Melo Neto (1999), a Educação Popular pressupõe a crença no homem, nas expectativas de mudança para um sistema social mais justo, com espaços abertos, compartilhados por todos, sem barreiras de classes; a dimensão da resistência e a superação da alienação das pessoas; a participação popular, a organização popular, a crença e o estímulo para a construção da força do povo. É também um princípio ético organizativo e uma prática moral que promove a cidadania; processos que envolvam o entendimento e a assimilação da realidade individual e coletiva

e a capacitação para a ação, pela reflexão conjunta sobre as condições de vida e as ações programadas; uma oportunidade de cada um se rever no compromisso com grupos populares. A Educação Popular como uma oportunidade de ultrapassar o conceito de conscientização e de valorização da cultura popular para assumir a noção de conflito, o que implica tensões permanentes, numa prática educativa radical, que se coloca em relação com outros processos sociais, de construção de uma nova cultura e de um projeto de sociedade, de formação da identidade de classe e de construção de cidadania.

Podemos pensar na Educação Popular como um sistema educativo, caracterizado por um conjunto de elementos teóricos que fundamentam ações educativas, relacionados entre si e ordenados segundo princípios e experiências (Melo Neto, 1999). É o conjunto de processos educativos desenvolvidos pelas classes populares em suas lutas pela existência, em condições mais dignas. Muitas vezes, configura-se como uma estratégia de persistência desses setores, a qual vai se direcionando pela construção de hegemonia e de sua resistência à exploração e à dominação capitalista.

Nessa perspectiva, atualmente, a Educação Popular é muito mais do que um conjunto de práticas ou uma tradição pedagógica. De fato, corresponde a um fenômeno de apropriação e produção do conhecimento com bases filosóficas e éticas claramente definidas, que orientam uma intencionalidade explícita: a construção de uma sociedade cujo poder esteja sendo encaminhado para as mãos dos responsáveis pela produção social — os trabalhadores (Fleuri, 1989).

Como vimos, mesmo em face do modelo acadêmico hegemônico, a Educação Popular tem encontrado espaço no complexo cenário universitário atual para ser desenvolvida e abertamente incluída na formação estudantil, notadamente por meio de projetos de extensão universitária. A Extensão é, historicamente, um dos setores universitários mais abertos para a comu-

nicação dessa instituição com a sociedade e para propiciar liberdade para professores, técnicos e estudantes experimentarem novas abordagens educativas e perspectivas de interação acadêmica. Para compreendermos os desafios da Educação Popular na formação estudantil da universidade, precisamos conhecer o histórico da extensão universitária e suas diferentes perspectivas.

A Extensão Universitária

A Extensão Universitária foi, historicamente, um cenário privilegiado para as ações e as interações da Universidade com a sociedade, em seus diversos setores, e vem configurando-se, ao longo do tempo, em atividades com várias formas, propostas e objetivos. Conforme pode ser observado nas diversas leituras acerca desse tema (Jezine, 2006; Melo Neto, 2002; 2004; Gurgel, 1986), a Extensão vem sendo utilizada nas mais diversas situações sociais e com diferentes intencionalidades políticas e caminhos metodológicos em distintos tempos históricos. Hoje, é, evidentemente, um dos “pilares” da organização universitária.

A ideia de que a instituição acadêmica tem uma função ou papel social a cumprir esteve presente desde a fundação das primeiras universidades, no século XII como um fator de conflito e de tensão em seu relacionamento com o Estado e a Sociedade (Santos, 1994). A Extensão Universitária vem sendo um espaço privilegiado para o exercício dessa relação Universidade/Sociedade, especialmente por se dedicar, de maneira central, ao envolvimento concreto de intelectuais, professores e estudantes com diferentes realidades sociais. No século XIX, podia ser identificada na relação mantida por estudantes de alguns cursos superiores como Medicina ou Pedagogia (Educação), em que o contato com a população era fundamental na experimentação do saber acadêmico absorvido ao longo da formação profissional. Tempos depois, foi tomando corpo em ações informais de

alguns grupos acadêmicos, incorporou a prestação de serviços e a difusão de cultura pelos intelectuais, até, no final do século XX, efetivamente, ser reconhecida como atividade e função acadêmica.

Para compreender o conceito de extensão e suas implicações no que diz respeito à formação universitária, precisamos debruçar-nos sobre as diversas perspectivas extensionistas. A Extensão Universitária vem sendo compreendida como *práticas* orientadas pela interação entre a comunidade e a Universidade, onde cabem diferentes intencionalidades (onde se queira chegar com a extensão), metodologias (caminhos característicos da ação de extensão, o “como fazer”) e pressupostos (ideários culturais que permeiam os sujeitos das práticas de extensão).

Para o Fórum de Pró-Reitores de Extensão,

uma *via de mão dupla*, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica que encontrará, na sociedade, a oportunidade de elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será associado àquele conhecimento. Esse fluxo estabelece a *troca de saberes* sistematizado, acadêmico e popular (Forproex, 2007, p. 12, grifos do autor).

Por outro lado, na concepção sistematizada por Melo Neto (2004), a extensão é um *trabalho social*, cuja ação é, deliberadamente, criadora de um *produto*. Constitui-se a partir da realidade humana e, como trabalho, abre a possibilidade de criação. É uma realização da universidade e da comunidade sobre a realidade objetiva, que procura superar a dicotomia teoria e prática, pois, para o autor,

a devolução dos resultados do trabalho social à comunidade caracterizará a própria comunidade como possuidora de novos saberes ou saberes rediscutidos e que serão utilizados

pelas lideranças comunitárias em seus movimentos emancipatórios e reivindicatórios (Melo Neto, 2002, p. 28).

Esse conceito vislumbra a concepção de extensão como produto de um esforço criativo desenvolvido entre a Universidade e a sociedade, “não como entes separados, mas em relação permanente entre si e que, nem por isso, deixam de se diferenciar” (Melo Neto, 2004, p. 54). Para o autor, a efetivação da extensão gera um produto que transforma a natureza, à medida que cria cultura. Portanto, esse trabalho social tem uma utilidade. Tem-se aí o conceito de extensão como um *trabalho social útil*. Concebê-la assim significa aceitar que “o produto desse trabalho passe a pertencer tanto às equipes dos projetos de extensão, na universidade, quanto à própria comunidade ou aos grupos comunitários, para aplicação na organização de seus movimentos” (Melo Neto, 2004, p. 62).

O desenvolvimento da extensão, na América Latina, decorre da influência de duas importantes correntes extensionistas anteriores: a europeia e a norte-americana, que foram efetivamente constituídas em fins do século XIX e início do século XX.

Na Europa, as atividades de extensão nascem no contexto das Universidades Populares no final do século XIX. Segundo Jezine (2006), as Universidades Populares eram constituídas por grupos autônomos de intelectuais e assumiram grande importância em países como Inglaterra, Alemanha, França, Bélgica e Itália. Envolviam uma série de atividades empreendidas, com o objetivo de possibilitar a disseminação da cultura para as camadas sociais mais desfavorecidas. Os conhecimentos eram levados para o povo, por meio de saberes técnicos, o que se caracterizou como uma perspectiva dominadora dos seus saberes. Preocupava-se, como indica Melo Neto (2002, p. 14), “em como seria possível fazer chegar até à população o conhecimento sistemático da universidade?”. No Brasil, as Universidades Populares desenvolveram-se sob a denominação de Universidades Livres, em

especial, dentre as décadas de 1900 e 1930. Em muitas delas, foram delineadas muitas das formatações de atividades para a extensão universitária que se consolidariam institucionalmente muitas décadas depois. Isso foi marcante na Universidade Livre de São Paulo, onde os cursos de extensão ganharam força e passaram a constituir o principal entendimento sobre extensão perante a sociedade. Com esse tipo de extensão, entendia-se que o caminho seria *estender* a universidade até os setores sociais populares,

visando, por um lado, preparar técnicos e, por outro lado, dispensar o mínimo de atenção às pressões das camadas populares, ainda que cada vez mais expressivas e mais reivindicativas, a extensão universitária se consolida através de cursos voltados para os ausentes da instituição que, sem formação acadêmica regular, desejam obter maior grau de instrução (Tavares, 1996, p. 27).

Paralelamente, têm origem nos Estados Unidos atividades de extensão universitária como prestação de serviços à sociedade em geral, estreitando a comunicação entre os saberes acadêmicos e as demandas da sociedade, especialmente as ligadas às empresas. Ao contrário do que ocorria nas Universidades Populares da Europa, aqui a iniciativa era institucionalmente reconhecida pelos órgãos administrativos e de fomento, que também acabavam, muitas vezes, por determinar as prioridades de trabalho a que se dedicariam essas ações extensionistas.

A partir dessas duas correntes, a extensão desenvolve-se amplamente no cenário universitário latino-americano, empreendida a partir de ações institucionais e não institucionais, protagonizadas por diversos atores, desde estudantes até técnicos, professores e movimentos sociais. Nos dias de hoje, e com base nos estudos de autores como Fleuri (2004), Jezine (2006) e Melo Neto (2006), podemos situar quatro movimentos significativos

no cenário político da extensão universitária brasileira, sobre os quais nos deteremos a seguir.

Extensão Universitária e multiversidade

A influência norte-americana, no contexto da Extensão Universitária, emergiu com o fortalecimento das universidades nos Estados Unidos, a partir do final do século XVIII. Conforme destaca Kerr (1982), citado por Jezine (2006), nesse período, avaliava-se que as universidades tinham de contribuir com o rápido desenvolvimento industrial e agrícola em voga, e não, apenas, com a formação do “culto cavalheiro” ou do professor, pregadores, advogados e médicos. Devia-se, portanto, investir em ações universitárias de ensino e pesquisa capazes de fortalecer o avanço tecnológico para a indústria e o comércio e empenhar os diversos setores acadêmicos na prestação de serviços para todos os setores sociais, especialmente, para os representados pelas empresas e pelas indústrias.

Partia daí a ideia de uma multiversidade, segundo a qual a Universidade deveria estar próxima da sociedade e de suas necessidades, contribuindo para o seu desenvolvimento. Foi dessa ideia que nasceu a extensão norte-americana, caracterizada marcadamente pela forma com a qual a universidade poderá contribuir para o desenvolvimento social. De acordo com Jezine (2006, p. 145),

quando se defende pura e simplesmente a multiversidade, está se fazendo da universidade uma agência de prestação de serviços, de atendimento aos interesses de quem pode financiar. Com isso, o pensar e o criar obedecem apenas a uma lógica exterior à universidade. Além disso, escamoteia questões políticas como a autonomia universitária e a garantia de liberdade.

Chegando ao Brasil, esse modelo de pensamento universitário foi adotado enfaticamente com a política de ensino superior do Governo Militar, durante a Ditadura, a partir da década de 1960, consolidando-se nos anos de 1970. Visava servir aos interesses do regime, em especial enfraquecer o engajamento político estudantil no meio popular e nas lutas sociais por democracia. Assim, esse tipo de extensão ganhou força institucional e constituiu-se como política governamental, mediante ações com prestações de serviços pontuais e pouco envolvidos com o enfrentamento dos problemas sociais. Foi com essa ideia que nasceram programas nacionais de extensão universitária com uma ênfase assistencialista, reforçada pelo distanciamento entre os extensionistas e a população, na medida em que as ações eram realizadas em comunidades distantes da efervescência do meio urbano, e isso impedia o contato mais permanente dos estudantes com os setores populares e as resistências sociais aí presentes.

Falcão (2006) assevera que, nesse período, a Extensão atinha-se à realização de congressos, seminários, atividades acadêmicas e outras que não fossem de sala de aula, mas com uma total desvinculação da realidade da população trabalhadora brasileira. Institucionalmente, apresentava-se como um braço estendido da Universidade para a Sociedade, sem escutar de verdade os anseios de seus setores mais desfavorecidos, especialmente os provenientes dos vários movimentos sociais e populares originados naquele período histórico. Mantinha, então, um caráter assistencialista marcante, aliado a serviços e a ações mantenedoras da ordem autoritária vigente, cujo maior interessado era o Estado autoritário da época. Isso era feito colocando-se a Universidade na posição de detentora da verdade e dos saberes mais apurados para a superação dos problemas sociais. Dessa maneira, a Universidade foi desvelando ações dedicadas à resolução de problemas sociais de maneira normativa, adequando o comportamento social e cultural dos indivíduos segundo os padrões considerados “corretos” do ponto de vista teórico. Nessa linha,

encontravam-se resoluções para os problemas sociais com base em uma lógica exclusivamente científica, sem considerar as representações e os saberes próprios adquiridos pela experiência das pessoas das comunidades. Por isso mesmo, tinham caráter educativo autoritário, em que se esperava que os conhecimentos científicos ajudassem a superar a pobreza pela adoção de comportamentos padronizados e “corretos”. Até hoje, essa extensão “prestadora de serviços” é diretamente influenciada por experiências e modelos norte-americanos, como analisam Jezine (2006) e Gurgel (1986):

Nesse contexto, a perspectiva assistencialista de extensão esteve contemplada pelo sistema de formação tecnocrata adotado pelo MEC. Nesse sistema, desagregavam-se as ciências, tirando a visão do todo, incentivando o estudante a adquirir uma percepção tecnicista do saber, priorizando o especialismo, reduzindo cada vez mais o alcance das lentes com as quais enxergava a vida em sociedade (Falcão, 2006).

A partir dessa linha de pensamento, emergiram programas como o Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária (Crutac) e o Projeto Rondon. Para Jezine (2006), esses programas ilustravam duas vertentes conceituais do que se acreditava ser a extensão naquela época. No primeiro, a autora (reforçada por Paiva, 1986) identifica o humanitarismo, disfarçado de metodologia de desenvolvimento comunitário, de caráter predominantemente educativo e assistencial, em que estariam fortes as ideias de uma educação civilizadora, instrutiva para aqueles setores mais desassistidos e “incultos” da população, a qual ganharia, então, muitos benefícios. Já o Projeto Rondon se diferenciava do Crutac por compreender a educação como um instrumento empregado para fortalecer o ideário nacionalista e protecionista nos estudantes universitários. Pretendia-se com ele ocupar espaços geográficos vazios, garantir segurança interna da região e afastar os universitários do foco dos movimentos sociais e das organizações políticas libertárias, em tempos de ditadura.

Essa diferença demarca também uma peculiaridade do Crutac, que distingue mais as possibilidades inerentes a sua concepção de extensão. Ao contrário do Rondon, no Crutac, não era negada nem limitada a participação política estudantil nos movimentos populares e suas iniciativas. Apesar de ter forte a ideia de humanitarismo e partir da prestação de serviços, essa iniciativa permitia que outras possibilidades de ação fossem surgindo, brotadas com a comunicação entre os universitários e a população (Gurgel, 1986). Por esses motivos, essa e outras experiências de ação comunitária desenvolvidas nas décadas de 1960 e 1970 constituíram um referencial importante para a futura institucionalização de um tipo diferente de extensão, cujas bases remetiam a movimentos estudantis, políticos e religiosos mais antigos. Tratava-se de uma extensão cujas preocupações estavam direcionadas à superação dos problemas sentidos pelas camadas populares, com metodologias participativas e caracterizado pelo diálogo de saberes e pela valorização da cultura popular.

Nesse sentido, cabe destacar que assistencialista não é sinônimo de assistencial. A dimensão assistencial da extensão encontrou, historicamente, sua importância no desenvolvimento de intervenções técnicas na área de engenharia, saúde, entre outras, onde se prestam serviços úteis para a população ou lhes oferecem consultoria e assessoria para resolver problemas pontuais e de caráter estritamente técnico na vida em comunidade, mas envolvendo a consciência da comunidade sobre o que se faz, para que se faz e por que se faz. Aqui, o trabalho social universitário participa, quando preciso e sentido pela comunidade, com intervenções técnicas muito específicas, como, por exemplo, na construção de um edifício ou em algum procedimento médico, como uma revascularização do miocárdio, ou a exodontia, na Odontologia. São trabalhos que, mesmo sendo explicados e negociados de forma clara e aberta com a população, exigem técnica apurada e qualificada; deles, muitas vezes, dependem vidas. É uma aplicação da ciência articulada com a vida, de acordo com

os anseios sociais, mas sem alienar a conscientização das pessoas e sem resolver problemas sobre os quais a própria comunidade pode debruçar-se e engajar-se.

Na perspectiva assistencialista, a universidade (por exemplo) chega a determinada comunidade, presta um sem-número de serviços e, depois, “vai embora”, como se os problemas todos estivessem resolvidos. Ao contrário da dimensão assistencial, aqui, a Universidade, muitas vezes, assume tarefas e responsabilidades do Estado e presta serviços que, na verdade, seriam direitos tácitos dos cidadãos. Assim, em vez de refletir com eles sobre as razões estruturais da tímida assistência pública que recebem, substituem o dever do poder público e seguem embora, para outra comunidade.

No assistencialismo, entende-se também que a Universidade está numa posição cultural superior à comunidade e que é capaz de resolver seus problemas. Ela sabe os caminhos e não precisa do saber popular. Ademais, não inclui, em sua agenda, a transformação social. Já a assistência pode compreender, reconhecer e apoiar o saber popular, mas observar seus limites para a resolução de alguns problemas e ver os limites da própria ciência e a necessidade de ser aplicada conforme se conheça, saiba e entenda o popular. As práticas de apoio técnico e assistencial não se percebem, necessariamente, melhores ou superiores, mas significativas e podem contribuir em necessidades emergentes, mas sem substituir a ação do popular, conforme possa e deva ser exercida, especialmente na direção da cidadania.

O assistencialismo na extensão serviu também, em muitos momentos históricos (como na Ditadura Militar), como propaganda de diversos grupos sociais e políticos dominantes, pois, ao conceder benefícios e serviços aos setores empobrecidos da sociedade, transmitem intencionalmente a aparência de que há uma preocupação com a sociedade e de que a Universidade, como instituição pública, está direcionando suas ações para esses setores. Pura ilusão. Afinal, como alguém pode estar verdadeiramente

preocupado com algo se, ao trabalhar nesse problema, não enfrenta suas causas estruturais e tenta apenas remediar algo que incomoda aqui e acolá? Como dormir tranquilo e continuar desenvolvendo pesquisas, ensino e extensão se, mesmo preocupados, os problemas persistem ao longo do tempo, e a ação acadêmica em nada resultou de concreto e permanente na resolução dos problemas? Que responsabilidade é essa de extensões pautadas pela pontualidade das ações? Ora, como nos dizemos responsáveis, se fazemos, periodicamente, ações que não envolvem os próprios comunitários na resolução dos problemas? Que sustentabilidade terão ações sociais que não empoderam os cidadãos na resolução e na consciência de seus próprios problemas? Como nos dizemos responsáveis, se não vamos à raiz dos problemas e preferimos “dar” as respostas, em vez de problematizar caminhos possíveis para superar permanentemente as dificuldades?

Extensão Universitária e Educação Popular

Curiosamente, a expressão *Extensão Popular* é uma designação recente para um tipo de ação extensionista já desenvolvido e aperfeiçoado há muitas décadas, especialmente na América Latina, o qual encontrou na Educação Popular a base filosófica, teórica e metodológica para o desenvolvimento de suas ações. Mesmo sem ter a denominação atualmente difundida, as práticas de extensão em Educação Popular são antigas e foram sendo elaboradas ao longo do tempo, centradas na ação comunitária e marcadas pelo diálogo de saberes, pela valorização da cultura popular e pela ação política de cunho crítico. Para compreender a constituição da Extensão Popular como uma perspectiva extensionista de relevância no cenário social e acadêmico, precisamos, inicialmente, retomar as bases históricas fundadoras de seus princípios mais elementares.

De acordo com Melo Neto (2002), podemos identificar os primórdios da Extensão Popular na América Latina a partir

do ideário extensionista apresentado por alguns setores do movimento estudantil desse continente, o qual esteve fortemente inspirado na ideia de socialização de conhecimentos trazida pelas Universidades Populares europeias. No Movimento de Córdoba¹ (1918), a extensão é defendida como uma articulação necessária da Universidade com os movimentos sociais, mediante a ideia de divulgação da cultura para as classes populares. Conforme destaca Melo Neto (2002, p. 16), esse Movimento declara uma intencionalidade emancipatória dessas classes, por acreditar que “a extensão universitária se desenvolve como uma tentativa de participação de segmentos universitários nas lutas sociais, objetivando transformações da sociedade”.

Tais ideias permeiam também a constituição da extensão no Brasil, especialmente por meio das ações da União Nacional dos Estudantes (UNE), que investia em cursos de extensão e divulgação de conhecimentos científicos e artísticos. Era priorizada a disseminação da cultura para o povo, fundada em ações como prestação de serviços e promoção de cursos. Por meio dessas ações, apresentava, em sua intencionalidade política, o compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, buscando direcionar a Universidade para o apoio às reivindicações e às lutas populares e da classe operária. A partir da década de 1930, a UNE afirmou a defesa de questões sociais, como a luta contra o

1 O Movimento de Córdoba caracterizou-se pela mobilização estudantil em favor de uma reforma universitária e, nas palavras de Oliveira & Azevedo (2008), apresentou os princípios de uma crítica ao modelo de Universidade tradicional existente na América Latina, que ainda era dependente de um paradigma colonial de organização da educação superior. Constituiu um marco histórico incontornável para se compreenderem os demais processos de reforma universitária, ocorridos em outros países latino-americanos, tais como: Peru, Cuba, Uruguai, Chile e outros, o que a torna referência obrigatória em qualquer debate que tenha como objeto a democratização da Universidade e a defesa de princípios como: *a)* autonomia universitária; *b)* eleição dos dirigentes pela comunidade acadêmica; *c)* concursos para a provisão de cargos docentes; *e)* docência livre; *f)* assistência livre; *g)* gratuidade do ensino; *h)* renovação dos métodos de ensino e aprendizagem; *i)* assistência social para permanência dos estudantes e democratização do acesso; *j)* extensão universitária; *k)* integração e unidade latino-americana.

analfabetismo, a implantação de siderurgias, a crítica ao colonialismo e o anti-imperialismo (Sousa, 1999).

Em meados da década de 1940, a inserção estudantil na vida das classes populares intensificou-se com experiências como a Juventude Universitária Católica² (JUC), a Juventude Estudantil Católica³ (JEC) e a Juventude Operária Católica⁴ (JOC). Nesse período, a interação dos estudantes com as classes populares não se dava, necessariamente, por meio de projetos de extensão. Na maioria das vezes, as iniciativas eram com ações de protagonismo juvenil religioso (como no caso da JUC) ou político (por meio de grupos de esquerda e de partidos políticos). Com o desenrolar desses trabalhos, criou-se uma base empírica de sustentação para uma perspectiva de interação acadêmica marcada por elementos distintos do assistencialismo. Os primórdios de uma perspectiva de Extensão Popular encontram-se nesses primeiros empreendimentos, em que havia pouca elaboração teórica e uma tímida institucionalidade, mas que ganhava sentido com o trabalho feito com as comunidades em condições de vida mais precárias, onde a ação mais eficaz era a partilha de saberes para o enfrentamento coletivo das condições que oprimiam e incomodavam.

2 A Juventude Universitária Católica (JUC) foi, de acordo com Kadt (2007), uma associação civil católica nascida da Ação Católica Brasileira (ACB). Foi um importante movimento no seio das universidades, que trouxe diversos líderes para a jovem União Nacional dos Estudantes (UNE) e participou da organização dos trabalhadores rurais, estimulando sua sindicalização. Em 1954, a questão social já aparecia em seu encontro nacional. Progressivamente, os juicistas passaram a questionar a sociedade capitalista e se aproximaram da Ação Popular em 1962. Engajados na política universitária e em movimentos de cultura e Educação Popular, os militantes da JUC e da Juventude Estudantil Católica (JEC) passaram a ser perseguidos depois do Golpe Militar de março de 1964.

3 De acordo com Kadt (2007), com as mesmas bases da JUC, formada por estudantes secundaristas.

4 A Juventude Operária Católica foi um movimento que congregou jovens trabalhadores. De acordo com Mattos (2009), foi um movimento religioso ligado à Igreja Católica, com certa preocupação social, que teve importância marcante no processo de criação de uma ação coletiva na condição social de uma categoria delineada: a juventude trabalhadora operária.

Mesmo ainda carregando a ideia de disseminação de cultura e de saberes “corretos” para a vida dos mais desfavorecidos, essas experiências foram aprimorando suas intencionalidades e metodologias conforme seus protagonistas insistiam em seu desenvolvimento permanente e relacionavam essa ação com perspectivas teóricas mais críticas e libertárias de produção do conhecimento. Dessa forma, pensamentos como a autonomia e a emancipação do conjunto dos setores populares passaram a permear predominantemente essas ações. Para isso, a estratégia que empregavam era de tomar como ponto de partida educativo a experiência e o saber anteriores das pessoas e a inserção do trabalho de formação política e a conscientização. Com as atividades, pretendiam buscar formas de análises mais profundas sobre os problemas sociais, visando encontrar suas raízes profundas. A ação radicada nos espaços da comunidade e que incentivavam a participação ativa dos seus membros decorria da determinação de não enfrentar somente os “sintomas” ou pontualidades dos problemas, mas suas causas estruturais e suas diferentes interfaces sociais, políticas, econômicas e culturais.

Muitos setores acadêmicos criaram ações de Extensão Popular (mesmo sem essa denominação), por seu inconformismo com a frieza institucional diante de um quadro efervescente de mudanças sociais (nos anos 1950 e início dos anos 1960). Um dos principais exemplos é o Serviço de Extensão e Cultura da Universidade de Pernambuco, com o Movimento de Cultura Popular (MCP), onde nasceu o Método Paulo Freire.

Assim, essas primeiras experiências de Extensão Popular ajudaram a delinear a teoria e a metodologia da Educação Popular, o que se intensificou nos anos 1960 e foi consolidado graças aos trabalhos de base, às sistematizações e aos estudos teóricos organizados por importantes autores, com destaque para Paulo Freire. Nesse período, a Educação Popular expressou-se como uma prática orgânica de movimentos sociais populares, organizações comunitárias, grupos populares e outros coletivos progressistas.

Suas práticas conseguiram dar base para as discussões de mudanças educacionais e universitárias nos anos 1960 e apoiar a atuação clandestina de muitos intelectuais e estudantes durante o período do Golpe Militar, marcadamente na década de 1970, quando o trabalho ainda era subversivo, preponderantemente em meio a organizações populares e movimentos sociais (Freire, 1987).

Na década de 1970, intensificou-se a opção dessas ações por estar junto com os excluídos em suas lutas e buscas do *ser mais* caracterizava muitas dessas vivências, imbuindo-lhes do caráter político. Ademais, foram ações sociais diferenciadas em relação à tradição de participação política de esquerda. Estavam marcadas, conforme destaca Sousa (1999), pelo antiautoritarismo e pela descentralização das ações e das tomadas de decisões. O trabalho era de base; a aposta na transformação decorria do trabalho educativo e de conscientização com os “subalternos”, e não, de um grupo de vanguarda.

Nesse período, no contexto de uma cultura política autoritária, alguns grupos estudantis e docentes universitários envolveram-se em trabalhos sociais por meio da Igreja Católica, nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); outros militavam em ações de partidos de esquerda em clandestinidade. Havia também a participação em movimentos sindicais e em organizações de defesa dos direitos humanos (Sousa, 1999). Esses trabalhos em comunidades eram a saída para o envolvimento ativo de jovens de classe média e popular na vida em sociedade, diante da desarticulação de muitas entidades políticas, como o movimento estudantil e alguns partidos políticos. Era uma forma de continuar lutando pela transformação social, e caso não fosse pela macropolítica dos partidos, seria pelo trabalho de base no enfrentamento de problemas cotidianos. Mesmo assim, havia, nas entrelinhas, uma forte luta pela democratização. Então, fica claro que, em conjunto com diversas organizações das classes populares, alguns setores universitários “reinventaram os espaços de participação” (Paoli, 1995, citado por Sousa, 1999).

Assim, a maioria dessas realizações concretizou-se de forma independente da estrutura universitária. Preponderava a iniciativa de sujeitos dispostos a inaugurar uma nova relação dos intelectuais com a população. Esse tipo de extensão emergiu da necessidade que alguns grupos acadêmicos tinham de responder à emergência dos graves problemas sociais pelos quais passava o País — grande quantidade de analfabetos e a maioria da população distante de conseguir realizar seus mais elementares direitos de cidadania. Tais grupos de estudantes e de professores avaliavam ser função da Universidade contribuir para a superação desse quadro.

Portanto, é desses experimentos que vai fortalecendo-se uma tradição extensionista comprometida com as classes populares e a transformação social: a Extensão Popular. Podemos dizer, portanto, que a Educação Popular está nos primórdios da Extensão Popular.

*Institucionalização e fortalecimento da extensão
como atividade acadêmica*

No início da década de 1980, com a abertura democrática, a problemática da Universidade foi colocada no centro de vários debates do campo educacional por todo o País. A Extensão Universitária merecia destaque, pois, no seio das discussões por uma Reforma Universitária, questionavam-se seu papel e a atuação da extensão como elemento articulador com a sociedade, para o exercício do papel social inerente a essa instituição. Inspiradas também no contexto de lutas pela democracia e de participação popular na vida política do País, bem como em críticas tecidas ao modelo assistencialista de extensão, essas discussões contemplavam o entendimento de Extensão como uma atividade acadêmica responsável por articular o ensino e a pesquisa de maneira indissociável.

O “clima democrático” e a participação ativa dos movimentos sociais, nos processos de conquistas populares, favoreciam a

defesa por uma Universidade que abandonasse a posição neutra diante dessa efervescência e passasse a dialogar com esses setores, com vistas a fortalecê-los e a aperfeiçoar sua capacidade de lutar pela cidadania. À medida que se caminhava naquele período, no processo de construção da “Constituição Cidadã”, ficava claro que era preciso uma nova consciência para a vida em sociedade. A Universidade, como instituição social, não podia ficar alheia a esse processo. Até porque muitos daqueles grupos (estudantis e docentes), antes relegados aos trabalhos subversivos e à clandestinidade, agora podiam pautar suas experiências acadêmicas nas classes populares de modo mais aberto.

Foi então que se abriu espaço para diversas experiências inovadoras, que insistam no potencial libertador da educação e na necessidade de a Universidade abrir o diálogo com os setores desfavorecidos da população. As vivências de Educação Popular começavam a ser inseridas na estrutura acadêmica, que ainda era envernizada e conservadora, mas (contraditoriamente) passou a comportar também essas ações progressistas.

Nesse período de transformações sociais e políticas no Brasil, o discurso acadêmico passava a ser diferente. Inicialmente, as reflexões sobre extensão e a mudança da Universidade foram fomentadas nos Conselhos de Reitores das Universidades Brasileiras (Crubs), mas só ganharam clareza teórica e consistência política concreta com a instituição do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). Com a instituição do Fórum, as experiências de Extensão passaram a ter maior força institucional, especialmente pelo estabelecimento de conceitos e pressupostos institucionais para esse tipo de atividade, definida como “processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Forproex, 2007, p. 12).

A Extensão deveria seguir as seguintes diretrizes: *o impacto e a transformação*, numa atuação transformadora voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população, colabo-

rando efetivamente para a mudança social; *interação dialógica*, com o desenvolvimento de relações entre a Universidade e os setores sociais marcados pelo diálogo, pela superação do discurso de hegemonia acadêmica para uma aliança com movimentos sociais de superação das desigualdades e da exclusão; *interdisciplinaridade*, construída na inter-relação de organizações, profissionais e pessoas; e *indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão*, reafirmando a Extensão como um processo acadêmico em que toda ação deverá estar vinculada ao processo de formação de pessoas e à geração de conhecimentos, tendo o “aluno” como protagonista de sua formação.

A partir desse avanço, a Extensão Universitária passou a priorizar mais intensamente a avaliação, a sistematização e a institucionalização de suas práticas e abrangeu um corpo diversificado de práticas acadêmicas de relação com a sociedade, entre as quais estavam presentes tanto as de cunho assistencialista quanto as orientadas pela Educação Popular, a partir de então reconhecidas e até apoiadas. Com o advento do Forproex, as políticas de Extensão Universitária deixavam de ser desarticuladoras dos movimentos de Educação Popular, para abrigá-los como ações institucionais.

Dessa forma, no cenário extensionista brasileiro, emergiu a perspectiva *acadêmica*, afirmada, principalmente, no período da redemocratização e com o advento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, que busca resgatar o papel cidadão da Universidade perante a sociedade e sua responsabilidade por desenvolver caminhos para superar os problemas encontrados na sociedade brasileira. A *Extensão* vai, então, adotando diferentes configurações e comportando distintas intencionalidades dentro da Universidade brasileira, até mesmo a concepção de extensão empresarial ou mercantilista, que adquiriu força relevante a partir dos anos 1990, notadamente na área tecnológica, configurando-se mediante convênios entre a Universidade e as empresas.

Extensão Universitária e mercantilismo

Com o fortalecimento da concepção neoliberal, desde a década de 1990, hoje temos, no campo acadêmico, a perspectiva extensionista *mercantilista* (Jezine, 2006), que assume claramente suas preocupações e responsabilidades, que não são com as pessoas, mas com o consumo e o fortalecimento do mercado. Essa perspectiva de extensão encontra-se com a ideia de multiversidade já citada. Nesse sentido, entendemos que essa concepção conferiu bases para o desenvolvimento de ações assistencialistas na ex-tensão, e sua persistência no seio das universidades abriu as portas para se intensificar a utilização acadêmica para a prosperidade econômica e social dos setores mais favorecidos de nossa sociedade, detentores dos meios de produção agrícola e industrial. Por essa ideia de multiversidade, a Universidade pode dedicar sua força de trabalho intelectual ao desenvolvimento científico e tecnológico de empresas e grandes estabelecimentos comerciais. Sua preocupação está na geração de tecnologias e aprimoramentos para empresas grandes empreiteiras e para o mercado em geral.

Ressalte-se, contudo, que, considerando a vigência do sistema capitalista atual no modo de produção econômica de nossa sociedade, esse desenvolvimento decorre à custa da exploração do trabalho de uma significativa quantidade de pessoas, que não desfrutarão das riquezas produzidas por seu trabalho. Nesse sentido, a extensão mercantilista depõe contra o papel universitário de desenvolvimento humano igualitário e justo, que coloca o trabalho de professores e de estudantes à disposição de um desenvolvimento tecnológico injustamente distribuído, cujo acesso é prioritário a uma pequena parcela da população: as classes sociais dominantes. Para esse tipo de extensão, a responsabilidade é grande, pois o produto da extensão terá aqui um significado sem precedentes, por ser avaliado, principalmente, pela

frieza e pela agressividade do mercado capitalista, onde não existem desculpas ou problematizações, mas o objetivo de gerar lucro e de estabilizar o mercado (ou manter os privilégios e as riquezas).

Como ressalta Jezine (2005), na atualidade, muitos setores da Universidade servem ao capital, tanto no cumprimento da função de qualificar para o mercado, pela formação de recursos humanos e produção de tecnologias pouco acessíveis aos setores sociais subalternos, quanto na produção de ideologias que, historicamente, vêm impedindo o acesso da classe economicamente desfavorecida ao saber científico sistematizado e limitando a luta contra as relações de exploração capitalista. Para compreender esse processo, podemos olhar para a formação em Pedagogia e na área de Saúde, por exemplo. Forma-se para o privado; para o trabalho no setor privado, na montagem de clínicas, consultórios e escolas particulares, em lugar de formar prioritariamente para o público, o bem comum, o desenvolvimento equânime da sociedade.

Nessa perspectiva, pode-se fazer extensão na prestação de serviços tecnológicos, servindo a sociedade em suas necessidades de progresso e desenvolvimento. Esses grupos de extensão dedicam esforços para a geração de tecnologias visando desenvolver o mercado ou empresas, sem se empenhar, prioritariamente, ao público, mas ao privado. Portanto, essa ideia está atrelada a uma visão “modernizadora” da Universidade (Melo Neto, 2002).

A Extensão Popular como um movimento nacional

A partir da década de 1990, com os avanços da institucionalização da extensão e o estabelecimento de sua perspectiva acadêmica, cresceram significativamente o apoio e o fomento institucional para o desenvolvimento da extensão universitária na linha da Educação Popular, como referencial teórico, metodológico e *ético*.

Nesse período, a cada ano, a Extensão Popular ganhava mais visibilidade, conforme seus empreendimentos continuavam a formar profissionais com visão crítica, postura humanística e compromisso social, o que podia ser constatado por alguns fatos históricos, a saber: a atuação desses estudantes na criação de novos grupos de debate no movimento estudantil, cuja principal marca era a Educação Popular; a participação ativa dos sujeitos da Extensão Popular nas discussões sobre as reformas curriculares de diversos cursos em todo o País; o protagonismo dos extensionistas populares na discussão e na elaboração de metodologias ativas de ensino-aprendizagem, com perspectivas para a pesquisa-ação e o delineamento de tecnologias sociais; a inserção de estudantes recém-formados em movimentos sociais, do campo e da cidade e a participação de muitos desses atores na constituição de novas frentes para a administração pública, inserindo-se em projetos governamentais de caráter popular e democrático em algumas cidades do Brasil.

Essas repercussões ajudaram a demonstrar, amplamente, a relevância das experiências da Extensão Popular na formação universitária, na constituição de pesquisas de caráter participativo e no cumprimento da função social da Universidade. Tudo isso contribuiu também para o aumento significativo do número de experiências, porquanto mais professores, técnicos e estudantes conhecem a Extensão Popular e buscam executá-la em suas instituições como forma de resistir ao modelo universitário dominante e à construção processual de novas perspectivas. Vai se constituindo, então, um corpo prático pujante de caráter nacional, de experiências de extensão universitária nos meios comunitários e nas classes populares, orientadas pela ótica da Educação Popular.

No início dos anos 2000, avança a produção analítica e crítica desse campo da extensão, que repercutiu em debates e produções teóricas, com base, principalmente, em estudos organizados pelo professor José Francisco de Melo Neto. Em livros

como *Extensão Universitária: uma análise crítica*, *Extensão Universitária, Autogestão e Educação Popular* e *Extensão Popular*; esse autor sistematizou bases filosóficas para se compreenderem bem mais as bases éticas e teóricas sustentadoras da proposta de Extensão Popular, situando no campo conceitual as críticas desse modelo às outras perspectivas extensionistas e à Universidade como um todo. Paralelamente, emergiram outras produções teóricas, que partiram, sobretudo, de reflexões providas do concreto das práticas de Extensão Popular. Assim, aspectos cotidianos dessas iniciativas, como vivências pessoais, desafios e obstáculos práticos, potencialidades metodológicas e novidades pedagógicas puderam ser sistematizados e amplamente visibilizados. Ademais, ganharam repercussão também as produções teóricas que davam enfoque à contribuição da Extensão Popular na ressignificação da atuação profissional em algumas áreas do saber, na medida em que os projetos conseguiram experimentar metodologias e novas ações capazes de ser desenvolvidas não apenas em nível extensionista, mas também na atuação profissional cotidiana. Como exemplo, destacou-se o livro *Fisioterapia na Comunidade*, de Ribeiro & Lacerda (2006), onde foi abordada a prática do fisioterapeuta nos serviços públicos de atenção básica em saúde, redefinida a partir das ações de um projeto de Extensão Popular.

Todos esses fatores criaram bases para o espalhamento das experiências de Extensão Popular. Por todo o País, foram se multiplicando o número de projetos e a quantidade de pessoas cuja formação universitária incluía a Educação Popular que, cada vez mais, adentrava o cenário institucional demonstrando não ser apenas um “sonho de alguns idealistas utópicos” (Vasconcelos, 2006b). Na década de 2000, suas diversas realizações provavam ser possível vivenciar outra formação e outro compromisso social na Universidade. Ficou evidente que a Extensão Popular é mais do que uma alternativa, é uma proposta consistente de outro modelo universitário.

Nesse período, outro fenômeno que concorreu para a irradiação da Extensão Popular foi o crescente número de espaços nacionais de encontro de extensionistas, configurados, principalmente, com a emergência dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária (CBEU), que iniciaram, em 2001, com o 1.º CBEU em João Pessoa (PB). A partir de então, passou-se a estimular a comunicação entre os extensionistas populares que, ao constatar nos CBEU a realidade ainda hegemônica da extensão universitária brasileira, passaram a buscar formas mais aprimoradas de organização interna, para reivindicar melhorias no cenário institucional e fortalecer a Extensão Popular.

Encontro após encontro, os diversos membros de vários projetos de Extensão Popular de todo o País foram manifestando sua insatisfação com o modo como os CBEU eram organizados e com o modelo de extensão ainda dominante, marcado pelo assistencialismo e pelo mercantilismo. Com isso, esses atores sentiam, cada vez mais, necessidade de priorizar sua organização e qualificar sua reivindicação por mudança. Ademais, identificavam a importância de sua comunicação permanente e das trocas de experiências.

Todo esse contexto possibilitou o crescimento de um movimento nacional que insiste num caráter popular de extensão, defensor da democratização de sua organização nacional, que tomou corpo em dezembro de 2005, com a criação da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), durante encontros de diversos extensionistas populares, técnicos, trabalhadores de saúde e educação e membros de movimentos populares no II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília (DF). Formada por professores, técnicos, estudantes e membros de movimentos populares insatisfeitos com o atual modelo de formação, a Anepop foi criada para fortalecer os princípios da Educação Popular nas atividades acadêmicas por meio da extensão.

A Anepop é uma articulação de extensão com caráter nacional, que procura criar canais de troca de experiência e refle-

xões entre os atores da Extensão Popular. Como espaço de comunicação, tem uma lista de discussão pela internet, a *Extensão Popular*, atualmente com cerca de quinhentos associados. De acordo com a Carta de Curitiba (2006),

trata-se de um movimento instituinte de novas formas de integração entre a vida universitária e os movimentos sociais, pautado pelo diálogo entre as esferas que pensam e refletem a extensão numa ótica progressista. Está sustentado também na insatisfação com a forma como o CBEU e as demais instâncias de debate vêm sendo organizadas, assim como diante da desvalorização da participação de estudantes, professores, profissionais e movimentos sociais na construção das políticas de extensão.

Nos últimos anos, a Anepop vem empreendendo importantes frentes de interação política e reivindicativa, como o diálogo com o Forproex, pautando um tipo diferente de fazer extensão e uma proposta diferente de vivência universitária; insistência na socialização da discussão da Extensão Popular em vários eventos pelo Brasil, difundindo e dando visibilidade às práticas e trazendo novos atores para a luta; apoio às iniciativas que se constroem e aos coletivos que se interessam em discutir sobre Extensão Popular e criar práticas nesse sentido.

A criação da Anepop evidencia um novo momento para a extensão universitária e deixa evidente que a Extensão Popular não compõe apenas uma categoria teórica ou um jeito de fazer extensão, mas é um movimento antigo que, no contexto atual, vem priorizando sua organização e desenhando novos contornos para o painel institucional da extensão universitária brasileira. Seus empreendimentos trazem a reflexão de que não basta haver trabalhos de base fortes nas diversas instituições do Brasil, é preciso que pessoas envolvidas nessas iniciativas se disponham a trabalhar nessas intervenções políticas e estruturais.

Nos capítulos seguintes, faremos uma abordagem sobre como se desenvolveu a Anepop, por ser o objeto deste estudo. Por meio de diversas fontes de informações, procuraremos reconstituir o histórico de sua criação e os caminhos percorridos em seus primeiros anos. Assim, poderemos compreender o significado dessa experiência para a formação estudantil e para a extensão universitária brasileira.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE
EXTENSÃO POPULAR (ANEPOP):
OS PRIMEIROS PASSOS DE SUA CONSTRUÇÃO



Nos últimos anos, o movimento nacional de Extensão Popular vem priorizando sua organização e capacidade de intervenção e proposição no cenário da Universidade brasileira. O surgimento da Anepop, como coletivo ampliado e de caráter nacional, é prova inequívoca disso. Considerando a relevância social e histórica dessa Articulação e a tímida produção teórica existente sobre ela, urge a necessidade de sistematizar a experiência de seu desenvolvimento, narrando os principais acontecimentos a ela inerentes, arriscando o empreendimento de análises críticas que situem historicamente a experiência e ponderem sobre os principais aprendizados possíveis de fazer. É o que faremos nas próximas páginas.

Antecedentes

Desde meados da década de 1990, surgiram e se estabeleceram no Brasil encontros acadêmicos sobre extensão universitária, influenciados fortemente pelas conquistas do Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) na institucionalização da extensão e no seu reconhecimento como atividade acadêmica. Depois de diversos encontros organizados

em nível regional por diferentes entidades, o Forproex liderou a promoção do 1.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), com o objetivo de propiciar um encontro nacional de caráter acadêmico multidisciplinar. A partir de então, começaram a ser promovidos encontros científicos de extensão em todas as regiões do País. Naturalmente, os extensionistas de diferentes instituições e realidades passaram a se encontrar frequentemente, tanto em âmbito nacional quanto regional. A Extensão Universitária ganhava espaços estabelecidos de encontro e de debate, e isso intensificou também os embates e os tensionamentos entre as diferentes tendências da extensão. Além das discussões de ordem teórica e filosófica sobre extensão, começaram a predominar nesses espaços reflexões acerca da própria organização dos encontros. Especialmente para os atores provindos de experiências de Extensão Popular, a estrutura organizativa dos encontros incomodava, principalmente porque destoava da filosofia educativa e do compromisso social em que acreditavam.

A maioria desses encontros girava em torno de mesas-redondas, conferências e apresentações de trabalho em comunicação oral e pôsteres. As mesas-redondas e as conferências caracterizavam-se como palestras de professores, com pouco espaço para a plenária debater e elaborar perguntas. As comunicações orais eram feitas por meio de apresentações pontuais de trabalho, com pouco ou nenhum tempo para discussão entre seus autores. Na maioria dos congressos, não havia apresentação de pôsteres. O evento só servia para expor os trabalhos, sem propiciar conversas entre os autores ou sequer contemplar a visita de um avaliador para assistir à apresentação da experiência em foco. Ao longo da programação, a participação estudantil e popular era desvalorizada. Nos vários debates empreendidos, era tímida ou inexistente a inserção desses atores. Suas ausências em mesas-redondas e conferências pressupunham que eles não teriam nada a dizer sobre as grandes questões da extensão, portanto só os pró-reitores e os professores doutores eram os palestrantes.

Assim organizados, os eventos acadêmicos de extensão reforçavam a ideia de uma Universidade com muros intransponíveis, à qual a população não tem acesso e não é convidada para avaliar e criticar suas ações, mesmo que seja sustentadora de toda a estrutura universitária, apesar de ser uma instituição pública e de pagar os seus impostos à população. Na mesma medida, consolidava a ideia da sujeição estudantil ao saber do professor ao colocar o estudante na posição passiva de escutar as teses dos professores nas mesas-redondas ou ao deixá-los elaborar pôsteres que nunca seriam comentados. Com essas atitudes, a organização desses eventos de extensão retratava como acreditava ser a relação entre o professor e o aluno: ainda marcada pelo verticalismo e pelo autoritarismo. Além disso, ao criar espaços, seja de apresentação de trabalhos seja de mesas-redondas, onde predomina a palestra (o monólogo), esses eventos de extensão reforçavam uma concepção educativa bancária, conforme delimitou teoricamente Freire (1987). Isso era reforçado pela sistemática ausência de espaços efetivos para trocas de experiências de extensão e diálogos sobre a conjuntura extensionista capaz de gerar novas perspectivas de fortalecimento para essa área. Com tudo isso, nesses eventos, os pró-reitores legitimavam seu poder como detentores exclusivos da organização nacional da extensão universitária. Dessa forma, desestimulavam os estudantes e os movimentos sociais e investiam em metodologias educativas tradicionais e bancárias, o que foi fomentando um movimento de resistência. Para os atores da Extensão Popular, não era fácil constatar toda essa estrutura organizativa dos eventos de extensão, a qual diferia radicalmente da que eles construíam em suas práticas locais. Para Etel Matiello,¹ esse incômodo com os congressos era somado a

1 Educadora popular, nutricionista formada pelo Instituto Metodista de Educação e Cultura (Imec), militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). Atualmente trabalha como nutricionista no Núcleo de Apoio ao Programa Saúde da Família na cidade de Florianópolis (SC).

[. . .] uma insatisfação em relação ao ensino e também em relação a própria extensão, a questão de haver um distanciamento entre a teoria e a prática, em comunidades, profissionais e estudantes (Etel Matiello, em depoimento registrado através de grupo focal).

Esse processo concorreu também com o cultivo de uma insatisfação dos extensionistas populares, com a filosofia da maioria dos projetos de extensão apresentados ao longo do evento, conforme assinalado por Marcos Vasconcelos:²

[. . .] a gente viu os encontros, basicamente nos congressos houve a visão preponderante [. . .] de fazer “servicinho” na comunidade, algumas coisas substanciais, alguns cursos de complemento de carga horária de currículo, [. . .] a gente ficava incomodado, porque a gente queria colocar o [nosso] trabalho, achar que era muito transformador e ele era botado pra ser apresentado no corredor, numa sala periférica. [Nessas ocasiões] a gente via o nível de repercussão da fala, as pessoas se tocavam, mas os principais tinham um caráter muito burocrático. Então essa inquietação, essa incomodação. . . (Marcos Vasconcelos, em depoimento registrado através de grupo focal).

Ao percorrer as sessões de pôsteres, assistir às palestras e observar as apresentações de comunicações orais, ficava-lhes patente que a Extensão Popular tinha pouco espaço e visibilidade no evento. Nas diversas ações extensionistas em questão, persistia uma relação autoritária com a população, encharcada por metodologias de ação pouco ativas e antiparticipativas. Aquelas extensões voltadas para o diálogo com as classes populares e o

² Médico formado pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e educador popular, participou de projetos de Extensão Popular durante toda sua formação universitária. Atualmente, trabalha como professor substituto na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre (RS).

enfrentamento das desigualdades, numa relação de respeito e integração de saberes, eram ainda pouco valorizadas.

Preponderantemente, observa-se um modelo assistencialista, descompromissado, desarticulado da realidade e distante dos movimentos sociais e organizações comunitárias. Reflexos dessa estrutura são percebidos concretamente nos encontros de extensão universitária, como o I e II Congresso Brasileiro de Extensão e o último Congresso Ibero-Americano, ocorrido no Rio de Janeiro, de 27 a 30 de novembro desse ano. Nesses espaços, predomina uma organização vertical, atrelada aos reitores e pró-reitores das academias, sem participação de representantes estudantis, movimentos sociais, comunidades e outros organismos da sociedade civil. Além disso, não são proporcionados espaços de reciprocidade acerca dos “fazeres” entre os diversos projetos de extensão e suas respectivas metodologias, comprometendo a real troca de conhecimento e experiência (Carta de Brasília, 2005).

Ressalte-se, contudo, que, mesmo com tantos incômodos, nesses encontros, propiciavam-se diálogos entre os diferentes extensionistas e atores sociais, levando-os a pensar concretamente caminhos e estratégias de mudar aquele painel incômodo. Conforme ressalta Etel Matiello, dessa insatisfação pretendiam-se construir possibilidades:

Bom se eu não quero desse jeito então vamos nós mesmos fazer diferente (depoimento registrado através de grupo focal).

Na visão de Murilo Marcos,³

3 Médico formado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e educador popular, participou do movimento estudantil de Medicina na Coordenação de Extensão Universitária da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem) e coordenou, como estudante, o projeto “Não me Lixo”, envolvendo Extensão Popular, meio ambiente, arte e cidadania. Atualmente, trabalha como médico de família e da comunidade na cidade de Santa Rosa (SC).

[. . .] dessa vontade deles, dessa prática deles de fazer a extensão, de buscar na universidade aquilo que não tava muito a primeira mão, eles começaram a se encontrar, e buscar em seus semelhantes uma força maior (depoimento registrado através de grupo focal).

Em verdade, essa insatisfação era uma provocação inicial,

porque, a partir da insatisfação, a pessoa vai buscar algo diferente, que possa dar conta dessa insatisfação, [pois outros] vários estudantes [talvez] tenham insatisfação de alguma forma; [. . .] é uma insatisfação de achar que o espaço seja um transformador mesmo. [. . .] e fazemos descobertas de como aquilo é contente, a gente acaba então querendo influenciar nas transformações dos outros. Então a Anepop é mais um desejo de influenciar, de dar oportunidade, ajudar o outro a conhecer a extensão, a conhecer esse mundo tão diferente, conhecer fora da universidade, e que ele conheça e faça o arbítrio pela opção mais transformadora. A Anepop é o desejo de se ampliar, se ampliar essa influência, que mais pessoas convivam, e mais pessoas se transformam a partir dela (Marcos Vasconcelos, em depoimento registrado através de grupo focal).

Visando construir espaços de elaboração de enfrentamentos dessas situações, grupos ligados ao movimento estudantil e alguns projetos de extensão criaram a Ação Nacional de Extensão Universitária (Anexu) em 2002, durante o 1.^o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU), em João Pessoa, com a qual se pretendia constituir um coletivo agregador dos extensionistas universitários brasileiros. Nos anos de 2003, 2004 e 2005, a Anexu conseguiu promover a articulação de diversos extensionistas, através do movimento estudantil, e realizou encontros regionais para discutir a temática da extensão a partir do olhar estudan-

til, bem como favoreceu a inserção desse debate no seio daquele movimento, em que a extensão era ainda preterida e pouco valorizada. Nesse período, a Anexu participou de importantes atos e protestos com o movimento estudantil, especialmente contra a reforma universitária no 2.º CBEU em Belo Horizonte (MG). Todavia, com o tempo, a organização específica dessa Ação Nacional perdeu espaço para o fortalecimento do movimento estudantil numa perspectiva progressista, fosse através das executivas, fosse através de grupos organizados em cada instituição. Nesses espaços, a discussão da extensão universitária, no movimento estudantil, perdurava, mas pouco se cuidou da estruturação da Ação e de seu delineamento ativo e propositivo. Possivelmente, isso decorreu porque, como destaca Eymard Vasconcelos (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 13-2-2006):

estava só ligada ao movimento estudantil e procurava englobar todos os tipos de extensão.

Em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet, no dia 10-8-2006, Vinícius Ximenes relatou:

Fizemos algumas coisinhas com a Anexu, mas não conseguimos muito sair da fase conspirativa. Faltavam pernas para construir uma articulação tão ampla, faltava um maior contato com mais movimentos, ações, projetos e práticas de Extensão Popular a nível nacional para sentir coletivamente e presencialmente a necessidade de articulação. Como também havia algumas indefinições conceituais nossas que dificultaram a construção de uma identidade que pudesse melhor contatar as pessoas pra busca de algo. Ou seja, chochamos até a rede ficar inerte.

Em virtude de fatores como esses, algum tempo depois, a Anexu ficou limitada aos repasses de informações através de sua

lista de discussão e sem ações e estratégias delineadas. No final de 2005, retomou-se a ideia de estruturar uma articulação nacional através da extensão, com vários grupos de extensionistas populares, não necessariamente ligados ao movimento estudantil. Nesse período, dois eventos de amplitude nacional constituiriam o cenário onde as bases de nova articulação nacional seriam fundadas.

Na última semana de novembro de 2005, o VI Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária foi realizado na cidade do Rio de Janeiro (RJ), no Hotel Rio Othon, na praia de Copacabana. Como se pode inferir, o local foi extremamente contraditório com o tipo de extensão que os extensionistas populares defendiam. Um hotel de luxo não parecia o lugar propício para discutir a extensão numa perspectiva de justiça e igualdade social. Durante todo o evento, os extensionistas populares testemunharam a diferença da filosofia dos seus projetos para aquela com a qual o evento tinha sido desenvolvido.

Fomos extremamente maltratados (professores, estudantes e movimentos sociais — esses nem sequer convidados foram), com painéis entre corredores de hotel, nenhum espaço para compartilhar de experiências e uma distância enorme das verdadeiras demandas sociais e acadêmicas dos presentes. Aquele Congresso representou muito do que entendíamos enquanto crítica ao jeito de organizar a extensão nacionalmente. Agustiávamo-nos em perceber que, apesar de existirem práticas bonitas, amorosas e que propõem o novo dentro da Universidade, numa perspectiva transformadora, essas não tinham espaços efetivos de comunicação. Sem troca de ideias sobre seu “que-fazer” e suas linhas de pensar (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 12-2-2009).

Enquanto aprendíamos, em nossos projetos de extensão, sobre a importância do compromisso ético com a emancipação

humana, com a autonomia do povo e da gente e compreendíamos a importância do ser mais, convivíamos com metodologias ativas e participativas, amorosas, libertárias e testemunhamos nesse evento uma extensão autoritária em sua relação com a população. Assistíamos a debates e a apresentações de trabalhos em que os estudantes (lá, os “alunos”) eram meras peças de mão de obra, e a relação com a comunidade era utilitarista na maioria das vezes. Não havia participação da população ou de movimentos sociais nem análises críticas da extensão por parte da população participante dos projetos, dos movimentos sociais ou dos estudantes, apenas dos pró-reitores de Extensão e de mais alguns professores.

Testemunhávamos com indignação a insistência de muitos gestores em ver na extensão mais um espaço para reafirmar a distância entre a academia e o povo, destacando mesmo a superioridade da primeira, na produção de conhecimentos que nem mesmo chegavam ao povo. Mais do que isso, ao contrário dos nossos projetos de extensão em Educação Popular, vimos que, em sua maioria, a extensão era feita PARA A COMUNIDADE (assistencialista) ou mesmo APESAR DA COMUNIDADE (empresarial/comercial/mercantilista), mas pouco víamos a extensão FEITA COM A COMUNIDADE, até por essa última pouco se fazer presente, convidada, de maneira radicalmente participativa e verdadeira (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 12-2-2009).

No decorrer desse evento, conforme aumentava o incômodo em relação à organização, crescia também a capacidade de mobilização e articulação estudantil, na medida em que os desabafos eram compartilhados nos corredores do hotel em muitas conversas entre os vários estudantes presentes. Como ponto crítico motivador da reação estudantil, o cancelamento da apresentação dos pôsteres foi o ponto alto, episódio que narrarei em relato pessoal.

Lembro-me de ter ensaiado durante toda a manhã para apresentar o trabalho na parte da tarde. Não me interessava assistir a mesas redondas ou a outras programações. O frio na barriga falava mais alto. Eu queria representar bem o meu projeto de extensão e conseguir comunicar com eficiência minha experiência. Nada mais importava. Por isso, foram seguidos ensaios, contagem de tempo (para não extrapolar na hora “H”) e revisão constante do texto original do meu trabalho. Chegado o momento marcado para a apresentação, eu e uma série de estudantes de muitas instituições aguardávamos a chegada dos pareceristas. Era um corredor grande, repleto de gente e de painéis, um ao lado do outro. Eu seria um dos primeiros a apresentar. Enquanto esperava, conversava com estudantes de painéis próximos. Trocávamos experiências e conversávamos sobre nossa ansiedade. Muito tempo depois do horário previsto, cansados e estressados de tanto esperar, fomos abordados por um dos organizadores, cuja fala foi simples, direta e dolorosa: “Sentimos muitos, mas não poderemos avaliar os trabalhos. Agradecemos muito sua participação, aqui está seu certificado. Parabéns!”.

Para um estudante como eu, com pouca experiência em extensão na época, mas já cheio de sonhos, ansioso por apresentar um trabalho pela primeira vez, aquela foi uma das maiores decepções da vida. Ao receber a notícia, olhei para uma amiga de projeto que estava ensaiando ainda e suando frio. Imaginava como ela reagiria à notícia. Quando vi essa imagem, a decepção foi se transformando em raiva. Com esse sentimento, saí em todos os corredores conversando com os colegas, avisando sobre o ocorrido, e a raiva foi ficando coletiva e, à proporção que foi sendo compartilhada, foi se criando uma união entre os extensionistas insatisfeitos, que entenderam que era preciso articular, com urgência, protestos e atos políticos. Da raiva, partimos para a mobilização. Marcamos reunião e fizemos uma pequena nota de protesto, impressa em várias cópias para divulgar no evento, onde ironizámos o *slogan* do congresso. Substituímos a expres-

são “Navegar é preciso, transformar é possível!” por “Navegar é preciso, *afundar* é possível!”.

Seguiram-se, então, reuniões para avaliar aqueles problemas, durante as quais fizemos alguns protestos e atos. Interrompemos uma das mesas-redondas com um teatro silencioso e manifestações na plenária final. A partir desses atos, comunicamos que era preciso revitalizar a Anexu e promover uma Articulação Latino-Americana de Extensão Universitária.

Duas semanas depois, muitos dos extensionistas presentes nesse evento novamente se encontraram durante o II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília (DF), entre 12 e 15 de dezembro de 2005. Como não poderia deixar de ser, aproveitamos o encontro presencial para aprofundar os encaminhamentos construídos no evento anterior. Nesse, havia uma atividade especialmente programada para valorizar o protagonismo estudantil a partir da Educação Popular: a mesa-redonda “Repensando a formação universitária através da Educação Popular e Saúde”, organizada pelo professor Eymard Mourão



Fotografia 1. Mesa-redonda que instigou o movimento criador da Anepop durante o II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, em Brasília (DF), na UnB, em dezembro de 2005. Da esquerda para a direita: Eymard Vasconcelos (professor da UFPB e coordenador da mesa) e os palestrantes Lia Haikal (estudante da Uerj), Eduardo Simon (médico formado na UFRGS), Pedro Cruz (estudante da UFPB), Edney Vasconcelos (estudante da Universidade de Iguazu) e Marcos Vasconcelos (estudante da UFPB).

Vasconcelos. Os palestrantes dessa mesa-redonda foram estudantes universitários cujo contato com a Educação Popular, principalmente pela Extensão Universitária, ressignificou sua formação profissional.

Após as falas dos componentes da mesa, foi significativo o movimento da plenária em também compartilhar suas vivências, emoções e opiniões. Em razão disso, a mesa-redonda só foi encerrada uma hora e meia depois do tempo previsto.

Foi em Brasília, em dois mil e cinco
Que tomamos a decisão
Sem imposição
Finalmente, chegamos a uma conclusão
Era chegada hora de fazer uma aposta
Para os sonhos fazer acontecer
A indignação transpor e a opressão desaparecer

Foi numa mesa-redonda
Cheia de gente, encharcada de amorosidade
Vontade de ser mais e compartilhar as vivências com comunidades
Parecia que estávamos todos lá
Nós e o povo da Extensão Popular de todas as universidades

Coração na mão, silêncio!
Atenção, concentração, vamos todos observar
A mesa vai começar

Cinco palestrantes
Todos academicamente pouco importantes
Não, nada de professor doutor
Cinco estudantes para de suas vivências falar com amor

Na primeira fala, emoção à tona numa cantiga bonita
Entoadada com paixão por uma extensionista

Uma cantiga popular, uma canção do povo
Outra fala, mais emoção, perplexidades de novo

Amigo leitor, que espanto foi ver
A parede da UnB estremecer
Perplexidade da academia ao constatar
Que seus estudantes sabem cantar, sabem tocar
Com a música e a arte, provam que sabem educar

Eis que surgem mais relatos dos “palestrantes”
São muitas palavras, em frases mil
Mostrando com contundência que nesse nosso Brasil
Existe outra Universidade
Humana, justa, transformadora com a comunidade

O debate se aqueceu
E o “público” não se conteve
Queria também partilhar suas impressões
Para que ninguém se atravessasse
A desconfiar dessa educação significativa
E todo mundo compreendeu
Que a hora era chegada
De fazer valer a voz do estudante e do povo
Ninguém mais podia nos segurar nessa estrada

(Pedro Cruz e Murilo Leandro Marcos, no texto “A articulação nacional de Extensão Popular (Anepop): os primeiros passos de um movimento instituinte de outra universidade”, no *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop).

As trocas de experiências e de conversas não couberam mais na mesa-redonda. O tempo havia extrapolado e havia ainda muita coisa que conversar. Por isso, foi marcada para o mesmo dia uma reunião ampliada, para discutir propostas e encaminhamentos

para toda aquela discussão. Nessa reunião, a participação estudantil, mais uma vez, mostrou-se forte e majoritária. Contudo, aquele momento, assim como a mesa-redonda, desvelou uma participação significativa de outros atores, que testemunhei pela primeira vez desde que passei a participar dos encontros de Extensão Popular. Era também marcante a presença de professores e técnicos universitários, trabalhadores de serviços públicos sociais (como saúde e educação), além de estudantes de pós-graduação e lideranças de movimentos sociais. Juntos, esses atores decidiram criar uma nova rede nacional de extensionistas, marcada por novas propostas em relação às anteriores: com a identidade filosófica da Educação Popular e composta por uma diversidade de atores.

Era preciso fazer valer
Essa arte, essa criatividade, esse compromisso
Para além do assistencialismo
Uma nova extensão, sem ativismo
Mas comunicação transformadora, para a gente, para a comunidade
Para o povo, do campo e da cidade

E agora? Como fazer?
Esperem! Talvez desse jeito poderemos crescer:
Formemos uma rede
Vamos nos comunicar
Partilhar experiências, se encontrar
Quem sabe, encontro após encontro, essa história não vai nos levar
Para uma participação mais efetiva no cenário da extensão?
Afinal, Srs. e Sras. Pró-Reitores, chega de exclusão
Chegamos e queremos participação!
Ora, quem mesmo é que faz a extensão?

Criamos! Criamos um espaço
Uma rede, um emaranhado

E digo sem embaraço
Importante demais!

(Pedro Cruz e Murilo Leandro Marcos, no texto “A articulação nacional de Extensão Popular (Anepop): os primeiros passos de um movimento instituinte de outra universidade”, no *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular* organizado pela Anepop).

Nascia, naquela reunião, durante o II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop). Trataremos, agora, de alguns aspectos elementares da fundação dessa entidade, que foram singulares para definir as características de sua organização e de sua configuração como movimento.

*Um movimento marcado pela diversidade
de atores e autores*

Os professores presentes participavam de experiências de Extensão Popular como coordenadores e orientadores. Para os estudantes, eram referências por abrirem espaços de protagonismo estudantil e provar que era possível vivenciar uma relação docente-estudantil fraterna, problematizadora e respeitadora dos saberes de experiência levados por cada educando. Em todos os momentos de articulação e organização das atividades do coletivo de Extensão Popular nesse evento, a participação docente foi decisiva, porquanto prestava apoio à atuação estudantil, inserindo-se nos debates para a elaboração das pautas de reivindicações e cooperando com a mobilização de participantes para as reuniões.

Antes de começarem os trabalhos da mesa (da qual participei como palestrante, compartilhando minha vivência de extensionista), fui tomado por um imenso frio na barriga. Era impressionante a sensação de medo e de insegurança. Tudo aquilo — o auditório, o público, o professor coordenador da mesa —

parecia grande e importante demais para mim, um “zé-ninguém”, no campo da extensão universitária. Um estudante de Nutrição, simples e pouco experiente, com pouco saber científico para relatar. Mesmo tendo ensaiado diversas vezes, desde o momento em que aceitei o convite, o conteúdo de minha palestra parecia misturar-se e ficar cada vez mais fraco e ruim, conforme se aproximava o horário da atividade. Foi então que encontrei, no corredor, uma das minhas professoras orientadoras no projeto de extensão, Marísia Oliveira da Silva. Ao perceber minha angústia, ela me interrogou sobre sentimentos, anseios e medos. Durante a conversa, suas perguntas e sua escuta paciente foram me acalmando, à medida que ela demonstrava o quanto de conhecimentos significativos eu tinha para comunicar naquela mesa-redonda. Não precisava ser um cientista renomado para falar em público. A experiência de vida e no projeto de extensão me davam subsídios suficientes para trazer elementos importantes para a rediscussão da formação universitária em saúde.

Ao chegar à mesa, fui surpreendido ao constatar quantas inúmeras pessoas sentiam o mesmo incômodo que eu, na Universidade, e que também buscavam saídas na Extensão Popular. Com o tempo, fui me sentindo calmo, tranquilo e sereno, como se estivesse em casa. Daquele instante em diante, compreendi claramente como a Educação Popular era um elemento aglutinador para aquele jeito diferente de pensar e fazer a extensão universitária. Nosso movimento não era de extensão universitária, mas de extensão universitária em Educação Popular — ou seja, de Extensão Popular. E apesar de essa denominação ter sido contemplada em estudos do Prof. José Francisco de Melo Neto, foi com a orientação dos professores presentes que a expressão *Extensão Popular* se tornou bandeira do movimento nesse evento. Tanto na mesa-redonda quanto na reunião de fundação da Articulação, os professores trouxeram elementos teóricos e filosóficos capazes de respaldar a opção do movimento em explicitar a Extensão Popular como seu jeito e seu tipo de extensão.

Por tudo isso, a presença docente permitia agregar ao movimento uma análise crítica e formativa sobre os processos decorrentes. Em face das dificuldades e das tristezas vivenciadas nas ações, a presença docente insistia na criação de momentos e de espaços educativos de reflexão crítica, agregando aprendizados singulares sobre os principais acontecimentos vivenciados no movimento nacional de Extensão Popular, o que foi subsidiando contrapontos importantes para o jeito de pensar e de conduzir o movimento. Desde então, a participação docente passou a ser fundante para a constituição do movimento de Extensão Popular como lugar de aprendizado e de formação permanente. A presença de técnicos universitários também foi marcante na reunião em que se fundou a Anepop e serviu de base para incluir essa categoria no quadro participante do movimento. Ao relatar, em muitos casos, situações de desrespeito e de pouca valorização de suas iniciativas nas práticas de extensão, muitos técnicos também reivindicavam o fortalecimento da Extensão Popular e a democratização da organização das políticas extensionistas.

Finalmente, a presença de trabalhadores e de membros de movimentos sociais demonstrou a existência de atores sociais extrauniversitários comprometidos com a discussão e a transformação das práticas extensionistas, e que estavam diretamente em contato com muitas dessas iniciativas nos cenários de práticas, em serviços públicos, nos movimentos sociais ou nas comunidades populares. Para esses sujeitos, urgia a mudança de abordagem desses empreendimentos, uma vez que discordavam da maneira como muitos extensionistas e pesquisadores universitários adentravam seus espaços sociais. Na maioria dos casos, essas pessoas conviviam com uma extensão de abordagens diretivas, como palestras, aulas ou prestação pontual de serviços, definidos pela prescrição de comportamentos adequados, hábitos de vida padronizados e a elaboração de recomendações de mudança de prática ou de estrutura, sem considerar os limites e as possibilidades

locais. Era assim que carregavam autoritarismos, arrogância e desrespeito ao saber e às experiências locais. Ademais, relatavam descontinuidade no processo de vínculo e construção das parcerias com a Universidade. Muitos extensionistas resumiam suas ações a assistências pontuais, numa relação distante da população e pouco dialogada. Alguns pesquisadores utilizavam o cenário apenas como fonte de coleta de dados. Depois, desapareciam e, quando retornavam, faziam apenas para proferir palestras sobre o resultado da pesquisa.

Ao longo da reunião, a composição do grupo de pessoas presentes chamou a atenção de todos, pois ficou evidente que a pauta da Educação Popular na Universidade, via extensão, não era de interesse só dos estudantes, mas também com uma série diversa de atores, os quais, de uma maneira ou de outra, conviviam com a extensão, a formação e a pesquisa universitária e enxergavam na Extensão Popular um potencial transformador das dificuldades sentidas no cenário universitário vigente. Isso levou aquele coletivo a decidir que a constituição da Anepop deveria ser diversificada em seus atores e não ser apenas de estudantes, mas também de professores, técnicos e membros de movimentos sociais.

A partir de então, ficou estabelecido que o coletivo seria construído com as experiências de extensão cuja base orientadora era a Educação Popular, de modo que a articulação seria pela identidade no campo extensionista, e não, pela categoria (estudante ou professor).

A criação da lista virtual de discussão

A Anepop configurou-se, inicialmente, como estratégia criada por atores do movimento nacional de Extensão Popular, visando oportunizar um primeiro elo de encontro e aproximação entre os extensionistas do Brasil, que estavam tentando reanimar a articulação nacional de extensão. Assim como em outros

eventos, as reuniões e as discussões empreendidas entre os membros do Movimento de Extensão Popular, no II Seminário Nacional de Educação Popular em Saúde, precisavam de uma liga para continuar as reflexões coletivas e para avançar na constituição do próprio movimento, na definição mais elaborada de suas reivindicações, suas propostas e suas estratégias de ação. Assim, mesmo sendo pactuada durante esse evento, a Anepop só começou a tomar forma e constituir um lugar permanente de encontro com o advento da lista virtual de discussão.

Inicialmente, o debate surgido na ocasião de criação da Anepop seria continuado e aprofundado numa lista de discussão de amplitude latino-americana, proposta na reunião do Movimento Extensionista no Congresso Ibero-Americano de Extensão, quando a presença de estudantes uruguaios demonstrou a relevância de garantir a interlocução internacional no debate sobre a extensão universitária. Como as discussões de Brasília foram consideradas continuação das propostas e dos encaminhamentos elaborados no Rio de Janeiro, duas semanas antes, decidiu-se por esperar a constituição daquela lista. Todavia, dois meses depois do Congresso, a lista de discussão não foi criada nem se cadastraram os *e-mails*, pois as pessoas que tinham assumido essa responsabilidade não a encaminharam. Nesse ínterim, muitos dos extensionistas da UFPB presentes nos dois eventos ansiavam pela instituição da lista para poder dar continuidade às trocas de experiências e continuar delineando a estruturação da articulação nacional. Assim, diante da não criação da lista mesmo após insistentes pedidos aos responsáveis, alguns extensionistas da UFPB criaram a lista com os *e-mails* registrados numa relação preenchida no último evento em Brasília.

A lista passou a favorecer uma articulação mais orgânica, ativa e propositiva, que não ficasse apenas nas trocas de mensagens eletrônicas em listas de discussão, mas avançasse na construção de proposições e mudanças no cenário extensionista nacional. A Carta de Brasília, produzida em 14 de dezembro de

2005, a partir da reunião de criação da Anepop, ilustra muitas dessas reflexões:

Buscando a construção de uma nova concepção de extensão universitária, estudantes, movimentos sociais, docentes, trabalhadores de saúde e educação, entre outros, em meio à discussão da mesa-redonda “Repensando a formação universitária através da Educação Popular e Saúde”, organizaram um momento para fortalecer e potencializar uma ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA com bases na Educação Popular e no vínculo com os movimentos sociais. Sentindo a necessidade de ampliar os espaços de debate e intervenção, pactuamos o seguinte:

- × Reforçar e revitalizar os espaços virtuais de articulação do movimento extensionista já existentes, como a Anexu (Ação Nacional de Extensão Universitária);
- × Mapear, fortalecer e dar visibilidade as práticas de extensão com um caráter popular;
- × Criar novos espaços de encontro, para discussões teórico-metodológicas e experiências;
- × Incluir como estratégia o vínculo dos projetos de extensão com os movimentos sociais, enxergando na Aneps (Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde) uma importante parceira;
- × Aproximar tais projetos do movimento estudantil e de suas entidades representativas;
- × Reivindicar uma participação ativa na organização do III Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, que ocorrerá em 2006 na cidade de Florianópolis, entendendo esse espaço como local importante de disputa por uma concepção mais popular e transformadora de extensão;
- × Utilizar as vivências e experiências pedagógicas orientadas pela Educação Popular como base para a construção de

uma formação mais comprometida com uma transformação social;

× Compreender a extensão guiada pela Educação Popular como instrumento capaz de reorientar a formação.

Desde então, alguns estudantes passaram a dedicar seu tempo ao fortalecimento desse grupo articulador nacional pela lista de discussão na internet. Eu participava desse grupo, que não fora eleito para o trabalho, mas era composto por alguns estudantes ansiosos por ver a riqueza da Extensão Popular propagada nos eventos acadêmicos do País e favorecer o encontro dos extensionistas populares, o fortalecimento de suas experiências e a constituição de outros horizontes para a extensão universitária no Brasil, distintos dos dominantes observados nos eventos nacionais de extensão. O movimento promovido no Congresso Ibero-Americano de Extensão e no Seminário de Educação Popular em Saúde teve, para nós, o gosto de um aperitivo. Primeiro, porque nos demonstrou que nossa ousadia era importante, e mesmo sem ter curso superior ou sermos professores, tínhamos experiências e saberes capazes de gerar boas reivindicações. Ademais, sentíamos que era preciso tocar a organização e mobilizar o Movimento de Extensão Popular. Os protestos e as ações empreendidas naqueles eventos, no final de 2005, evidenciaram que só avançaríamos se tivéssemos uma ação coletiva e conjunta organizada. Por isso, precisávamos de pessoas que incentivassem os extensionistas e propiciassem seu encontro de maneira mais permanente e estratégica, para favorecer a construção coletiva de ações. A Anepop era o espaço para isso. Nossa ação de articuladores e de moderadores a partir dela passou a ser o detalhe que faltava para encaminhar as propostas e os desejos que motivavam o movimento nacional de Extensão Popular.

Nesse processo, é interessante ressaltar a presença significativa de estudantes da área de saúde no movimento criador da Anepop. A participação no Movimento de Educação Popular

em saúde, na criação da Anepop, foi marcante e definiu muitos dos contornos organizativos do Movimento Extensionista. A seguir, tecemos algumas considerações acerca da saúde, visando compreender como esse movimento repercutiu no nascimento da Anepop.

O pioneirismo da área de saúde

Desde a década de 1970, a Educação Popular vem agregando bases para a constituição de um movimento de mudança de concepções, práticas e políticas de saúde, especialmente na América Latina, o qual foi ganhando maior ressonância com as diversas experiências de interação de intelectuais e trabalhadores de saúde com práticas populares e iniciativas comunitárias de cuidado e controle social em saúde. No Brasil, muitas dessas ações foram elementares para a criação do Movimento Popular de Saúde (Mops) e o fortalecimento da Educação Popular como referência teórico-metodológica para um fazer em saúde inovador em muitas localidades do País. Esse amplo movimento participou, de modo singular, da construção do Movimento de Reforma Sanitária no Brasil e da constituição do Sistema Único de Saúde. Em todo esse processo, a participação de estudantes, técnicos e professores adquiriu relevância. Muitas das iniciativas eram mantidas por grupos universitários, e isso ia promovendo mudanças na formação e na elaboração de novas fronteiras para a Extensão Universitária. Ademais, como as novas perspectivas de Saúde Coletiva foram sendo aceitas e institucionalmente reconhecidas, muitos daqueles professores, técnicos e ex-estudantes adentravam a universidade e levavam aos cursos os saberes adquiridos nas práticas de Educação Popular em saúde.

Assim, a Educação Popular em Saúde constituiu-se como um campo de práticas e produção de conhecimentos no amplo e diverso cenário da saúde coletiva brasileira, que reverberou também no cenário acadêmico. Muitas das mais antigas e tradicionais

experiências de Extensão Popular tiveram sua origem nesse processo. Então, junto com o fortalecimento e o crescimento do movimento nacional de Educação Popular em saúde, fortalecia-se e crescia o Movimento de Extensão Popular nos cursos de saúde. Nos vários eventos e congressos da Educação Popular em saúde, a presença universitária sempre foi marcante e favorecida pelos vários projetos de extensão.

Paralelamente, podemos também perceber elementos decisivos no interior dos projetos de extensão capazes de explicar o pioneirismo da saúde em seu movimento nacional. Desde que entrei no projeto de extensão, conheci outras experiências por meio da Anepop e constatei que “saúde” não era o único tema em debate. Nas conversas informais ou nos estudos em grupo, a pedagogia desenvolvida no projeto estimulava-nos a pensar criticamente sobre todo o universo que nos cercava, e não, apenas, na saúde. Sendo estudantes universitários e estando cotidianamente em contato com as dificuldades do decorrer do curso, acabávamos elegendo a discussão sobre formação e universidade como uma de nossas prioridades, até porque pensar e organizar o projeto de extensão significava construir uma prática crítica e na contramão daquela acumulada no currículo oficial. Dessa forma, pensar e discutir a universidade fazia parte das atividades normais dos projetos de Extensão Popular em saúde. Por isso, ao chegar aos eventos e aos congressos nacionais, tínhamos já um debate bem elaborado sobre Universidade e perspectivas para a formação. A Educação Popular tinha um sentido especial para desenvolver uma concepção diferente de saúde, mas, ao pensar a universidade em suas problemáticas, os debates não se concentravam apenas na formação em saúde, mas também em um projeto para a universidade como um todo.

Por tudo isso, havia, efetivamente, um pioneirismo da saúde na discussão sobre Extensão Popular, o que pude constatar (antes do advento da Anepop) em eventos multidisciplinares, como o 2.º CBEU e o Congresso Ibero-Americano de Extensão

Universitária. Mas, ao contrário do que poderia ocorrer, transcendia-se o debate sobre saúde para a discussão de perspectivas gerais da Universidade. Assim, os debates encaminharam a instituição da articulação como um grupo diverso em suas áreas de saber constituintes.

O desafio de manter e irradiar o movimento

Ao voltar “para casa”, em seus projetos de extensão, os diversos extensionistas populares que participaram da construção da Anepop tinham um novo desafio pela frente. Não bastava, agora, o empenho necessário com nossos cursos de graduação ou com o desenrolar do projeto. Sentíamos como se tivéssemos assumindo uma nova tarefa, uma nova frente de ação: cuidar do movimento nacional de Extensão Popular. Havia um lugar especial em nossas mentes e corações e um tempo guardado para dedicar-se às frentes de trabalho exigidas. Assim como nos projetos de extensão, participar da organização do movimento nacional era muito instigante e nos dava muita alegria.

[A lista] também é espaço de articulação, para estarmos construindo estratégias de luta por essa Extensão Popular no Brasil, sua divulgação, sua inserção nos espaços, etc. Nesse sentido, queria propor ao grupo a seguinte questão: como nos articular, concretamente falando? Que estratégias podemos discutir e aprofundar aqui? [. . .] Precisamos ir nos firmando enquanto articulação. A nossa rede ampliou e é importante que se difunda e divulgue essa articulação a instâncias importantes no quadro da extensão, especialmente o movimento estudantil organizado (executivas e direções nacionais de curso). Peço as pessoas da lista da Extensão Popular que divulguem esse *e-mail* na lista de suas executivas e as pessoas interessadas de lá requisitem

inscrição na lista EXT.POP. (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 5-3-2006).

Assim, nos cinco primeiros meses de 2006, houve um tempo de diálogos e de provocações mobilizadoras na lista:

Creio que precisamos começar a identificar que atores presentes nessa lista nacional estão dispostos a articular e vislumbrar ações na perspectiva do fortalecimento da extensão universitária no País. Em que estratégias podemos pensar? Como articular? Via *e-mails*? Reuniões virtuais? Encontros presenciais? (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 17-5-2006).

Muitos atores inseriam-se na lista de discussão, por conhecer o movimento em encontros presenciais ou pela difusão que ganhava a Anepop em meio aos movimentos estudantil e de Educação Popular. Todavia, mesmo diante da insistente abertura à participação, não conseguiam encontrar maneiras de contribuir e de somar esforços.

Penso que poderíamos fazer uma mobilização em todas as escolas e nos movimentos onde atuamos e articular a participação de mais gente nesse encontro (de pró-reitores de extensão), particularmente a presença de alunos extensionistas, pois considero a pessoa mais importante, juntamente com a comunidade, desse processo (Erivelton Pires Martins, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 17-3-2006).

Nos primeiros meses de vida da Anepop, sentíamos que era necessário irradiar o debate que lhe deu origem. Se tínhamos a pretensão de que aquele coletivo tivesse caráter nacional, era

preciso continuar propiciando encontros como o que originou a Anepop, onde também fosse exposta a proposta do movimento, se escutassem outras opiniões e perspectivas para o seu fortalecimento. A partir de então, decidimos inserir a Extensão Popular como debate no número máximo de eventos regionais e nacionais de que podíamos participar, desde que houvesse condições de deslocamento para um dos membros da Anepop coordenar a atividade e mobilizar os atores interessados.

Nessas ocasiões, além das atividades previamente acordadas com a organização do encontro (geralmente oficinas ou mesas-redondas), sempre realizávamos reuniões com caráter deliberativo e encaminhativo, que favoreciam um clima de pertencimento e envolvimento por parte dos recém-chegados à Anepop. Para fazer essas reuniões, adquirimos muita experiência sobre como mobilizar um movimento. Uma estratégia comum era a colagem de cartazes, muitas vezes sem condições materiais para isso, tendo de improvisar com folhas usadas ou pedindo apoio à organização do evento. Outra maneira era a estratégia de caminhar de sala em sala avisando sobre a reunião, explicando seu contexto e combinando data e horário. Foi partindo dessa estratégia que conheceram o movimento e ingressaram na Anepop diversos atores de fundamental importância para a história desse movimento.

Iniciava um tempo de propagação nacional das experiências de Extensão Popular e de encontro entre seus protagonistas, o que ia intensificando sua determinação em organizar nacionalmente o movimento, sobretudo tendo em vistas o 3.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) que se avizinhava.

Isso de trabalhar nos espaços foi um pouco uma estratégia assim de [. . .] dar visibilidade pra essas práticas que tavam ali nos corredores, né? [. . .] Trazer mais isso à tona. Não sei, eu diria que uma das estratégias do surgimento da

Anepop foi como colocar atividades nos espaços que os estudantes e os profissionais estivessem participando e que conseguisse construir né? A ideia da articulação, de se encontrar, de refletir. . . (Etel Matielo, em depoimento registrado através de grupo focal).

Durante a primeira metade do ano de 2006, inserimos a discussão da Anepop em eventos como o Fórum Social Brasileiro, em Recife, no Congresso Nacional da Rede Unida, em Curitiba, no Congresso Mundial de Saúde Pública, no Rio de Janeiro, entre outros.

Ao participar desses espaços de diálogo regionais e nacionais, os estudantes dos projetos de Extensão Popular aprendiam a apresentar seus trabalhos sociais universitários e a discutir-os em público, o que os estimulava a empreender um poder de análise de suas experiências, a refletir criticamente sobre seu trabalho cotidiano e a ampliar seu olhar para a prática local de Extensão Popular. Desse modo, podem enxergar sua dimensão educativa, política e epistemológica. No debate teórico-metodológico gerado a partir do confronto comunicativo das diversas experiências, o encontro tornava-se potencialmente criador e transformador dos extensionistas, que podiam não apenas compartilhar metodologias, mas também identificar-se a partir da *Educação Popular* e compartilhar sonhos.

Ampliava-se, então, a visão da prática local em comunidades ou da militância estudantil universitária, para um olhar nacional das contradições da extensão, da Academia e da sociedade. Portanto, para um número considerável de sujeitos, os encontros entre os protagonistas da Extensão Popular eram significativamente pedagógicos. Momentos como os da Tenda Paulo Freire do 8.º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (na cidade do Rio de Janeiro, RJ) ilustram a conformação de espaços pedagógicos propícios a esse encontro significativo, impulsionadores da formação de novos atores, na perspectiva da

Educação Popular, o que pode ser identificado no depoimento que segue:

Histórias e poesias, impressões e cirandas, apresentações que eram autobiografias, falas do cotidiano familiar, indignações particulares, e mais, muito mais. . . ora, que falta de objetividade! [. . .] Por um longo tempo, cala mos e, naquele instante, naquele espaço se pôde escutar e ser escutado. Era natural que viesse uma tempestade de ideias antes silenciosas, sonhos antes calados, emoções antes nunca ditas, gestos antes jamais explicitados e tantas outras situações que em tantos momentos, ficaram escondidas. Se produziu mais do que se pensa. Se produziu a libertação dos momentos e se viu que não se esta va só e que muitos, libertados, podiam voar juntos em um rumo que ainda não se sabe direito por onde vai, mas sabe como começar: de dentro de nós, com as mãos dadas e beeeem alto, como todo sonho bom recém-saído da gaiola deve voar (Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 8-9-2006).

Nesse Congresso, os membros da Anepop participaram, pela primeira vez, de uma Tenda Paulo Freire. Organizada naquele evento pela Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde do Rio de Janeiro (Aneps-RJ), a Tenda era uma forma de inserir a Educação Popular como foco de debate e referência organizativa num congresso científico predominantemente marcado por modelos educativos alheios ao diálogo e às discussões de experiência, bem como legitimado por uma estruturação humanamente fria e pouco acolhedora. Constituindo experiência pioneira do Movimento Nacional de Educação Popular em saúde, a Tenda Paulo Freire era promovida pelos coletivos desse movimento em diversos eventos da saúde coletiva desde o início dos anos 2000.

Na Tenda, realizavam-se debates de temas próprios aos desafios sentidos e vivenciados pelo movimento e desenvolviam-se metodologias coerentes com a pedagogia freiriana, quais sejam: rodas de conversa, círculos de cultura, dinâmicas de integração e místicas reflexivas. Ademais, todas as ações eram entremeadas, de maneira significativa, pela arte e pela interculturalidade própria dos movimentos sociais, com destaque para a poesia, o teatro, a música e a cenopoesia. Assim, muitos dos estudantes da Anepop, ao participar das Tendões nos eventos de saúde, apreendiam outro jeito de organizar os encontros nacionais, em que se destacavam o diálogo, as trocas de experiências e as discussões políticas. A Tenda Paulo Freire representava mais do que um “congresso” alternativo para o evento oficial, protagonizado pelos movimentos e pelos coletivos de Educação Popular. Era um verdadeiro ato político, promovido no seio do evento oficial, demonstrando que era possível organizar um evento com base na Educação Popular e nas trocas de saberes, com encontros humanos significativos.

Com tal conformação pedagógica e organizativa, os membros da Anepop perceberam que era a Tenda Paulo Freire o maior ato político que os extensionistas poderiam empreender no coração do próximo CBEU a ser realizado em Florianópolis (SC). Assim como o movimento de Educação Popular em saúde fazia, o movimento de Extensão Popular poderia levar a Educação Popular para dentro do CBEU através da Tenda, com sua arte, criatividade e dialogicidade e demonstrar, no seio político da extensão brasileira, que outra marca pedagógica existia e tinha impacto significativo na Universidade: a Educação Popular, com seus temas próprios e metodologias características. Portanto, construir uma Tenda Paulo Freire no 3.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária passou a ser a principal estratégia de ação da Anepop no segundo semestre de 2006, após a intensificação e a irradiação de seus debates e propostas em muitos encontros regionais e nacionais.

A construção da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU

O processo de construção da Tenda Paulo Freire teve início em reunião da Articulação promovida no Congresso Nacional da Rede Unida em Curitiba (PR), no mês de julho de 2006. Nessa ocasião, o debate central da Anepop passava a construir estratégias de ação e intervenção para o próximo CBEU.

Reunido no VII Congresso Nacional da Rede Unida, em Curitiba (PR), o grupo de estudantes, professores e profissionais que representaram a articulação de Extensão Popular no evento realizou os seguintes momentos: uma oficina para reflexão, amadurecimento e construção de deliberações e propostas políticas da articulação; e uma reunião ampliada (divulgada e disposta a todo o público do Congresso) para discussão dos encaminhamentos construídos na Oficina e plenária para definição de uma Carta-proposta da Articulação ao Fórum de Pró-Reitores das Universidades Públicas Brasileiras e a Comissão Organizadora do III Congresso Brasileiro de Extensão, na UFSC de 23 a 26 de outubro desse ano (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 16-7-2006).

Nessa ocasião, a participação de Etel Matielo foi singular. Nutricionista, educadora popular e uma das referências da Aneps-SC, ela conheceu a Anepop por meio da lista de discussão da Aneps e, na reunião de Curitiba, esclareceu os atores do movimento nacional acerca das realidades, das dificuldades e das potencialidades dos grupos de Educação Popular e dos movimentos sociais de sua cidade, os quais poderiam contribuir com a organização da Tenda, e situou o contexto no qual se inseria a Pró-Reitoria de Extensão da UFSC e as perspectivas para o mo-

delo de organização que se esperava para o CBEU. Nesse sentido, a desarticulação vivenciada pelos movimentos de Educação Popular no estado e a tímida comunicação entre os projetos de extensão da UFSC eram obstáculos evidentes a serem enfrentados. Por outro lado, destacava o surgimento, naquela época, de algumas iniciativas de comunicação e troca de experiências extensionistas, principalmente através de um grupo da saúde e das iniciativas de uma nova gestão do Centro Acadêmico de Medicina. Então, apostando nessas parcerias em potencial, logo depois do Congresso da Rede Unida, marcou-se uma primeira conversa em Florianópolis sobre a participação da Anepop no CBEU, aproveitando a proximidade entre Curitiba e Florianópolis, o que facilitaria a minha ida à reunião local, e uma primeira conversa de um membro da Anepop com a Comissão Organizadora.

Pessoas, estamos articulando uma Reunião da Articulação de Extensão Popular na cidade de Florianópolis, dias 20 ou 21 de julho (semana que vem) — dependendo da disponibilidade dos interessados. O próximo congresso Brasileiro de Extensão será lá (UFSC) e essa pode ser uma boa oportunidade de conversarmos com o movimento estudantil/extensionistas e Aneps local, e dialogarmos com a Comissão Organizadora do evento. Esse espaço acadêmico nacional é extremamente importante para que nosso movimento, em reflexões e discussões, vá para além disso e rume a encaminhamentos que visem as políticas de extensão e ao incentivo-democratização da formulação das mesmas. Quem se interessa? Estará por perto? Vamos marcar! (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 16-7-2006).

Enfim, mesmo não conseguindo agendar com a Pró-Reitoria de Extensão, a conversa foi realizada com membros da Aneps-SC, estudantes e técnicos de projetos de extensão e membros

do movimento estudantil. Teve papel essencial por constituir uma primeira provocação para a estruturação da Tenda. A partir daquele momento, a organização foi sendo mantida com reuniões presenciais na UFSC (para as quais se continuava a convocar amplamente a participação de estudantes, professores, técnicos e movimentos sociais) e a discussão por meio da lista de *e-mails*, por meio da qual os encaminhamentos dos debates locais eram socializados, avaliados e deliberados com atores em âmbito nacional. Assim, enquanto a comissão local da Anepop fazia a ponte com a comissão organizadora do CBEU, ia informando os membros da Anepop de todo o País e consultando-os sobre que propostas se deveriam apresentar, que atitudes tomar e quais estratégias defender. Para isso, foram necessárias algumas reuniões virtuais. Finalmente, a proposta de programação da Tenda Paulo Freire foi delineada em reunião presencial da Anepop, durante o Congresso Mundial de Saúde Pública, na cidade do Rio de Janeiro (RJ). Com isso, estando acordados coletivamente os temas e a formatação geral da programação, seguiu-se, local e virtualmente, um processo de mobilização para a participação no evento e de garantia da estrutura física para a Tenda.

Reconhecendo a importância dos espaços nacionais de reflexão e trocas de experiências como locos de deliberação, vimos através dessa solicitar a inclusão no 3.º Congresso Brasileiro de Extensão de momentos para discussão e encaminhamentos com a participação de representação do movimento estudantil e social, através de quatro ações:

- × Criação de uma oficina de trabalho no pré-congresso, que trate da democratização da organização nacional da extensão universitária;
- × Realização de uma mesa-redonda que socialize e aprofunde as reflexões da oficina acima;
- × Criação de um espaço para rodas de conversa e vivências, a exemplo das tendas organizadas pela Aneps, onde ex-

tensionistas possam compartilhar suas experiências pelo Brasil;

- × Organização de uma mesa-redonda que discuta a metodologia da Educação Popular nas práticas de extensão;
- × Garantia de que na Plenária Final haja um momento para deliberar propostas originadas nos espaços de discussão e reflexão.

Diante do exposto, percebe-se a importância de que as políticas de extensão numa perspectiva nacional sejam pensadas de modo coletivo e democrático, envolvendo não só uma ou outra instância, e sim todas de forma articulada.

(Carta do Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2006).

Constituiu-se, então, um verdadeiro grupo de trabalho, que tomou a frente das negociações políticas e de toda a demanda organizativa exigida. As demandas de trabalho e as decisões a serem tomadas (como composição de mesas, programação da Tenda, atividades culturais) eram sempre partilhadas na lista de discussão, o que contribuiu para agitar a rede virtual de comunicações e envolver muitas pessoas novas nessa luta.

Tô muito contente de ver essa articulação andando. Tô há quatro anos sonhando com a construção de um espaço como esse, que está sendo a Articulação de Extensão Popular (desde o primeiro CBEU). Desde a bendita reunião informal no meio da programação desse, onde demos início à rede Anexu, mas que enfim não minguou, mas acredito que foi precursora de caminhos novos e muito instigantes que estão se traçando (Vinicius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 15-9-2006).

Depois de algum tempo e de muitas tentativas, naquele momento, via-se o movimento extensionista com uma orgânica

mais cotidianamente viva, com estratégias em pauta e discussão intensa, com objetivos mais claros e uma ação política coletiva em construção coletiva.

E a Tenda foi tomando corpo, formatação e programação, representando muitos dos principais sonhos e anseios do movimento naquele período. Sua realização, no entanto, só foi possível também graças ao apoio viabilizado pela Pró-Reitoria de Extensão da UFSC, que acompanhou a Pró-Reitoria da UFPB, num pioneirismo de manter uma relação respeitosa e dialogada com o movimento nacional de Extensão Popular. Durante o processo de construção e realização desse 3.º CBEU, essas pró-reitorias olharam para a Anepop com alteridade e com reconhecimento de ator político, o que contribuiu bastante para fazer avançar o diálogo e as aproximações entre esse coletivo e o Forproex, onde pouco se valorizavam as propostas e as iniciativas do Movimento de Extensão Popular.

A realização da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU

Por ser o CBEU um dos maiores eventos universitários do País, a imensa aglutinação de estudantes conseguiu constituir a primeira grande oportunidade de inserir diversos atores novos no movimento nacional representado pela Anepop. A Tenda Paulo Freire foi o espaço pensado com esse objetivo, organizado e sustentado pelos próprios articuladores, que se responsabilizaram pela condução pedagógica das várias rodas de conversa, pela viabilização de infraestrutura, pela condução de debates políticos e estratégicos e pela sistematização das experiências em vídeo e em atas. Nas várias atividades, os temas discutidos eram, preponderantemente, aqueles que colocavam a Universidade e a sociedade em questão.

Tenda Paulo Freire reúne movimentos que seguem a filosofia do professor. A tenda Paulo Freire, que acontece

paralela ao CBEU, tem como objetivo discutir outras práticas de extensão, através do diálogo com a comunidade, ou seja, sem ser algo imposto de cima para baixo. A explicação é de uma das organizadoras da tenda, a nutricionista Etel Matiello. [. . .] Etel conta que a ideia surgiu de outros congressos em que algumas pessoas sentiam falta de uma troca maior de conhecimentos e integração entre a universidade e a sociedade civil organizada. Esse espaço reúne vários movimentos que seguem a filosofia de Paulo Freire, de não haver hierarquização da educação e privilegiar a troca de saberes junto com a luta contra a privatização da universidade. Juliana Passos e Alessandra Panovich do Portal Universidade Aberta.



Fotografia 2. Roda de conversa sobre Extensão Popular e Movimento Estudantil, na Tenda Paulo Freire do 3.º CBEU (outubro de 2006, Florianópolis, SC, campus da UFSC).

A Tenda se realizou em cinco dias, com uma programação que contou com: místicas nas manhãs, coordenadas diariamente por coletivos de extensionistas de diferentes regiões do Brasil e

rodas de conversa no turno da manhã e no turno da tarde, abordando variados temas (Extensão Popular: histórico, conceitos e jeitos de fazer; o olhar popular sobre extensão; democratização da organização nacional da extensão; movimento estudantil e trabalhos de extensão: um paralelo histórico; Fisioterapia na Comunidade; a abertura ao novo na universidade por meio da extensão; extensão e formação profissional: causos para contar, aprendizados a compartilhar; e tripé ensino-pesquisa-extensão: isso existe mesmo?). Ocorreram também reuniões da Anepop para avaliar as ações na Tenda e as articulações durante o Congresso, especialmente com o Forproex, além de lançamentos de livros e apresentações culturais.



Fotografia 3. Reunião da Anepop com o Forproex na Tenda Paulo Freire durante o 3.º CBEU (outubro de 2006, Florianópolis, SC, *campus* da UFSC).

Foram dados espaços para que as pessoas compartilhassem suas experiências locais de extensão e revelassem as perplexidades vivenciadas na Universidade e as descobertas oportunizadas pela Extensão Popular.

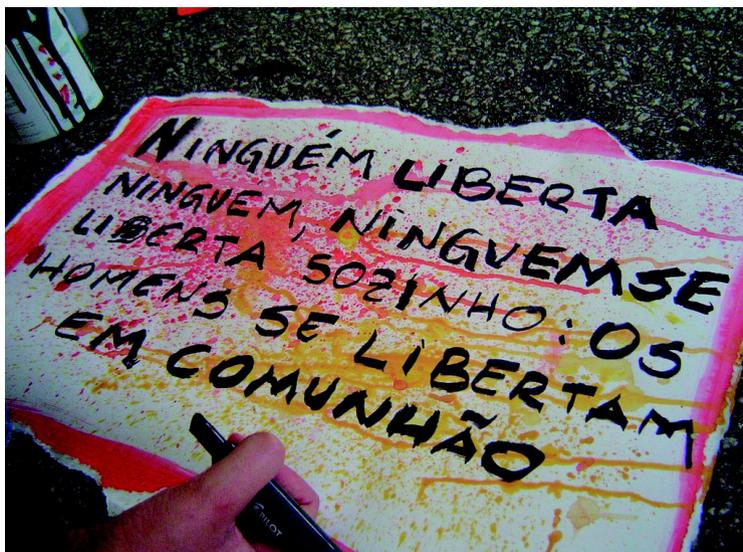
EXTENSÃO: Tenda Paulo Freire é espaço para compartilhar conhecimentos

Criada para modificar as relações sociais e discutir o desenvolvimento de novos projetos de extensão, a Tenda Paulo Freire se tornou realidade. O espaço surgiu da necessidade de se construir um ambiente propício para a liberdade de expressão, produção de cultura e principalmente da necessidade de se criar um lugar onde os congressistas e a comunidade em geral pudessem trocar experiências.

Dada a semelhança de objetivos o nome do famoso pedagogo serviu perfeitamente para identificar a tenda. “Chama a atenção”, conta Murilo Leandro Marcos, um dos organizadores do projeto. O espaço já é uma marca em relação aos movimentos ligados à Educação Popular. Para Murilo, os eventos de extensão universitária têm-se mostrado um espaço importante para a troca, entre o meio acadêmico e a comunidade, de conhecimentos tanto pessoais como profissionais.

A Articulação Nacional de Extensão Popular viabilizou o espaço em parceria com a comissão organizadora do 3.º Congresso Brasileiro de Extensão. Por Livia Helena, bolsista de Jornalismo da Agecom.

Durante o CBEU, a Tenda Paulo Freire instituiu a abertura a novas práticas e perspectivas de interação na extensão universitária, através da criação de espaços que fizeram ressoar no Congresso muitos anseios, dificuldades e possibilidades provindas das diversas experiências de extensão pelo Brasil, em especial, as referenciadas pela Educação Popular.



Fotografia 4. Pannel de decoração da Tenda Paulo Freire do 3.º CBEU, produzido pelos participantes da Tenda durante a construção coletiva do espaço (outubro de 2006, Florianópolis, SC, *campus* da UFSC).

Nessa perspectiva, a Tenda não apenas significou um grande “grito” de contestação ao modelo vigente de extensão e, por consequência, de Universidade, como também demonstrou o “como fazer” da Extensão Popular, que é possível fazer da extensão um espaço vivo e aberto à pluralidade dos pensamentos e sentimentos das pessoas que a realizam; que é possível se construir debate, aprofundamento teórico e político, num espaço centralizado na horizontalidade e no respeito aos diferentes saberes e insistência na democracia.

A Tenda Paulo Freire foi fantástica! Uma história se fez. Um grito ao amor foi dado. Um grito pelo amor foi gritado. A tenda e as pessoas dentro, fora e ao redor dela trataram de sua presença naquele mundo, naquele ambiente [. . .] (Murilo Marcos, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 29-10-2006).



Fotografia 5. Painel de decoração da Tenda Paulo Freire do 3.º CBEU, produzido pelos participantes da Tenda durante a construção coletiva do espaço (outubro de 2006, Florianópolis, SC, *campus* da UFSC).

Acredito que a Articulação Nacional de Extensão Popular foi o espaço considerado por todos, independente da participação, maior ou menor, como o real espaço de discussão da extensão no CBEU. Talvez aquelas salas lá dentro reflitam a caixa hermeticamente isolada do mundo e de todos que é a Universidade. . . Abri-la é tarefa nossa, e confesso que o papel de reoxigenação para essa luta característico de espaços como esse, nunca foi para mim tão “recompensante” (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 1.º-11-2006).

Não foi somente o conteúdo temático que marcou a Tenda, mas também a metodologia. O modo como a Tenda foi organizada conseguiu trazer para o coração da extensão brasileira o jeito diferente de conduzir o processo educativo que é marca da Educação Popular.



Fotografia 6. Construção coletiva do cenário e decoração da Tenda Paulo Freire do 3.º CBEU no primeiro dia de atividades (outubro de 2006, Florianópolis, SC, campus da UFSC).

Os depoimentos destacam esse “que-fazer” compartilhado e aperfeiçoado na Anepop. Murilo Marcos, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 29-10-2006, destaca: “[. . .] sonhando, cantando, musicando, dançando, pintando, filosofando, discutindo, dormindo, cuidando daquela produtiva terra, das águas de beber e de limpar pincéis, esculpindo uma realidade nova, fazendo ciência, ensinando, aprendendo, apreendendo, formando, desformando a deformação, politizando, sonhando. . . sonhando sempre. . . e fazendo sempre. . .”. Rodrigo Oliveira, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet, no dia 30-10-2006, afirma que “[. . .] era espaço de reflexão, meditação, dormir, comer, brincar, criar amigos e conhecer mundos, um lugar onde o amor caminhava ao lado da luta, [. . .]”. Em uma mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet, no dia 1.º-11-2006, Hugo Belarmino destaca algumas atividades: “[. . .] as ciran-

das-reflexões, poemas-estudos, cantigas-livros, boi-de-mamão-com-lançamento-de-livros-de-extensão-popular, rodas-intervenções [. . .]”.

Como pouco visto, muitos extensionistas populares do País reuniram-se para partilhar os saberes, as metodologias e as transformações oportunizadas nessas experiências.

Penso que a Articulação não é só feita, mas sustentada pelas pessoas. E que todos nós, pessoas dessa Rede e aquelas que ainda viremos a conhecer, têm o direito de participar. De trabalhar, de se envolver. Extensionista popular algum é obrigado a participar da Articulação nesse papel. Mas penso que para as coisas acontecerem seja preciso, alguns de nós, dedicarmos tempo e trabalho para essa causa. Não apenas anunciar nossa indignação e voltar para nossa prática local. Mas se preocupar com uma Articulação e com um trabalho mais nacional. Pensar uma agenda política pra isso (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 11-10-2006).

Se antes, essas vivências ficavam relegadas à apresentação de alguns trabalhos ou à fala de alguns professores, agora ficavam expostas no centro acadêmico e político da extensão universitária brasileira, e grande parte dessa novidade veio com a Tenda Paulo Freire. Foi palco do movimento estudantil e dos movimentos sociais populares, tão alienados de sua participação nos congressos anteriores.

Foi na Ilha da Magia
Que encontramos a perfeita sintonia
Para esse movimento tocar
Extensionistas inconformados
Finalmente podiam falar

Não apenas dizer palavras
Eles e elas agiram
Envolveram gentes, ciência e arte
Cresceram e coloriram
Ficaram mais experientes e afinados para o debate
E anunciaram a novidade
Tão íntima, tão especial
Sentida e saboreada todos os dias
Era preciso repensar
A extensão, a universidade
Pensar outra sociedade
Para desse mundo cuidar
No trabalho em que acreditávamos
A Extensão Popular

E então estavam lá
Era Michelly, João, Etel
Era Zique, Calango, Flora
Era Zé, Carolina, Isaquiel
Era gente do Brasil todo
Anunciando com gosto
A Extensão Popular
Que coisa linda foi o encontro
Dos sonhos partilhados
Com nossos desejos de mudar



Fotografia 7. Membros da Anepop em frente à Tenda Paulo Freire em sua montagem no *campus* da UFSC. Da esquerda para a direita: Dailton (professor da UFPB), Danielle (estudante da UFPB), Rodrigo (estudante da UPE), Etel (nutricionista, MST e Aneps-SC), Michelly (estudante da UFPB), Pedro (estudante da UFPB), Murilo (estudante da UFSC), Sheila (estudante da UFSC) e Isaquiel (estudante da UFSC) (outubro de 2006, Florianópolis, SC, *campus* da UFSC).

Foi assim que juntos, juntinhos,
Com tensão e muito carinho
A Tenda foi construída.

Eita povo criativo!
Uma estudantada atrevida
Com espírito ativo

Inventando roda
Falando de política
Fazendo discussão
Para o pró-reitor parecia gente grande
Falando alto e trazendo proposição

Gente atrevida
Gente encantada
Era bonito ver todos nós
E a Extensão Popular materializada.

(Pedro Cruz e Murilo Leandro Marcos, no texto “A articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop): os primeiros passos de um movimento instituinte de outra universidade”, no *livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular*, organizado pela Anepop).

Além da Tenda Paulo Freire, as propostas de mesas-redondas sugeridas pela Anepop foram acolhidas pela organização do 3.º CBEU, o que possibilitou a inserção, na programação oficial do evento, de discussões abertas sobre a Extensão Popular e seu diálogo com as atuais reflexões sobre a extensão universitária e o compromisso social universitário. Numa primeira mesa, apresentamos a Extensão Popular como perspectiva teórica e metodológica para a universidade, visando apresentar seus conceitos, suas propostas e suas características próprias e debater sobre eles, especialmente diante de um público tão diversificado quanto o do CBEU. Para tanto, contamos com a fala de professores com estudos nesse campo e um significativo respeito acadêmico como pesquisadores: Eymard Vasconcelos (UFPB), José Francisco de Melo Neto (UFPB) e Maristela Fantin (UFSC). Com isso, conseguíamos evidenciar a Extensão Popular como uma proposta teórica, política e pedagógica, mostrando também a visibilidade acadêmica e social que seus estudos já vinham merecendo. Isso significa que, politicamente, a mesa tinha uma importância singular, pois estávamos situando claramente que, ao defender a Extensão Popular, não falávamos sem base e sem fundamentos acadêmicos, mas de um amplo movimento já merecedor de importantes estudos e sistematizações teóricas. Jogar essa disputa acadêmica também era importante para o Movimento de Extensão Popular. Queríamos não apenas angariar reper-

cussão no campo da extensão, mas também evidenciar como essas experiências produzem saberes e perspectivas também para o ensino e a formação.

No que diz respeito ao movimento de extensão, realizamos uma mesa sobre a democratização da organização nacional da extensão universitária, em que colocamos em diálogo a então presidente do Forproex com membros da Anepop e um importante educador e pensador da Extensão Popular: Emmanuel Falcão (UFPB). Com essa mesa, explicitamos as críticas da Anepop sobre o elitismo, com o qual o Forproex conduz as políticas de extensão, e declaramos a importância premente de se começar a ampliar esse espaço nacional de organização da extensão, respeitando-se o espaço conquistado pelo Fórum de Pró-Reitores, mas construindo um espaço de negociação e articulação mais diverso.

A Anepop esteve representada também em outra mesa-redonda oficial do evento, da qual participei como membro da Articulação, numa discussão sobre extensão universitária e promoção da saúde. Como essa era uma das áreas com o maior número de membros da Articulação, essa mesa acabou sendo um dos principais focos de discussão da Anepop no Congresso, em que debatemos sobre nossas ideias acerca da extensão em saúde com representantes do Forproex, do Ministério da Saúde e dos movimentos sociais.

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE
EXTENSÃO POPULAR (ANEPop):
A ESTRUTURAÇÃO DE SUA DINÂMICA DE
ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO



Discutindo a conformação estrutural da Anepop

Além de ter sido um evento de repercussão nacional, a Tenda Paulo Freire configurou o espaço onde foram delineados os aspectos estruturais mais essenciais da própria organização da Anepop. Durante as rodas de conversa, as místicas realizadas e as reuniões organizativas da Tenda, iam ficando claros o jeito e o desenho com os quais essa articulação seria formatada por seus protagonistas, o que foi deliberado em Plenária no final da Tenda. As principais perspectivas defendidas pela Anepop eram contempladas como temas das rodas de conversa da Tenda, a saber: fortalecimento da Educação Popular nas práticas de extensão universitária; inserção da Educação Popular nas discussões do movimento estudantil; e defesa da Educação Popular na formação universitária. Ao longo das discussões, as principais reivindicações desse movimento foram: a constituição de uma política nacional de fomento às práticas de Extensão Popular e a inserção da participação popular, estudantil, docente e técnica na construção das políticas de ex-tensão, extrapolando a presença exclusiva de pró-reitores de extensão, o que foi evidenciado na Carta Aberta da Anepop no 3.º CBEU, onde se afirmou

A extensão como um projeto transformador da sociedade, assumindo o compromisso de unir o ensino e a pesquisa; A importância de revisão das práticas de extensão universitária; O Congresso Brasileiro de Extensão Universitária como um espaço de reflexão e debate sobre as práticas de extensão; A importância da participação de discentes, docentes, profissionais, comunidades e movimentos sociais na construção da extensão; A consolidação da Articulação Nacional de Extensão Popular como organismo disposto a refletir a Universidade e suas práticas de extensão; A necessidade de democratização da organização dos Congressos Brasileiros de Extensão Universitária e de proposições de políticas públicas relacionadas a extensão.

Como consequência, o movimento conseguiu aprovar, na Plenária do Congresso, a

CRIAÇÃO DE UM GRUPO DE TRABALHO ENTRE OS FÓRUMS DE PRÓ-REITORES E A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR — a princípio — e demais atores envolvidos na Extensão, para a democratização da organização nacional da extensão universitária, conciliando as agendas dos diferentes segmentos, na elaboração de mecanismo de construção conjunta da extensão e políticas públicas para seu fortalecimento.

Ademais, a Anepop propiciou a aglutinação de atores em torno de lutas específicas da inclusão da Educação Popular em cada curso ou área do conhecimento. Algo perceptível durante o processo anterior de desenvolvimento da Anepop foi intensificado e aprofundado nesse evento. Assim, passaram a fazer parte do conjunto da Anepop alguns objetivos específicos, tais como: Educação Popular na formação em saúde; Extensão Popular na

luta pelos direitos humanos e na formação em Direito; a construção dos estágios de vivência em comunidades e com movimentos sociais; valorização das práticas integrativas e populares de saúde em extensão; valorização da arte, da cultura e da criatividade.

Finalmente, para permitir à Anepop ter um acompanhamento em sua organização estrutural e na condução de suas ações futuras, a Plenária da Tenda Paulo Freire decidiu pela instituição de uma Coordenação Nacional, composta por pessoas dispostas e comprometidas em mobilizar a continuidade do trabalho da Anepop, especialmente no estímulo e na provocação ao envolvimento de mais e novos extensionistas na condução das atividades. A Coordenação Nacional não teria nenhuma utilidade em deliberar os rumos do movimento, ou centralizar os caminhos a percorrer, mas seria uma alimentadora constante do processo participativo de construção do movimento. Ficou com duas atribuições específicas: cuidar da manutenção e da administração da lista de discussão virtual e servir de referência pessoal para o contato institucional da Anepop, no caso de outras entidades ou instituições desejarem enviar convites, propostas ou sugestões à Anepop, como entidade e conjunto representativo do movimento. Além da Coordenação Nacional, outra estratégia criada na Plenária foi a instituição de atores referenciais da Anepop em cada região ou estado, denominados carinhosamente de “porta de entrada da Articulação”, cujo papel seria assumido por algumas pessoas de localidades ainda sem muita aglutinação ou discussão em torno da Extensão Popular, mas que se comprometiam em provocar a inserção do debate e facilitar a entrada de atores desses locais na discussão nacional da Anepop.

Estágios de vivência em comunidade e a construção de encontros em eventos nacionais

Ao retornar do CBEU para nossas casas, à rotina dos nossos cursos de graduação e dos projetos de Extensão Popular, era

unânime a saudade que sentíamos daqueles dias na “Ilha da Magia”,¹ durante a Tenda Paulo Freire. Naqueles poucos dias, sentimos intensamente o sabor gostoso de propiciar debates e organizar encontros para acolher novas pessoas no debate sobre Extensão Popular e intensificar a irradiação dessas iniciativas em todo o País. Gostávamos de fazer aquilo. A militância tinha um efeito muito imediato e recompensante, porquanto conseguíamos articular novas pessoas, organizando debates em que as reflexões e as trocas de experiências traziam novos conhecimentos e aprendizados. Era a vibração pulsante do Movimento de Extensão Popular. A cada dia, em cada encontro, sentíamos-nos mais responsáveis, comprometidos e apaixonados por essa causa.

Com tudo isso, a Tenda e o advento da Anepop tinham renovado o fogo do debate nacional sobre Extensão Popular. Muitos grupos universitários passavam a colocar em sua agenda esse debate e a iniciar o desenvolvimento de experiências nesse campo. Mas, como dar continuidade a todo aquele fogo e deixar acesa a chama da Extensão Popular nacionalmente? De certo, uma forma era apostar na organização da Anepop, na continuidade de seus encontros e ações. A mensagem que segue ilustra algumas das principais preocupações da Articulação elaboradas no início de sua nova conformação estrutural depois do 3.º CBEU.

— Comunicação: como dinamizarmos nossas discussões, através do *blog*, que já existe, e outras ferramentas como Fóruns e outros, — Articulações com Executivas e Federações de Curso do Movimento Estudantil — Participação nossa na Educação Popular em Saúde, (Eneps e ENC Aneps); — Estruturação do Grupo de Trabalho Nacional de Democratização da Organização da Extensão; — Como construirmos formas de apoio a lugares onde a galera tem colocado a vontade de iniciar movimentos de Extensão

¹ Termo comumente utilizado para designar a cidade de Florianópolis (SC).

Popular. Como construirmos essas redes de apoio solidário? — Possibilidade de reuniões de alguns núcleos e de pessoas envolvidas na articulação nacional de Extensão Popular em eventos que já estão colocados aí, como o I Seminário Nordeste de Extensão Popular, Encontro Nacional da Aneps, Seminário da Liga de Saúde Coletiva em Blumenau (Vinicius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 10-11-2006).

Diante desse conjunto de frentes de ação e articulação, algumas passaram a ser privilegiadas pelo movimento. Dedicaremos as próximas páginas à explicação dessas ações e do papel que cumpriram na história da Anepop.

Nesse período, os Estágios de Vivência em Comunidades foram surgindo por meio de vários projetos locais de Extensão Popular, o que contribuiu para o fortalecimento da Anepop. Logo após o CBEU, vários projetos decidiram abrir suas portas para acolher os companheiros de outros locais e favorecer a troca de experiências e o debate metodológico mais intenso, que estava situado na vivência no próprio cotidiano dos projetos e das comunidades. Assim, toda a riqueza da Extensão Popular propagada nas rodas de conversa durante o CBEU podia ser vivenciada na prática por uma diversidade de extensionistas advindos de localidades com tradição tímida nesse campo. Chegando e conhecendo as experiências de Extensão Popular, passavam a ter elementos e subsídios mais concretos para desenvolver ações em suas universidades.

Os estágios de vivência já constituíam estratégias de fortalecimento da extensão e do diálogo de estudantes com as classes populares desde a década de 1980, através dos Estágios de Vivências em Comunidades (organizados pelo Programa Interdisciplinar de Ação Comunitária (Piac) da Universidade Federal da Paraíba) e dos Estágios Interdisciplinares de Vivências (EIV) (protagonizados pelo movimento estudantil de esquerda de

Minas Gerais junto com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, MST). Com a configuração da Anepop e a movimentação decorrente do 3.º CBEU, os estágios se fortaleceram e se multiplicaram, configurando-se como forma possível de propagar os aspectos teóricos e metodológicos da Extensão Popular e conhecer e apreender os pormenores e os detalhes pedagógicos sutis que permitiram a algumas práticas de Extensão Popular lograr sucesso na contra-hegemonia universitária.

[. . .] é uma felicidade imensa e dá uma esperança sem limites testemunhar essa vontade, esse anseio das pessoas que fazem a Extensão Popular pelo Brasil em propagar, problematizar, difundir suas práticas. Ou seja, não se contentam em fazer Educação Popular localmente, mas se preocupam em socializar esse conhecimento, colocar em discussão e apresentar às pessoas essa metodologia da Educação Popular, dentre seus diferentes jeitos de fazer. Jornexu, Vepasf, Vepop Extremo Sul, enfim. . . é muito bom ver todos e todas extensionistas populares preocupados em socializar o aprendizado, trazer mais pessoas para a luta e aprofundar as possibilidades e estratégias de fortalecimento da Extensão Popular (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-12-2006).

Logo após o 3.º CBEU, foram desenvolvidos três importantes estágios: a Jornada Nacional de Extensão Universitária na Paraíba (Jornexu); o Estágio Nacional Multiprofissional de Vivências em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família na Paraíba (Vepasf) e o Estágio Interdisciplinar de Vivências em Educação Popular no Extremo Sul do Brasil no Rio Grande do Sul. Os dois últimos foram editados pela primeira vez, resultantes de grupos já experientes localmente em Extensão Popular. Parecia que a Anepop estimulava os extensionistas a

enxergarem a amplitude macropolítica nacional de suas experiências, e os Estágios de Vivência nasciam do desejo de reforçar as trocas de experiências e favorecer um diálogo metodológico para o aprimoramento de tantas iniciativas articuladas pela Anepop. Até os grupos mais tradicionais em relação ao empreendimento de suas vivências, como o Estágio Nacional de Extensão em Comunidades (Enec) da UFPB, pareceram ganhar novo fôlego graças à movimentação trazida pela Anepop.

Desde então, os Estágios de Vivência assumiram um papel formativo estratégico no contexto da Anepop.

A coisa está se propagando, se alastrando, tomando dimensões interessantes, trazendo ensaios e aprendizados importantes sobre essas “Outras Formas de Ensino” (parafraçando o livro do Falcão), uma proposta de ensino de onde o estudante e o vivenciante sai de trás da “sombra do doutor, do professor ou do tutor”. Precisamos refletir sobre isto. São “velhos caminhos novos” que se ressignificam todo o dia, que trazem novidades diante de diversas mudanças de conjunturas e realidades que nos cercam a todos os dias (Vinícius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 27-12-2006).

[. . .] sinto que são espaços construídos com muita reflexão e desejo de mudança, mudança em nossa formação como futuros profissionais e principalmente como sujeitos, mudança dessa realidade medíocre que vivemos. . . (Luciana Alves, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 27-12-2006).

Nesse período, os articuladores também seguiram protagonizando rodas de conversa em encontros regionais e nacionais, as quais continuaram a servir de base para ampliar o debate sobre Extensão Popular e agregar novos atores.

Agora já estou em Pernambuco, e estava vendo as fotos, e o vídeo [da Tenda Paulo Freire do 3.º CBEU], o qual hoje vi três vezes. . . e relembrando de tudo que a tenda passou. . . Agora estou em outra realidade com outras tarefas, mas sempre disposto a estar discutindo a Extensão Popular (Rodrigo Oliveira, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 30-10-2006).

O movimento de Extensão Popular adquiria dinâmica com a atuação de sua coordenação nacional e das chamadas “portas de entrada” da Articulação, que passaram a ser pioneiras de uma série de encontros e de atividades realizadas para promover a Extensão Popular em várias regiões. O Sudeste merece destaque pelas atividades empreendidas nesse sentido no ano de 2007.

No III Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (Eneps), realizado em março de 2007, na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), os estudantes paulistas que tinham conhecido a Anepop, na Tenda Paulo Freire, protagonizaram a organização de uma oficina e de uma mesa-redonda sobre Extensão Popular, o que lhes permitiu também divulgar essa temática em seu estado e acolher novos atores no movimento em nível regional.

O Eneps, pra mim, conseguiu proporcionar vários outros olhares para essas minhas incertezas. [. . .] Olhares vivos, gestos intensos, danças e corpos mostravam-me que, por maiores que fossem ou sejam nossas barreiras ou dificuldades ou angústias, havia e HÁ gente para conosco enfrentar, propor, viver, construir pelo menos parte daquilo com que sonhamos. Tanto o minicurso, quanto a mesa e a reunião ampliada da Anepop mostraram isso. As dúvidas não foram desfeitas. Há muitas incertezas. Temos várias trilhas a percorrer, temos vários caminhos pelos quais podemos seguir e temos — e temos certeza de que temos —

várias gentes que também querem caminhar e construir isso conosco. A maior incerteza é a certeza de que nos temos todos juntos. Não deliberamos sobre todos os compromissos e responsáveis e prazos. . . Sentimos — somente e suficientemente — o compromisso de muita gente com a vida, com o mundo. E isso, a mim, me basta para me reenergizar, para empolgar ainda mais a minha empolgação, para arborizar ainda mais as ideias e as possibilidades de transformação (Murilo Marcos, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 12-3-2007).

[. . .] muitas energias e lutas brotaram desse encontro na Ufscar e mais uma vez renova as nossas forças para continuarmos acreditando na mudança e geração de transformações. Pude ver que estamos juntos na luta e no desejo de tornar a Anepop cada vez mais formadora e atuante nacionalmente. Sinto-me muito feliz nesse momento e acredito que as conquistas são possíveis se todos tiverem compromisso com as ações e atuarem ativamente nas suas localidades, contribuindo para o fortalecimento nacional (Cassiane Lemos.² em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 12-3-2007).

Nesse mesmo ano, os membros mineiros da Anepop participaram do Fórum Social do Triângulo Mineiro através de uma oficina.

Foi uma experiência incrível para mim, pois até então eu ainda não tinha tido tanto contato com movimentos populares, principalmente trabalhadores rurais militantes pela reforma agrária, questão que passa totalmente em branco

² Enfermeira formada pela Unifesp, que participou da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU e da Jornada Nacional de Extensão Universitária (Jornexu) na UFPB.

na minha faculdade. Adorei as discussões sobre função social da universidade pública, apesar de um dia para isso ter sido pouco. Bom, gente, resumindo eu gostaria de afirmar minha felicidade em ter tido essa oportunidade única de debater e aprender sobre questões sociais tão importantes para a sociedade brasileira, o que me deu mais garra para lutar por uma extensão universitária verdadeiramente voltada para os interesses populares, sem assistencialismo (Denise Cristina, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-7-2007).

Diante dos estágios de vivência e dos vários encontros regionais, há de se fazer uma constatação. Se podemos afirmar que o movimento nacional de Extensão Popular se constrói, principalmente, pelos extensionistas populares ou militantes sociais do campo popular, é interessante notar que um movimento inverso passou a se constituir, na medida em que o movimento nacional oportunizou contato desses atores com outros estudantes e professores de lugares com pouca experiência em Extensão Popular e despertou a curiosidade desses últimos para aprenderem como desenvolver experiências de Extensão Popular ou fortalecer grupos de resistência nas universidades, tendo a Educação Popular como referência.

O Vepasf fez com que despertasse em mim ainda mais a vontade de trabalhar para quem mais necessita, fez com que despertasse ainda mais a vontade de romper as doutrinas acadêmicas que regem nossas universidades, fez com que eu visse a importância dos projetos de extensão para a sociedade [. . .]. O Vepasf ressaltou para mim a necessidade que nossa sociedade tem por mudanças, porém, o mais importante de tudo foi ter descoberto que essas mudanças estão ao nosso alcance, que não precisamos de mágica ou invenções mirabolantes para solucionar esses problemas, mas

sim apenas de pessoas interessadas que utilizem o poder do aprendizado em benefício do próximo (César Bergoli, Relatório Final do I Vepasf, p. 56).

Assim, os estágios de vivência demonstram uma pedagogia inerente à essência mesma do Movimento de Extensão Popular: a vivência em comunidade não pode ser aprendida apenas pelo discurso de quem tem experiência ou pela leitura de depoimentos e de relatos. É preciso sentir o sabor da Extensão Popular na prática, no “aprender fazendo” e “fazer aprendendo”. Essas ações demonstraram a força impulsionadora existente no diálogo entre as experiências e os atores interessados em construir grupos de Extensão Popular em universidades. Se é verdade que a Tenda Paulo Freire foi prova inequívoca desse potencial, é de se notar a força da vivência em comunidades complementando e intensificando as inquietações despertadas nos encontros do movimento nacional de Extensão Popular, estimulando o crescimento de novos grupos de Educação Popular nas universidades, o que podemos notar nos depoimentos que seguem, extraídos das falas de estagiários do I Estágio Nacional Multiprofissional em Educação Popular e Atenção à Saúde da Família (Vepasf), promovido em 2007, na cidade de João Pessoa (PB), a partir de projetos da UFPB.

Muito embora as ações do I Vepasf enquanto objetivos e vivência estivessem explicitamente voltadas para o trabalho com a comunidade Maria de Nazaré, um grande mérito alterativo é o projeto — de forma explícita e prática, através da Extensão Popular coordenada e exercida por estudantes de várias áreas e procedências sociais — estar oferecendo um caminho diferenciado para o próprio exercício acadêmico. Parece-me que o Vepasf realiza algo como uma possível “cidadania acadêmica” que atua no resgate da função social da Universidade na medida mesma em que pro-

põe e viabiliza que estudantes e professores dialoguem sobre seus saberes, em que há delegação explícita de responsabilidades e assunção de tarefas tão amplas e complexas como a montagem e execução desse I Vepasf por parte de um conjunto de estudantes (Irene Loewenstein, Relatório Final do I Vepasf, p. 61).

A partir de 2007, a Anepop passou a integrar a programação de diversos encontros regionais no campo da extensão universitária, como foi com o Congresso Nordestino de Extensão Universitária (Cneu), cuja primeira versão foi realizada em Salvador (BA), em outubro de 2007, e a segunda, na cidade de Recife (PE), em agosto de 2010. Nesses congressos, promoveram-se mesas-redondas e reuniões ampliadas da Anepop e uma Tenda Paulo Freire no último Cneu, organizadas por estudantes da Paraíba e de Pernambuco.

Ressaltamos, ainda, a participação da Anepop no “Extenso”, o X Congresso Ibero-Americano de Extensão Universitária “Jose Luís Rebellato”, promovido pela Universidad de La República, em Montevideu, no Uruguai, em outubro de 2009. Com a integração de estudantes e do pró-reitor dessa Universidad, o Prof. Humberto Tommasino, com os membros da Anepop durante a Tenda Paulo Freire no 4.º CBEU, houve um diálogo para garantir a inserção da Extensão Popular (ou, como chamavam os companheiros uruguaios: *extensión crítica*) na programação do evento.

Assim, graças, especialmente, ao esforço dos membros da Anepop da Região Sul do Brasil, organizou-se uma Tenda Paulo Freire nas ruas de Montevideu, durante o evento, bem como rodas de conversa e mesas-redondas e se conseguiu intensificar o diálogo do movimento brasileiro com outros movimentos latino-americanos. Nesse encontro, foi construída uma poesia coletiva, que demonstra muito das trocas de experiências e aprendizados partilhados então.

Por muito tempo venho na utopia
Sin utopia ni lucha crítica no hay transformación
Brindo por el camino e los caminantes y lo que se encuentra
en el camino
Brinco por los sueños que nunca quedan para atrás
Que nos movimentam na ciranda da vida, da luta e transformação
Por una extensión latinoamericana comprometida con la
transformación e los sueños
Y agregada a lo que necesita la gente e las comunidades
Pois sem sonhos não podemos existir
Uma existência verdadeiramente humana
Luta! Luta! Viva a América Latina!
Minha luta é a luta dos que nascem presos, em cadeados de
palavras e que querem gritar
Y expandir nostra lucha en América Latina
Vos tienes el poder! Sos únicos, sabés! No hay fronteras!
Somos únicos! Somos diversos! Nossa diversidade nos une!



Fotografia 8. Cciranda ao lado da Tenda Paulo Freire do X Congresso Iberoamericano de Extensão Universitária, em Montevidéu, no Uruguai, em outubro de 2009.

Para os membros da Anepop, foi importante constatar que a rediscussão da extensão universitária, mesmo sem a bandeira da Extensão Popular, estava propagada pelo movimento estudantil em diversas instituições de muitos países no continente, o que gerou a participação da Anepop no Encontro Latino-Americano de Estudantes de Extensão (Enelex), cuja segunda edição aconteceu em setembro de 2010.

Intensificando o diálogo com os pró-reitores

Considerando o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex) como a principal instância de debate e deliberação das políticas de extensão no cenário nacional, entendíamos o quanto o alcance das reivindicações da Anepop, em nível macropolítico, dependia de diálogos e de negociações com esse coletivo. Durante o 3.º CBEU, iniciou-se um processo de diálogo através de uma conversa da Anepop com diversos Pró-Reitores na Tenda Paulo Freire, além de uma mesa-redonda onde se discutiu a democratização da organização nacional da extensão brasileira. Decorrente desses espaços, foi aprovada, na Plenária do Congresso, a proposta da Anepop de criar “UM GRUPO DE TRABALHO ENTRE OS FÓRUMS DE PRÓ-REITORES E A ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR — a princípio — e demais atores envolvidos na Extensão, para a democratização da organização nacional da extensão universitária”. Todavia, posteriormente ao congresso, as discussões com o Fórum não continuaram, e a criação do GT ficou inviabilizada. Em parte, isso ocorreu porque o Fórum não assumiu concretamente essa proposta como uma agenda integrante de seu trabalho. De outro lado, porque os membros da Anepop não insistiram na continuidade da aproximação e das conversas com o Fórum, nos primeiros meses pós-CBEU. Contudo, em março de 2007, vislumbramos

uma excelente oportunidade de discutir amplamente essa proposta quando da divulgação da realização do XXIII Encontro Nacional do Forproex, em maio de 2007, em Brasília, comemorativo dos vinte anos do Fórum.

Assim, enquanto aumentava significativamente a participação estudantil, em nível nacional, nas ações da Anepop, por meio dos estágios de vivência e dos vários encontros, o movimento continuava a pensar estratégias de ação conjuntas para mudar a organização nacional das políticas de extensão. A participação da Anepop no Encontro do Forproex passou a ser a principal pauta do coletivo logo após a conclusão dos vários estágios de vivências em comunidades, realizados em todo o País, logo após o CBEU. As reuniões do Forproex compõem tradicionalmente o espaço mais central nas articulações e nas costuras das políticas de extensão universitária, ao reunir, num espaço mais reservado, os pró-reitores de Extensão e membros do Governo Federal. Participar desse momento significava para os estudantes poderem ocupar e construir também esse espaço.

Como primeira etapa de planejamento, insistimos no acolhimento de propostas e ideias dos membros da Anepop sobre como participaríamos do evento em Brasília. Foram diversas reuniões virtuais e mensagens trocadas na lista de discussão. Depois de escutar as propostas, conseguimos sintetizar uma proposta de inserção da Anepop no evento, que apresentamos à presidente do Fórum naquela ocasião, a Prof.^a Lúcia Guerra, pró-reitora de Extensão da UFPB, que demonstrou que o Fórum estava interessado em acolher a participação da Anepop e inserir as discussões da Extensão Popular, encaminhando-nos para organizar o local do evento em Brasília, onde poderíamos pactuar concretamente as atividades a serem desenvolvidas junto com a Prof.^a Leila Chalub, então decana de Extensão da UnB. Em ambos os encontros, foram notórios o respeito e o reconhecimento que a Anepop já carregava junto com essas pró-reitoras de extensão. A Prof.^a Leila enalteceu a importância da Educação Popular no

debate empreendido no Fórum e pactuou conosco a promoção de um minicurso com oito horas/aula sobre Extensão Popular e uma mesa-redonda para discutir a Extensão Popular e o compromisso social da instituição universitária.

Nesse processo, cumpre ressaltar que reaprendemos o poder irradiador e aglutinador trazido pela Educação Popular na discussão de extensão, pois grande parte da articulação conseguida com a Prof.^a Leila foi conseguida graças ao apoio do Movimento Extra Muros da UnB, um coletivo de estudantes e professores que discutiam propostas de políticas, projetos e programas para a qualificação da comunicação da instituição universitária com a sociedade, especialmente com os movimentos sociais. Conhecendo a Anepop no 3.º CBEU, muitos membros do Movimento Extra Muros já eram integrantes da lista de discussão da Anepop e contribuíram com muito empenho para garantir as pactuações com o Decanato de Extensão da UnB e propiciar toda a estrutura necessária para acolher os membros da Anepop e garantir estrutura física e didática para o minicurso e a mesa-redonda. Organizamos então o minicurso “Extensão Popular e Universidade: construindo caminhos e articulando possibilidades” e participamos da mesa “Extensão Universitária: produção do conhecimento, formação acadêmica e transformação social”.

Talvez esse evento tenha sido o maior desafio enfrentado pela Anepop até então, em sua curta história de vida, porque, enquanto o CBEU era um evento mais acadêmico, o do Forproex era eminentemente político, constituindo o espaço concreto de negociações, debates e deliberações sobre as políticas nacionais e as agendas da extensão universitária brasileira. Portanto, estávamos, mais do que nunca, no coração político e deliberativo da extensão brasileira. Como atuar nesse espaço?

Alguns dos membros da Anepop avaliavam que era necessário empreender atos políticos de protesto e reivindicação que pudessem criar fatos políticos e evidenciar a discordância de nosso movimento com muitas das ações e atitudes do Fórum. Afinal,

ai era o principal fórum de discussão dos responsáveis por toda a estrutura autoritária e academicista dos eventos de extensão, a qual gerou a própria organização da Anepop. No entanto, grande parte da Anepop pensava ser mais estratégico insistir no diálogo com os pró-reitores, por meio da criação de agendas e estratégias de ação conjunta e divulgando as experiências e as metodologias da Extensão Popular. Mas não era fácil defender essa perspectiva. O ar de superioridade emanado por muitos pró-reitores em relação aos membros da Anepop legitimava um pensamento manifestado verbalmente por muitos deles durante o evento: “O que vocês estão fazendo aqui? Esse é um encontro exclusivo do Fórum!”. A acolhida pela maioria dos membros do Fórum era ruim, cheia de estranhamento e pouca confiança. O surgimento de uma resposta-pronta de alguns pró-reitores para questionar a própria legitimidade da Anepop demonstrava isso: “a extensão não precisa de adjetivo! A Extensão universitária já é, por essência, popular. Não é preciso qualificá-la dessa forma, isso só divide a luta pelo fortalecimento de extensão, e só fortalece uma área, em detrimento das outras de saúde, meio ambiente, direitos humanos, dentre outras” (paráfrase).

Antes de iniciar o minicurso, nós, membros da Anepop, sentíamos diversos medos. Em primeiro lugar, temíamos pelo número de pró-reitores presentes, pois nossa atividade concorria com outra organizada pela direção nacional do Fórum, que era uma espécie de treinamento para os novos dirigentes em que se explicavam legislações, normas, políticas, editais, projetos, entre outros. Quem, então, iria deixar de participar de um evento oficial da alta cúpula do Fórum para ir a uma discussão de Extensão Popular, evidentemente desqualificada por muitos deles?

Outra preocupação nossa era quanto ao desenrolar da própria oficina: será que conseguiríamos “nos entender” com os pró-reitores? E será que eles entrariam nas propostas de atividade que traríamos, ou nos tratariam como “alunos” com pouco conhecimento científico e técnico?

Na manhã em que começou nosso minicurso, o primeiro receio foi logo se dissolvendo, à medida que o auditório se enchia de pessoas, não apenas de pró-reitores, mas também de professores, assessores e coordenadores de extensão de várias universidades e alguns estudantes. O outro medo também ia sendo derrubado, visto que desenvolvíamos atividades educativas mais abertas ao debate e participativas. Iniciamos com uma mística: convidamos todos a saírem do auditório e formar uma roda do lado de fora, para respirar o ar fresco da manhã, sentir o calor do sol e escutar a declamação de uma poesia. Nesse momento, pedimos a todos que se apresentassem em roda, através do Batizado Mineiro, dinâmica em que as pessoas dizem ao grupo seu nome, falam uma palavra que espelhe sua expectativa para o momento e fazem um gesto, que é repetido por todos do grupo. Logo em seguida, o clima de descontração continuou quando, para dividir o coletivo em pequenos grupos de discussão, distribuímos papéis com cinco diferentes nomes de músicas populares para todos os presentes e pedimos que, ao mesmo tempo, cantarolassem a sua música e tentassem encontrar outras pessoas que a cantarolassem também. Rimos muito, criamos um clima de mais conforto e de acolhimento, visando favorecer o encontro das pessoas presentes.

Começou, então, o debate mais firme e efetivo, quando perguntamos a cada grupo de discussão: “O que é popular e o que ele traz de diferente para a extensão universitária?”. Houve um debate muito importante, em que se compartilharam saberes e perspectivas sobre o que significava o termo *popular* e, a partir daí, o grupo repensou as concepções de todos sobre temas como Universidade, compromisso social, formação estudantil e extensão universitária, entre outros. Em meio à discussão, apresentamos também filmes sobre algumas experiências de Extensão Popular e conseguimos compartilhar as propostas e as perspectivas da Extensão Popular de forma não autoritária, criando um clima participativo e de debate aberto.

Certamente marcante foi demonstrar na prática como a Educação Popular pode favorecer um encontro humano nos espaços educativos, uma vez que as metodologias escolhidas favoreciam o diálogo e a troca de saberes, criando um espaço de descontração e partilha de sentimentos, que fizeram as pessoas se sentir em casa.

Durante toda a oficina, fomos sendo surpreendidos ao descobrir parceiros do Movimento de Extensão Popular dentro do Fórum de Pró-Reitores e constatamos que também havia insatisfação naquele coletivo. Em meio ao debate e nas diversas falas, encontramos parceiros, em diversas instituições do País, e descobrimos experiências que, mesmo sem a denominação de “Extensão Popular”, conseguiam transcender o modelo extensionista hegemônico e construir caminhos alternativos. No final da oficina, foi surpreendente o número de convites que recebemos para levar a discussão sobre Anepop e Extensão Popular até diferentes instituições universitárias do País. Em uma mensagem eletrônica, escreveu Eymard Vasconcelos:

Muitos pró-reitores que já tinham sido militantes da Educação Popular em seus tempos de estudante sentiram que agora eles têm um movimento aliado para ajudar a implementar essa perspectiva de extensão em suas universidades. A proposta de Extensão Popular, que antes parecia apenas algo meio encenqueiro, vai mostrando que é algo que inova e dinamiza. De agora em diante, teremos que ir identificando pessoas das várias regiões que possam ir assumindo essa tarefa de visitar estados para agitá-los. Assumir tarefas nacionais nos amadurece muito. Rompe com certa tendência de muitos projetos de ficarem apenas nas suas questões locais (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 16-6-2007).

Descobrimos a riqueza que existe em dialogar com os pró-reitores e, juntos, construirmos uma extensão mais democrática.

Esse diálogo não é fácil, visto que identificamos parceiros ideológicos e pessoas reacionárias a propostas de democratização da Extensão Universitária. Mas ficou patente o quanto esse diálogo é necessário e o quanto a Forproex e a Anepop precisam pensar e compor ações em conjunto, cada lugar com sua identidade e seus limites.

Conforme irradiava a Anepop, como lugar de encontro, de trocas de experiências e de mobilização política, seus protagonistas fortaleciam o Movimento de Extensão Popular como um ator político singular na discussão de muitos outros movimentos e em diversos debates políticos, em que as experiências de Extensão Popular fossem acumuladas. Talvez tenha sido no campo da saúde onde esse processo aconteceu primeira e claramente.

Portando forte tradição no campo da saúde, a Extensão Popular vem contribuindo historicamente com a formação de profissionais de saúde com outro referencial ético, político e social. Ademais, vem configurando uma parceria da universidade com os movimentos populares de saúde, com base no respeito e na valorização de saberes, e no diálogo para a ação transformadora e a visão de saúde como um direito humano. Dessa forma, a Aneps, a Redepop e o Grupo de Trabalho de Educação Popular em Saúde da Abrasco foram os primeiros coletivos a reconhecer a Anepop como um importante ator político. Isso foi constatado por terem acolhido a Articulação como coprotagonista da promoção do IV Encontro Nacional de Educação Popular em Saúde (Eneps), em Fortaleza (CE), em julho de 2008. Nesse evento, a organização ocorreu de forma participativa entre membros dos quatro coletivos, e os membros da Anepop puderam trazer o olhar elaborado no coração da Extensão Popular para a discussão nacional de Educação Popular em saúde. Em razão disso, os atores da Anepop também tiveram sua primeira oportunidade de organizar um encontro de caráter nacional, através do I Encontro Nacional de Extensão Popular em Saúde, que foi promovido paralelamente ao Eneps.

Tecendo diálogos e construindo ações com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular

Ao considerar o histórico da Anepop, não identificamos, em seu movimento, preocupações apenas de ordem reivindicativa ou de protesto. São provas inequívocas disso alguns dos elementos já destacados ao longo deste capítulo, tais como: as preocupações pedagógicas das oficinas realizadas em seus processos de mobilização pré-CBEU; a busca pela composição diversificada e participativa do movimento; o processo organizativo e pedagógico da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU; a realização dos Estágios de Vivência e o debate teórico e metodológico empreendido com os pró-reitores de Extensão. Assim, ao mesmo tempo que lutávamos contra as estruturas hegemônicas da Universidade, procurávamos investir em processos de formação. Em primeira análise, essa preocupação formativa interessava para o crescimento do próprio movimento. Ora, à medida que intensificássemos os processos de educação no campo da Extensão Popular, mais atores agregariamos para a luta empreendida pela Anepop. Contudo, esse processo também continha outra preocupação essencial e, em princípio, pouco compreendíamos que estávamos à frente da organização do movimento. Trata-se de debater, sistematizar e difundir conhecimentos sobre os avanços, os desafios e as potencialidades da própria Extensão Popular. Isso pode alimentar o conjunto das práticas com mais subsídios teóricos, filosóficos e metodológicos para sua constante avaliação crítica e para a reconstrução de ações e a qualificação dos seus empreendimentos. Ou seja, mesmo tendo sido inicialmente pouco valorizado, uma das preocupações do movimento era a visão da Extensão Popular como um campo profundo e profícuo de produção de conhecimentos, numa dimensão de compartilhar, produzir e difundir conhecimentos de forma sistemática. Mas, como começamos a compreender a importân-

cia dessa dimensão? Dois fatores foram preponderantes, em minha opinião.

Em primeiro lugar, a propagação nacional da Extensão Popular oportunizada pela Anepop trazia uma demanda significativa por elementos teóricos e metodológicos que pudessem subsidiar as iniciativas que surgiam em todo o País, especialmente em locais sem muita tradição nesse campo. Em outros, onde já havia experimentos na linha da Educação Popular, era necessário aprofundar mais, através de análises das metodologias das experiências, visando gerar subsídios concretos para oferecer aos extensionistas avaliações críticas e contrapontos às suas ações capazes de lhes permitir galgar avanço e qualificação de suas empreitadas.

Em segundo lugar, à proporção que se multiplicavam os debates dos membros da Anepop com atores sociais com pensamentos e propostas de extensão distintas da Extensão Popular, ou semelhante, mas com algumas especificidades diferentes, crescia a demanda por ter sistematizados os procedimentos metodológicos, os elementos filosóficos, as balizas teóricas e as repercussões concretas dessas experiências. O campo de práticas e perspectivas teóricas de reforma universitária é ampliado. A Extensão Popular não é a única nem a melhor proposta. Está num embate tenso e dialogante com muitas outras propostas e pensamentos críticos acerca da universidade. Começamos a sentir isso quando, em muitos debates, nosso discurso ficava circular — sempre girando em torno da defesa da Extensão Popular. Falta-vam-nos mais leitura e apropriação de elementos teóricos que pudessem qualificar essa defesa, seja apresentando com as repercussões de nossas práticas como conhecimentos produzidos, seja promovendo a interlocução do significado acadêmico, teórico e filosófico da Extensão Popular.

A partir desses processos, fomos constatando que, no conjunto de suas práticas, o movimento nacional de Extensão Popular escrevia pouco. Era impressionante a lacuna existente

entre o que se produzia de práticas e o que se escrevia sobre esses empreendimentos. As repercussões ampliadas da Extensão Popular e sua inserção em espaços de debate mais intensos e até hostis a sua proposta nos levaram a buscar investir numa formação mais teórica no campo da Extensão Popular, bem como considerar também a premência de estimular, no seio do movimento, a pesquisa nesse campo.

Essa última constatação, no entanto, não aconteceu à toa. Conforme passávamos pelos processos aqui descritos, foi preponderante para essa constatação nossos encontros com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar) do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), coordenado pelo professor José Francisco de Melo Neto. Inicialmente em debates pontuais, nossos encontros com o Extelar sempre nos serviam de provocação sobre a necessidade de pensar não apenas na extensão como atividade ou ação em si mesma, mas como uma articulação que envolve, necessariamente, o ensino e, principalmente, a pesquisa. Muitos de nós tínhamos preconceito quanto à pesquisa, provavelmente em decorrência das discordâncias sobre o modo como as pesquisas eram predominantemente empreendidas nas universidades — alheias à sociedade e pouco engajadas com os enfrentamentos para melhorar a qualidade de vida dos mais empobrecidos. Ademais, era humilhante para os extensionistas testemunharem a grande parte dos recursos acadêmicos ser investida e direcionada para a pesquisa em detrimento da extensão. Contudo, conviver com o Extelar nos trouxe outro entendimento de pesquisa.

Conforme descrito em seu sítio eletrônico,³ o Extelar nasceu em 1999 da confluência de vários aspectos teóricos e práticos presentes nos trabalhos de extensão voltados para os setores populares da sociedade, desenvolvidos pela Universidade Federal da Paraíba e por outras entidades no estado. Esse grupo visa

3 Acesse através do endereço <www.prac.ufpb.br/copac/extelar/>.

ao estímulo do desenvolvimento de projetos que fomentem a interação entre iniciativas de Extensão Popular; à análise crítica de experiências e formulações teóricas no campo da extensão, possibilitando a interdisciplinaridade e o enriquecimento da formação acadêmica dos participantes do grupo; à produção teórico-acadêmica voltada para a Extensão Popular resultantes de pesquisas e estudos desenvolvidos pelo grupo; à perspectiva de que o produto da realização de projetos de extensão é fundamento ontológico do ensino e da pesquisa na universidade; a discussão e o fomento da extensão na UFPB, no sentido de seu inter-relacionamento com o ensino e a pesquisa; à manutenção do debate sobre o papel social da universidade; e ao incentivo à autonomia de projetos voltados para ações educativas promotoras da cidadania crítica e ativa.

A partir de 2006, o Grupo passou a priorizar a organização de Seminários para socializar seus debates com um público maior e diversificado de pesquisadores, o que começou com o I Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular, realizado no *campus* I da Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa (PB), em novembro de 2006.

No ano de 2007, alguns dos participantes da Anepop que residiam em João Pessoa passaram a participar de algumas reuniões do Extelar, especialmente motivadas pelo interesse de ambos os coletivos de promover, em parceria, o II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular. Com essa oportunidade, pretendíamos, como Anepop, qualificar nossa formação e inserir a pesquisa em Extensão Popular como uma das pautas do movimento. Além disso, depois de algumas discussões internas, decidimos propor ao Extelar realizar, também nessa ocasião, o primeiro evento acadêmico organizado pela Anepop: o I Seminário Nordestino de Extensão Popular.

Promovidos no mês de outubro de 2007, no *campus* I da UFPB, o II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e o I Seminário Nordestino de Extensão Popular inovaram

por agregar uma amplitude de atores participantes dos eventos promovidos pelo Extelar, o qual pretendia, inicialmente, contar com um número pequeno de pesquisadores para debates teóricos mais densos. Contudo, a chegada da Anepop implicou a abertura dos Seminários para estudantes e técnicos universitários, trabalhadores sociais dos setores público e privado e militantes de movimentos sociais, provindos de estados como Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Ceará, Pernambuco e Bahia. Além do mais, a Anepop inovou o debate acadêmico e desenvolveu algumas das atividades que costumava manter nas Tendas Paulo Freire, como: espaços de cuidado integral em saúde e terapias alternativas (como massoterapia, Reike, entre outras), vivências em danças circulares, integração com dinâmicas de dança e cirandas com grupos populares, etc. Nesse evento, a Anepop também liderou a organização de apresentação de trabalhos para as trocas de experiências entre os extensionistas e o debate teórico através dessas vivências.



Fotografia 9. Ciranda e apresentação cultural do Grupo “Latocando”, da Comunidade Maria de Nazaré (João Pessoa, PB), no II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e no I Seminário Nordestino de Extensão Popular (em outubro de 2007, em João Pessoa (PB), no *campus* da Universidade Federal da Paraíba).

Esse evento representou para o Extelar e a Anepop um avanço significativo em suas preocupações, tanto quanto a qualificação e a difusão do debate acerca da pesquisa em Extensão Popular quanto do avanço na luta da Extensão Popular por hegemonias no campo universitário. Ambos os coletivos aprenderam mais, porque aprenderam juntos com esse evento. Para o Extelar, era preciso perceber a necessidade de ampliar seus debates para um público maior e diversificado, contemplando também metodologias de organização dos debates e do evento cultivadas no seio do movimento estudantil e de Extensão Popular.



Fotografia 10. Roda de ciranda realizada durante o II Seminário Nordestino de Pesquisa em Extensão Popular e o I Seminário Nordestino de Extensão Popular (em outubro de 2007, em João Pessoa (PB), no *campus* da Universidade Federal da Paraíba)

Para a Anepop, a organização e a decorrente convivência com o Extelar abriram uma nova dimensão para sua luta — a pesquisa em Extensão Popular — o que nos possibilitou avançar em relação às críticas antes sentidas perante a atividade de pesquisa. Ao contrário do que pensávamos, a pesquisa poderia também ser libertadora e engajada num projeto de transformação das condições educativas vivenciadas na Universidade e na

sociedade como um todo. Em muitas ocasiões, a pesquisa poderia revelar-se um instrumento mais eficaz do que a própria extensão, no que tange ao desvelamento da realidade, assim como conferia novas possibilidades para a ação extensionista, na medida em que lhe demandava análises críticas e rigor metodológico. Fomos aprendendo essas dimensões ao conhecer as várias facetas metodológicas e correntes teóricas a partir da pesquisa em Extensão Popular nas reuniões do Extelar. Decorrido esse evento, alguns dos membros da Anepop passaram a participar ativamente dos encontros semanais do Extelar e cultivaram uma parceria que rendeu outro fruto, mais desafiador ainda do que o primeiro: a organização de um Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular, convocando não apenas o Nordeste, mas todo o País para esse debate. Com esse evento, o Extelar e a Anepop pretenderam demarcar uma posição política quanto à organização de congressos e seminários acadêmicos — é possível fazer um evento acadêmico, de envergadura nacional, com caráter totalmente público. Esses coletivos evidenciavam sua crítica ao número crescente de eventos acadêmicos cujo preço de inscrição é alto e impede a participação de muitos importantes atores, principalmente os estudantes e os movimentos sociais. O caráter público do evento também tem a ver com seu formato. Majoritariamente, os eventos acadêmicos são promovidos em hotéis, pousadas ou espaços do setor empresarial privado, com elevadas taxas para alimentação, estadia e transporte. Ademais, são promovidos em formatos educativos ainda autoritários e tradicionais, preenchidos por palestras e conferências sem nenhum debate ou trocas de experiências.

Nesse sentido, o I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular (Senapop) foi realizado no *campus* I da UFPB, no mês de novembro de 2009, com o tema “Pesquisa em Extensão Popular é possível!”. Intensificou o caráter de intencionalidade política explícita das ações de Extelar e Anepop, organizando um evento com inscrição gratuita, estruturado com apoio de recursos

públicos do patrimônio da Universidade Federal da Paraíba em seus diversos centros e departamentos. Cumpre ressaltar que a inscrição gratuita exigia, como contrapartida, 100% de frequência nas atividades do evento, para evitar o estímulo a outro problema comum em eventos nacionais, ainda mais em cidades atrativas como João Pessoa: a ausência no evento para prática do turismo. Metodologicamente, o Seminário organizou-se em torno de rodas de conversa, círculos de cultura e oficinas, em cenários espalhados no Centro de Vivências da Universidade: Tenda Paulo Freire e Tenda Elizabeth Teixeira, além do Espaço Ekobé, em homenagem ao espaço de mesmo nome da Universidade Estadual do Ceará, que mantém uma experiência pioneira de diálogo da Universidade com as práticas e os movimentos populares de cuidado e de saúde e é um lugar de encontros e de intercâmbio de saberes. Participaram do evento estudantes, professores e técnicos universitários, além de trabalhadores sociais e movimentos populares de estados como: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e da própria Paraíba.

Diante de tais configurações metodológicas e princípios éticos, o Senapop não só promoveu mais propagação da pesquisa em Extensão Popular, ampliando a rede solidária de comunicação e trocas de experiências nesse campo, como também demarcou uma posição política dos coletivos organizadores.

Diferentes correntes políticas e pedagógicas no interior da Anepop

Desde seu início, a Anepop convive com diferentes concepções sobre como conduzir e orientar a caminhada do movimento. Antes mesmo da criação da Articulação, os movimentos em torno da extensão universitária concentravam-se nas pautas do movimento estudantil muito atreladas às críticas quanto à estrutura

dominante e às políticas universitárias. Nesse período, constatamos dois processos: de um lado, era tímida a participação dos extensionistas populares nas discussões acerca da extensão universitária. Mesmo considerando que muitos membros do movimento estudantil participavam também de projetos de Extensão Popular, uma significativa quantidade de extensionistas era deixada à margem dessas discussões. Faltavam estímulos adequados para que os extensionistas conhecessem a Extensão Popular e se interessassem em participar de sua luta. Por mais que as lideranças estudantis se interessassem em socializar as pautas e as oportunidades de debate, a atuação vanguardista de muitos líderes falava mais alto, pois os repasses pouco se preocupavam em explicar didaticamente os processos políticos aos extensionistas e incluí-los como potenciais autores também daquele história. Ademais, muitos deles não se sentiam à vontade no ambiente característico do movimento estudantil, envolto por muitas disputas políticas internas, pouco cuidado com o respeito amoroso, a solidariedade, o cuidado com o outro e a promoção do diálogo, tudo oposto ao que os estudantes aprendiam a exercitar nos projetos de Extensão Popular. Ao se inserir nos encontros do movimento estudantil, a falta de consenso e de colaboração, as relações autoritárias presentes pareciam apenas se contradizer a tudo aquilo aprimorado nas comunidades. Ademais, uma parte significativa das pautas estava atrelada apenas à burocracia universitária ou à gestão interna do movimento, levando-se muito tempo e dedicação para discutir sobre pequenos detalhes estruturais que, por mais que fossem importantes para quem estava à frente do movimento, pouco se traduziam em propostas concretas para, por exemplo, incentivar o desenvolvimento e o fortalecimento da Extensão Popular na formação estudantil e na construção de outro modelo de universidade. Enquanto se discutiam muitos paradigmas nos muitos debates, os extensionistas já tinham propostas concretas para apresentar, discutir e implementar. Por isso, para boa parte dos estudantes da Extensão Popular, o movimento

estudantil deveria ser conduzido de outra maneira e com outras pautas. Do jeito que estava, era cansativo e redundante.

Outro problema era a falta de cuidado pedagógico, formativo e processual na condução das discussões de extensão universitária pelo movimento estudantil. Apesar de tentativas de criação de estratégias estruturantes (como foi com a Anexu), a atuação preponderava pontual, com atos de protestos, elaboração de cartas e construção de reivindicações em ocasiões específicas. De um momento para outro, quase não existiam a linha de continuidade e a atuação persistente de animadores capazes de estimular a continuidade da mobilização e a inclusão de novas pessoas no debate.

Com o passar dos anos, essa forma de conduzir o movimento de extensão foi sucumbindo pela intensificação desses dois processos: de um lado, os extensionistas populares foram criando mais espaços próprios de comunicação e mobilização, reivindicando sua participação no debate; de outro, os membros do movimento estudantil que conduziam o debate da extensão foram se cansando de, evento após evento, construir atos e protestos sem uma linha de continuidade e sem a elaboração de propostas concretas de mudança nos quadros que oprimiam e incomodavam. Assim, uma nova forma de conduzir o movimento de extensão era necessária e foi conformada pelos próprios extensionistas, carregando contornos e princípios específicos e inéditos até então, com características muito próprias da Educação Popular.

Ao contrário do que podemos concluir numa análise apresada, a mobilização que gerou o nascimento e a irradiação da Anepop não foram à toa nem fruto de determinações superiores de intelectuais. A Anepop nasceu e cresceu graças ao trabalho e à dedicação de pessoas ligadas a projetos de Extensão Popular. Evidentemente, por ser um movimento social, parece redundante afirmar que a Anepop foi feita por pessoas ligadas às bases das práticas de Extensão Popular. Mas hoje é imprescindível afirmar isso, tendo em vista existirem no Brasil vários movimentos

e organizações sociais cuja estrutura de construção, tomada de decisões e de condução, é pouco participativa, aberta e democrática e faz muitas pessoas imaginarem quem conduz aquele movimento, atribuindo suas conquistas e seus avanços “ao movimento”, “à conjuntura” e não, ao trabalho conjunto de uma série de pessoas que tornaram possíveis esses avanços do movimento e da conjuntura. Felizmente, ao olhar para a história da Anepop, podemos perceber claramente a importância dos gestos e das ações de cada pessoa que dela participou, pois essa é a essência mesma desse movimento. Ao contrário de outros movimentos sociais (e a maioria do movimento estudantil), as pessoas não se perdem no meio do movimento, da estruturação das ações e das tomadas de decisão. A organização estrutural orientada pela Educação Popular evidencia que não existem instâncias superiores no movimento, mas uma horizontalidade marcada pela solidariedade, pelo companheirismo e pela liberdade. Assim, na Anepop, ninguém representa ninguém. Todos estão em relação recíproca de colaboração e de trocas de experiências, num espaço profícuo para a construção de ações e de intervenções quando, como e do jeito que os próprios membros do movimento julgarem interessante. Construído dessa forma, o movimento acolhe a participação de estudantes recém-chegados na Extensão Popular, pois não tem pré-requisitos estabelecidos para atuar. Cada pessoa vai se chegando e construindo caminhos possíveis de contribuição, de acordo com o que sente, percebe e constrói em sua prática local de Extensão Popular. É essa vinculação estreita com o fazer cotidiano da Extensão Popular que conferiu à Anepop uma inquietação histórica permanente de não apenas denunciar, criticar e reivindicar, mas também de propor mudanças e expor caminhos educativos já testados e aperfeiçoados no seio das ações de Extensão Popular.

Assim, no período inicial de criação e irradiação da proposta da Anepop, persistiu uma efetiva ausência dos vários setores do movimento estudantil, a não ser por mensagens enviadas

à lista de discussão que pouco contribuíam para sistematizar e consolidar aquele espaço. Salvo a insistência de muitos membros de projetos de Extensão Popular em todo o País (professores, técnicos e movimentos sociais), uma proposta de articulação orgânica como essa não teria vingado, porque, como constatamos, o modo de ação e articulação do movimento estudantil, na época, não tinha vocação para conduzir uma proposta (como a Anepop) em moldes mais cuidadosos, dialogados e processuais. Manter uma articulação como a Anepop traz muito trabalho, e o resultado não é imediato nem envolve disputa direta de poderes e cargos políticos, o que, certamente, frustrava muitos dos membros do movimento estudantil.

Por outro lado, não é justo afirmar que a Anepop foi construída sem a participação do movimento estudantil ou apesar dele. A pedagogia acumulada no seio das lutas, dos desafios e das conquistas do movimento estudantil foi essencial para consolidar a Anepop e constituiu contornos fundantes para esse movimento, sobre os quais nos deteremos agora.

A primeira aproximação concreta do movimento estudantil com a Anepop, depois de sua criação, aconteceu no processo de construção da Tenda Paulo Freire no 3.º CBEU, configurada na participação ativa do movimento estudantil da Universidade Federal de Santa Catarina, na Comissão Organizadora local da Tenda, onde se destacou o Centro Acadêmico de Medicina, que manteve, durante esse processo e depois dele, um diálogo muito aberto com as iniciativas e as ações da Anepop, e liderou, ainda, uma ressignificação da Coordenação de Extensão Universitária da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem). O processo de mobilização para o CBEU trouxe a participação de lideranças do movimento estudantil de vários estados. Possivelmente, a construção da Tenda e as intervenções no CBEU conseguiram conformar uma pauta mais concreta e uma proposta de ação mais definida, capaz de permitir uma participação maior dos estudantes do movimento estudantil no processo.

Suas habilidades em negociação política, condução de debates e elaboração de propostas pareceram conformar uma encomenda mais clara e efetiva para inserir esses atores na Anepop e revelou a importância singular de sua presença no movimento.

Muitos dos estudantes de Extensão Popular que tomavam a frente da organização da Anepop tinham pouca experiência no debate macropolítico, com habilidades ainda limitadas para formular propostas de ação e intervenção no jogo político e institucional mais amplo. A sabedoria acumulada pelo movimento estudantil, nos vários embates internos na Universidade, conferia aos seus atores mais habilidade para analisar a conjuntura e formular propostas consistentes. No processo de construção da Tenda, essa sabedoria foi solidariamente compartilhada em todo o processo e foram muitos os aprendizados desenvolvidos na relação entre essas duas correntes do Movimento de Extensão Popular: a dos extensionistas populares que não participam do movimento estudantil e a dos estudantes que participam. Muito do sucesso da Tenda deve-se à conjunção dialogada e amorosa dessas duas correntes: de um lado, os extensionistas, com seu jeito de cuidar dos detalhes do movimento, da manutenção da pedagogia em suas ações e do zelo com o qual cultivavam o acolhimento das pessoas no movimento; de outro, o movimento estudantil ampliando visões e percepções, com leituras mais conjunturais dos problemas, contribuindo com a elaboração de propostas políticas concretas e trazendo elementos organizativos próprios do movimento, como a comemoração, as reuniões sistemáticas, os cartazes, a construção de posicionamentos políticos em cartas abertas, entre outros.

Certamente, não podemos deixar de afirmar que houve momentos preenchidos por muita tensão, quando as visões diferentes dessas duas correntes incidiam sobre um mesmo ponto. Nas diversas reuniões, persistiam algumas discordâncias quanto à forma de conduzir o movimento e as intervenções da Anepop no Congresso. De um lado, alguns atores propunham fazer uma passeia-

ta e fechar a ponte Hercílio Luz, como protesto à conjuntura da Universidade, da extensão e da sociedade de então. De outro, a insistência sempre presente dos extensionistas em evitar atos, protestos e fatos políticos diferentes da Tenda, pois acreditavam que o maior ato possível de ser feito eram as ações pedagógicas, o debate dialogado e o crescimento do movimento. Em minha visão, compararia essas duas tendências do movimento através de um jogo de palavras com termos trazidos por Paulo Freire, ambos essenciais para a Educação Popular. O grupo representado pelos extensionistas era dos “pacientemente impacientes”; já o grupo do movimento estudantil era o dos “impacientemente pacientes”.

Assim, como se deixa transparecer por essas palavras, apesar de algumas diferenças, a essência de luta e de esperança de ambos os grupos era a mesma. Por isso, podemos dizer que, no 3.º CBEU, vivenciamos uma relação quase ideal entre duas correntes distintas desse movimento de Extensão Popular, e embora tivessem algumas crenças destoantes quanto à condução do movimento, à compreensão de que havia um projeto maior a ser defendido (a Extensão Popular) e de que todos ali, mesmo que diferentes, eram aliados, foi essencial para que todos trabalhassem conjuntamente, uns respeitando os limites e as potencialidades dos outros, mas tudo com muito carinho, cuidado e respeito.

Ao longo do tempo, continuou ativa a presença do movimento estudantil na Anepop, sempre insistindo na necessidade de intensificar o caráter popular, libertário e transformador do movimento e das próprias práticas de Extensão Popular, como pode ser observado na fala a seguir, que propõe a intensificação da dimensão de luta do movimento:

Redes sociais sem o aporte de grandes narrativas, movidas meramente por “causos moleculares” acabam por “não balançar”, pois nessa perspectiva “tecemos lindas redes, requintadas, de uma beleza estética incomparável, mas que não tem armador para esticar e conseqüentemente ter apoio

pro balanço”. Enfim acho que não podemos perder essa perspectiva de pensar amplo ao se pensar a construção da Anepop, um pensar grande que é construído tijolo a tijolo a partir dos pequenos ensaios, das pequenas utopias que construímos no dia a dia nas nossas práticas cotidianas, quando essas ousam a se revestir de grande radicalidade quando se propõem a transformar à realidade (Vinicius Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 3-1-2007).

Complementando esse pensamento ampliado sugerido por Vinicius, Sedruoslen Costa (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 20-6-2009) sugere alguns princípios e atividades fundantes que careciam ser promovidas na Anepop em sua avaliação:

Se quisermos aprender a fazer Extensão Popular podemos e devemos discutir política. . . se quisermos aprender a fazer Extensão Popular podemos e devemos sair das salas de aula e irmos às ruas. . . se quisermos aprender a fazer Extensão Popular podemos e devemos parar de contemplar a beleza de um povo sofrido, e irmos às ruas. . . se quisermos aprender a fazer Extensão Popular podemos e devemos produzir material junto ao povo, e não pensando em certificados. . . se quisermos aprender a fazer Extensão Popular podemos e devemos ser dialéticos!!!!

Na perspectiva de qualificar o Movimento de Extensão Popular, propunha-se uma aproximação mais intensa de suas ações, seus atores e seus princípios com os mantidos pelo movimento estudantil orientado por uma perspectiva popular:

Acredito que devemos repensar a Extensão Popular enquanto movimento e por esse motivo inclusive me afastei

dos debates da lista. Hoje tenho a clareza de que vivemos numa sociedade de classes, e que existem apenas duas: Os trabalhadores e os Proprietários dos Meios de Produção. E nessa relação a exploração da força de trabalho é o foco central do capitalismo para sustentar sua estrutura de sociedade. Sim, mas e o que a meu ver a Extensão Popular tem a ver com isso?? A Extensão Popular, tem sim um papel de mudança real em nossa formação acadêmica e sensibilização para a assimilação dos elementos que eu trouxe sobre a sociedade capitalista. [. . .] E é por isso, que acredito que a Extensão Popular nem tem razão de estar fora do ME. Pelo contrário acho que esse é só mais uma luta que travamos em prol de construirmos uma universidade para tod@s, com ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO SOCIALMENTE REFERENCIADOS. Em prol de diminuirmos a dicotomia entre ensino pesquisa e extensão que no processo de aprendizagem deveriam andar juntos. . . Enfim, em prol da construção da sociedade socialista (Viviane Marinho, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 20-1-2007).

Com o tempo, conforme pode ser observado no debate sobre os editais de extensão, muitos membros do movimento estudantil ficaram insatisfeitos ao constatar que não existia, no interior do Movimento de Extensão Popular, algumas das mesmas ênfases e metodologias que utilizavam no seio do movimento estudantil, conforme ilustrado nas inquietações socializadas por Hugo Belarmino (em 18-1-2007):

O que é Movimento estudantil e que práticas ele protagoniza? A Extensão Popular tem a ver com isso? Movimento Estudantil e o Movimento de Extensão Popular são parceiros? Se são, quais as pautas convergentes? O processo de discussão de sociedade feito no movimento estudantil é o

mesmo feito na Anepop? As linhas de atuação desses movimentos podem constituir ou não uma base forte de discussão do papel da Universidade? Por que no cenário nacional os dois movimentos estão em processos distintos? Como, quando e por que inserir o debate da Extensão Popular no movimento estudantil? (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 18-1-2007).

Nesse processo, conduziam um debate fundamental no interior da Anepop sobre a importância da convivência entre o Movimento de Extensão Popular e o Movimento Estudantil, na perspectiva de agregar mais sabedorias e qualificar ainda mais a atuação de ambos.

Acredito haver um forte elo de ligação entre movimento estudantil e Extensão, inclusive, defendo que dentre outras coisas, o movimento estudantil precisa se reestruturar e incluir a Extensão como uma de suas pautas. [. . .] afinal, porque o movimento estudantil não discute extensão dentro da Universidade? Por que ainda não atentamos para isso? Já que acredito que a grande maioria das pessoas que faz movimento estudantil também faz alguma atividade de extensão. Se defendemos uma universidade comprometida socialmente, porque não discutimos que extensão é essa que está sendo praticada dentro das universidades e porque não discutimos e nos organizamos para lutar por melhores condições de extensão?? [. . .] acho que podemos fazer desses dois movimentos um só e com isso enriquecer ambos os espaços! (Luisa Cela, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 19-1-2007).

Para o Movimento de Extensão Popular, incrementar suas análises de conjuntura e suas lutas nos moldes dos movimentos

sociais e do próprio Movimento Estudantil; para o Movimento Estudantil, inserir em sua agenda uma articulação mais próxima das comunidades e dos movimentos populares e a Extensão Popular como proposta efetiva e concreta, já experimentada, de transformação nas políticas de formação universitária. Ou seja, redirecionar o enfoque das lutas do Movimento Estudantil, deixando de priorizar somente as disputas internas e os pontos de pauta que constarão em seus projetos e programas, mas ensejando, desde já, contribuições mais sistemáticas para o avanço das práticas e dos Projetos de Extensão Popular.

A esse respeito, Amélia Mano (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 22-1-2007) adverte:

[. . .] acho que o Movimento Estudantil pode e deve se relacionar com todas as nuances que dizem respeito ao trabalho comunitário/popular, sem dúvida! (assim como deve estar presente no “não comunitário” como, por exemplo, a reforma curricular). No entanto, a inversa não é verdadeira, a Extensão Popular (os projetos, as práticas e o movimento) não necessariamente devem se relacionar com o Movimento Estudantil! A proximidade é possível, até porque estamos falando de instituições políticas. . . mas há diferenças entre a micro e a macropolítica nem sempre são claras e definidas. Já vi projetos de extensão se fortalecerem a partir da inserção do Movimento Estudantil, mas já vi a fragilização e mesmo a destruição de alguns porque não “cabia”, não era hora e nem lugar. . . Às vezes a relação é um perfeito mutualismo. Em outras, é um parasitismo em que um contamina o outro, aparelha e ninguém sabe quem é quem e a serviço de quem (muitas vezes é a serviço da visibilidade política de uma pessoa ou grupo. . .). Penso que o essencial é [nos] perguntarmos sempre o motivo e o objetivo para nós e para a comunidade. O que cada um

ganha ou perde e o que deseja. Se o foco da nossa reflexão/ação for nessa direção a gente até pode se perder no caminho, mas se perde aprendendo e se acha, se encontra, mais cedo ou mais tarde, com uma bagagem fora do *script* mais valiosa do que sequer imaginamos!

Com efeito, se existia uma relação de integração e reciprocidade entre o movimento estudantil e o movimento de Extensão Popular, o que foi trazendo contribuições teóricas e reflexivas fundantes para esses dois movimentos, essa aproximação precisava ser efetuada com muita cautela. Como advertiu Amélia Mano, trata-se de dois movimentos distintos — por mais que possam conviver, trabalhar e lutar conjuntamente. E essa distinção precisa ser resguardada, sob pena de deturpar, de um lado ou de outro, os princípios mais fundantes desses movimentos. Ora, como vimos em alguns dos debates mais polêmicos da Anepop, muitas das opiniões dissonantes que não investiam na construção coletiva e no avanço do movimento de Extensão Popular eram justamente dos membros do movimento estudantil, os quais, por mais que pudessem contribuir significativamente, não se implicavam cotidianamente nas ações da Anepop, sem guardar vínculo de pertencimento com esse coletivo. Em muitos momentos, as intervenções de membros de um coletivo sobre o outro beiraram o aparelhamento de suas ações e a negação de sua vocação ontológica. Como, por exemplo, negar a institucionalização da Extensão Popular, sendo ela um dos principais elos formadores da Anepop, de onde veio a maioria dos estudantes que construíram o movimento? De certo, a crítica mais contundente e a negação da institucionalização poderiam vir do movimento estudantil. Isso faz parte de sua vocação. Contudo, a desconstrução da institucionalidade de muitos projetos de Extensão Popular acabava negando a própria porta de entrada de muitos estudantes no movimento, que já vivenciavam experiências institucionalizadas de Extensão Popular, como afirmado a seguir:

Será que não existem ou não podem existir projetos de extensão institucionalizados realmente progressistas e na perspectiva da Extensão Popular? Existe aqui nessa lista, por exemplo? Será que não se pode inovar e experimentar em projetos institucionalizados? Dentro da Academia e com ela? Será que temos/queremos/podemos fugir da institucionalização? Por quê? E para onde isso levaria tudo, incluindo a gente, o povo e a Universidade? (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 6-1-2007).

O movimento estudantil defendia ênfase na desconstrução da institucionalidade universitária, considerada opressora, autoritária e antipopular, assim como a atuação da maioria dos professores no campo da extensão. Seu discurso defendia a desconstrução da ideia de institucionalidade da extensão e da figura do professor. Por outro lado, os extensionistas populares viam esse processo de modo diferente, por conviverem numa relação de diálogo e abertura total com os professores de seus projetos de Extensão Popular. Também enxergavam a importância do professor e da institucionalidade como forma de garantir, em nível de universidade e com a estrutura atualmente em voga, a continuidade dos projetos de Extensão Popular. Projetos como o de que eu participava (o Pepasf) só poderiam continuar existindo graças à atuação dos docentes que mantinham a busca e a garantia de apoio institucional, o que dava mais conforto e tranquilidade para a formação de muitas gerações de extensionistas populares, que entravam no projeto e saíam dele ano após ano, mas sem prejudicar significativamente a estabilidade institucional do projeto, o que assegurava continuidade e avanço qualitativo de suas ações. Mesmo conjunturalmente pequenas ou constituindo experiências muito particulares, valorizar as iniciativas mais primitivas de Extensão Popular era imprescindível, visto que, como afirma Calado (2006, p. 303) sobre as chamadas “experiências alternativas”, nessas iniciativas,

ainda que moleculares, protagonizadas por algum movimento social popular, por pequenos grupos ou por pessoas, aquela chama utópica volta a arder de modo não apenas crítico, mas crítico-propositivo, impulsionando-nos a encampar ações grávidas de alternatividade, ainda que se trata de “pequenas” iniciativas.

Para os extensionistas populares, essa chama utópica já ardia no interior da universidade, que não apenas estava grávida da Extensão Popular, como também já vinha parindo diversas experiências inovadoras nesse campo, ainda que limitadas do ponto de vista metodológico e social. Mesmo assim, além dessas, também já existiam experiências de longa data e maturidade nesse campo. A extensão reivindicada pelo movimento estudantil já estava começando não a ser idealizada, mas concretamente vivida, elaborada e experimentada. No entanto, a discordância estava na falta de reconhecimento, pelo movimento estudantil, que já estava brotando esse inédito viável. No interior do movimento, parecia continuar existindo um hiato entre o discurso de propostas e de ideologias do movimento estudantil com o discurso de experiências e as práticas dos extensionistas populares. Os extensionistas enxergavam o debate sob o prisma da praticidade sentida em sua vivência: a presença docente e a institucionalidade eram essenciais, pois garantiam o decorrer da experiência em meio àquele contexto institucional vigente. Contudo, não discordavam das provocações do movimento estudantil em repensar esse contexto institucional vigente, dar mais autonomia ao estudante e re-pensar as formas de apoio e reconhecimento institucional a extensão.

O nome instituição assusta! Parece que ele vem junto com regras e uma certa perda de liberdades. [...] entendo que assim como existem centenas de formas de trocar e produzir conhecimentos, há centenas de formas de organizar e

“instituir” essas práticas. Hoje, é verdade, quase todos os projetos de Extensão Popular ficam atrelados direta ou indiretamente à academia e acredito que permaneçam assim por um bom tempo. Acho possível que isso seja mais uma qualidade do que um defeito e é a possibilidade de um graduado inserido em um projeto, trabalhar, “tocar” ações e projetos comunitários sem perder o vínculo com a academia. Isso é bom! A universidade também delimita, ergue muros e assusta mas, “bem manejada”, é o motor de discussões/transições e uma forma de não nos acostumarmos com a rotina desgastante dos projetos de instituições meramente assistenciais. [. . .] O movimento e o desafio cotidiano que a extensão universitária proporciona pode ser uma alavanca de entusiasmo responsável pela fixação de um bom profissional em uma comunidade, a garantia da continuidade de ações sem que elas se repitam (continuar não quer dizer repetir. . .) e a vigilância positiva de uma gestão! (Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 22-1-2007).

Ao longo da história da Anepop, seu diálogo com o movimento estudantil fez brotarem diferentes correntes no Movimento de Extensão Popular e trouxe importantes contribuições, conflitos significativos e avanços históricos. Podemos concluir, a partir desse painel, que é premente considerar nessa relação a importância da alteridade de cada movimento, no respeito as suas vocações específicas e ao tempo histórico dos seus membros. Em diversas ocasiões, muitos deles imbricaram debates de relevância singular no âmbito da Anepop, mas não continuaram perseverando na construção do movimento a fim de possibilitar que tais reflexões encampassem novas perspectivas para o avanço e o fortalecimento do Movimento de Extensão Popular. Muitas vezes, essas iniciativas beiraram o aparelhamento do Movimento de Extensão Popular e deslegitimaram a participação mais ativa

de muitos dos seus membros, especialmente os mais novatos, na medida em que alguns debates agregavam falas agressivas e de discórdia, enquanto muitas das colocações do movimento estudantil reforçavam um modelo padrão ou ideal de Extensão Popular e de militante da Extensão Popular que assustava muitos dos membros mais inexperientes da Anepop, cuja vocação esteve, desde seu início, não na homogeneidade de discursos e metodologias, mas na diversidade de caminhos, tempos e pensamentos construídos através da Extensão Popular. Ao contrário do que insistiam em afirmar muitos dos membros do movimento estudantil, contemplar e respeitar a diversidade na organização da Anepop não significava fragmentar o movimento, dispersá-lo ou fazer com que perdesse a força. Conforme destaca Souza (2006, p. 61), ao analisar a organização de diferentes movimentos sociais, a multidimensionalidade das composições e a diversidade de orientações não incidem em um processo de fragmentação e particularismos da ação social, mas abrem possibilidades para uma ação social transcendente e de impacto político.

No entanto, nesse e em outros debates, era evidente que o movimento estudantil conseguia lançar olhares mais aprofundados e conjunturais sobre os problemas em discussão, enxergava mais além e se desapegava das conjunturas e das práticas locais, bem como das amarrações existentes na institucionalidade.

Outra contribuição do movimento estudantil na participação dos seus atores na construção da Anepop se deu em sua ênfase à necessidade de o Movimento de Extensão Popular priorizar a organização programática de suas ações. Ora, ao mesmo tempo que era muito promissora a valorização da diversidade do movimento e dos diferentes jeitos de fazer e pensar a Extensão Popular articulados em rede, também era imprescindível ao movimento pensar sua caminhada de modo mais sistemático. Para muitos dos seus membros, a organização política, na Anepop, ainda era frágil e conduzida de modo fragmentado, sem mostrar com clareza quais os papéis a serem assumidos, as responsabilida-

des e os planejamentos estrategicamente construídos para o alcance dos seus objetivos. Efetivamente, essas valiosas contribuições possibilitaram a organização de alguns núcleos da Anepop em algumas regiões e a redação de alguns documentos orientadores.

Contudo, não foram suficientes para delinear uma organização estrutural mais definida e programática das ações do movimento, o que, mesmo com sua Coordenação Nacional, nunca aconteceu de forma sistemática, em razão da resistência de muitos membros da Articulação, especialmente os provindos dos projetos de extensão. Sua concepção de organização política, baseada na construção processual, na diversidade de experiências e da comunicação em rede não privilegiava a objetividade da ação programática tão defendida pelo movimento estudantil. Assim, infelizmente, os diálogos entre essas duas concepções não conseguiram engendrar frutos para desenvolver qualificações na mobilização interna e na organização estruturante do movimento. No entanto, essas inquietações quanto à forma de organizar o movimento continuaram a permear as discussões do movimento nos últimos anos e resultaram na organização do I Seminário Nacional da Anepop e na proposição de momentos regionais e nacionais para se discutir sobre a Articulação e uma agenda programática para ela.

Mesmo com essas dificuldades, a relação do movimento estudantil com o Movimento de Extensão Popular tem revelado uma imensa importância pedagógica, em que posições contrastantes podiam ser enxergadas como aprendizados mútuos entre duas correntes de um mesmo movimento, com uma mesma identidade e utopia. Carlos Silvan tentou sintetizar essas duas contribuições com o seguinte:

Então que façamos o que possamos. E as nossas pernas andem em passos compassados Mas, não andem apenas da periferia e nem tão somente no centro. Mas que possamos nos esforçar para sentir, pensar e agir em experiências,

vivências e projetos que possam ser pensados do local para o geral e/ ou do geral para o local. Que possamos pensar e agir no local com o olhar e a intenção no global. Que não dissociemos a PB ou PE (ou qualquer) do Brasil. Que não tenhamos medo e nem percamos a esperanças de pensar e agir grandiosamente e insusitadamente naquilo que possamos ser viáveis e possíveis. Que não tenhamos medo de ousar apesar das nossas limitações (Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 6-1-2007).

Participação nos processos de institucionalização da Educação Popular

Desde a organização do IV Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (Eneps), em julho de 2008, na cidade de Caucaia (CE), a Anepop passou a dialogar, ativa e sistematicamente, com os coletivos nacionais de Educação Popular e Saúde, especialmente a Aneps, a Redepop e o GT de EP da Abrasco, o que conformou uma rede ampliada de quatro coletivos nacionais dispostos a pensar e a discutir a Educação Popular em saúde.

Alguns meses depois do Eneps, a Anepop foi convidada para participar de um Seminário Nacional da Aneps, em Brasília (DF), onde se discutiram não apenas problemas próprios da Aneps, mas também, sobretudo, as lacunas e as contradições da inserção da Educação Popular no Ministério da Saúde, especialmente quanto às ações desenvolvidas pela Coordenação Geral de Apoio à Educação Popular e Mobilização Social, ligada à Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério. Os movimentos avaliam que, apesar de o coordenador acreditar na Educação Popular e ser aliado dos movimentos e das práticas de Educação Popular em todo o País, existiam outras barreiras institucionais que impediam o desenvolvimento

de ações do Ministério que fortalecessem as experiências de Educação Popular em saúde.



Fotografia 11. Membros dos coletivos nacionais de Educação Popular em saúde presentes no Seminário Nacional da Aneps, em Brasília (DF), na UnB, em novembro de 2008. Em pé, da esquerda para a direita: Mafalda Crisóstomo (Aneps-TO), Osvaldo Bonetti (coordenador do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde do Ministério da Saúde), Marília Carneiro (Aneps-RJ), Vera Dantas (Aneps-CE), Silvéria Santos (Aneps-DF), Ivanilde Batista (Aneps-GO), Pedro Cruz (Anepop-PB), Suely Correa (Aneps-MT), Jorge Senna (Aneps-RS), Simone Leite (Aneps-SE). Sentados, da esquerda para a direita: Carlos Silvan (Aneps-PE), Áurea Emília (Aneps-RN), Waldenez Oliveira (Redepop-SP), Elias Silva (Aneps-CE).

Visando enfrentar os entraves existentes e procurar saídas para implementar melhor o apoio governamental às ações de Educação Popular em saúde, os coletivos se uniram na construção de proposições para o Ministério, com destaque para a criação de um Grupo de Trabalho para acompanhar e avaliar essas ações, formado por membros representantes dos quatro coletivos. Contudo, por sugestão do então secretário da Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério (SGEP), Dr. Antônio Alves, a proposta do Grupo de Trabalho converteu-se no compromisso do Ministério a criar um Comitê Nacional de

Educação Popular em Saúde, composto por representantes dos movimentos de Educação Popular em saúde, entidades formativas e órgãos governamentais, visando coordenar a construção de uma Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Com isso, iniciava, naquele momento, um período profícuo de diálogo respeitoso do Ministério (através do Gabinete da SGEp) com o Movimento Nacional de Educação Popular em saúde, o que possibilitou a construção coletiva do Comitê, que teve o delineamento de seus objetivos, intenções e princípios a partir da escuta desses movimentos. Com a instituição oficial do Comitê Nacional de Educação Popular em Saúde (Cneps), por meio da Portaria GM/MS 1.256/2009, uma série de iniciativas e de ações passou a ser implementada numa parceria entre a SGEp e os coletivos nacionais de Educação Popular em saúde. Dentre elas, merece destaque o apoio institucional para a realização das Tendas Paulo Freire em diversos eventos nas áreas de saúde, educação e cultura, a realização de Seminários Regionais de Educação Popular em Saúde e a criação de um prêmio nacional para experiências de Educação Popular em saúde — o Prêmio Victor Valla, cujo edital foi publicado em outubro de 2010. Assim, desde o início de 2010, o Cneps vem mantendo reuniões regulares para acompanhar todas essas ações e elaborar proposições para a construção da Política Nacional de Educação Popular em Saúde (Pneps).

Estando representada na reunião que deu origem à proposta do Comitê e intensificando cada vez mais um papel importante no contexto do Movimento Nacional de Educação Popular em saúde, a Anepop foi convidada para ocupar um dos assentos permanentes do Cneps, por meio de dois representantes — um titular e um suplente. Essas vagas foram ocupadas por mim, como titular, e por Murilo Leandro Marcos (de Santa Catarina), como suplente, depois de um consenso tomado em discussão na lista de *e-mails* da Articulação.

Cumprе destacar que, internamente ao movimento, não havia consenso quanto à participação da Anepop nesse espaço,

pois muitos temiam pela institucionalização da Educação Popular como um obstáculo para a continuidade das lutas do movimento. Por isso, a decisão de integrar o Cneps só veio depois de uma série de reuniões virtuais e de debates via *e-mail*, em que se problematizaram os possíveis avanços e os principais obstáculos desse caminho, entre os quais se destacava a preocupação do Comitê em não criar um grupo de vanguarda no Movimento de Educação Popular em saúde. Para muitos membros da Anepop, era imprescindível que a construção da Pneps e todo o processo de institucionalização decorrente não prescindissem de oficinas e de encontros locais e regionais para descentralizar o debate e empoderar os atores da Educação Popular nessa discussão. No entanto, mesmo em face dessas preocupações, o consenso determinou a participação ativa da Anepop no processo, desde que encaminhasse esses obstáculos como desafios a serem enfrentados pelos movimentos e pelo próprio Comitê. Além do mais, o fato de os membros da Anepop terem reconhecido seu papel estratégico no contexto do Movimento Nacional de Educação Popular contribuiu para essa decisão. Compreender a universidade como lugar de formação e produção de transformações e avanços para os movimentos populares ainda era um obstáculo para alguns coletivos nacionais. Ao conhecerem bem mais a Anepop, suas lutas e suas ações, muitos movimentos nacionais enxergaram nesse coletivo um importante aliado na ressignificação do espaço acadêmico. Desde então, decorreram muitos encontros e ações em parceria da Anepop com a Aneps, que, juntas, empreenderam estratégias inovadoras de ensino, pesquisa e extensão na linha da Educação Popular.

A comunicação com coletivos nacionais de Educação Popular em saúde e a atuação no Cneps demarcaram a inauguração de uma interação mais sistemática da Anepop com a construção de propostas e estratégias concretas de inserção da Educação Popular como política pública. Algo que, em princípio, sonhou-se fazer no campo da extensão e da formação

universitária no diálogo com o Forproex, era concretizado na saúde com os coletivos nacionais de Educação Popular em saúde e o Ministério da Saúde.

No mesmo ano em que o Cneps foi instituído, iniciou o diálogo dos membros da Anepop com o Ministério da Cultura através da equipe coordenadora do Programa de Apoio à Extensão Universitária em Cultura, o Proex Cultura, que procurou a Anepop durante o 4.º CBEU, em Dourados. Inicialmente, esse contato ocorreu por meio do convite a estudantes e professores da Anepop para integrarem a programação do Seminário Nacional de Cultura e Extensão Universitária, em São João Del Rey (MG), para o qual também foram convidados outros movimentos sociais. Isso significou a intenção do Proext Cultura de intensificar a participação estudantil e popular na gestão e na avaliação crítica dos seus projetos e programas. Nos diversos debates e nas conversas informais, ficou evidente que interessava à equipe do MinC aprofundar a interlocução com a Anepop e com os demais movimentos sociais, na perspectiva de procurar caminhos para o fortalecimento dos projetos e dos programas de extensão em cultura. Para essa equipe, preponderava uma carência de projetos com a perspectiva ideológica e metodológica da Educação Popular, e persistiam muitos projetos de caráter pontual e com pouco fomento para a participação popular.

Desse encontro, decorreu o incentivo, via Anepop, para que os coletivos de Extensão Popular em cultura, em todo o País, enviassem propostas para o edital Proext que, naquele ano, deixava de ser exclusivo do MinC, mas vinha agregado ao Proext do MEC e do Ministério das Cidades, entre outros, compondo um grande edital de apoio à extensão em nível nacional nas mais diversas áreas de atuação.

Inicialmente, os integrantes da Anepop que estavam à frente de sua organização nacional ficaram muito entusiasmados com essa possibilidade. Afinal, a luta por mais apoio institucional e financeiro para o desenvolvimento da Extensão Popular era uma

das pautas integrantes da Anepop desde sua origem. Atuando todos em projetos de Extensão Popular, já estávamos cansados da “alternatividade”, de trabalhar com poucos recursos e, até, de pagar para trabalhar, investindo nossos recursos pessoais em gastos com nossas experiências de extensão. Aquela discussão com o MinC e as perspectivas abertas com o MS via Cneps finalmente nos permitiam vislumbrar um apoio consistente do Governo Federal para a extensão na linha da Educação Popular. O apoio era tão significativo que estávamos sendo convidados para construir, juntos, as formas de fomento e de colaboração. Aquelles olhos cansados de ver a Extensão Popular ser preterida e os que tanto lutaram e tanto reivindicaram, finalmente, brilhavam com uma perspectiva concreta de apoio à Extensão Popular em todo o País.

Contudo, na medida em que socializávamos na lista de discussão essa possibilidade concreta, vimos emergir no movimento um contra ponto significativo a essa visão do apoio institucional. Para um grupo de membros da Articulação, aderir ao Proext era se submeter e aceitar a política educacional “injusta” do Governo Federal. Para Juliana Mota (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 9-6-2009),

enquanto vêm cerca de dezenove milhões para projetos de extensão (que tipo de extensão se visa? tanta coisa que chamam de extensão. . . dinheiro a ser disputado. . .), por outro lado se faz um corte de cerca de quarenta milhões no Pronera (Programa Nacional de Educação em Áreas da Reforma Agrária) [. . .] aqui na UFC querem criar curso de agronegócio, acreditam? qual é o tipo de extensão que podemos construir com a educação superior brasileira se constituindo desse modo?

Muitas pessoas não concordavam com a forma pontual (por meio de editais) com a qual os ministérios apoiavam as iniciativas

de extensão universitária. Defendiam políticas mais efetivas e permanentes de financiamento e apoio, como afirma Thiago Ar-ruda (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 10-6-2009):

O financiamento para a extensão teria que ser automático. Como o pagamento de um professor ou de uma conta de luz. Por que não um financiamento específico para a extensão, que escoe pelas Universidades todas? Por que essa escolha, enviada pelo mérito? Talvez a questão fundamental seja ultrapassar esse modelo de financiamento, saltando para outro que garanta investimento suficiente para a extensão com recursos distribuídos na base, nas Universidades. [. . .] Editais ou um financiamento público contínuo, suficiente e na base para a extensão?

Sobre isso, veja-se o depoimento de Isabelle Mendes (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 13-6-2009):

Ficar “à disposição de editais” para operacionalizar processos práticos é mui complicado, acho que o processo nacional de extensão que pauta uma ressignificação do compromisso politico-social universitário como um todo aponta para um tensionamento também nacional para afirmar uma política de “Estado” que se comprometa com o “dever” de financiar as praticas que alicerçam um construto da promoção humana.

Com reflexões como essa, foi possível para muitos membros do movimento enxergar que, mesmo aceitando a importância do Proext para angariar mais condições estruturais para as práticas e as iniciativas de Extensão Popular, era preciso olhar também para a conjuntura geral da política de fomento à extensão universitária no Brasil e sua correlação com a política de educa-

ção como um todo. Nesse sentido, houve propostas para gerar mais reflexões e promover ações por parte da Articulação:

[. . .] como podemos nós, movimento de Extensão Popular, lutar por mudanças nessa política pontual e descabida de editais? Tão frágeis esses editais, [. . .] depende de governo, não é uma política de Estado, permanente e contínua. Visando um algo a ser conquistado mais a frente (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 11-6-2009).

Penso que podemos ir construindo o “fechamento” dessa reflexão sobre os conflitos e tensões — distintos pensamentos sobre financiamento da extensão no Brasil. Podemos aproveitar para iniciar logo após (ou ainda agora) uma reflexão sobre o financiamento da ciência no Brasil. A velha tríade que sempre trago — ensino, pesquisa e extensão — numa perspectiva integral, percebendo que em cada um desses distintos campos, tem dimensão uma da outra (Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-6-2009).

Concordando com essas reflexões, Juliana Acosta (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 11-6-2009) destacou:

Não podemos mesmo nos contentar com editais pontuais, é preciso uma política estável para sustento da extensão para que um dia se aproxima da equidade, e que independa da política de governo. Quem sabe essa discussão não é puxada pela Anepop no Forproex?

Assim, como movimento, começou a se pensar na organização de debates, reflexões e ações concretas de contraposição às

políticas de fomento ocasional, avançando para políticas permanentes de apoio à extensão numa perspectiva de Educação Popular. No entanto, estimulava-se também a importância dos vários projetos e experiências da Anepop em enviar suas propostas aos editais, visando mais perspectivas de alcance organizativo e estrutural para os projetos, pois, como destaca Rebecca Cabral (em 11-6-2009), “se nós nos omitirmos dessa disputa [dos projetos em editais], de alguma forma não estamos colaborando com o fortalecimento da extensão que não acreditamos?”. Por sua vez, Eymard Vasconcelos (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 13-6-2009) complementa:

Acho que não podemos perder essa oportunidade de conseguir apoios para projetos orientados numa perspectiva popular [. . .]. Podemos amadurecer essa política. Temos o fórum de pro-reitores como espaço para isto. Mas isto é para o próximo ano. Não vamos perder essa oportunidade agora. Parceiros que estão no Ministério da Educação e da Cultura batalharam para que as prioridades contemplassem nossa perspectiva de trabalho de extensão. E conseguiram muitas vitórias nesse sentido. Seria desprezar os esforços desses companheiros. A luta por hegemonia presuppõe organização que exige também infraestrutura.

Para muitos membros da Anepop, uma coisa não impedia a outra. Não se tratava de valorizar o Proext ou lhe negar todas as importantes propostas de avanço político da extensão promovidas em nível governamental federal desde 2003. Inserir propostas ao Proext não significava se submeter às lacunas da política governamental de extensão ou aceitá-las, mas além de uma oportunidade efetiva de, finalmente, possibilitar aos projetos e aos programas mais condições estruturais, uma ocasião importante para difundir a Extensão Popular, como alternativa e jeito diferente de fazer a extensão, no conjunto dos projetos apoiados

pelo Proext. Significava levar a Extensão Popular para o centro do debate político do fomento à extensão. Aliado a isso, à Anepop caberia também incrementar os processos de críticas e a formulação de novas proposições para a política de extensão do governo, sem deixar de reconhecer os significativos avanços da extensão universitária no Governo Lula, colocando-os como base para a construção de novos horizontes.

Os homens fazem a história, mas não a fazem como querem, mas sim dentro das condições que lhes são dadas (Marx). Salvo engano, antes nem havia edital, o valor da bolsa era menor, não havia uma organização e espaço de discussão dos extensionistas e instituições, instâncias. . . vejo portanto os editais como parte de um processo de conquistas e avanços que deverá culminar na política que soubermos fazer (Silvana Borges, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 15-6-2009).

Assim, construía-se um consenso que poderia fortalecer a discussão em torno da institucionalização da Educação Popular na política de fomento à extensão, o que foi ilustrado com consistência na fala de Filipe Braga (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 14-6-2009):

Eu veria a questão tentando unir um pouquinho de cada fala. Acho que simplesmente não concorrer ao edital e pronto é se abster, e deixar a política de extensão assistencialista bombar. Nesse sentido acompanho a discussão [. . .] de mandarmos o máximo de propostas em Extensão Popular, porque assim vamos mostrando a força da extensão voltada à autonomia, que tem claramente o com quem e porque fazer extensão. Por outro lado concordo [. . .] que a política de editais não é uma forma de financiamento satisfatória. [. . .] Os editais me parecem claramente uma política de

migalhas para a extensão, dão quando têm, e quando não têm os projetos de extensão morrem na praia. . . E para nós que discutimos tanto a ação contínua na extensão e o desenvolvimento comunitário é um crime o projeto morrer porque o edital não foi lançado. [. . .] vira quase um livre mercado de extensão (todos somos livres para concorrer aos editais, e que vença o melhor).

No decorrer desse debate, muitos dos membros da lista de discussão não reforçaram a continuidade do planejamento de ações — educativas, culturais ou políticas — para fortalecer o encaminhamento propositivo das críticas a essas políticas, mas iniciaram uma série de discussões sobre “o” conceito e “a” filosofia da Extensão Popular, desqualificando aqueles companheiros de movimento que julgavam estratégico o Proext, acusando-os de defender o edital apenas para justificar perante o movimento o fato de terem submetido propostas e de “dar graças pro céu pelas migalhas que se recebe”. A partir de visões como essas, tais atores passaram a enfatizar a necessidade de resgatar as perspectivas teóricas e metodológicas “autênticas” da Extensão Popular, que estariam sendo deturpadas por muitos dos membros da Anepop, algo que teria ficado explícito no debate acerca dos editais. Desse momento em diante, começava a se revelar uma tensão poucas vezes antes vista no interior do movimento, permeada por falta de diálogo, desentendimentos e feridas profundas, sobre as quais se torna premente nos debruçarmos a fim de compreender o significado do conflito no interior desse movimento.

6

ARTICULAÇÃO NACIONAL DE EXTENSÃO POPULAR (ANEPOP): CONFLITOS, DESAFIOS E DINÂMICAS NO MOVIMENTO DE SUA CONSTRUÇÃO



O conflito no desenvolvimento histórico da Anepop

Ao longo da experiência da Anepop, a convivência com pensamentos dissonantes nem sempre se revelou harmoniosa entre seus diferentes grupos e atores. Como vimos no capítulo anterior, existiam discordâncias quanto a muitos aspectos relacionados à forma de conduzir e desenvolver o movimento. Isso foi delineando na história da Articulação um importante diálogo entre vozes diferentes e projetos político-pedagógicos diversos comumente conflitantes. Por isso, em muitos momentos, a categoria do conflito expressou-se de forma mais explícita na Anepop e trouxe repercussões significativas para a história do movimento e reflexões críticas singulares quanto a sua história e pedagogia.

Especialmente nos debates empreendidos na lista de discussão, algumas críticas passaram a evidenciar uma discordância interna ao movimento, quanto à intencionalidade e à metodologia da Extensão Popular de parte significativa dos membros da Anepop. As sérias discordâncias teóricas e políticas, inicialmente reveladas, quanto à participação em editais governamentais e políticas públicas de fomento à extensão, foram concebidas, depois, como perspectivas distintas de se compreender o lugar da

Extensão Popular na Universidade. Contudo, tais discordâncias eram majoritariamente emanadas por meio de discursos demarcados pela intolerância com alguns jeitos e perspectivas de conduzir a Extensão Popular, especialmente os que não acentuavam sua intencionalidade política transformadora de modo explícito e agudo e priorizavam, processual e demoradamente, a vertente da mobilização comunitária e de organização popular inerente a esse tipo de extensão.

Além de discordar do modo como tais ações eram conduzidas, esses grupos passaram a desqualificar tais ações, acusando-as justamente de não serem autênticas representantes da identidade maior que as aglutinava — a Educação Popular. Como se afirma em muitas mensagens enviadas à lista de discussão, acusavam-se muitos atores do movimento de não serem, autenticamente, militantes da Educação Popular. Iniciava um debate, nunca antes decorrido no movimento, sobre o que era e o que não era Extensão Popular. Para quem sustentava esse debate, existiam muitos projetos e atores que não apenas alienavam a perspectiva revolucionária da Extensão Popular em suas práticas, como também oprimiam e escanteavam aqueles que a defendiam no interior do movimento. Nessa direção, Sedruoslen Costa indicou esses princípios que julgava minoritários no debate da Anepop.

A Educação Popular só será popular quando se comprometer com a revolução, e não com a reforma! Por isso, acho muito perigoso tentarmos afastar a realidade de que o sistema capitalista não é compatível com a Educação Popular [. . .], pois a superação de um modelo econômico de produção para poucos é inconcebível com a causa popular! O método Paulo Freire é muito mais do que o amor cristão! O método Paulo Freire é muito mais do que letrar os analfabetos! A Educação Popular é a busca por um ideal de justiça. Justiça como somente aqueles que mais a valorizam,

por estarem usurpados delas todos os dias podem conceber e compreender. A Classe proletária, a classe oprimida!!! Ou seja, a proposta revolucionária de Freire foi deturpada, em sua aplicação nas universidades nesse período, extraindo de sua práxis viés revolucionário SOCIALISTA (Sedruoslen Costa, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 3-1-2008).

Embora concordassem com a necessidade de tornar mais densa a reflexão conjuntural no interior da Anepop e a premência de discutir sobre o caráter político-transformador e revolucionário da Extensão Popular, muitos se preocuparam com o tom generalizante de falas como essa (Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-6-2009):

Concordo [. . .] sobre a preocupação com o fundamentalismo. Fundamentalismo em qualquer campo é mesmo algo para ser criticado, e não, apoiado. Verdades absolutas também. Até porque verdades absolutas não são necessariamente verdades. Verdade pode ser só para alguns, e não, uma referência para muitos.

Por isso, visando trazer essa e outras críticas para o nível do aprendizado coletivo e do amadurecimento político e pedagógico do movimento como um todo, houve reações na lista de pessoas que tentaram relativizar o dogmatismo com o qual muitas opiniões chegavam à lista.

Penso que a realidade que devemos ter noção é que existe no mundo algo mais complexo do que capitalismo OU socialismo E direita OU esquerda. Já passamos dessa fase de dicotomias há um bom tempo. É tempo de aceitar que outros mundos feitos de E e não de OUs são mais presentes

(Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 2-1-2008).

Precisamos (especialmente no trabalho de Educação Popular) estar abertos a compreender as diversas realidades, correntes, pensamentos e possibilidades que o mundo hoje tem apresentado. Acho que não vivemos mais no mundo dos Ous [. . .]. Acho que essa visão dos OUs dificulta muito nas disputas político-educativas [. . .]. Ficar preso a dicotomias e conceitos muito “pré-moldados” não contribui para o crescimento da gente e das nossas lutas. Precisamos exercitar a leitura do mundo, das ações das pessoas, de suas motivações, contradições. E na dialética (aí vem Marx) e na percepção (desvelamento) da realidade social, poderemos construir avanços (Pedro Cruz, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 2-1-2008).

Tais tentativas acentuaram ainda mais a discussão das ideias, num debate intenso entre duas percepções distintas de enxergar a Extensão Popular: um grupo que defendia a ênfase nas conjunturas e no caráter transformador; e outro grupo que dava maior ênfase ao desenvolvimento cotidiano do movimento, à importância das pequenas experiências e à diversidade de caminhos e perspectivas da Extensão Popular. O debate seguiu com a intensificação de defesas e de argumentos em prol de uma visão específica e pouco contemplou o efetivo diálogo, o qual pressupõe também a assunção de que há lacunas e inconclusões nas visões de mundo e pode-se aprender com o outro. Assim, a intensidade desses diálogos acabou não revelando a intensidade de aprendizados, mas a disputa por visões, o que provocou um clima de oposição no interior do movimento. Até os que tentavam estimular o diálogo acabavam defendendo uma posição em detrimento da outra, e desqualificações começavam a predominar.

Por tudo isso, membros dessas diferentes correntes do movimento começaram a se sentir magoados. Para aqueles que enfatizavam a perspectiva radical com ênfase diretiva na transformação social, as ações da Anepop careciam de mais lutas na tradição de organizar os movimentos sociais. Contudo, reclamavam de que suas propostas e suas falas eram ignoradas pela maioria do movimento, especialmente um setor dominante que “negaria” essa ênfase de luta. De todo modo, muitos atores importantes, muitas vezes, sentiam-se magoados por interpretarem que suas iniciativas eram pouco valorizadas. O depoimento a seguir ilustra isso:

[. . .] existe sim uma corrente que não data de hoje, que tem lutado para “apagar” da educação e Extensão Popular o viés revolucionário dessa, em detrimento de uma reformista! Assim se aliena o marxismo e as teorias revolucionárias da práxis da Educação Popular. E assim, se forma uma referência de educação reformista (Sedruoslen Costa, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 8-1-2008).

Por outro lado, a agressividade que preenchia o tom de muitas críticas de quem defendia essas visões anteriores também causava muitos desconfortos para uma grande parte dos membros da Articulação. O problema estava na repetição de posições generalizantes por grande parte dos que defendiam uma dimensão de luta transformadora. Sua ênfase estava em rotular as práticas de Extensão Popular e suas metodologias por concordar com os escritos dos livros de Marx, Freire, entre outros, o que dificultava a aglutinação e o fortalecimento de uma unidade na diversidade do movimento, pois dividiam e esfacelavam, visto que a agressividade de muitas falas gerava mágoas e alimentava discórdias entre os membros da Anepop. Muitas vezes, desqualificando alguns dos trabalhos de Extensão Popular de mais destaque na Anepop, muitos companheiros de movimento acabavam deixando

novas pessoas pouco à vontade para serem acolhidas e participar. Muitos recém-chegados no movimento, que pouco conheciam ou tinham experiência na vocação mais transformadora da Extensão Popular, espantavam-se com o tom autoritário com o qual muitos defendiam a Extensão Popular. A maioria dos membros da Articulação ainda estava engatinhando em práticas e experiências pelas quais tinham curiosidade e ansiavam que fossem mudadas na direção da Educação Popular. Assim, a vocação da Anepop sempre esteve voltada para o acolhimento das mais diversas experiências com os mais diferentes vínculos com a Educação Popular, com o intuito de acolhê-las, ressignificá-las e fortalecê-las constantemente na direção dos princípios mais caros da Educação Popular, mesmo que não trabalhados explicita e abertamente desde a origem das experiências em foco. Como demonstram seu nascimento e criação, a Anepop instiga a capacidade de se ler criticamente a realidade e engendrar o diálogo das experiências, por mais diversas que sejam, tendo como fio condutor comum a Educação Popular. Por essa vocação, a ênfase na rotulação de “quem é” e “quem não é” ou quem faz mais ou melhor nunca existiu. A crítica e a disposição em rediscutir as experiências rumo a seu avanço e qualificação nunca encaminharam à divisão e à discórdia no movimento. Ao contrário, sempre houve tentativas no interior do movimento de se evitar que a diferença esfacelasse o movimento.

[. . .] acredito que o diálogo é uma estratégia interessante para a construção da extensão popular. E quem deseja fazer extensão popular, precisa antes de qualquer coisa, aprender a dialogar, conviver com respeito com as diferenças (Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 16-6-2009).

A diferença deveria ser algo que trouxesse aprendizados e novas perspectivas, e não, motivo para julgar quem poderia ou

não estar no movimento, muito menos direcionar somente dessa ou daquela forma o movimento. Como se viu inicialmente, no caso dos editais, por mais que algumas pessoas tivessem no começo posições contrastantes quanto à postura em relação à política de editais, desenhava-se um consenso de que, em meio às diferenças de posições, o movimento engendrara uma postura crítica da Anepop e propostas concretas suas para mudar o quadro político da extensão nacional. No entanto, a ênfase repetitiva em valorizar somente o conflito de ideias impediu que o movimento de rediscussão fosse iniciado.

Quando esse entrave começou a se acentuar, muitos tentaram resgatar a continuidade da construção coletiva dentro do grupo e o respeito às opiniões diferentes, como ilustrado na proposta apresentada por Eymard Vasconcelos, na lista de discussão, em 23-6-2009:

[. . .] desculpem se eu não explicitiei de forma clara e justa algumas das ideias que vocês trouxeram para o debate. Tentei, mas sou limitado. O importante é dizer que não quero continuar a polêmica. Gostaria que superássemos as tensões aqui nessa lista. O iluminismo e a modernidade trouxeram uma ênfase muito grande na racionalidade e desvalorizaram a dimensão afetiva. Mas está claro para mim (e acho que essa é uma das bases da metodologia da Educação Popular) que apenas o debate das ideias, sem acolhimento carinhoso com o interlocutor, é altamente improdutivo no processo educativo e na construção política. Estamos em uma comunidade de parceiros em busca dos melhores caminhos da relação com o mundo popular. Os caminhos não estão todos dados. É natural que haja divergências e diferentes ênfases. Mas, antes de tudo, somos parceiros. Não vamos deixar acontecer em nosso movimento o que vem acontecendo em grande parte do movimento estudantil, em que as tensões constantes e os enfrentamentos

têm espantado a maioria dos estudantes de suas atividades (Eymard Vasconcelos, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 23-6-2009).

Nos dias de hoje, mesmo em face dos desentendimentos e das agressões decorridas, podemos perceber que o conflito, efetivamente, desempenha papel singular para o desenvolvimento e o avanço histórico do movimento. Mesmo que muitos não reconheçam, a discussão em foco, por exemplo, permitiu fazer com que os partidários das mais diferentes opiniões aprendessem uns com os outros, desde que (evidentemente) estivessem abertos a isso. Ao olhar para trás e analisar esses debates, retirando-se as agressões pessoais e as tentativas de legitimar uma visão única ou uma Extensão Popular supostamente “autêntica”, predominou a defesa de enfoques distintos para uma mesma ação — a Extensão Popular. Então, considerar esses enfoques diferentes e o que eles podem ensinar a quem não os trabalha cotidianamente pode mesmo ajudar no avanço e na qualificação constante das ações de Extensão Popular. A meu ver, algumas falas contribuíram para isso. Para quem acredita no enfoque mais conjuntural, pode aprender com as microrrevoluções, com o respeito às subjetividades, com a atuação amorosa, com a necessária relativização das coisas e através do cuidado com o discurso muito generalizante, que pouco se espelha na prática, o que é ilustrado nas falas seguintes:

Não acho que ações pontuais sejam “apenas” ou “tão somente”. . . acho que se todos fizessem “só” isso, mesmo que de forma alienada (ai, mais tomates!!!), porém contínua e engajadamente, já teríamos muito! (por favor, entendam, não defendo a alienação!) Isso porque nos falta “gente que faça” e nos sobra “gente que fala”, esses últimos, inclusive de forma consciente (e principalmente. . .). Também acho que ações pontuais podem ser, sim, revolucionárias, calcadas na reflexão histórica (micro e macro, ambas

são essenciais!), na indignação e na clareza do processo em que vivemos e somos deglutidos, mastigados e cuspidos. . . Para mim, são dez anos de periferia urbana, de ações locais conscientes (às vezes, nem tanto, confesso. . . foi feito “só” por paixão. . .), microintervensões que valeram uma vida e, de alguma forma, fizeram uma pequena história e uma pequena revolução. Mas é a minha forma de ver o mundo e o meu cotidiano sem bandeiras. Todos podem discordar, remendar, opinar, mas cuidado ao classificar e generalizar! (Amélia Mano, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 8-1-2008).

Acredito também, que precisamos recorrer a outros teóricos dissidentes da economia, filosofia, antropologia, sociologia e psicologia para fazermos uma análise mais aprofundada sobre a questão da luta pela transformação social. E, além disso, observarmos o movimento concreto da nossa história de luta contra os malefícios do capitalismo. Desse modo, observarmos o que conseguimos e perguntarmos: em que avançamos? o que ainda queremos? o que estamos fazendo e podemos ainda fazer? Minha preocupação é de ficarmos só no plano das ideias (intelectualidade dogmática) e nos distanciemos do concreto, do que aponta a história, sem refletirmos sobre o que vem acontecendo a nível global. Cuidemos para não continuarmos cometendo os mesmos equívocos históricos de nossa esquerda radical. Já vimos, que não deu certo. Que esse debate possa contribuir concretamente para os reais propósitos da Extensão Popular e não fique apenas no blá-blá-blá (Marisia Oliveira, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 15-1-2008).

Quem acredita no enfoque mais microestrutural, humanístico e processual da Extensão Popular deve aprender com a

constante insatisfação com as macroconjunturas e a necessidade de se trabalhar pedagogicamente a intencionalidade política transformadora e o sistema social e econômico onde nos encontramos e analisar como a Educação Popular se interpõe como um caminho de transformação social, assim como saber que transformação é essa e que sociedade nova é essa que queremos construir. Os depoimentos que seguem ilustram concretamente o que podemos aprender com tais ênfases:

Se não nos esforçamos numa compreensão histórica de nossas vidas/sociedades, nos perdemos num ativismo humanitário. Ativismo esse, que devido às nossas influências do nosso tempo, se perdem num bem-feitorismo ou reformismo, porque ao não conseguirmos enxergar o processo pelo qual chegamos aonde estamos hoje, vamos sim, nos indignar com as condições de opressão que vemos ao nosso redor, mas apenas conseguiremos fazer ações pontuais, numa falta de perspectiva para a raiz do problema. Precisamos ser radicais! Dentro dessa radicalidade poderemos, enfim, compreender a diferença que há entre classes e segmentos. E dentro dessa compreensão poderemos optar pela utilização da Educação Popular e da Extensão Popular como instrumentos políticos de transformação (Sedruoslen Costa, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 8-1-2008).

Depois de um certo tempo de militância e de alguns erros que cometi nessa caminhada, percebo que a dimensão de um projeto político popular, de opção pelos oprimidos, de reconhecimento da dimensão política na práxis extensionista e de que o diálogo freiriano nunca negou nem nunca negará o conflito político de classe, me aproximam muito de Marx e dos Marxistas — sem no entanto, cair nos dogmatismos e ortodoxias tão caras a alguns companheiros de

luta, que ao invés de entender o marxismo como um guia de ação (e por isso mesmo, segue a dimensão histórica, dialética, é um método aberto, não inexorável, assim como a Educação Popular é), veem-no como uma Bíblia intocável (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 13-1-2008).

A Extensão Popular, enxergando-se revolucionária, precisa estudar, formar-se para contribuir com uma revolução. Estudar como romper, como transformar. E, a mim, parece que temos um problema, por opção político-ideológica ou por conta de uma formação política que muitas vezes é pouco trabalhada no espaço da extensão, para analisar conjuntura; definir estratégia política; ir além da questão local; e, principalmente, para perceber que existem espaços centrais de disputa, focos de enfrentamento e razões estruturais para a opressão em nossa realidade. há uma demasiada dispersão da leitura de mundo que é feita, que pode levar a um trabalho ativista, em última análise, por se perder em si mesmo, esquecer-se de um mundo que o engloba. Os dois pontos que queria colocar são esses: não permitirmos que nosso trabalho se perca em si, sem uma visão de todo, de conjuntura e de estratégia, sobretudo pela carência de um aprofundamento político (a formação dos militantes é um problema recorrente no espaço da Extensão Popular); a percepção de que nosso trabalho toma um lado em uma disputa política, e política, ao menos em uma sociedade desigual como a nossa, se faz com luta, com confronto, com disputa de hegemonia, que exige ligação do local com o global. essa realidade nos obriga a fazer cortes, sobretudo políticos, a partir dessa tomada de lado. Estamos ao lado de quem quer o diálogo, não ao lado de quem oprime (Thiago Arruda, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 14-1-2008).

Há de se ressaltar que o conflito ensina que é preciso, para ser mais, saber mais e fazer mais, conceber nossa inconclusão no mundo e, aceitando-a, procurar exercitar a escuta sensível e compreender a fala dos outros como ensinamentos e novas sabedorias. No contexto do movimento de Extensão Popular, a insistência em fazer do conflito a disputa entre correntes, sem abrir mão de conceitos e sem se dispor ao aprendizado mútuo é cair em relativismos e generalizações pouco produtivas para o avanço crítico e histórico da Extensão Popular. Felipe Ximenes (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 24-6-2009) traz uma análise preciosa do papel dessas diferentes correntes e sua necessidade histórica de manter um diálogo ativo e respeitoso:

[. . .] o movimento estudantil popular [. . .] não deve ser encarado como “o tenso”, enquanto o de Extensão Popular é “o fraterno e amoroso”. Apenas, os remanescentes de cada um dos dois guardam certas características, fruto de seu surgimento a partir de tradições diferentes: uma focando seu trabalho mais na objetividade e na matriz dialética, outro focando-se mais na valorização da subjetividade e na lógica solidária do viver. Então, ainda espero o tempo em que não mais diferenciaremos movimento estudantil popular e movimento de Extensão Popular, mas apenas lugares distintos de uma atuação momentânea. Um movimento estudantil popular que interage nas comunidades e, assim, não pode deixar de ser Extensionista, e um movimento de Extensão Popular que não pode deixar de se fundir ao movimento estudantil popular. Todos Educadores Populares. Uns pertencentes à categoria estudantil, outros estudantes, docentes e técnico-administrativos. *O caminho às vezes diverso, mas o alvo o mesmo* (grifo do autor).

Assim, como resalta Eymard Vasconcelos, no trecho seguinte (em 23-6-2009), é imprescindível que a diferença não

divida, mas contribua com o avanço e o crescimento do movimento, mantendo-se o clima de respeito e de amorosidade cultivado desde a criação da Anepop, princípios dos quais não podemos abrir mão, mesmo considerando a essencialidade do conflito num movimento de Educação Popular.

Não há como nosso movimento não ser atravessado pelas posições diferentes como: muitas políticas do governo Lula merecem nossa participação e as políticas desse governo fazem parte de um jogo de legitimação do poder do capital e precisam ser rejeitadas. São duas posições que têm gente honesta e inteligente as defendendo. Podemos discuti-las aqui, mas é importante respeitar quem pensa diferente. Não só respeitar, mas continuar sendo amoroso com quem pensa diferente (Eymard Vasconcelos, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 23-6-2009).

Com experiências como essa, pudemos aprender na Anepop a importância singular do conflito num movimento permeado pela Educação Popular, pois o conflito, nessa perspectiva, não se traduz como desentendimentos e agressões. Desentendimentos e agressões são, na verdade, transgressões do conflito. Numa perspectiva de Educação Popular, o conflito é uma das bases mais elementares do diálogo, na medida em que explicita posições, opiniões, pensamentos e situações diferentes e permite seu confronto. A existência explícita de conflitos num movimento é sinal de sua abertura para a participação das diferentes pessoas e pensamentos em sua construção, bem como a ideia de unidade na diversidade. Estranho é, na perspectiva da Educação Popular, um movimento sem conflito, que vive em calma e harmonia absoluta. Certamente, o preço de tal calma é o silenciamento de muitas vozes e opiniões dissonantes. Nesse sentido, Carlos Silvan (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-6-2009) destaca que

[. . .] em todos os movimentos, existem contradições. Na Extensão Popular também. Inclusive, só dar para se construir o popular da extensão se reconhecemos essas contradições. O que me inspira é possibilidade de se fazer em movimento, nunca acabado.

Assim, implicar o conflito na construção do movimento é intensificar seu caráter participativo e constatar seu direcionamento (mesmo que tenso e atribulado) rumo à constituição de uma nova forma de compartilhar, produzir e difundir conhecimentos. Ao caracterizar o conhecimento, que denomina de conversitário na produção de conhecimentos emancipadores e nas vivências educativas participativas, Fleuri (2004, p. 39) enfatiza que a existência do conflito é necessária.

A conversidade constitui-se como um campo dinâmico, conflitual, imprevisível e incontrolável, justamente porque é um campo relacional, interativo e de luta. Nesse sentido, a crise — em sua dupla dimensão de potencialidade e risco, assim como em seus múltiplos significados de crítica-contestação, crítica-radicalidade, crítica-fluidez — é inerente ao conhecimento conversitário. Pois o reconhecimento recíproco entre os diferentes sujeitos, assim como entre seus respectivos saberes, não é dado: não é pressuposto, nem pode ser doado, mas é construído numa luta de vida e morte entre os sujeitos e projetos.

Assim, conflitos como os que existiram na história da Anepop configuram percursos significativos de uma luta em construção permanente. Para Souza (2006, p. 70), visando construir sua humanidade, os seres humanos produzem também os conflitos, as contradições, as desumanidades. Não é um processo sem dificuldades. No entanto, mesmo aceitando a imprevisibilidade e a instabilidade das relações humanas, é imprescindível

que esse confronto aconteça entre sujeitos, numa relação de respeito e de valorização política e humana mútua, que se concebem como inconclusos, em que se aceita a visão de mundo do outro como possibilidade de aprendizado e de ensinamento na própria visão. Há, assim, princípios éticos que regem o conflito na Educação Popular.

Temos, pois, que enfrentar os conflitos surgidos de forma positiva. Precisamos manejá-los de tal maneira que eles contribuam para nosso crescimento pessoal e coletivo. [. . .] Assim, torna-se menos difícil nossa construção de humanidade se cultivarmos os valores da solidariedade, da cooperação, do amor e da amizade, do respeito às diferenças, do diálogo, das relações democráticas e da justiça (Souza, 2006, p. 70).

Foi contrariando tais princípios que alguns dos membros da Anepop utilizaram o conflito para julgar pessoas e experiências, desqualificando-as com base apenas em seus saberes e pressupostos, como afirmou Carlos Silvan, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-6-2009:

[. . .] as reflexões assim feitas de maneira tensa, é muitas vezes doentia. Tensão se expressa de várias maneiras. Quando o debate passa a se sustentar na desqualificação do outro, parece-me também que tende a imaturidade e ao autoritarismo. E nisso não tem nada de popular, pelo menos se pensarmos que o popular em Freire carece do diálogo, da amorosidade, da reflexão da prática, da construção coletiva, etc., etc.

O conflito precisa ser permeado pelo respeito, pelo diálogo e pela amorosidade — os elementos mesmos da Educação Popular, pois ela não é apenas algo que se busca ou se reivindica no

movimento, mas deve ser a inspiração cotidiana das ações e intervenções de quem a prega. Evidentemente, os conflitos, não raras vezes, podem cair em atitudes erradas de interromper o diálogo, envolver a desqualificação e as ofensas. Afinal, somos humanos e inacabados. Porém a insistência de um grupo dentro da Anepop em não mudar o tom e não buscar a aproximação e o diálogo acabou, na maioria das vezes, propalando a desqualificação e a falta de respeito mútuo, até nos que mais as defendiam, num ponto onde só havia troca de farpas de ambas as partes e em que o aprendizado mútuo tornava-se impossibilitado. Nessa direção, Carlos Silvan (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-6-2009) adverte que

Uma articulação é sempre algo desafiador e exigente, e mesmo que dentro da articulação existam pensamentos e métodos diferentes e antagônicos, [é preciso que] o diálogo seja exercitado com respeito ao diferente e o respeito seja uma postura ética e política. Percebo muitas inadequações nessas conversações *on-line* sobre os editais de financiamento da extensão — o grande tema que no debate gerou conflito e tensão.

Essa experiência demonstrou a face mais exigente de um desafio existente não apenas na Anepop, mas também no interior da maioria dos movimentos sociais: cultivar novas sociabilidades, através das quais os indivíduos possam ir construindo, passo a passo, uma nova ética de viver e de conviver, e cuja inspiração maior se encontra com os princípios filosóficos da Educação Popular. Afinal, como conquistar uma vida em sociedade com mais dignidade, respeito e alteridade se, no interior do movimento, o que se semeia é desqualificação, desrespeito e autoritarismo? Nessa direção, a Educação Popular precisa ser constantemente reavivada em seus princípios no interior de movimentos como esse, sob pena de, em nome da “causa” ou dos

objetivos maiores do movimento, seus líderes recorreram a pedagogias antidialógicas e antiparticipativas. Com base em tal preocupação, Freire (1984, p. 59) afirmou:

Se os líderes revolucionários de todos os tempos afirmam a necessidade do convencimento das massas oprimidas para que aceitem a luta pela libertação. . . reconhecem implicitamente o sentido pedagógico dessa luta. Muitos, porém, talvez por preconceitos naturais e explicáveis contra a pedagogia, terminam usando, na sua ação, métodos que são empregados na educação que serve ao opressor. Negam a ação pedagógica no processo de libertação, mas usam a propaganda para convencer.

Nessa perspectiva, podemos destacar alguns dos princípios da Educação Popular sugeridos por Calado (2008, pp. 233-4), que, acredito, referem-se veementemente ao desafio de transpor a Educação Popular de uma reivindicação para um princípio ético relacional no interior do movimento, capaz de nos guiar até nos momentos necessários e imprescindíveis do conflito. Para o autor, uma Educação Popular

que seja capaz de despertar em seus protagonistas (individuais e coletivos) o sentido de sua incompletude, da sua *condição inconclusa*, o que, em vez de induzi-los a se renderem a um cômodo rótulo ontológico, propicia uma permanente *disposição de irem se tornando*;

que propicie aos seus participantes o permanente aprimoramento de sua capacidade perceptiva, ajudando-os a ver, a ouvir, a sentir, a intuir mais e melhor o que, ou antes não conseguiam, ou só conseguiam de forma muito fragmentária e descontínua;

que lhes propicie o empenho em *criar e assegurar condições favoráveis de uma sociabilidade alternativa*, articulando-se adequadamente macro e microrrelações, por meio do *incessante esforço (individual e coletivo) de apostar mais em atitudes do que em atos libertários isolados*, ainda que esses também sejam bem-vindos;

que aposte numa *formação omnilateral* que favoreça o desenvolvimento de todas as potencialidades e dimensões de Ser Humano (subjetivas, biopsicossociais, de Trabalhador/Trabalhadora, etária ou geracional, ecológica, de gênero, de etnia, ética, de espacialidade, de sua relação com o Sagrado. . .

Essa discussão também revelou que o grupo que mais acentuava as críticas, a tensão e as discordâncias em relação à Anepop era o que menos cuidava de sua organização estrutural e cotidiana. Trata-se de uma corrente do movimento, sempre presente, de atores muito preocupados com o debate de ideias e deveras habilidosos em discursos, mas que pouco se debruçam a pensar sobre como contribuir com a organização do movimento de forma democrática, solidária e inconformada, a fim de alcançar os objetivos almejados desde sua criação. A esse respeito, veja-se o que afirmou Amélia Mano (em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 6-1-2008):

[. . .] falando em discursos, entendo que eles podem ser extremamente enganadores, em nome de uma causa justa, sim, e com uma boa “referência bibliográfica”, mas eles não se valem e não se sustentam porque são frágeis perante a dilemas reais e urgentes. [. . .] a nossa discussão pode e deve sair da dicotomia sem ir ao extremo da relativização (por que tem que ser tudo ou nada?).

Para superar o que oprime e incomoda no movimento, há um desafio para todos e todas da Anepop: direcionar a avaliação crítica rumo a uma ação crítica e transformadora. A maioria das pessoas que acentuavam a desqualificação de companheiros e faziam críticas mais veementes à Anepop nunca participavam de sua construção cotidiana tampouco suas críticas se configuravam como caldo da construção coletiva do movimento. Em todo esse processo, testemunhou-se a atuação de membros do movimento insatisfeitos e inconformados, que não sabiam ou não queriam transformar essas insatisfações em construções coletivas de avanço e qualificação do movimento como um todo. Avalio que muita gente reclama, mas não constrói. Naquele momento dos debates era — e hoje ainda é — imprescindível ao movimento que todas e todos que fazem essas avaliações críticas também participassem da organização do movimento de Extensão Popular. Pautas como essas podem (e devem) ser aprimoradas e encaminhadas, porquanto o movimento está pedindo por isso — por pessoas dispostas a trabalharem por ele, com ele e pela Extensão Popular. Contudo, houve aqueles que transformaram suas críticas e insatisfações em contribuições importantíssimas para as ações do movimento e o sentir-pensar-agir de todos os membros da Articulação.

Cumpramos ressaltar que, em sua história, a Anepop contou com a participação ativa de diversos sujeitos que, por mais que suas opiniões fossem dissonantes de outros companheiros de movimento ou elaborassem críticas à forma de conduzir a Articulação, faziam-no de maneira respeitosa, incluindo temas como pautas de diálogo e construção de ações próprias do movimento. Foi com essas participações que sentimos a força pedagógica e transformadora do conflito no interior do movimento de Extensão Popular, numa dimensão de construção coletiva, amorosa e libertária de inéditos viáveis.

**Dois anos de vida e um processo de renovação:
a saída de alguns, o novo papel de outros
e a chegada de novos integrantes**

A partir de 2008, muitos dos atores que iniciaram a Anepop e ajudaram a construir seus primeiros passos começaram a deixar o movimento. Na maioria dos casos, foram estudantes que ingressavam nos estágios curriculares finais do curso ou mesmo os que acabavam de concluir a graduação e precisavam de emprego para começar a ganhar a vida. Para muitos, a militância no Movimento de Extensão Popular acabava junto com seu curso de graduação e sua participação no projeto de extensão. Assim, muitos quadros importantes do movimento deixaram o cotidiano de promoção de ações e de condução da Articulação. No entanto, precisamos destacar que alguns deles permaneceram cadastrados na lista de discussão, não apenas acompanhando as discussões, mas também trazendo argumentos, propostas e perspectivas para a caminhada da Anepop, mesmo sem estar diretamente ligados às ações desenvolvidas e sem poder assumir tarefas muito grandes, em virtude dos seus trabalhos, e atentamente vinculados à dinâmica do movimento, participando de reuniões virtuais e até de eventos presenciais. E mesmo depois de formadas, algumas das lideranças da Coordenação Nacional da Articulação permaneceram à frente da condução do movimento, pois foram encontrando frestas para incluir o trabalho da Articulação como parte do desenvolvimento de seu próprio trabalho. De uma maneira ou de outra, depois que concluíram o curso, foram reencontrando-se com a Extensão Popular, de modo mais intenso ou, até mais precário, dependendo do lugar onde estivessem. Alguns casos ilustram concretamente isso.

Como já detalhado no capítulo inicial desta obra, quando concluí o curso, iniciei outra experiência de Extensão Popular, juntamente com uma professora e diversos estudantes do Curso

de Nutrição da UFPB. Pouco tempo depois, ingressei no Mestrado em Educação da UFPB e continuei estudando a Extensão Popular. Marcos Vasconcelos foi aprovado na Residência de Medicina da Família e Comunidade do Complexo Hospitalar da Conceição, em Porto Alegre (RS), onde qualificou as iniciativas de vínculo e a articulação do serviço de saúde com as práticas de ensino por meio dos princípios da Extensão Popular. Murilo Marcos, logo que se formou, seguiu para a cidade de Santa Rosa de Lima, a fim de trabalhar como médico da família e cooperar para a estruturação da política municipal de saúde. No entanto, sua comunicação permanente com outras experiências, por meio da Anepop, continuou a ser decisiva para fortalecer suas iniciativas municipais. Mesmo envolto por um cotidiano difícil e repleto de atribuições, sua ida aos encontros presenciais e a discussão da Anepop continuaram a fazer parte de seu trabalho, pois alimentava e estimulava seu desenvolvimento, além de permitir continuar socializando seus esforços municipais com companheiros de outras experiências pelo Brasil.

Dados esses exemplos, percebemos que a Anepop foi ampliando-se como rede, à medida que seus fundadores saíam do papel de “estudantes universitários”, mas persistiam em seu cultivo e desenvolvimento, encontrando outras formas de participar e contribuir, bem como atribuindo outras significações àquela rede. A Anepop não servia apenas para a militância estudantil, mas (como vimos nos exemplos) também era local de estudo científico e de se repensar a pós-graduação, visando aprimorar as formas de comunicação entre ensino e serviço de saúde e alimentar e dar força (por meio das trocas de experiências) para aqueles que se formam e procuram maneiras dialógicas de conduzir seus trabalhos sociais em espaços ainda sem tradição no campo da Educação Popular. Dessa forma, esses atores não apenas encontraram novas formas de participar e de significar a Articulação como também continuaram ativamente inseridos na condução do movimento.

Em contrapartida, um problema considerável não deixava de pairar em minha cabeça e na dos meus companheiros: a renovação do movimento. Ora, mesmo alguns de nós continuando vinculados ao movimento, era imprescindível cuidar do acolhimento de novos integrantes, especialmente dos que compõem a base sustentadora do movimento: os estudantes. Nesse primeiro período de êxodo para alguns e mudança de papéis para outros, era muito tímida a inserção de novos estudantes. Um fato que contribuiu para isso foi a ínfima quantidade de eventos nacionais e regionais que ocorreram nesse período, levando um número significativo de novos extensionistas populares a não terem em bom número a experiência fundante da Anepop: o encontro entre diferentes experiências.

Para enfrentar esse período, alguns de nós buscamos criar outras oportunidades de encontro entre os extensionistas. Entre elas, merece destaque a criação do Curso de Extensão Popular (Cexpop) na UFPB, que visava intensificar não apenas o encontro, mas também o debate teórico acerca da Extensão Popular e a formação crítica de seus atores. A partir do Curso, conseguimos reunir um número significativo de estudantes de Extensão Popular da UFPB e reacender os espaços de interlocução e de debate crítico em torno do tema, ao menos no espaço local, não sem dificuldades. Infelizmente, a coordenação do curso (da qual participei) optou por uma linha muito dura de acompanhamento e avaliação, exigindo leituras sistemáticas dos extensionistas e fichamentos críticos, o que acarretou a saída de muitos deles no decorrer do curso, tendo em vista a grande carga horária que já haviam acumulado em aulas de seus cursos. Acredito que fomos pouco estratégicos. O Curso poderia ter sido mais leve e ter propiciado a continuidade da participação das pessoas, provocando mais encontros e trocas de experiências entre elas.

No final do Curso, deparamo-nos com o início das mobilizações para o 4.º CBEU, que havia sido, naquele momento, oficialmente estabelecido com sede na Universidade Federal da

Grande Dourados (UFGD) (MS). Mas, como mobilizar para esse próximo CBEU com um período de tão pouca participação e com tanta dificuldade de renovar os quadros da Anepop? A energia de indignação, inquietação e incômodo que pairava antes do 3.º CBEU e estimulou todo um processo de mobilização coletiva para a construção de uma Tenda Paulo Freire não mais existia ou estava silenciada. A Anepop parecia muito bem estabelecida e até reconhecida em diversos encontros. Definitivamente, tínhamos em mãos outro processo e um novo momento no 4.º CBEU, em que persistia o desafio de continuar as ações da Anepop com um público que não havia participado de sua fundação e não tinha sentido na pele os incômodos que a motivaram surgir.

Nesse momento, decorreu um processo bastante especial e desafiador para minha vida e minha atuação no movimento. Naquele período, grande parte dos membros da Coordenação Nacional da Anepop havia-se formado (assim como eu) e, aos poucos, foram deixando de participar mais cotidianamente do movimento e do acompanhamento de suas discussões. Às vésperas do 4.º CBEU, vi-me praticamente sozinho na coordenação nacional do movimento, com o desafio de estimular a garantia de espaços de diálogo, articulação e mobilização no CBEU e, ao mesmo tempo, estimular a participação de novos atores no processo, para fazê-lo participativo de fato.

Considerando essa situação da Coordenação Nacional e o pouco que se discutia sobre o CBEU na lista de discussão, meu dilema principal era de não conduzir todo o processo sozinho. Ora, aquele período que antecedia o CBEU me trazia o mesmo brilho de olhos e os mesmos sonhos que tive no CBEU anterior. Foram muitas as ocasiões em que, diante da falta de dinâmica na lista de discussão, tive vontade de articular tudo sozinho, construir a Tenda, propor as mesas-redondas e garantir os vários espaços. Mas eu não poderia fazer aquilo. A Anepop era muito maior e mais forte do que eu sozinho. Por isso, inicialmente,

pensei em duas possibilidades. A primeira, que descartei depois, seria de não tomar nenhuma atitude, deixar ver o quanto o movimento, naturalmente e sem minha interferência, poderia mobilizar-se com vistas ao CBEU. O que ocorreria? De repente, a ausência da Tenda Paulo Freire e de espaços próprios estimularia os novos extensionistas populares a reanimarem a Articulação. No entanto, optei por uma segunda alternativa, que foi garantir os espaços por meio da negociação direta com a organização do evento e estimular, de todas as maneiras possíveis, a participação dos novos extensionistas no processo de construção coletiva das ações. Ou seja, de um lado, eu resolvi enfrentar a morosidade aparente do movimento e insisti, mais uma vez, em sua capacidade de construção coletiva e sua vocação pedagógica; de outro, procurei pactuar com a organização o estabelecimento de espaços para a Extensão Popular no local do evento, para continuar a garantir a visibilidade política obtida no CBEU anterior e os espaços já organizados e estruturados onde os novos extensionistas pudessem desenvolver suas ações e sentir-se mais acolhidos para participar e criar.

Tomada essa decisão, o processo de persistência em mobilização teve início. Inicialmente, buscamos parcerias para ajudar a compor uma Comissão Local da Anepop no evento, tendo em vista não haver, naquele período, estudantes e professores em Dourados já vinculados ao movimento. Foi então que, através da Aneps e da Rede de Educação Popular e Saúde, conhecemos duas importantes apoiadoras locais: Marisa Bento, ligada ao Movimento Popular de Saúde local, e Cibele, professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, que tinha conhecido o Projeto de Extensão Popular “Educação Popular e Atenção à Saúde da Família” da UFPB. Contudo, Marisa e Cibele tinham pouco apoio em Dourados para coordenar a construção das ações da Anepop no CBEU. Não havia um movimento local organizado disposto a articular isso. Seu apoio foi fundamental, mas sua capacidade de coordenar a programação geral e de promover

uma mobilização nacional, como feito antes em Florianópolis, mostrou-se significativamente reduzida. Nesse sentido, considerando essa e outras dificuldades, especialmente a de criar e encaminhar propostas pela lista de discussão, iniciamos um processo de mobilização interno à UFPB, com reuniões semanais, que eram, obrigatoriamente, socializadas na lista nacional e repercutidas em reuniões virtuais também semanais. Assim, o Movimento Extensionista da Paraíba ajudava a provocar o debate dando o pontapé inicial nas propostas. Nessas condições, começaram a surgir militantes de outras localidades do País. Aparentemente, existiam muitas pessoas jovens no movimento e que se sentiam acanhadas para formular propostas e encaminhar suas sugestões. À proporção que as reuniões da Paraíba geravam propostas mais concretas, muitas novas pessoas sentiam-se à vontade para se chegar, opinar e, até, criticar. Com esse processo, foi sendo construída a participação da Anepop no 4.º CBEU, em moldes organizativos bem semelhantes aos do 3.º CBEU — com uma comissão (nesse caso, foi a Paraíba, e não, o Comitê do Local) que tomou a frente das proposições e da organização pedagógica das ações, socializadas nacionalmente pela lista e deliberadas somente em reunião virtual nacional.

Nesse processo, conforme se aproximava a data de realização do CBEU, crescia o número de pessoas participando do processo de mobilização e construção da Tenda. Começavam a tomar forma caras, bocas, jeitos, cor, cheiro e voz de gente dessa nova geração do Movimento de Extensão Popular. Assim como em outros momentos, pessoas preponderantemente vinculadas a práticas de Extensão Popular, em todo o País, incluindo, agora, egressos da Jornada Nacional de Extensão Universitária (Jornexu), em sua retomada em 2006, e do Projeto Saruê, da UFPB, bem como do Projeto da Ilha de Deus, em Recife (PE), e de muitos novos estudantes do Núcleo de Educação Popular em Saúde do Rio Grande (RS).

Assim, chegamos ao segundo CBEU na história, realizado com a Tenda Paulo Freire, e mesas-redondas organizadas pelo

Movimento nacional de Extensão Popular. Nas várias rodas de conversa, místicas e dinâmicas que já são características próprias da Tenda, revelaram-se novas dimensões do Movimento de Extensão Popular nessa grande plenária da Anepop. A cultura se fortaleceu como uma dimensão singular do Movimento nacional de Extensão Popular, que se concretizou não como um apêndice das discussões políticas (as clássicas “apresentações culturais”), mas se propôs a constituir outra linguagem para qualificar a comunicação e o debate político, engendrando reflexões críticas sobre a Extensão Popular e seu movimento através da poética. Por isso, a Tenda esteve imersa em cultura, expressões artísticas e criativas, em diversos momentos, o que foi trazido por muitos extensionistas que trabalham isso em seus projetos e foram pintando os debates e as reuniões da Anepop no CBEU com essa dimensão, fomentando o fortalecimento do trabalho por meio da multiculturalidade, da dialogicidade, da subjetividade e da amorosidade.



Fotografia 12. Reunião da Anepop com membros do Forproex durante o 4.º CBEU em Dourados (MS), em abril de 2009, no *campus* da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

Para a evolução histórica da Anepop, esse CBEU foi exemplar e trouxe aprendizados singulares. Nessa Tenda, explicitou-se a participação ativa de um grupo de extensionistas defensores de um debate que foi trazido, nos primeiros anos da Anepop, por muitos dos seus membros mais ligados ao movimento estudantil, que reclamavam a necessidade de preponderar no movimento a vertente, segundo eles, mais radical, transformadora e revolucionária de Extensão Popular. Percebia-se que as diferentes correntes de Extensão Popular e percepções sobre como conduzir o movimento permaneciam em convívio no seio da Anepop, a qual foi muito fortalecida, pois defendida por muitos jovens integrantes do movimento. Contudo, assim como no CBEU anterior, foi muito bom notar o quanto essa convivência se demonstrou respeitosa e dialógica no transcorrer da organização das ações, num clima de companheirismo e de amizade. Era mesmo nos debates teórico-metodológicos sobre Extensão Popular e nas reuniões políticas sobre os rumos da Anepop que as diferenças evidentes apareciam.

Foi nessa ocasião, com essa nova geração, em que a Anepop teve seu logotipo construído e desenhado a partir do que seu autor (Diego Santos, do Rio Grande do Sul) sentiu nos diversos encontros, nas atividades coletivas e nas ações empreendidas na Tenda Paulo Freire no 4.º CBEU.

A agudização de algumas diferenças políticas e pedagógicas no movimento

De modo geral, muitas das críticas sobre a organização da Anepop provinham de participantes do movimento estudantil. Especialmente no período do 4.º CBEU, esse grupo passou a se fortalecer no seio do movimento, à medida que a Extensão Popular passava a ganhar força e mais visibilidade nos espaços do movimento estudantil. Assim, iam conformando mais um grupo

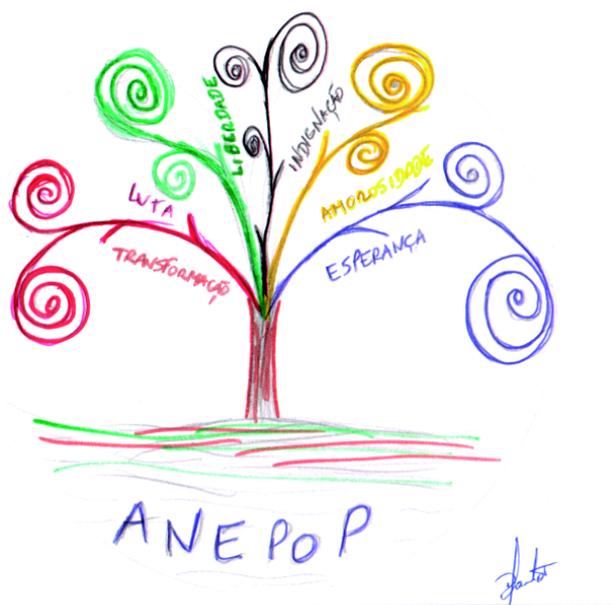


Figura 1. Logotipo da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop).

no conjunto de correntes e de grupos diversos pertencentes à Anepop, com pensamentos bem delineados e significativos, que constituíam verdadeiras contribuições com o movimento nos diversos debates e no processo como um todo. Nas várias falas, esses atores provocavam todo o movimento (em especial, os extensionistas mais jovens e pouco experientes no campo social) para repensar a intencionalidade política de suas práticas e a repercussão delas no projeto de transformação da sociedade. Ademais, conseguiam estimular todos a pensarem mais conjuntamente sobre a estrutura de tudo o que se debatia na Tenda, fosse a sociedade, a universidade ou o trabalho de cada um. Sua concepção de Educação Popular contribuía para amadurecer a visão de todos sobre a extensão universitária e os movimentos populares, nos direcionamentos para que as ações de Extensão Popular não ficassem presas apenas a práticas localizadas e pe-

quenas, mas que pensassem também sobre as estruturas maiores sociais, políticas, culturais e econômicas, que incomodavam e oprimiam.

Ressalte-se, no entanto, que há de se analisar o modo como, em muitos momentos, esses atores procuravam trazer suas contribuições. Imbuídos de uma concepção que intitulavam, em muitos momentos, de “popular revolucionária”, a paixão com a qual essas pessoas defendiam suas ideias conseguia, na maioria das vezes, atropelar muitas outras que pensavam diferente ou que (por pouca experiência na área) ainda não tinha maturado tais percepções. Assim, de repente, a ideia de extensão transformadora e revolucionária, com caráter eminentemente crítico e político, surgia na roda, não como algo a ser construído e fortalecido respeitando-se a diversidade das práticas, mas como uma imposição teórica: para ser popular, a extensão deveria ser “daquele” jeito que eles defendiam, de discutir sobre “aqueles” conceitos indicados e de envolver somente atividades e leituras coerentes com tais diretrizes. Esse “tinha de” acabava por agudizar um conflito pedagógico no movimento, pois outros grupos do movimento defendiam a construção mais processual das formações das pessoas e o respeito à diversidade de tempos e saberes no movimento. Assim, refutavam, veementemente, as tentativas de se querer, em nome da Educação Popular, obrigar as pessoas a pensarem de um jeito que não querem, não conseguem ou não estão no tempo de pensar.

Um exemplo concreto dessa situação ocorreu na primeira roda de conversa da Tenda Paulo Freire, onde atores de diversos projetos de extensão de Dourados, vinculados à Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (Uems) e à UFGD, foram convidados para apresentar suas experiências. Seria, de certo modo, uma cortesia do movimento nacional de Extensão Popular abrir as portas da Tenda para as práticas locais serem socializadas e discutidas. Evidentemente, considerando os poucos anos de extensão universitária na cidade e a discussão ainda tímida no

campo da Educação Popular, muitas das ações tinham limites metodológicos quanto ao caráter mais dialógico, comunitário e transformador da Extensão Popular. No entanto, no lugar de acolher esses atores com suas contradições e seus limites, trabalhando para estimulá-los a avançar e ser mais, um grupo de atores da Anepop decidiu colocar as pessoas na parede, desqualificando os trabalhos apresentados e acusando-as de não fazer Extensão Popular, questionando por que até aqueles trabalhos estavam sendo apresentados na Tenda Paulo Freire. Como resultado, houve poucas práticas de Dourados na Tenda nos dias seguintes, e as pessoas ficaram bastante magoadas com o modo como foram recebidas, sobretudo por sentirem que os críticos pouco tinham noção do trabalho hercúleo que era, naquela cidade, nem sequer ousar sair da Universidade e fazer extensão, mesmo que cheia de limitações.

Nesse CBEU, houve outras atitudes que demonstraram a incoerência da ênfase de alguns atores da Anepop em ser pouco acolhedores e muito exigentes com as experiências aí apresentadas, sempre lendo referências bibliográficas para legitimar suas exigências, como que dizendo não pertencerem ao movimento nem serem experiências legítimas de Extensão Popular as práticas e os pensamentos destoantes daquele texto. Nesse sentido, também criticavam as formas de organização e participação na Anepop, denunciando sua estrutura muito solta. Segundo esse grupo, a Anepop não poderia depender apenas da ação das pessoas que se dispusessem, mas precisava ter estruturas de ação política e organizativa predefinida. Uma Coordenação Nacional era muito pouco. Era preciso criar espaços políticos, cargos e outras comissões ou grupos de trabalho para se desenvolver uma estruturação política mais complexa e definida. Ademais, afirmavam que sentiam falta de definição política pela Anepop de conceitos e de princípios. Afinal, para essa Articulação, o que é popular? O que é Educação Popular? Que extensão é popular? Ou seja, estabelecer pressupostos e princípios orientadores de modo claro e estabelecido.

Foi dessa forma que esse grupo conseguiu posicionar-se com importância e participação ativa na Anepop e persistiu nos debates trazendo as importantes contribuições teóricas já citadas. A partir de então, esse grupo passou a participar ativamente das atividades da Anepop e vem ensaiando contribuições sobremaneira importantes, até mesmo reaproximando o movimento estudantil e o movimento nacional de Extensão Popular. Sua ênfase no discurso revolucionário e na crítica ao caráter organizativo solto da Anepop perdura e constitui hoje uma das principais vozes e forças do movimento.

Um novo momento originado depois do 4.º CBEU

Conforme era finalizado o 4.º CBEU, ficou evidente, em diversos momentos, a inquietação dos novos extensionistas populares em compreenderem seu papel na Anepop, conhecer sua história, seus propósitos e em que medida poderiam ou deveriam construir novas possibilidades. Isso demonstrou a lacuna que existia sobre o conhecimento e a identidade daquelas pessoas na Anepop, apesar de terem participado do processo de construção daquela Tenda. Era como se a Anepop fosse uma casa, e os extensionistas, as novas pessoas que fossem morar nela. Ao chegar dentro da casa, sentiram-se bem, mas não conheciam como ela havia sido levantada, como foi assentado cada tijolo, de onde veio o material de construção ou qual era a história daquela rua, da vizinhança, como era o clima naquela cidade onde estava a casa. Assim, foram sucessivas reuniões para discutir a história da Anepop, como nasceu, por que nasceu, entre outras coisas. Tanto para mim quanto para os antigos membros presentes naquele evento, ficava explicada a pouca mobilização existente antes do Congresso, pois a maioria dos estudantes não vivenciara as experiências como nós, fundadores do movimento, o que tinha motivado o nascimento da Anepop.

Assim, acabaram recebendo uma herança pouco conhecida e com pouco sentido para eles, pois, além de tudo, a Anepop é feita, principalmente, de vivências e sentimentos. Foram as vivências dos extensionistas com as injustiças da estrutura política da extensão universitária que fizeram a Anepop surgir. Foi seu sentimento de indignação e a decisão de compartilhar caminhos de enfrentamento coletivos que brotaram esse movimento. Por mais que fosse claro para aquelas novas pessoas a identidade comum que as ligava, era difícil sentir as provocações que alimentaram o nascimento e os primeiros passos da Anepop. Nesse momento, senti que talvez contribuisse mais com o movimento se não tivesse tomado a frente e conquistado a Tenda e as mesas-redondas. Talvez a falta de espaços para a Extensão Popular e a explicitação da morosidade do movimento fizessem os novos extensionistas compreenderem mais firmemente o sentido e as motivações mesmas da Anepop.

Nesse contexto, constatei a carência que persiste em processos de formação internos e próprios ao movimento, que não só priorizem o debate teórico sobre a Educação Popular e as metodologias da Extensão Popular, como também resgate a história do movimento nacional de Extensão Popular, explicita suas formas de organização, o desenvolvimento de suas ações e deixe os novos extensionistas à vontade para serem acolhidos e participar. Da mesma forma, ficou clara a premência de os projetos de Extensão Popular incluírem, no desenvolvimento de suas atividades, momentos de socialização da história da Anepop e, mais importante, de encontro entre diferentes extensionistas para trocar experiências e metodologias. Isso também é decisivo para promover e desenvolver o movimento de Extensão Popular.

No período anterior ao 4.º CBEU, um dos elementos que faltou no processo de mobilização foram os poucos momentos de encontro entre os extensionistas, como congressos regionais e nacionais, que intensificassem a reflexão e o debate a partir das

vivências extensionistas. No entanto, mesmo em face dessas dificuldades, o vínculo forjado entre os extensionistas recém-chegados e o acolhimento trazido pelos mais antigos geraram um forte sentimento de integração e de desejo coletivo de transformação, especialmente nos momentos finais do Congresso. Dia após dia, conversa após conversa, as pessoas foram se encontrando de fato, conhecendo-se e percebendo os desafios do movimento e qual era seu papel naquele contexto. Assim, intensificaram-se os debates sobre como continuaria organizada a Anepop em âmbito nacional, se haveria mudanças ou não. Muitas pessoas defenderam o estabelecimento de coordenações locais e regionais, bem como de comissões temáticas, trazendo uma estruturação mais definida e descentralizada ao movimento. Contudo, outras consideraram ser ainda cedo para que elas assumissem a condução de uma estrutura tão complexa e compartimentalizada. Entendia-se que não havia pessoas suficientes com disponibilidade e interesse para tocar as coordenações e essa estrutura. Decidiu-se por manter um grupo coordenador nacional, cuja denominação foi alterada para Coordenação Nacional para Núcleo Articulador Nacional, o qual deveria continuar a animar os debates e coordenar as ações.

A Anepop saiu do CBEU rejuvenescida, com novos extensionistas populares envolvidos em sua organização interna, com participação intensa de membros do movimento estudantil em sua construção e com o desafio de ajudar essas pessoas a atribuir sentido a sua participação no movimento e conseguir manter a mobilização conseguida durante o evento. Muitos desses novos atores seguiram ativamente participando dos encontros e dos espaços presenciais da Anepop, até contribuindo com a promoção do I Seminário Nacional da Anepop, promovido em Goiânia (GO), em julho de 2010, em parceria com a Aneps, na mesma ocasião do III Encontro Nacional da Aneps.

A construção coletiva de um livro

Em meados de 2007, uma sucessão de encontros nacionais favoreceu maior intensidade de comunicação entre os diversos extensionistas populares de todo o País, o que incrementou significativamente a demanda pela criação de espaços mais permanentes e sistemáticos para as trocas de experiências e as discussões metodológicas. Afinal, não era apenas a questão da defesa da Extensão Popular no cenário político da universidade que estava em jogo, mas o próprio fortalecimento das práticas em desenvolvimento e o subsídio às que estavam ainda germinando. Momentos como a Tenda Paulo Freire do 3.º CBEU, os Estágios Nacionais de Vivência e o Eneps acentuaram essa necessidade, apontando a premência de sistematização dos conhecimentos produzidos na Extensão Popular, como forma de alimentar o próprio movimento pelo contínuo abastecimento teórico-metodológico de suas práticas.

Foi enxergando essa dinâmica do movimento nacional de Extensão Popular que um grupo de extensionistas¹ da Universidade Federal da Paraíba decidiu organizar um livro de reflexões e vivências sobre Extensão Popular, escrito pelos membros da Anepop com base em suas experiências. Para tanto, inspiraram-se no modo como foi construído o livro *Perplexidade na Universidade: vivências nos cursos de saúde*, organizado por Eymard Vasconcelos, Lia Haikal Frota & Eduardo Simon, em que os relatos e os depoimentos pessoais de estudantes, professores e trabalhadores da saúde serviram de base para promover reflexões críticas sobre a formação universitária no campo da saúde. Assim, decidiram convocar os membros da Anepop para também socializar suas vivências, mediante relatos e depoimentos. Contudo,

1 Rodrigo de Souza, estudante do Curso de Fisioterapia na ocasião; Fernanda Gondim e Marcos Vasconcelos, estudantes do Curso de Medicina, e André Gomes, estudante de Psicologia.

ao contrário do livro da *Perplexidade*, o foco principal não estaria numa área em específico (como a saúde), mas, sobretudo, num campo de práticas e de experiências — a Extensão Popular.

Para dar início à organização da obra, socializou-se a proposta na lista de discussão de modo que se a discutisse e aperfeiçoasse no interior do movimento, bem como convidar extensionistas de outras instituições do País a também participarem dessa organização. A Comissão Organizadora do livro ficou composta por Fernanda Gondim e Marcos Vasconcelos (da comissão pioneira dessa iniciativa), além de Amélia Mano (médica do Grupo Hospitalar Conceição em Porto Alegre (RS) e ex-extensionista), Estela Vieira (odontóloga, mestranda da Universidade Federal de Minas Gerais), Murilo Leandro Marcos (estudante de Medicina e membro da Coordenação Nacional da Anepop), Humberto Góis (advogado e mestrando em Direitos Humanos pela Universidade Federal da Paraíba, mas residente em Aracaju (SE) e militante de movimentos populares locais) e Pedro Cruz (estudante de Nutrição e membro da Coordenação Nacional da Anepop). Assim, a organização desse livro conformou-se, desde o início, como um desafio imenso, considerando o desejo de todos de construí-lo de maneira participativa com tantas pessoas de diferentes localidades e realidades do País em sua organização direta.

Assim, dessa mesma forma, o livro foi organizado. Recebemos, inicialmente, cinquenta textos de todo o País, contemplando não apenas relatos e depoimentos pessoais, mas sistematizações de metodologias dos projetos de extensão e reflexões teóricas sobre a Extensão Popular, em textos com linguagens diversas, tanto em prosa quanto em versos, de autorias também diversificadas: desde membros de movimento populares até professores universitários, incluindo estudantes e técnicos universitários, além de trabalhadores sociais dos mais diversos campos, todos ex-estudantes de extensão ou em contato íntimo com essas práticas através de seus trabalhos cotidianos.

A partir de então, houve intenso processo de avaliação de todos os textos, cada um revisado por todos os organizadores, o que possibilitava conferir ao quadro geral de sugestões de revisão uma diversidade de pensamentos, culturas e ideias, subsidiando um verdadeiro arcabouço de críticas construtivas em cada texto. Inicialmente, alguns foram considerados pouco adequados à proposta do livro e foram retirados do processo, enquanto os demais foram devolvidos aos autores para a sucessão de novas correções e, com uma nova avaliação, decidir se ficariam no livro e, em caso positivo, de que maneira iriam configurar-se dentro da obra.

Precisamos destacar que não foi um trabalho fácil. Se, de um lado, a diversidade de atores envolvidos no processo de organização era bela e admirável, do ponto de vista pedagógico, foi pouco estratégica no processo objetivo da organização. Certamente, a distância entre os organizadores e seu contato exclusivamente virtual contribuíram para problemas recorrentes de comunicação, um tímido cumprimento dos prazos coletivamente estabelecidos e um decorrente atraso geral no processo de revisão, reenvio e reavaliação dos textos. Por isso, esse processo demorou quase dois anos para ser concluído. Atualmente, o livro está organizado com uma definição de sua estrutura geral e todos os seus textos finalizados, após sucessivas revisões. Os organizadores aguardam apenas o tratamento do material para envio à gráfica para impressão, intitulado o livro de *Extensão Popular — vivências e reflexões para a reinvenção da universidade*.

A mística e a confraternização como impulsionadoras do movimento

Durante toda a caminhada da construção e do desenvolvimento da Anepop, a confraternização, os laços de amizade, o cuidado carinhoso com os companheiros e a mística do movimento constituíram elementos pedagógicos e políticos essenciais, sem os quais

talvez muito do que fizemos não pudesse ter sido sequer sonhado. Ao participar de um movimento como a Anepop, vamos aprendendo, na prática, que a Educação Popular não é apenas uma identidade ideológica, mas é um símbolo fraterno que une e incentiva os que a seguem de maneira autêntica a acolher e a proteger os colegas. Em todas essas andanças pelo Brasil, nos vários congressos e eventos, era impressionante notar o quanto, em cada cidade, os parceiros de movimento que aí moravam sempre encontravam formas solidárias de acolher e aconchegar os companheiros de fora. Eram colchonetes e redes para dormir, dinheiro partilhado para fazer compras e colaborar com a manutenção da casa, sem contar as muitas orientações de como se deslocar dentro da cidade. A fortaleza pedagógica de tais atitudes encontrava-se no fato de as pessoas não serem obrigadas a fazer tais gestos nem a acolher ninguém. Cada uma, a seu jeito e com seus limites, voluntariamente dispunha-se a acolher os companheiros e garantir, com carinho, que se sentissem bem numa cidade estranha. Era mesmo o vínculo que a Educação Popular ajudava a criar entre aqueles sujeitos, incentivando a realização imediata de uma nova sociabilidade e jeito de conviver em coletivo.

Na mesma medida, esses encontros entre os extensionistas eram sempre marcados pela alegria e pela celebração. Mesmo depois de longos dias de trabalho, correria e dedicação à construção das ações, as noites eram de lual, de música, de poesia, de dança, de conversas descontraídas e de brincadeiras. Muitas vezes, era nessas ocasiões quando se podia refletir, mais sossegada e abertamente, sobre alguns nós críticos do movimento, o que transformava muitos desses encontros de confraternização em grandes momentos criativos para o movimento.

Todas essas atividades iam compondo uma mística do movimento, ou seja, um jeito de conviver daquele grupo. Pensar e fazer Extensão Popular implicava também conviver como grupo, brincar, descontrair e gozar as “coisas boas da vida”: as amizades, os amores, as músicas, a natureza, os passeios, entre

outros. Demarcava-se, com isso, um jeito mais humanístico e menos racional-objetivo de se trabalhar dentro do movimento. Em muitos movimentos sociais, o que se observa é uma preponderância dos objetivos do movimento em detrimento das pessoas, de suas vidas e suas relações humanas. O trabalho sempre fala mais alto, e a convivência do grupo fica dura, chata e cheia de preocupações constantes. Por outro lado, na Anepop, o que se via era a valorização da vida e da amizade, mesmo considerando as necessárias discordâncias e os conflitos, mas se criando um clima de parceria e união essencial ao movimento, em que as ações eram pensadas e conduzidas sem impedir que as pessoas também celebrassem a vida, brincassem e fortalecessem novas amizades.

Conseguimos sair do ambiente duro e pesado da academia, da cruência da “adultice” que acredita que para ser responsável e concreto precisa ser sério e difícil, nos permitimos brincar, sorrir, cantar, fazer roda, fazer oficina e trabalhar arduamente com leveza (Natália Madureira,² depoimento registrado em entrevista individual).

A cada vitória conquistada, os abraços apertados compartilhados por todos eram gestos de carinho cheios de amor e de bem-querer, de agradecimento e valorização, de reconhecimento da importância de cada pessoa na construção daquele movimento e do trabalho empreendido. A cada derrota, o abraço acolhedor e a escuta compreensível ajudavam a saborear as amarguras, mas o olhar esperançoso animava a retomada da luta

² Médica formada pela UFU. Durante sua graduação, participou ativamente da criação de projetos de Extensão Popular, especialmente no Curso de Medicina e na área de saúde como um todo. Com isso, conseguiu aglutinar grupos significativos de estudantes em torno de propostas orientadas pela Educação Popular em Saúde. Atuou no Movimento Estudantil de Medicina e na Coordenação de Extensão Universitária da Denem. Atualmente, trabalha como médica em Uberlândia (MG).

e a continuidade das ações. A cada desafio, a certeza da integração do grupo instigava todos a enfrentarem os obstáculos com altivez e determinação.

Dessa forma, a mística e a confraternização são dimensões fundantes da experiência do movimento, e não, meros anexos ou atividades “à parte”, pois conseguem desenvolver convivências, conversas, trocas de ideias e sentimentos geradores de integração, disposição e confiança para a luta do movimento. Ademais, as festas e as brincadeiras permitem olhar todo o movimento, seus problemas e suas questões a partir de outros pontos de vista, analisando-os com outros olhares, o que ajuda também a incrementar a crítica às próprias ações do movimento e sua permanente qualificação. Como se não bastasse, tudo isso cria um clima de vínculo e de amizade que facilita o desenvolvimento do diálogo, da compreensão mútua e do sentimento de companheirismo.

Algumas dificuldades

No desenrolar da história sistematizada até aqui, certamente pudemos perceber alguns dos entraves e percalços que compuseram essa experiência desde sua origem. No entanto, mesmo já estando presente no histórico analisado, julgo ser necessário destacar dois dos principais aspectos inerentes aos limites sentidos pelos participantes dessa experiência, que eles manifestaram durante o grupo focal e as entrevistas individuais, quando foram especialmente instigados a compartilhar suas impressões acerca desse tema.

A origem da Anepop deve muito ao rompimento da virtualidade e à valorização do encontro presencial entre os diversos extensionistas populares do Brasil. O encontro presencial fazia as pessoas se reconhecerem na luta e constatarem que as experiências de Extensão Popular constituíam uma utopia em construção nos mais diversos recantos e instituições desse País. Então,

viam-se intensamente instigadas a unir forças para lutar juntas, trocar experiências e fortalecer suas caminhadas. Era o olho no olho, os abraços apertados, as místicas compartilhadas e as brincadeiras trocadas que davam o grande sabor animador a esses encontros.

[. . .] algumas arrobas [endereços eletrônicos de *e-mail*] começam a se transmutar em corações, cérebros, pele, carne, ossos. Aquelas supostas intensas amizades virtuais realmente se transformam em fortes abraços, em comprometimento com os novos *amig@s*, em gargalhadas verdadeiras, em identificações de vida, em maneiras gostosamente parecidas de trabalhar, em preocupações, limitações, intenções, objeções compartilhadas, conectadas, em fraternas parcerias etéreas. . . [. . .] e acaba de vez a virtualidade. Ex-“alguém-arroba-não-sei-o-que-mail’s” são Anas, Pedros, Lauras, Luanas, Antônio, Marcos; são corações vivos; são sorrisos; são mãos e pés (sim! pés também) que passam e pulam e proclamam e pintam o antigo alvo pano. . . cores, muitas cores, muita vida, solidão de querer fazer acontecer, de construir. O novo começar a se mostrar ao velho, ao dinossauro na ilha, ao engessado, ao carrancudo, que começa a desfazer a fria expressão, que começa sutilmente a deixar transparecer uma — mesmo que mínima — concordância/aceitação com as ideias seriamente pueris (Murilo Marcos, 29-10-2006).

Convém enfatizar que esses encontros tinham hora certa para acabar presencialmente. Sempre promovidos em encontros, congressos, seminários e oficinas, num dado momento, esses vários extensionistas deveriam voltar para suas cidades de origem. Por isso, a Anepop foi constituindo-se, verdadeiramente, como um movimento nacional que, de um lado, tinha esse potencial ampliado e diverso; de outro, configurava-se como um espaço marcado pela distância de seus protagonistas.

a falta de proximidade física e pessoal, ao invés de apenas virtual, é um dos obstáculos da Anepop, uma vez que as pessoas se abastecem muito de força e ideias para seu cotidiano na troca presencial com o coletivo (Camila Miranda,³ depoimento registrado em entrevista individual).

A falta de encontros presenciais cotidianamente entre os articuladores demonstrou ser uma lacuna relevante na visão dos membros da Anepop, a qual, certamente, também era feita da diversidade de pessoas vindas de locais diferentes, de distâncias geográficas significativas. Até por isso, os encontros nos congressos, nas oficinas e nas Tendões Paulo Freire eram sempre cheios de surpresas, descobertas e trocas de experiência, pois sediavam um encontro entre culturas e lugares muito distintos. Contudo, ao findar o evento em que conseguira aglutinar tanta gente, chegava a hora de “voltar para casa” e novamente a maioria dos membros da Articulação ficava distante geograficamente uns dos outros.

Evidentemente, a existência da lista virtual de discussões pela internet possibilitava a continuidade daquelas reflexões presenciais e o desenvolvimento de muitas construções e iniciativas, até então inéditas no movimento de extensão. Mas, ainda assim, não era a mesma coisa. Em primeiro lugar, ao chegar às suas cidades, cada membro do movimento nacional ficava mais “seduzido” com seu movimento local e seus projetos de extensão locais. Aquela dinâmica de pensar, planejar e construir ações de caráter mais ampliado e nacional deixava a pauta cotidiana, a não ser pela atuação na lista virtual de discussão, a qual não era tão atrativa quanto a participação presencial. Para muitos membros, exigia-se muita disposição para dedicar um tempo diário dos seus afazeres, ler todas as mensagens e construir respostas

³ Estudante do último ano do Curso de Medicina da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), onde participou da criação e do desenvolvimento de iniciativas de Extensão Popular, especialmente no âmbito do Curso de Medicina.

adequadas, capazes de trazer contribuições para as propostas e os debates em foco naquele momento. No entanto, muitas vezes, eram muitas mensagens, e nem tudo conseguia ser acompanhado. Além do mais, todas aquelas estratégias e perspectivas de ação compartilhadas na lista sofriam ameaça de operacionalização. Ou seja, seríamos capazes de fazer tudo aquilo, estando tão distantes e sem perspectiva de nos encontrarmos presencialmente?

Quase todos os encontros presenciais da Anepop eram realizados graças à participação de seus membros em congressos, seminários, oficinas ou outros eventos relacionados ao seu campo de ação (extensão, educação, saúde coletiva, entre outros), em que iam apresentar seus trabalhos locais e podiam conseguir apoio institucional para se deslocar até a cidade do evento. Não havia um financiamento próprio para as ações da Anepop.

Fabício Brazão⁴ (depoimento registrado em entrevista individual) identifica alguns desses fatores em sua avaliação acerca dos principais obstáculos sentidos na Anepop:

A distância física de alguns atores em relação aos locais dos principais encontros da Anepop. Associado a isso, a impossibilidade financeira de alguns atores de viajarem para os espaços. Ainda com relação a isso, a falta de parceiros locais, fora do nosso meio de maior convivência, para trocas de experiências e fortalecimento dos ideais do movimento.

Como estratégia para superar tais obstáculos, nos primeiros anos de Anepop, tentamos, logo após os eventos presenciais, apostar na estratégia de reuniões virtuais para dinamizar os de-

4 Médico formado pela UFPA. Durante a graduação, participou ativamente da criação de projetos de Extensão Popular numa universidade sem grande tradição nesse campo, buscando qualificar os projetos do Curso de Medicina, trazendo importantes contribuições para a formação de médicos em Belém (PA). Atuou no movimento estudantil de Medicina, e na Coordenação de Extensão Universitária da Denem. Atualmente, é médico de família numa cidade do interior do Pará.

bates e as tomadas de decisão. As reuniões eram propostas e marcadas com antecedência, para que todos pudessem participar. Quando surgiu, essa proposta surtiu efeito e contribuiu para revitalizar o sentimento que tínhamos nos encontros presenciais, pois não estávamos mais enviando *e-mails* e esperando por respostas, todos estavam ali, conectados naquele mesmo instante, perguntando, respondendo e até brincando ao mesmo tempo. No entanto, nem todos dominavam com fluidez a tecnologia da internet, e alguns ainda não tinham como acessar a internet para participar cotidianamente das discussões da rede virtual. Muitas das principais lideranças do movimento, por exemplo, só tinham condições de acessar a internet na universidade, quase sempre com tempo limitado e precário, com velocidade lenta ou em computadores com problemas.

Assim, as reuniões virtuais não persistiram, e a comunicação cotidiana passou a se limitar novamente às mensagens da lista de discussão.

Essa situação resultou na criação de outro obstáculo relevante na história da Anepop, também destacado em muitas falas nas entrevistas desta pesquisa: a carência de ações programáticas e de estratégias de planejamento em médio e longo prazos. Essa lacuna foi observada ao longo da história do movimento em muitos de seus encontros e debates, especialmente nas discussões, quando se opunham os membros ligados ao movimento estudantil e os exclusivamente vinculados a projetos de Extensão Popular.

Para muitos membros da Articulação, faltava às ações um fio condutor estratégico, que organizasse programaticamente suas ações e evidenciasse uma linha de ação com objetivos, metas e perspectivas concretas. Sobre isso, Felipe Ximenes assim se expressa:

Pela ausência de um projeto político, com uma estratégia clara e com táticas sendo traçadas e reavaliadas continuamente, ficamos muito nos debates consensuais, que pela

própria origem da Articulação está consensuado no fazer da Saúde, na linha do debate da Educação Popular em Saúde, e talvez seu fazer só esteja se concretizando nas práticas individuais de Saúde (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 23-6-2010).

Um limite que vejo é o da concretização da Anepop para além dos eventos. Mesmo no meio virtual as discussões não vêm acontecendo, a lista está funcionando mais como um informativo. Talvez seja preciso avaliar o porque disto e seguir tentando melhorar a organização e a participação (Juliana Acosta,⁵ depoimento registrado em entrevista individual).

Para isso, reivindicavam também a responsabilização dos atores envolvidos no movimento, no sentido de que assumissem claramente papéis, cargos ou frentes de ação no movimento, que estivessem claramente explicitadas e pactuadas no coletivo. Em sua avaliação, o desenvolvimento das ações da Anepop era invariavelmente solto e desorganizado, e as iniciativas eram planejadas e pactuadas apenas pontualmente, atreladas à organização da participação da Articulação em eventos. Assim, não identificavam a inserção do movimento na construção de ações de intervenção em médio e longo prazos, em que os atores não assumiriam tarefas pontuais, mas programáticas.

Uma estrutura que signifique pessoas com atividades e disponibilidade para o movimento de Extensão Popular bem claras, que se relacionem em prol desse movimento de for-

⁵ Enfermeira formada pela Universidade Federal de Rio Grande (Furg); participou como extensionista do Programa Vivências em Educação Popular (Vepop) no Extremo Sul. Ainda estudante, participou da criação e do desenvolvimento do Núcleo de Educação Popular em Saúde (Nepeps) da Furg, onde depois atuou como professora. Atualmente, está em fase de conclusão do Mestrado em Enfermagem, estudando a Extensão Popular.

ma bem clara e com recursos e possibilidades também bastante claras. Ter com muita clareza o que é Extensão Popular, podendo significar várias coisas. Definir lutas nas quais, apesar de nossas muitas atividades locais, vamos nos juntar com força suficiente para produzirmos transformação (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 20-8-2010).

Ademais, afirmavam ser crítico o fato de se intensificarem no movimento seu caráter descentralizado e sua dimensão de rede. Para muitos, essas características deixavam a Anepop ao sabor das descobertas inusitadas dos encontros entre seus sujeitos e as ideias dali decorrentes. Em sua visão, o problema não estava na descentralização, mas no fato de a ênfase nessa característica impedir uma ação mais diretiva do movimento, com ações, pautas e lutas definidas e com agenda programática de ação estabelecida num médio ou longo prazo. A esse respeito, Vinícius Ximenes⁶ (em depoimento registrado através de entrevista individual) explica:

O formato em rede tem grande capilaridade e é aparentemente democrático. Mas se não tomamos cuidado reproduz uma lógica pós-moderna (que apesar do “participacionismo” também é autoritária) na concepção de organização e movimentos (que também predomina hoje academicamente dentro da Educação e das Ciências Sociais e Humanas), onde muitas vezes em “derivações foucaultianas” (o próprio Foucault era um estruturalista. . .

6 Médico formado pela UFPB e educador popular, participou, durante toda a sua graduação, de projetos de Extensão Popular, bem como do Movimento Estudantil de Medicina; foi presidente do Diretório Central dos Estudantes da UFPB. No final do curso, dedicou-se mais intensamente à Extensão Popular e à participação na Coordenação Nacional da Anepop. Atualmente, trabalha como professor da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e é militante da Consulta Popular.

muitas pessoas o disseminam de forma equivocada) vemos o poder em todo lugar, mas pela nossa prática concreta parece que ele não está em lugar nenhum, ou seja, conseqüentemente temos dificuldade em materializar o pelo que lutamos ou queremos superar, dificultando desenvolver-se formas organizativas que deem conta do desafio histórico que identificamos para nós no contexto da luta de classes.

De fato, em toda a sua história, esse movimento pouco priorizou a organização estrutural e programática de suas ações. Tudo foi feito e desenvolvido com base em ideias individuais ou coletivas socializadas na lista de discussão ou nos encontros presenciais, em que se mobilizam as pessoas dispostas a trabalhar e a construir as ações decorrentes. Essas ideias não foram previstas em um plano de ação, mas emergidas das práticas locais e das inquietações dos atores do movimento.

De certo modo, mesmo não sendo programaticamente organizado, o conjunto de ideias que até hoje formam a Anepop foi compondo uma diversidade estruturante de ações e iniciativas cuja contribuição, certamente, foi valiosa para o movimento nacional de práticas de Extensão Popular. A aparente desorganização também é uma forma bem legítima de organizar e conduzir suas ações, porque, mesmo em meio a uma suposta tímida clareza quanto aos seus rumos, na Anepop, foram construídas ações e produções inovadoras, como o *Livro de Reflexões e Vivências em Extensão Popular*, os Estágios de Vivência em Extensão Popular, além de diversos congressos, seminários e oficinas, que podem apontar uma pontualidade, mas demonstrar um papel singular na irradiação da Extensão Popular e de seu movimento, no acolhimento de novos atores, no incremento da formação dos atores antigos e na animação que confere à coletividade do movimento, por constituir um raro momento de encontro presencial dos seus participantes. De fato, desde sua origem, essa tem sido a vocação da Anepop: uma organização política tecida com a

imprevisibilidade do encontro de diferentes atores no campo da Extensão Popular. Uma ação nacional cuja realização depende sob medida da inteligência coletiva (a formulação compartilhada de ideias e propostas) e da disposição dos atores em trabalhar na construção do que se idealiza. Mesmo compondo uma organização com aparência estrutural solta, dependente do encontro dos sujeitos e de sua capacidade de ter ideias e se mobilizar para realizá-las, isso não impediu a geração de ações contundentes de avanço na história da Extensão Popular através da Anepop, como pudemos explicitar e analisar ao longo deste capítulo.

Convém enfatizar que é sobremaneira importante parar e analisar com calma as reclamações de quem discorda desse jeito de conduzir o movimento. Efetivamente, considerando o histórico da Anepop, enquanto percebemos uma série de avanços, podem-se constatar limites quanto à intervenção em questões mais estruturais, como, por exemplo, a democratização da organização nacional da extensão, com a criação de um Grupo de Trabalho Nacional, proposto desde o 3.º CBEU. Para muitos membros do movimento, falta-lhe uma ação mais sistemática e organizada capaz de identificá-la coletivo, que guarda uma identidade e uma coesão, pois o espalhamento de iniciativas e a organização pouco sistemática, na opinião desses membros, não caracterizam um coletivo, mas um conjunto de iniciativas e de atores interligados sem uma ação conjunta articulada.

O que vem a ser um coletivo? Um conjunto de individualidades ou algo socializado? (Esse termo “socializado” encarado em seu sentido marxista, quando se fala em socialização do trabalho, que é quando o trabalho se torna coletivo e, para tanto: é produzido — originado — por cada indivíduo desse coletivo de forma integrada; depende intrinsecamente da participação de cada um; e tem um destino do qual a sociedade depende). Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-6-2010.

Nessa direção, atores como Felipe Ximenes representam um grupo expressivo do movimento que vem propondo outra ênfase em sua ação como coletivo e como um movimento em que

os elementos [organizativos] precisam estar aliados à perspectiva freiriana de realizarmos um trabalho consciente, e para tanto educativo, em que estabeleçamos um entendimento coletivo de todos os processos, tendo uma intencionalidade política (uma opção de classe) e uma finalidade popular (uma posição de classe) (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 26-6-2010).

Certamente, a instituição da Coordenação Nacional, em 2006 demonstra a preocupação do movimento em cuidar, de modo mais orgânico e sistematizado, do transcórre de suas ações e interações. Esse coletivo teve papel essencial ao servir de referência para os contatos institucionais de outros entes públicos e organizações civis com o Movimento de Extensão Popular, algo inédito até então e que serviu para situar a Anepop como ator político com interlocução clara e referenciada, a partir do qual muitos espaços políticos e educativos foram conquistados. Além do mais, muitos dos coordenadores conseguiram articular ações e realizações importantes, sem falar da animação permanente dos debates na lista de discussão e nos encontros presenciais. No entanto, faltou-lhes conduzir o movimento com uma forma mais sistemática de planejar e de acompanhar as ações, embutindo-lhe um caráter de defectividade a partir do qual o conjunto das ações não estaria totalmente dependente da capilaridade das iniciativas, mas interligado a metas derivadas de objetivos coletivamente delineados e estabelecidos, conforme destacado por Felipe Ximenes:

O último projeto que lembro como proposta da Anepop surgiu no 4.º CBEU [. . .]. Tratava da proposição de um

Fórum de Nacional de Extensão Universitária, do qual fariam parte o Forproex (Fórum de Pró-Reitores de Extensão), a Anepop e outros movimentos e articulações que se organizam na construção da Extensão. Nem sequer conseguimos continuar discutindo isto, o que seria, se lutaríamos e como lutaríamos por isso. Essa é uma luta que envolve mais disputa política, e talvez não interesse alguns ou não seja visto como uma prioridade para as pessoas. Mas então precisaríamos definir a que gostaríamos de nos dedicar. Se não disputas, quais as propostas? Tocar projetos com movimentos populares? Que projetos? Como? E caso seja importante manter e avançar na disputa, a qual alvo precisamos apontar? [. . .] Insisto mais uma vez, como outros nessa lista, que precisamos definir nossa organização, e sair desse algo tão fluido em que estamos. Só assim conseguiremos definir essas e outras questões, assim como sistematizarmos, para dar respostas, nossas angústias, ações e pretensões (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 20-8-2010).

Por que, então, incômodos como esses, socializados no coletivo, não conseguiram ser concretizados como uma ação do movimento? De um lado, por causa da resistência de muitos membros do movimento da centralização da organização das ações e o estabelecimento de um programa definido. De outro, porque foi possível identificar a pouca disposição de grande parte do movimento de engendrar uma forma de organização política mais diretiva e objetiva. É interessante observar que, ao voltar as suas localidades e ao cotidiano de suas ações específicas, muitos dos membros da Anepop tinham dificuldade de continuar a organização política do movimento a distância e preferiam organizar ações concretas, como o livro, os estágios de vivência ou os eventos. Seu gosto estava mais na ação em si do que no planejamento estratégico e político desse conjunto de atividades. Assim, mesmo

com a insistência de muitos membros em parar e planejar estrategicamente a organização do movimento, a maioria dos membros preferiu dar ênfase à construção de ações e de atividades. Eu estava entre esses membros. Pessoalmente, avaliava que a organização estratégica mais centralizada e programática do movimento era importante, mas afastava grande parte dos articuladores sem muita habilidade para esse tipo de ação. Some-se a isso o fato de que, não raras vezes, a estruturação de ações planejadas e o acordo coletivo de metas e de responsabilidades não contribuiriam, sozinhos, para o crescimento do movimento. Observava, em outros coletivos, o quanto os atores sociais deixavam de atuar e criar para apenas planejar e declarar intenções. Por isso, como participante do movimento, preferia priorizar a construção de ações específicas, acreditando que elas, por si mesmas, delineariam para onde o movimento iria e de que jeito. Ou seja, o conjunto das disposições e das iniciativas autonomamente mantidas pelos membros do movimento é que constituiria o movimento, e não, um plano previamente acordado por um grupo articulador e coordenador.

Assumo, todavia, as inconsistências de minha defesa naqueles instantes. Certamente, uma atividade não excluiria a outra. Cuidar das ações do movimento não me impediria de sistematizar o conjunto de iniciativas num programa organizado, capaz de facilitar o acompanhamento do avanço histórico do movimento e democratizar sua construção. Aqueles mesmos atores que assumiam tantas frentes de ação poderiam ter sido, por atores como eu, mais instigados a delinear estratégica e diretamente o movimento. Conseguiríamos caminhar numa linha mais direta, capaz de atender aos anseios de tantos membros do movimento, os quais acreditam que

ser movimento significa pressupor um coletivo socializado e caminhar numa direção, com um sentido e com uma intensidade bem definidos (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet, no dia 20-8-2010).

Há, no entanto, que pondera também algumas lacunas e elaborar certas contribuições para essas críticas e esses anseios sobre a organização da Anepop. Em muitas dessas críticas à forma de conduzir o movimento, muitos atores acusaram a Articulação de não ter projeto político. Aparentemente, a falta de documentos ou materiais sistematizados sobre a caminhada do movimento e sua organização pouco programática revelariam sua falta de projeto. Com base em minhas experiências e na análise em desenvolvimento, discordo de tal afirmação e avalio que ser rede, ser articulação ou optar por uma formação de organização mais fluida que valorize as individualidades e as diversidades de práticas não pressupõe, necessariamente, uma desorganização política e uma falta de projeto político para o movimento nacional de Extensão Popular. Como explicitado, em outros itens, a forma de organização política em voga na Anepop consiste de uma opção cristalina e coerente com sua vocação e com o interesse dos atores e das muitas práticas que lhe deram origem. Conceber que esse movimento precisa intensificar a sistematização de suas ações e intenções, bem como organizar mais sistemática, programática e organicamente sua ação política, não permite caracterizá-lo como pouco organizado e politizado. Ser articulação e ser rede também é ser movimento. Redes e articulações são formas inovadoras de lutar e não pressupõe ausência de lutas ou limitações numa caminhada, como indicam pensamentos como o seguinte:

Ser articulação traz o verbo articular, que pode significar várias coisas, e muito importantes, mas que não tem a organização e o compasso de um movimento (Felipe Ximenes, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 20-8-2010).

Assim, discordo de visões como essa por avaliar que não se pode, em nome da necessária organização e sistematização da

ação política, acusar o formato de rede e articulação (próprio do movimento) como uma forma de organização política pouco organizada e eficaz nas lutas sociais, porque

por existir e juntar as pessoas que participam de lutas parecidas e tem objetivos semelhantes, [a Anepop] já cumpre um papel fundamental de acolher, instrumentalizar e incentivar as pequenas experiências locais espalhadas pelo País. E é para isto que a Anepop serve. É fácil se sentir fazendo parte da Anepop (Camila Miranda, depoimento registrado em entrevista individual).

Essas lacunas evidenciam dois desafios pedagógicos essenciais ao movimento, intimamente interligados: incrementar a capacidade de organização política mais cotidiana e estrategicamente planejada, capaz de evidenciar claramente as ações a serem feitas e os empreendimentos em andamento, e reforçar (até mesmo nesse planejamento) as estratégias para incrementar os encontros presenciais do movimento, o que irá contribuir também, nessa mesma organização política, para o encontro mais frequente dos atores do movimento. A convivência sistemática de um grupo dedicado a cuidar da organização política e das ações do movimento e a acompanhá-los certamente traria muitos frutos para seu avanço histórico e para a superação de muitas de suas lacunas. Levando em conta tudo o que foi feito até hoje, seria possível uma intervenção muito mais vigorosa do movimento nacional de Extensão Popular no cenário político da extensão e da universidade como um todo.

Algumas considerações

Em seus primeiros anos, a Anepop explicitou sua relevância política com a elaboração de reivindicações de democratização da organização nacional da extensão universitária, espelhada

na insistência da participação estudantil e popular na construção das políticas de extensão e na criação de espaços participativos nos encontros acadêmicos da extensão brasileira.

Acredito que a criação e o desenvolvimento da Anepop demonstram a força político-transformadora da pedagogia da Extensão Popular, em desafiar os modelos tradicionais e anunciar a necessária reinvenção e o fortalecimento de novos modelos. Mais do que isso, ao mesmo tempo que aglutina os sujeitos e favorece a qualificação de sua organização política e capacidade de intervenção, dá maior visibilidade à “alternatividade” da Extensão Popular e forma estudantes universitários sob outra perspectiva, na qual se destacam os seguintes elementos: *a)* a compreensão da categoria teórico-metodológica da *Educação Popular*; *b)* a participação como princípio condutor das ações e das interações; *c)* o compartilhar de experiências como princípio pedagógico elementar; *d)* o compartilhar de utopias e ideais como mobilizador de ações coletivas; *e)* a construção processual do inédito viável; *f)* a vivência em comunidade como elemento formador essencial e fundante; e *g)* a constituição de um movimento social com organização política peculiar, coerente com os princípios teóricos da Educação Popular, em que as pessoas e seus saberes constituem o principal elemento de conquistas e avanços.

No capítulo seguinte, analisaremos, de modo mais denso, como essa experiência vem repercutindo no cenário da extensão universitária. Para tanto, apresentamos algumas considerações teóricas sobre o arcabouço pedagógico emanado da experiência da Anepop, com base em referências bibliográficas e filosóficas. Com esse esforço, buscaremos situar as peculiaridades e os avanços dessa pedagogia no campo de produção de conhecimentos onde se inscreve e tentaremos indicar as lacunas existentes e as necessidades de crítica.

A PEDAGOGIA DA PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL
NA ARTICULAÇÃO NACIONAL DE
EXTENSÃO POPULAR (ANEPOP)



a participação dos estudantes no movimento nacional de Extensão Popular lhes propicia aprendizados singulares, pouco ou raramente trabalhados no cotidiano dos projetos locais. Esse movimento compõe, efetivamente, um espaço pedagógico próprio, com características, vivências, situações-limite e contornos distintos dos encontradas pelos estudantes nos projetos locais de Extensão Popular.

Com sua vivência em comunidades, os estudantes podem constatar a existência das classes populares e suas difíceis condições de sobrevivência e enxergar as relações humanas, sociais e políticas desenvolvidas naquele local. Interesses e desejos contrários entram em conflito cotidianamente na vida em comunidade, devido aos mais variados fatores. Tudo é alvo, em potencial, de discussão, desde o preço da comida vendida no mercadinho, até uma briga entre vizinhos por causa de volume do som, até uma disputa pela presidência de uma associação comunitária. Com isso, o estudante vai aprendendo a positividade de cada atitude em comunidade e compreendendo o quanto cada ato é político, pois influencia todo o contexto social local, gerando controvérsias — aprovações e reprovações. Assim, passa a compreender, naquele jogo da vida comunitário, que há uma positividade

em todos os atos humanos. Por isso, podemos afirmar que, no cotidiano das práticas de Extensão Popular, há um desmascaramento e uma desnaturalização dos atos das pessoas. O jogo da vida a que os estudantes assistem na comunidade desvendá-lhes a politização da vida em sociedade, a intencionalidade que orienta os atos, quaisquer que sejam. Contudo, um problema dessa pedagogia é sua limitação ao âmbito local comunitário. Em muitos projetos, o estudante acaba se encantando tanto com a dinamicidade de interagir com esse jogo político comunitário que se esquece de olhar os outros jogos políticos nos quais ele mesmo está inserido, como a política universitária com a qual convive, a política de formação de seu curso, a política de extensão a partir da qual trabalha, entre outras.

Podemos afirmar que a Anepop ajuda a transcender a reflexão política exclusivamente comunitária do estudante, provocando-o a enxergar para além. Em primeiro lugar, por propiciar que ele vivencie outros jogos comunitários eminentemente políticos, como, por exemplo, a participação num congresso de extensão. De certo modo, aí faz-se um jogo político muito dinâmico, em que também surgem controvérsias e contradições nas relações sociais e pessoais a todo instante. Contudo, aquele cenário tem contornos peculiares em relação às comunidades populares, pois ali estão em debate hegemonia e contra-hegemonia da extensão universitária brasileira, bem como os entes governamentais e sociais com papel de destaque na elaboração de políticas públicas nesse campo. É um embate, na maioria das vezes, sutil, que fica mais evidente, por exemplo, na ação dos pró-reitores ao organizarem o congresso de modo pouco participativo e na reação dos extensionistas em se incomodar com essa situação. Ao vivenciar tais contradições, o estudante vai percebendo que tem tudo a ver com aquele jogo político disputado nos vários congressos, que suas experiências e seus ideais são singulares e encontram-se em diálogo com um movimento amplo e nacional de busca por mudanças no jeito de pensar e organizar a política de extensão do País.

Assim, por intermédio da Anepop, o estudante pode começar a conviver com as contradições de um jogo muito mais ampliado, do ponto vista conjuntural, do que os problemas locais da comunidade onde trabalha. Por mais que aí também se questionem políticas públicas e conjunturas injustas, a Anepop oferece a experiência dos estudantes construírem propostas de caráter nacional, precisando estar em embate constante com aqueles que fazem e pensam as políticas de extensão, educação, saúde, entre outras.

Nos espaços da Anepop misturei meu viver ao de companheiros de todo o Brasil. Compartilhei ideias, sonhos, vontades, inquietações, indignações, angústias. Percebi que eu não estava só no caminho dos grandes sonhos de querer uma Universidade melhor, um Brasil melhor, um mundo melhor; de querer uma sociedade mais justa, de querer mais amor entre as pessoas (Fabrício Brazão, depoimento registrado em entrevista individual).

Nesse processo, o estudante vai aprendendo também um saber sutil e precioso para alguém que pretende trabalhar na perspectiva da Educação Popular: como transformar o “alternativo” em “alterativo”. Ou seja, como converter as reivindicações levantadas nas ações e nos protestos da Anepop em propostas políticas concretas de mudança no cenário da extensão universitária brasileira? Como bem lembrou Eymard Vasconcelos, no vídeo da Tenda Paulo Freire do 3.º CBEU: “Algo que é alternativo se institucionalizar, merecer apoio; e agora não só merecer apoio, mas tentar reorientar a extensão como um todo”. Fazer isso não é tarefa fácil, pois implica, para os militantes da Extensão Popular, dialogarem com gestores e trabalhadores das políticas públicas governamentais os quais seguem, na maioria das vezes, concepções diferentes e até antagônicas aos princípios da Educação Popular. Requer que se pense como a Extensão Popular

pode virar uma política pública, sem ser imposta a quem não a pratica cotidianamente, sem autoritarismos e discriminações.

Em sua história, a Anepop vem participando frequentemente de debates com o Forproex, especialmente quanto à forma de organizar seus encontros regionais e nacionais. Junto com o Governo Federal, vem mantendo diálogos com o Ministério da Cultura sobre o Proext Cultura e com o Ministério da Saúde por meio da SGEF, participando ativamente da construção de uma Política Nacional de Educação Popular em Saúde. Nesses diálogos, um aprendizado fundamental acumulado foi o jeito de proceder nas negociações e pactuações com esses entes governamentais. Fomos aprendendo que não bastava chegar às salas e aos escritórios das pessoas “batendo na mesa” e exigindo isso ou aquilo. Ou seja, não poderíamos investir no autoritarismo do qual éramos, muitas vezes, vítimas. Precisávamos investir no diálogo, cheio de respeito, amorosidade e compreensão, sem, evidentemente, deixar de lado as pautas e as reivindicações mais importantes do movimento nem deixar de apontar contradições e falhas dos agentes públicos. Assim, procuramos sempre conduzir os debates com muita conversa aberta e franca, respeitando os limites institucionais que existem e procurando escutar também, sem ficar apenas na emissão vetorial de propostas.

Em toda essa caminhada, enquanto buscam formas de qualificar a institucionalização da Educação Popular e da Extensão Popular, o diálogo desses estudantes com o jogo político institucional lhes tem permitido angariar algumas vitórias pela conquista de mais apoio institucional para projetos de Extensão Popular, viabilizando incentivo mais permanente para suas experiências. Por isso, a Anepop vem cumprindo um papel pedagógico singular na formação dos seus protagonistas, com diversas experiências que podem propiciar aprendizagem e mediar o encontro desses sujeitos com novos horizontes, novos olhares e outras perspectivas. Para Natália Madureira (depoimento registrado em entrevista individual),

a vivência na Anepop vai nos transformando aos poucos, de maneira gentil e respeitosa e quando percebemos já somos outro.

Tem-se observado nesses estudantes um incremento em relação à percepção crítica da realidade, mais engajamento em movimentos sociais, mais capacidade de articulação e mobilização política, bem como uma leitura mais refinada das conjunturas sociais, históricas, econômicas e políticas que cercam o trabalho de extensão universitária. Ademais, essa participação tem favorecido o adensamento da formação teórica dos extensionistas no que diz respeito à Educação Popular e às suas metodologias de ação. Por tudo isso, é notório perceber que esses estudantes, depois de participar de um evento daquele movimento, voltam cheios de novas ideias e perspectivas para seus trabalhos locais de extensão.

Portanto, o movimento nacional de Extensão Popular traz elementos pedagógicos novos, com diferentes contornos e conformações para a formação universitária brasileira, que compõem um painel pedagógico complementar e integrativo ao apresentado no seio das ações locais de Extensão Popular. Neste capítulo, procuraremos apreender esses aspectos teóricos, a partir do contexto e do desenvolvimento histórico da Anepop.

Certamente, um primeiro elemento pedagógico, já explicitado no início deste capítulo, é a compreensão dos processos macrossociais e macropolíticos e suas articulações com o âmbito micro. Além do mais, ao considerar a história da Anepop, expressa a partir da pesquisa-ação e dos depoimentos de seus protagonistas em fontes diversas, conseguimos identificar outros importantes elementos pedagógicos: as trocas de experiências e o diálogo com sujeitos de outras realidades; o inconformismo com as estruturas que incomodam e oprimem; a Educação Popular incorporada no sentir, pensar e agir dos extensionistas; a irradiação dos aprendizados acumulados; uma organização política

participativa; a compreensão do significado político e pedagógico do ensino e da pesquisa em integração com a extensão; a contribuição para se construir um movimento estudantil amoroso, inclusivo e popular.

Depois de considerar esses elementos pedagógicos, deveremos empreender reflexões sobre o significado da Anepop para a extensão universitária brasileira e para a atual discussão sobre a formação universitária.

As trocas de experiências e o diálogo nos eventos nacionais e regionais

É impressionante o poder que existe no exercício de comunicar nossas experiências pessoais e profissionais. Senti isso pela primeira vez quando estudante, em momentos de fortes emoções, de ensaio e de preparação, especialmente para apresentar trabalhos em congressos. Nessas primeiras ocasiões, ao me preparar para apresentar a experiência de meu projeto de extensão, senti uma sensação emocionante por ser capaz de ensinar algo às pessoas com o que aprendera no Projeto. Era a sensação de me sentir útil e testemunhar a relevância do trabalho realizado semanalmente nas comunidades. Mas apresentar trabalhos não era somente verbalizar um conjunto de resultados e repercussões do Projeto. Em primeiro lugar, requeria que escolêssemos um tema e uma dimensão específica do projeto para demonstrar toda a minha capacidade de fazer uma análise crítica. Aliado a esse processo, recorrer a livros e artigos sobre os temas que cercavam o projeto, confrontando minhas impressões pessoais com as ideias de autores retiradas de outras experiências. Nesse primeiro passo, decorria já uma significativa ampliação de visão, porquanto dissecava cuidadosamente meu projeto de extensão, em suas muitas dimensões e seus vários pontos negativos e positivos. Com o trabalho submetido e aprovado, era momento de pensar em

apresentá-lo. Nessa ocasião, interessava planejar como conseguir comunicar em poucos minutos toda aquela experiência e de maneira compreensível para quem nunca a conhecera. Para tanto, precisava penetrar mais fundo nos conhecimentos adquiridos nos projetos de extensão, descrevê-los e pensar em sua apresentação. Assim, deparava-me também com as inconsistências do projeto, suas lacunas e necessidades de mudança. Dessa forma, novas dimensões do meu trabalho como extensionista iam surgindo, com novas ideias e outras perspectivas. E tudo começou com a simples vontade de apresentar um trabalho. Desvela-se aí a singularidade de me preparar para a apresentação de trabalhos como um processo de reflexão e aprofundamento em torno da experiência vivida. Algo semelhante aconteceu com Fabrício Brazão (participante da Anepop), ao apresentar sua experiência numa mesa-redonda em um evento sobre Extensão Popular, que ele relata da seguinte forma:

Fui induzido a pensar, construir ideias; [. . .] foi-me dada a oportunidade de falar um pouco sobre mim, sobre minha realidade, sobre minha região, sobre a universidade em que estudei. O respeito, o interesse no que falei e a reciprocidade na fala e na escuta encontrada na sala naquela noite foram únicos. Abordar o tema Extensão Universitária, em particular a Extensão Popular, passou a ser, em definitivo a partir daquela noite, um dos grandes prazeres da minha vida (depoimento registrado em entrevista individual).

Assim, concluída a apresentação, outra série de processos decorre, e diferentes atores escutam sua experiência, e você escuta a experiência deles. Curiosidades surgem. Interessa saber como aquele sujeito consegue desenvolver tal metodologia naquela comunidade ou porque aquela ação não deu certo ou, ainda, como incrementar a mobilização comunitária da participação naquela ação. As conversas eram muitas e estendiam-se do debate

das comunicações orais até os corredores do congresso e nos momentos de lanche.

A mobilização dos estudantes em articulações como essa permite a troca de experiência e favorece a compreensão de diferentes vivências, culturas e formas de trabalho. Com isso desenvolve-se o relacionamento interpessoal, cada um apreende a entender a diferença do outro (Cassiane Lemos, depoimento registrado em entrevista individual).

A gente se mistura a outras gentes de uma forma diferente, mais amorosa, mais compreensiva que busca um mesmo objetivo: estabelecer contato com o outro, trocar saberes de maneira horizontal e respeitosa, sem a distância do academismo, sem a impessoalidade dos crachás, livros, títulos e salas (Natália Madureira, depoimento registrado em entrevista individual).

Nessas trocas de experiências, os estudantes podiam compartilhar esforços sobre como construir uma nova universidade e desenvolver uma formação estudantil diferenciada. Dessa atitude, conseguiam trabalhar conhecimentos distintos dos vivenciados nos projetos de extensão, justamente porque advêm de vários lugares do Brasil, cada um com limites e especificidades próprios e que, quando conhecidos, incrementavam a capacidade estudantil de formular análises críticas mais conjunturais e políticas. Além do mais, todo esse processo dá coragem e ousadia aos estudantes. Ao perceber a relevância social e acadêmica de seus projetos na apresentação de seus trabalhos, seus corações e mentes enchem-se de ousadia, por passarem a saber que sua luta local está vinculada a uma grande luta nacional, que tem espaço e é respeitada. A partir de então, uma série de outras iniciativas vai sendo gerada, como

a conversa em roda, as listas virtuais, as dinâmicas coletivas, os tempos lúdicos, as cartilhas, os cadernos de texto, o educando como educador, as perguntas, a escuta (Daniela Dantas,¹ depoimento registrado em entrevista individual).

Para muitos estudantes com experiências significativas e dificuldades de socializar localmente suas experiências, esses encontros eram também uma oportunidade de encontrar pessoas com quem conversar e desabafar dilemas próprios das práticas de Extensão Popular.

Viajei sozinha, a um lugar distante de minha terra e completamente desconhecido, sem conhecer ninguém que estaria lá, simplesmente pela ânsia de encontrar um grupo ao qual eu sentia que poderia pertencer e com o qual me identificasse. Chegando lá, encontrei um grupo de pessoas vindas de todo o Brasil, heterogêneo, que conseguia escutar, debater e principalmente tinha a capacidade de acolher (Camila Miranda, depoimento registrado em entrevista individual).

Como se vê, além de tudo isso, esses encontros propiciam um jeito diferente de trocar experiências e de dialogar, o que vai configurando também outro jeito de conviver. Assim, por meio de processos aparentemente pontuais e específicos, como a apresentação de trabalhos, esses sujeitos passam a vivenciar uma série de experiências que os impulsionem a questionar as estruturas educativas que oprimem e incomodam. A passividade dá lugar ao inconformismo.

1 Estudante do último ano do curso de Medicina da Universidade de Campinas (Unicamp), participou ativamente do movimento estudantil de Medicina por meio da Coordenação de Extensão Universitária da Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), articulando a construção de projetos de Extensão Popular na Unicamp.

O inconformismo com as estruturas que incomodam e oprimem

De acordo com os aspectos pedagógicos que explicitamos acerca das práticas locais de Extensão Popular, é notório constatar que existe nessas experiências o desenrolar de um inconformismo do estudante, diante da realidade social com a qual passa a ter contato. A vivência cotidiana com os protagonistas das camadas populares permite que os estudantes testemunhem de perto as dores, os desconfortos e as facetas mais injustas das desigualdades sociais, o que, geralmente, provoca neles inconformismo quanto à atual organização da sociedade e estimula-os a engendrar esforços para superar as condições difíceis e humanamente contraditórias. Portanto, podemos afirmar que o inconformismo está presente como elemento pedagógico desde as experiências locais de Extensão Popular. Contudo, é importante observar que, para muitos projetos de Extensão Popular, há limitações em explorar essa dimensão, a partir de uma realidade comunitária ou social específica. Geralmente, os extensionistas estão tão envolvidos pela realidade com a qual trabalham que quase não param para analisar e refletir sobre os mesmos problemas que são enfrentados por outros setores sociais em diferentes localidades pelo mundo. Ademais, se não vivenciarem outras realidades, dificilmente poderão compreender o significado político e conjuntural dos problemas sociais. Não se trata apenas de problemas de determinado coletivo ou agrupamento, mas reflexos de estruturas sociais mais amplas, que incomodam e oprimem.

Ao participar dos encontros e das ações do movimento nacional de Extensão Popular, o estudante poderá conhecer protagonistas de outras lutas sociais, em diferentes projetos de extensão e movimentos sociais, com os quais poderão perceber que os problemas percebidos na comunidade ou no movimento onde atuam são reflexos de estruturas maiores e mais complexas. Assim,

intensifica-se sua formação política, especialmente no sentido de compreender, com uma visão mais estrutural, conjuntural e política, os problemas que enfrenta.

Tenho aprendido sobre a importância político-social, local e nacional, do trabalho conjunto, sob a perspectiva da Educação Popular, na intenção de questionar a uniformização e o isolamento epistemológicos das universidades no Brasil. Tenho aprendido sobre outras formas de fazer ciência. Tenho aumentado meu repertório cultural. Tenho dialogado com gentes que buscam construir realidades mais fraternas, mais respeitadoras, mais democráticas (Murilo Leandro Marcos, depoimento registrado em entrevista individual).

A Anepop não nasceu apenas do inconformismo de diversos atores com o cotidiano universitário, mas contribuiu para que, os estudantes, partindo da crítica ao modelo de organização dos CBEUs, olhassem criticamente para o contexto da extensão universitária e da formação universitária e para a problemática da Universidade como um todo. Desse modo, o inconformismo requeria formulação de reivindicações e propostas pelo movimento, as quais necessitavam de análises mais profundas e conjunturais para ter sustentação. Decorrem daí as críticas desse movimento, construídas preponderantemente por estudantes de graduação, não a partir de estudos teóricos lidos, mas de sua vivência no movimento de extensão. No ensino, questionar a predominância da educação bancária; na pesquisa, a autossuficiência e o ensimesmamento de uma universidade que vê a sociedade apenas como objeto de coleta de dados, bem como a pouca preocupação quanto à função social dos estudos científicos; e na extensão, a tímida preocupação com a comunicação com o povo, com ênfase na transmissão de conhecimentos.

Assim, a experiência da Anepop propiciou aos extensionistas populares vivenciarem uma experiência pedagógica singular: o

confronto da pedagogia de seus projetos com a forma como a extensão e a universidade se organizavam preponderantemente em âmbito nacional, sentidas quando esses estudantes vieram participar de eventos nacionais da área. Nesse confronto, percebia-se que a Educação Popular ainda era minoritária no contexto hegemônico universitário, permeada, principalmente, pelo diálogo (Freire, 1987) e pela ação comunicativa (Habermas, 1987a; 1987b), na perspectiva da emancipação social, humana e material das classes populares, numa convergência entre Educação Popular e emancipação social.² Ao contrário, testemunhavam-se os autoritarismos e os academicismos, numa aplicação técnica da ciência (Santos, 1996), permeada por pouco ou nenhum compromisso social.

é [. . .] uma insatisfação com um modelo de formação, porque quando a gente está construindo a articulação, está discutindo a intenção, a coisa que vem é: “Ah não quero mais ficar no que já está colocado modelo de sala de aula, no modelo de atividades de extensão” (Etel Matielo, depoimento registrado em grupo focal).

Dessa forma, a pedagogia crítica e o olhar aguçado desenvolvidos nos projetos de Extensão Popular acabavam por formar subjetividades cada vez mais inconformistas e questionadoras do *statu quo* universitário. A origem da Anepop está fortemente ligada a esse processo pedagógico e a esse inconformismo.

Anepop é uma vontade, é um consciente coletivo de pessoas, de estudantes em sua maioria, que traziam isso consigo, traziam uma vontade diferente que eles tinham dentro de seus cursos, de suas formações na graduação, e uma vontade de uma prática diferente, fugindo do tradicional, que fugissem só das salas de aula, que fugissem só dos laboratórios (Murilo Leandro Marcos, depoimento registrado em grupo focal).

² Teoricamente estudada e sistematizada por Zitkoski (2004).

Para Boaventura de Sousa Santos (1996), o inconformismo é um elemento pedagógico e político primordial para se pensar num projeto educativo emancipatório. Num mundo repleto de contradições humanitárias e com uma ordem social dominante cheia de autoritarismos e desumanismos, uma aprendizagem emancipadora somente pode ganhar campo quando se desenvolve através de conhecimentos conflitantes, por meio de “imagens radicais e desestabilizadoras dos conflitos sociais [. . .], imagens capazes de potenciar a indignação e a rebeldia. Educação, pois, para o inconformismo” (Santos, 1996, p. 17). Podemos afirmar que o surgimento da Anepop se deve muito a um inconformismo coletivo, solidariamente compartilhado e, até por isso, gerador de uma pedagogia transformadora de ação-reflexão no cenário político da extensão brasileira.

De acordo com Oliveira (2006, p. 145), podemos compreender que uma das funções dos processos educativos emancipatórios assentados nos inconformismos é de

contribuir para a desnaturalização das predominâncias identificadas na sociedade como um todo, buscando a criação de novos sentidos comuns políticos, jurídicos e epistemológicos, fundados em relações mais equilibradas e menos hierarquizadas entre as diferentes formas de integração nas diferentes dimensões da vida social.

Ressalte-se, no entanto, que esse inconformismo não se constituiria em elemento pedagógico sem repercutir em mudanças e tomadas de atitude. Nesse sentido, acreditamos que, num projeto educativo emancipatório, o inconformismo, necessariamente, deve estar vinculado à construção de novos horizontes que divirjam radicalmente das situações que incomodaram e oprimiram e só estará atrelado à construção de inéditos viáveis se constituirmos novas práticas democráticas. Então, “se entendermos a democracia como um sistema no qual as relações sociais se

fundam em relações de autoridade partilhada, é preciso que desenvolvamos práticas adequadas, ou seja, que pratiquemos, tanto quanto possível, relações desse tipo” (Oliveira, 2006, p. 145). A experiência da Anepop nos permite identificar na Educação Popular essa prática democrática alternativa a tudo aquilo que gerou o inconformismo e que segue a direção concreta da esperança por mudança.

Aprendi a respeitar o meu diferente, mesmo que seja para refutá-lo. Aprendi que sempre há saída, alternativa para o que parece estar posto como verdade (Daniela Dantas, depoimento registrado em entrevista individual).

Para muitos estudantes, compreender a Educação Popular passou a ser tarefa obrigatória da vivência na Anepop, porquanto era vista não apenas como metodologia de condução de sua relação com a comunidade em seus projetos, mas também como uma visão de mundo, correspondente a preceitos e a orientações de ordem filosófica para as relações humanas, políticas e educativas como um todo. A insistência na Educação Popular como pressuposto filosófico orientador é uma das mais marcantes contribuições da Anepop como movimento, como se pode ver nas opções metodológicas que fez em seus eventos educativos e nas formas de condução política e organizativa do movimento em sua história.

A cada dia, ao ler e responder às mensagens enviadas na lista de discussão por diversas pessoas em todo o País, olhávamos com outras lentes para nossos projetos de extensão. Não se tratava apenas de tarefas pontuais ou projetos de ação comunitária específicos com metas a alcançar. O modo como conduzíamos as ações e o processo de formação universitária que eram aí desenvolvidos tinha uma importância singular no cenário nacional e continha sabedorias e conhecimentos singulares na discussão da reforma universitária. Como membros ativos daqueles projetos de extensão, sentíamos-nos desafiados a fazer valerem aqueles

conhecimentos, dar visibilidade àquelas ações e contribuir para a organização de experiências similares em outras localidades. Ademais, posso dizer que éramos apaixonados por nossos projetos locais. Para muitos de nós, o projeto de extensão significava mais do que uma oportunidade de praticar a técnica ou vivenciar a realidade profissional — era a realização cotidiana de um sonho antigo: ser educador. Assim, muitos de nós fomos descobrindo uma paixão em cuidar da estrutura, da organização e da sistematização do projeto. Era o trabalho que sempre quisemos fazer e vivenciar. Por essa razão, sentíamos-nos provocados e mobilizados a lutar para que esse trabalho ganhasse mais vez e voz, fosse reconhecido e ajudasse a orientar a transformação das práticas mais tradicionais.

O inconformismo nos estimulava a fazer valerem nossos sonhos. Assim, a dimensão inconformista da Anepop demonstra sua relevância essencial na pedagogia desse movimento, ao estar intimamente articulada à construção de enfrentamentos e novos caminhos. O inconformismo não vem sozinho na pedagogia desse movimento. Processualmente, está acompanhando da capacidade de sonhar e incorporar o abstrato ao concreto vivido, como ressalta Natália Madureira (depoimento registrado em entrevista individual):

O imaginário, porque é necessário um grande poder de abstração e de projeção de uma realidade que não existe para poder vislumbrar uma proposta diferente, um projeto inovador, com aquilo que tem potencial pra ser mas ainda não é, não é possível transformar a sociedade, a realidade, a Universidade sem uma boa dose de abstração, de sonho.

Ressalte-se, todavia, que o sonho a ser construído não está solto e pouco claro. Para parte significativa dos extensionistas membros da Anepop, seu caminho é bem delineado para sua construção: a Educação Popular.

A Educação Popular incorporada no sentir, no pensar e no agir dos extensionistas

A decisão de criar uma rede cuja identidade aglutinadora estava na Educação Popular somente pôde ser tomada quando os fundadores da Articulação compreenderam que essa filosofia educativa denotava uma intencionalidade orientadora de suas ações e princípios. Acreditamos que a participação estudantil em eventos nacionais é um dos principais elementos impulsionadores dessa assunção. Ora, ao conhecer a diversidade de perspectivas universitárias existentes, os estudantes conseguem enxergar bem mais as contradições acadêmicas e desenvolver uma percepção mais aguçada sobre as intencionalidades dos trabalhos sociais empreendidos pela Academia. É claro que, normalmente, ao tomar parte de projetos de Extensão Popular, logo percebem as diferenças desse espaço em relação ao da sala de aula. Contudo, presenciar as contradições da extensão contribui para forjar uma visão mais ampla sobre os propósitos das ações acadêmicas. Ademais, a pouca valorização do saber estudantil e comunitário revela uma perspectiva de produção do conhecimento dura, inflexível e pouco articulada com as trocas de experiências amorosas e dialogantes da Extensão Popular. Por tudo isso, ao saber que existe todo tipo de extensão, até mesmo as autoritárias, descobrem na Educação Popular não uma simples ação, mas uma teoria inspiradora fundante.

É assim que eles aprendem que, num cenário de lutas sociais por uma organização mundial pautada por princípios humanamente éticos e democráticos, a Educação Popular é um referencial qualificador político, pedagógico, metodológico e ético, aplicável a qualquer tipo de trabalho social. Em outras palavras, descobrem que é preciso analisar a dimensão política e a intencionalidade do trabalho que se faz. Não basta realizar trabalhos sociais comunitários. É preciso, em todos os momentos,

deixar claro que se constrói, no seio desses empreendimentos, outra hegemonia educativa. Se tal reflexão é tortuosa de fazer no seio dos projetos de extensão, ao participar do movimento nacional, o estudante pode observar as contradições que permeiam a extensão universitária e localizar suas experiências de Extensão Popular como caminhos contra-hegemônicos nas universidades, com uma especificidade bem demarcada: suas iniciativas definem a educação como socialmente comprometida e historicamente influenciada; uma educação pela liberdade e para a autonomia, disposta ao diálogo.

A Educação Popular não como mera apresentação de novas “formas pedagógicas ativas e participativas”, mas como uma concepção de mundo, onde se vê o que geralmente não se enxerga pelas barreiras existentes entre as classes e as relações sociais implicadas a essas (Vinícius Ximenes, depoimento registrado em entrevista individual).

Assim, quando formados em seus respectivos cursos universitários, poderão construir ações sociais com outro referencial ético-político e uma leitura mais aguçada da sociedade que se deseja delinear.

A formação crítica que essa percepção da Educação Popular traz é a de construirmos nossa opção de classe, estando junto aos trabalhadores na construção de sua perspectiva de “classe para si” (Vinícius Ximenes, depoimento registrado em entrevista individual).

Desde seus primeiros passos, a organização da Articulação demonstra a característica participativa com a qual o movimento foi conduzido, o que constitui uma perspectiva metodológica da Educação Popular. A esse respeito, cabe ressaltar que, inspiradas na Educação Popular, as formas como a construção e o

desenvolvimento da Anepop foram se configurando devem-se ao aprendizado de seus protagonistas em diversos espaços de ação dos movimentos sociais e de Educação Popular, em caráter local (projetos de extensão e comunidades) ou em caráter nacional, através de sua convivência com articulações e coletivos como a Aneps, a Redepop e algumas executivas nacionais de movimento estudantil. Foi em espaços como esses que os membros da Anepop aprenderam como delinear momentos de encontros, trocas de experiências e debates políticos, na perspectiva da Educação Popular.

Aprendi a aprender-ensinar um pouco mais, ouvir o outro, errar e acertar o tempo inteiro, fazer e refazer as coisas, construir e desconstruir, movimentar as ideias até que cheguem numa maior qualidade, deve ser o tal fazer fazendo. . . o caminho no caminho. . . (Diego Santos,³ depoimento registrado em entrevista individual).

Nos eventos promovidos, as rodas de conversa eram a principal formatação escolhida para o desenvolvimento dos debates. Nesses momentos, utilizava-se a estratégia de dividir o público presente em subgrupos com um número menor de participantes. Tal arrumação visava propiciar às pessoas um clima de mais aproximação e intimidade no desenrolar das conversas, para que pudessem compartilhar suas experiências e ficar à vontade para interagir de acordo com suas prioridades e saberes. Por isso, a esses subgrupos ficava destinado um tempo maior da atividade, de forma que deixe os diálogos e as trocas de experiências se desenvolverem com mais tempo e dedicação. No momento final, o grupo inteiro voltava a se reunir em conjunto para compartilhar

³ Educador físico formado pela Universidade Federal de Rio Grande (Furg), participou como extensionista do Programa Vivências em Educação Popular (Vevop) no Extremo Sul. Desde 2009, participa da organização da Anepop, marcadamente de seu I Seminário Nacional em Goiânia (GO), em 2010.

as principais impressões, sentimentos e avaliações que sentiram e construíram quando nos pequenos grupos. A partir de sua fala, um debate final emergia com as principais questões emanadas das conversas, que também eram trabalhadas e analisadas por debatedores convidados.

Alguns com ampla experiência e sabedoria ao lado daqueles que estavam começando, discutindo de igual para igual, no mesmo patamar, valorizando todas as opiniões. Todos se enxergavam nos olhos dispostos em roda e tinham espaço para se manifestar (Camila Miranda, depoimento registrado em entrevista individual).

Assim, muitos dos estudantes vão constatando que os espaços de trabalho social e de formação podem estar permeados de aprendizados mediatizados pelas trocas de experiências em diálogos. Há outros promissores jeitos de pensar, planejar e realizar os momentos educativos, o que ajuda também a dar operacionalidade pedagógica a muitos inconformismos e insatisfações sentidos por esses estudantes vindos de diversas experiências de todo o País. Ao ser incorporada ao jeito de sentir, pensar e agir do movimento nacional de Extensão Popular, a Educação Popular foi se expressando na Anepop de maneira que ensinasse um quefazer aos extensionistas.

Aprendi a olhar, a encontrar uma maneira de fazer a tal revolução social que eu tanto pensava. [. . .] a Educação Popular é uma ferramenta muito fantástica para a revolução, [. . .] através dos aprendizados da Educação Popular e das práticas em extensão que tenho feito com o que aprendi nos espaços, nas listas de *e-mail*, nas conversas particulares com essas pessoas todas (Daniela Dantas, depoimento registrado em entrevista individual).

Em vários depoimentos, os entrevistados reforçam que os espaços educativos conseguiram promover a valorização de cada pessoa em sua inteireza e inconclusão, na perspectiva da amorosidade:

Eu aprendi a sorrir para o outro, a olhar com olhos de ver, a ouvir com ouvidos de escutar, a buscar o que fica por trás da cara amarrada, da dureza das mãos, da tristeza no rosto. Eu aprendi que é possível que as coisas aconteçam de uma forma diferente, é possível reconhecer-se nos outros. Eu aprendi a gostar de pirão em final de tarde na beira da praia, de fazer vídeos de madrugada, de passar horas conversando com alguém que a gente pouco conhece, de fazer malabarismo para passar o tempo, de ouvir e contar histórias. Aprendi principalmente a respeitar o que é importante para o outro e sua história de vida (Natália Madureira, depoimento registrado em entrevista individual).

Nessa perspectiva, a amorosidade não revela um sentimento de pieguice, como poderia fazer entender uma análise precipitada. Ao contrário, como fundamentou Freire (1992; 1996), o desenvolvimento da amorosidade só é possível quando marcado pelo encontro dos seres humanos em sua tarefa de ser e fazer mais. Nesses encontros do movimento de Extensão Popular, a valorização da energia singular de cada pessoa, em sua inteireza e subjetividade, servia para reforçar a crença de que a mudança é possível. A amorosidade como o reconhecimento de nossa condição humana, e a ousadia do conhecimento que extrapola a dimensão exclusivamente racional.

O contraste entre o diálogo, a valorização e o acolhimento de cada um, que encontrei na Anepop, com a dureza, as imposições e as “castrações” que nos são oferecidos todos os dias nos espaços formais de ensino teve o poder de me

marcar fortemente e redirecionar minha formação e atitudes profissionais (Camila Miranda, depoimento registrado em entrevista individual).

Na Anepop a gente relembra que gente é gente, aqui ou em qualquer parte do mundo e para estabelecer uma relação basta oferecermos quem somos (Natália Madureira, depoimento registrado em entrevista individual).

Nessa perspectiva, descobre-se Educação Popular na prática concreta onde existe

o desejo de construir autonomia individual e coletiva; exercício da escuta e do diálogo (e a aposta neles como ferramentas transformadoras); estímulo à bagagem cultural de cada pessoa na interação com os novos conhecimentos, a fim de estar sempre aberto para a elaboração de novos saberes; potencial da articulação arte-cultura-política-espiritualidade nos processos formativos (Murilo Marcos, depoimento registrado em entrevista individual).

Nessa esteira, novos atores surgiam e sentiam-se acolhidos para participar da construção da Articulação, porquanto os espaços educativos não apenas favoreciam a agregação de novos conhecimentos e de experiências, mas também os incluíam na pauta de construção do movimento e acolhiam essas pessoas para participarem das ações empreendidas. Ademais, todas as decisões deliberativas referentes aos caminhos a serem percorridos pelo movimento e às estratégias a serem adotadas eram tomadas somente em reuniões abertas da Articulação, convocadas com antecedência e abertas a todas as pessoas com interesse e compromisso em participar. Por conta da distância entre os membros, muitas decisões eram tomadas em reuniões “virtuais” pela internet ou através de consensos em debates na lista de discussão.

Isso ocorre, entre outras possíveis razões, pela potencialidade da amorosidade em fazer com que as pessoas acreditem em si mesmas e nas outras, algo fortalecido, provavelmente, pelo sentimento de comunhão forjado nesses espaços educativos, onde as pessoas constataam que, independentemente do local, do país e do mundo, há esforços similares sendo empreendidos na direção da mudança. Mesmo com temáticas ou metodológicas diferentes, há algo que os une. Esse fio condutor comum trata-se justamente da Educação Popular, como princípio ontológico e categoria teórico-filosófica inspiradora. Esse “não estar sozinho”, constatado de maneira inequívoca nos encontros do movimento nacional de Extensão Popular, revela-se um potencial dinamizador pedagógico, pois, em vez de ensinar conteúdos disciplinares, encoraja as pessoas para a luta contra-hegemônica e lhes provoca uma paixão sem precedentes pela humanidade. Tal reflexão surge neste depoimento de Vinícius Ximenes (mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 1.º-11-2006): “[. . .] Esse CBEU foi um catalisador inesperado pra mim. Sei lá, senti aquela sensação de ter encontrado lá no fundo do armário aquela roupinha [. . .] que adorava usar. [. . .] aquela alegria vivente, espontânea, ardente que sentia antes, quando lá no primeiro período do curso de Medicina sentia quando ingressei no projeto”. Já Natália Madureira (mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 1.º-11-2006) referiu que pôde “comprovar, mais uma vez, o poder transformador da subjetividade (ou amorosidade como o Pedro insistiu tanto em dizer), nesse espaço tão rico em sonhos, culturas, valores e sentimentos”. Assim, não havia espaço para autoritarismos e vanguardas. A Educação Popular não se configurava apenas como uma reivindicação, mas também frente inspiradora das formas de organização do movimento, tendo no espírito participativo um significativo elo pedagógico.

Convém enfatizar que, apesar de haver claramente um grupo de pessoas mais dedicadas à frente dos trabalhos articuladores,

seu posicionamento nas discussões, preponderantemente, reivindicava a participação de todos, pela elaboração de sugestões, críticas e ideias sobre como caminhar. Parecia-lhes claro que a Educação Popular também era uma forma de conduzir o movimento.

A horizontalidade é o maior marco, a vontade de ser igual (apesar de o sistema insistir em dizer que somos diferentes e valem diferentes), a participação coletiva para a construção dos projetos (muitas vezes frustrante, mas que quando dá certo dá um brilho nos olhos e um sangue extra pro coração). Vejo que tentamos construir a Anepop dessa maneira, mesmo que em alguns momentos ela seja virtual demais, a tentativa é presente (Daniela Dantas, depoimento registrado em entrevista individual).

As vivências educativas promovidas na Anepop evidenciam que um de seus pressupostos pedagógicos é a constituição processual de inéditos viáveis, ou seja, ao ingressar no movimento nacional de Extensão Popular, as pessoas reconhecem ser imprescindível não apenas denunciar as estruturas opressoras, mas também demonstrar que é possível organizar a produção de conhecimentos de outras maneiras.

As Tendas Paulo Freire, promovidas ao longo da história da Articulação, por exemplo, não existiram apenas para demarcar território para a Educação Popular no contexto acadêmico. É verdade que isso ocorreu, mas a Tenda significou muito mais, ao configurar a prova inequívoca de que a universidade e a produção de conhecimento podem ser diferentes; de que os eventos científicos podem ter outras “caras”. Em segundo lugar, a formação de novos atores na Tenda permitia a chegada de novos parceiros na luta do movimento, abrindo outras perspectivas de inserção e interação e inaugurando um espalhamento nunca antes visto da discussão de Extensão Popular por todo o País.

Nessa direção, era incentivada o compartilhamento dos poderes e das oportunidades de crescimento pessoal, com vistas ao avanço coletivo. Ao participar do movimento nacional de Extensão Popular, o estudante não apenas podia perceber esse processo, mas também vivenciá-lo. A partir de sua criação, é notória, dentro da Anepop, a capacidade de aglutinação criativa e de construção conjunta de experiências educativas. A lista de discussão é um instrumento capaz de garantir esse potencial e supera, em muitos momentos, a distância presencial dos articuladores. Dedicando-se regularmente à leitura de todas ou da maioria das mensagens enviadas na lista, os membros da Articulação podiam acompanhar os diferentes debates empreendidos e, como numa roda de conversa, colocar também seu ponto de vista, sugestão e encaminhamento.

Gostaria de agradecer o privilégio de encontrar um espaço de vazão a algumas opiniões sobre a universidade e seu papel na sociedade, agradecer o convívio com ideias e ideais próximos. Fico contente em partilhar do olhar de uma universidade radicalmente voltada à transformação de uma sociedade controlada e desigual. O trabalho fica mais bonito quanto partilhado. [. . .] Nossa universidade que luta precisa estar de mãos dadas com a articulação nacional de Extensão Popular (Rafael Pereira, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 13-10-2006).

Aos poucos, os consensos vão sendo construídos entre esses sujeitos, à medida que os debates avançam. Em muitas ocasiões, os debates não conseguem encontrar consenso, visto que diferentes opiniões não conseguem dialogar e comungar. Noutros momentos, alguns debates se encerram com o tempo, sem que haja um encaminhamento concreto.

Com o tempo, as ações da Anepop demarcavam um jeito diferente de reivindicar e mobilizar. Pedagogicamente, os

articuladores organizavam oficinas, vivências e rodas de conversa onde podiam, à luz da Educação Popular, conversar abertamente sobre a mudança da Universidade e sobre a Extensão Popular. Assim, não buscavam apenas “gritar” suas inquietações, mas também trabalhar pedagogicamente novos e potenciais atores para essa luta, o que ocorreu, até mesmo, com pró-reitores de extensão, que, para alguns setores da Extensão Popular, eram inimigos políticos. Contudo, por meio de uma oficina organizada pela Anepop, nessa perspectiva pedagógica, descobriram-se alguns parceiros no Fórum de Pró-Reitores, e outras dimensões de conquistas abriram-se na luta da Extensão Popular. Eis outro elemento importante existente na pedagogia desse movimento de Extensão Popular:

[. . .] falei com o pró-reitor de extensão nosso da Universidade Federal de Sergipe, nosso companheiro Rui Belém, e ele entusiasmado pois participou de uma reunião em Brasília, onde estavam o pessoal da Anepop, dos estados, e citou pessoal da Paraíba, quer fazer com a Aneps uma Tenda Paulo Freire dentro da UFS, para sensibilizar a academia para a questão da Educação Popular, já agendamos terça feira próxima às 16 horas para conversarmos (Simone Leite, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 17-6-2007).

A irradiação dos aprendizados acumulados

A Extensão Popular irradia. Ao contrário do que se pode pensar ao olhar para a hegemonia tradicional da Extensão Universitária, os ecos da Extensão Popular podem ser escutados em diversas instituições e organizações sem nenhuma tradição nesse campo, principalmente por intermédio de pessoas que conhecem experiências desse tipo em artigos, documentários, documentos, re-

latórios ou no boca a boca. Por isso, nos diversos debates organizados pela Anepop em muitas localidades do País, mesmo aqueles com tímida presença de extensionistas populares, sempre foi notória a presença de estudantes, técnicos, professores e militantes sociais curiosos sobre o tema. Esses sujeitos enxergavam o potencial da Extensão Popular, seja na formação estudantil, seja no fortalecimento dos movimentos sociais, na construção de metodologias de pesquisa mais ativas e participativas ou na elaboração de novas formas de conduzir o trabalho social em serviços públicos, como educação, saúde, entre outros. Sua principal reivindicação era aprender sobre o tema, conhecendo experiências bem-sucedidas:

[. . .] aqui na Unifesp — Federal de São Paulo estamos organizando um grupo de estudos sobre Extensão, no qual pretendemos estudar e discutir junto com pessoal da Universidade as questões ligadas a extensão desenvolvida internamente e os assuntos relacionados. [. . .] Além disso, conseguimos uma sala na Universidade, que será referência para todas as atividades de extensão. A mobilização ainda essa pequena, entretanto, a extensão na nossa Universidade essa se tornando cada vez mais presente e vamos mobilizando alunos a se integrarem do que ocorre (Cassiane Lemos, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 24-11-2006).

A partir de então, foi desvelada outra importante dimensão e papel social da Anepop para as universidades: a irradiação da metodologia da Educação Popular no cenário universitário. Contudo, essa irradiação não era apenas um espalhamento vetorial e quantitativo. Ao adentrar a Anepop, esses curiosos ficavam cotidianamente conectados com diversos extensionistas populares de todo o País, dispostos a manter a troca de experiências e a acompanhar a implementação de novas experiências em outros

locais. Desenrolava-se, então, um apoio solidário e pedagógico aos sujeitos desejosos de experimentar esse tipo de atividade.

[. . .] assim que cheguei, já procurei o DCE [Diretório Central de Estudantes] para está puxando a discussão sobre Extensão Popular, mas infelizmente a gestão não se interessou [. . .]. Então procurei um grupo de estudantes, denominado Liga, que ultimamente vem “assumindo” o “papel” do DCE e realizado diversas atividades na comunidade do Sá Viana, que rodeia nossa instituição. Infelizmente muitas das ações do grupo precisam ser revistas, mas eles se demonstraram extremamente interessados sobre o assunto e disponíveis para “mudar” (eles mesmos não gostam muito de algumas ações assistencialistas que vêm aplicando, mas segundo eles mesmos não sabem outra maneira de fazer). Então [. . .] vim pedir uma ajuda para poder montar um projeto de Extensão Popular (Educação Popular, promoção de saúde), o início de uma extensão aqui no Maranhão (Anderson Brito, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 9-11-2006).

Para muitas pessoas, a participação no Movimento de Extensão Popular servia também como incentivo para a criação e o fortalecimento de projetos em regiões e instituições com tímida experiência na área. Ficava evidente que a participação na Anepop ensina caminhos possíveis para o desenvolvimento de trabalhos sociais em comunidades com a Educação Popular, um saber sutil e difícil de acumular, mas desenvolvido e estimulado pelas trocas de experiências decorridas nos encontros do movimento nacional.

Através da participação nesses espaços aprendi a metodologia da Extensão Popular. Dessa forma, compreendi a importância do trabalho de extensão construído junto com a comunidade, respeitando suas necessidades e conhecimento

popular (Cassiane Lemos, depoimento registrado em entrevista individual).

Aqui também se aplica a busca pelo inédito viável visto que diversos atores se sentem encorajados e esperançosos de constituir espaços outros para o fortalecimento de perspectivas mais críticas e participativas nem suas diferentes universidades.

Queria informar que hoje iremos fazer mais uma oficina de Extensão Popular aqui no Maranhão. Temos realizado um grande trabalho no sentido de expandir a Extensão Popular pela nossa universidade, e a resposta desse trabalho tem sido bastante gratificativa. Nas reuniões do Camar (Centro Acadêmico de Medicina Antônio Rafael — Ufma) temos discutido cada vez mais a extensão. Tomei a liberdade de anexar um vídeo da Anepop e passar durante a oficina [. . .] (Khalil Feitosa, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 12-9-2007).

Uma organização política participativa

Notadamente, a Anepop trouxe para o movimento de extensão nas universidades brasileiras um fio condutor e identitário necessário. Marcos Vasconcelos (em depoimento registrado no grupo focal) reforça:

A Anepop trouxe isso, já colocar no nome dela um modelo, uma escolha de opção de extensão, já pra você entrar na Anepop pelo menos pra compreender o que é aquele modelo de extensão que traz ali, que é uma extensão que ela tá caracterizada, tem um objetivo ali, e só eu querer saber e conhecer mais isso, é uma forma de pensarem que é uma coisa de revolucionário [. . .]. Ou então uma forma também de [outras pessoas] se aproximarem.

Outrossim, parece marcante, na história desse movimento, sua busca por materializar suas intencionalidades e pressupostos filosóficos. Ou seja, evitar caracterizar-se apenas pelo discurso contra-hegemônico e imbricar apoio às iniciativas e às experiências dedicadas expressamente ao desenvolvimento cotidiano de novos caminhos para a universidade como um todo.

Para Murilo Leandro Marcos, não basta que a intencionalidade esteja no discurso se ela não se incorpora à prática, contribuindo para o avanço histórico e as conquistas do movimento. Para ele (em depoimento registrado através de grupo focal),

[. . .] mais que trazer uma ideia, ela traz uma ideia materializada assim, um projeto que já ta existindo e buscando formas de assim. . . Sistematizar práticas e apontar pra essa Educação Popular [. . .].

Outra interessante característica organizativa da Anepop é sua leveza estrutural, que evita seguir as tradições políticas de alguns movimentos sociais e estudantis de esquerda, que privilegiam mais a estrutura e a disputa de cargos do que o trabalho e a construção coletiva das ações em si. Ao longo de sua história, a Anepop foi construída sem cargos eletivos, e sua história foi conduzida por pessoas vindas da base das experiências de Extensão Popular, que se desafiaram a lutar por algo mais: mudanças no seio da universidade. Nesse sentido, evita-se cultivar na Articulação a ideia de representatividade ou de hierarquias. O movimento é construído com a fluidez que lhe é própria, não com cem por cento dos extensionistas populares brasileiros ou com um quórum mínimo desse público, mas, sobretudo, com aquelas e aqueles que se dispõem a construir caminhos coletivamente, a pensar estratégias e a trazer ações inovadoras. Nesse ponto, Etel Matiello (depoimento registrado no grupo focal) destaca:

a questão assim de não ser representativa, de não representar movimentos, mas das pessoas que tão ali fazendo parte, eu acho que isso é uma inovação da Anepop, a questão de uma certa independência financeira, de não ficar assim Ah, só vai existir Anepop enquanto tiver financiamento para fazer o encontro. . . E a questão de que ela surge de uma materialidade concreta, né? Ela surge de um, digamos, parece que ela veio de baixo pra ser criada em cima, ela não foi em cima criada e foi indo pra baixo. Talvez até a própria sustentação dela se der muito por conta disso. Da gente ver quando a gente se encontra, quando a gente discute, a gente continuar sempre percebendo as pessoas novas que estão chegando, percebendo que realmente é importante a gente tá articulado, a gente tá refletindo, que esses momentos dão visibilidade, e a gente manter o propósito da Extensão Popular.

Assim, ao analisar o histórico da Anepop, podemos perceber uma forma de organização política peculiar em desenvolvimento. Diferentemente de muitas estruturas organizacionais políticas presentes na sociedade, também nos movimentos sociais, as pessoas que construíram a história da Anepop, até 2007, elegeram como suas categorias estruturantes centrais a leveza e a frouxidão, preferiram o encontro comunicativo e pedagógico como atividade central e optaram por confiar mais em pessoas do que em estruturas, o que é percebido pela pouca dedicação do movimento em criar e cultivar estruturas de comando e organização, privilegiando o compartilhamento de tarefas e de trabalhos, confiando nas pessoas pela pronúncia de suas disponibilidades, desejos e possibilidades de contribuição. No interior do movimento, sempre há quem discorde dessa forma organizativa. Muitos referem esse arranjo como sinônimo de falta de organização, ou mesmo de ausência de uma diretividade maior para o avanço histórico do movimento. Essa crítica afirma existir na

Anepop pouca afirmação de seus princípios, definição de sua estrutura política e delineamento de sua missão e projetos de futuro. Contudo, a análise da história da Articulação demonstra que esses pensamentos ainda não ecoaram em mudanças ou novas perspectivas consistentes para o movimento. No período deste estudo, perseverou a compreensão de que a Anepop é um lugar de encontro subjetivo, significativo e pedagógico, a partir do qual estudantes, professores, técnicos e lideranças sociais e comunitárias podem ressignificar a universidade e, quando quiserem e como quiserem, engendrar esforços para criar inéditos viáveis no cenário acadêmico.

O respeito as subjetividades, o diálogo aberto e horizontal, a construção coletiva do conhecimento, a troca e o compartilhamento de saberes, a busca pelo protagonismo e a participação popular, a intencionalidade política e crítica, e a presença e busca permanente da amorosidade (Diego Santos, depoimento registrado em entrevista individual).

Horizontalidade nos debates independentemente de estarem presentes doutores ou pessoas das comunidades, movimentos populares, abertura para toda pessoa que esteja lá dentro fale, ou seja, um espaço democrático e reflexivo sempre! (Nayara Monteiro,⁴ depoimento registrado em entrevista individual).

De acordo com a concepção conversitária, essa leveza organizativa tem a ver com a assunção, pelos articuladores, da complexidade dos processos políticos e pedagógicos inerentes ao

4 Estudante do último ano do Curso de Direito da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), participou ativamente do Movimento Estudantil de Extensão em Direito, na Renaju — Rede Nacional de Assessorias Jurídicas Populares e, localmente, participou da criação e do desenvolvimento do projeto de extensão “Direito para todos”. Foi uma das organizadoras do I Seminário Nacional da Anepop, em Goiânia (GO), em julho de 2010.

movimento. Fleuri ressalta que essa perspectiva nos desafia a trabalhar com a incerteza e com um pensamento multidimensional, que se baseia na dialógica, e cita Edgar Morin (1995, p. 57; pp. 59-60):

O que significa dialógica? Significa que duas lógicas, duas “naturezas”, dois princípios são coligados em uma unidade sem que com isto a dualidade se dissolva na unidade. [. . .] Assim, o método da complexidade nos orienta a pensar sem nunca fechar os conceitos, a quebrar as esferas fechadas, a restabelecer as articulações entre o que se encontra dividido, a nos esforçar para compreender a multidimensionalidade, a pensar com a singularidade, com a localidade, com a temporalidade, a jamais esquecer as totalidades integradoras.

Com efeito, duas dimensões destacam-se nesse movimento desde sua origem e com o seu desenvolvimento. Em primeiro lugar, podemos dizer que a Anepop possui uma estrutura elementar essencial: o lugar de encontro.

Acho que Anepop é uma rede, agora uma rede frouxa em alguns pedaços frouxos, e em outros pedaços mais densos e intensos. Então acho que pra colocar essa contrariedade, é contrariedade mesmo, uma certa diferença, mas é uma coisa permitida dentro da Anepop que é uma rede frouxa em alguns espaços e mais densa pros outros. Mas ela sempre tá aí, ela tá furada, mas ela é densa e frouxa. Então as vezes dá um certo nervosismo, uma certa. . . tipo querer que ela as vezes fosse mais frouxa, e as vezes querer que ela fosse mais densa, mas ela existe e ela tá aí (Marcos Vasconcelos, depoimento registrado em grupo focal).

E, em segundo lugar, a partir desses encontros significativos, a Anepop propicia a ação transformadora no cenário universitário

pela dedicação de seus sujeitos à construção coletiva de iniciativas fortalecedoras da Extensão Popular.

Ela sempre teve, as vezes com poucas pessoas, com poucas reflexões, mas ela sempre teve ali assim. . . naquela questão de se enxergar e de saber que tipo: Ah, eu preciso trocar uma ideia, eu preciso de uma força, aquele grupo me suporta né? E aí eu acho que também dá o caráter de rede isso. Tipo, tô com uma dúvida num projeto de nutrição, aí se eu falar isso na rede todo mundo coloca suas ideias (Etel Matiello, depoimento registrado em grupo focal).

O fato dela estar sendo tecida é que cada fio está tocando vários outros fios. Isso pra mim é o fato mais rico, que eu vejo materializado na Anepop. Isso a gente pode materializar nas pessoas que se encontram, né? Um ano depois, dois anos depois. . . Um fio tava lá, depois tava pra cá, e se encontrou. . . E acho que isso é muito material mesmo, os fios que são as pessoas e suas trajetórias vão se cruzando por aí, e ali e aqui. . . (Murilo Leandro Marcos, depoimento registrado em grupo focal).

Dessa maneira, leveza organizativa e confiança nas pessoas compõem um mosaico estruturante essencial, segundo o qual se mantém uma estrutura político-administrativa participativa e dialogal, mas nada frouxa em termos identitários e de luta, que continua sendo tocada pelas pessoas do movimento.

A gente tem essa intenção de ser leve, mas ao mesmo tempo consegue sistematizar, refletir, consegue criar algo que vá ficar e direcionar, uma carta, sei lá um. . . relato da oficina. . . (Etel Matiello, depoimento registrado em grupo focal).

De todos esses elementos, talvez a fé no outro, cristalizada na confiança nas pessoas como ativadoras e construtoras do movimento (e não, necessariamente, em estruturas, cargos ou instituições), esteja mais presente na ontologia desse movimento. Concordamos com Fleuri (2004, p. 34), considerando que essa é uma característica do conhecimento conversitário, em que há uma ênfase na relação recíproca entre sujeitos como fator criativo do conhecimento, superando a concepção de sujeito de conhecimento como simples intencionalidade pressupostamente individual ou absoluta. Compreendemos, então, que a forma de organização escolhida pela maioria dos articuladores do movimento de Extensão Popular não é simplesmente frouxa ou indefinida — tem um fundamento teórico e filosófico claro e bem detalhado. Utilizaremos as palavras de Fleuri (2004, pp. 34-9) para ilustrar essa assertiva:

A ênfase na interação de sujeitos torna evidente que a teorização se elabora a partir e em função da prática, em que diferentes sujeitos interagem ao enfrentar os problemas (contradições, desafios) do contexto em que vivem. [. . .] O saber conversitário não se constitui a partir da consolidação de uma narrativa única ou hegemônica, mas justamente mediante o reconhecimento mútuo entre os diferentes sujeitos culturais que se colocam em relação intensa e crítica a partir do enfrentamento dos desafios emergentes em seus contextos socioculturais. É justamente nas fronteiras, nas situações-limite, nos entrelugares constituídos dinamicamente entre um ser e outro, entre uma cultura e outra, entre um movimento social e outro, entre uma instituição e outra [. . .], que se torna possível o desenvolvimento de novas possibilidades de significação e, consequentemente, do aprimoramento crítico de cada um dos sujeitos socioculturais em relação.

Por conceber a produção de conhecimentos sobre essa perspectiva ética e filosófica, não poderia ser de outra maneira organizada uma articulação formada por sujeitos das práticas de Extensão Popular. Queremos, com isso, afirmar que há uma coerência ética entre os princípios, o ideário, as metodologias e as formas de organização política das práticas de Extensão Popular com o movimento de Extensão Popular. A experiência da Anepop revela isso e nos ensina o quão dialético pode ser um movimento social que tem dimensões micropolíticas (da base) e macropolíticas (do contexto geral circundante) e o quanto tudo isso pode estar em constante movimento dialogal no cotidiano da Extensão Popular, com estudantes, professores, técnicos e movimentos cuidando de problemas locais, mas também engendrando esforços de luta e de resistência contra as opressões conjunturais na Universidade e na sociedade como um todo.

Compreensão do significado político e pedagógico do ensino e da pesquisa em integração com a extensão

No cotidiano da maioria dos projetos de Extensão Popular, exercer a atividade de pesquisa é uma das mais significativas dificuldades. Ao iniciar suas atividades e vivências nesse campo, prevalecem no estudante o encantamento com a riqueza da sabedoria popular, as ações comunitárias e o sabor de conquistar algumas vitórias na luta por cidadania. Isso acaba aprimorando nesses sujeitos o gosto pela ação em si mesma: programar atividades, favorecer o encontro entre as pessoas e incentivar a mobilização comunitária. Através dessas ações, podem sentir um resultado mais imediato e recompensante como consequência de seu trabalho, espelhado nas ideias transformadas, nas construções coletivas e nas mudanças de atitude. Por isso mesmo, acabam privilegiando o ativismo, em detrimento da reflexão crítica e do estudo teórico, que constituem também importantes frentes relacionadas

à extensão. Aliado a esse processo, seu testemunho da educação bancária nas disciplinas curriculares tradicionais e a concepção academicista da pesquisa universitária acabam incentivando um afastamento — e até uma ojeriza — de muitos desses estudantes em relação ao ensino e à pesquisa. Para muitos deles, extensão deveria ser ação, não principalmente, mas somente.

Essa dificuldade não é exclusiva da Extensão Popular. O desafio de articular a ação com as ações de pesquisa e de ensino configura-se como um dos principais obstáculos historicamente colocados para a Educação Popular como um todo. Souza (1998) afirma que “nem sempre, as práticas de Educação Popular contribuíram para a consistência e o aprofundamento do pensamento pedagógico. Nem sempre foram acompanhadas de processos de sistematização que garantissem o sentido pedagógico às atividades e a ultrapassagem da urgência das ações, sem deixar de garantir seu êxito”. Nos últimos anos, essa discussão passou a ser intensificada nos diversos fóruns de debate sobre Educação Popular, especialmente no compasso em que se difundiram nacionalmente as perspectivas mais participativas de produção de conhecimento, via pesquisa-ação, por exemplo, e metodologias ativas e críticas de ensino, em cenários historicamente envernizados como a Universidade. Com efeito, se aquele desafio ainda persiste hoje no interior de muitas práticas, é importante reconhecer que muitos coletivos vêm avançando em delimitações teóricas e metodológicas capazes de ultrapassar o ativismo, rumo a uma Educação Popular que pesquisa, ensina e transforma, num movimento crítico e permanente.

Entrando em contato com esses debates, muitos dos sujeitos da Extensão Popular passam a enxergar esses dois pilares universitários com outros olhares, na medida em que a intensificação de sua participação nos projetos de extensão estimula o exercício de atividades de sistematização de experiências, por exemplo, ou de aprofundamento teórico em alguns temas pertinentes aos problemas vivenciados na realidade social com a qual

trabalha. Acreditamos, no entanto, que a experiência de participar da organização da Anepop também vem contribuindo para que muitos desses estudantes construam outras percepções para as atividades de ensino e pesquisa, reforçando e qualificando sua luta pela Extensão Popular.

Num primeiro momento, as trocas de experiências, tanto em apresentação de trabalhos em eventos científicos, em rodas de conversas e oficinas quanto em conversas informais, constituem uma primeira provocação para que os extensionistas compreendam a importância de sistematizar suas experiências, o que exige que encarem sua Extensão Popular também como pesquisa. Ora, nos vários debates regionais e nacionais promovidos pela Anepop, muitos extensionistas podem perceber que suas experiências têm fios condutores e inspirações teóricas semelhantes a muitas outras experiências pelo País. Ver a Educação Popular ganhar sentido numa atividade de extensão das áreas de Direito, Ciências Sociais, Educação e Engenharia, por exemplo, ajuda o estudante de Saúde a compreender qual a intencionalidade do seu projeto, para além da área temática específica, amplia sua capacidade de reflexão e análise crítica. Assim, ele também passa a considerar a dimensão metodológica de seu Projeto e a compreender que sua experiência é uma fonte rica de saberes e de caminhos para vivenciar a Educação Popular na universidade. Mesmo que processualmente, é a partir de cada atividade da Anepop e em cada troca de experiências que os extensionistas vão percebendo que suas práticas locais estão encharcadas de um saber fazer que precisa ser socializado para ser difundido entre outros extensionistas, e criticado, para ser mais bem qualificado. Então, através das vivências da os estudantes conseguem enxergar a riqueza de conhecimentos que carregam suas experiências e a necessidade de sistematizá-las.

Nesse processo, também foram aprendendo que sistematizar as experiências não era somente “colocar no papel” uma descrição do que faziam e “como era bom” vivenciar essas experiências,

mas cultivar um tempo próprio para entendê-las com mais profundidade, resgatar seus princípios teóricos e filosóficos, estudar com quais conjunturas sociais, políticas, econômicas e culturais dialogam, elencar os principais obstáculos identificados em suas ações, evidenciar os principais potenciais e as descobertas originadas no desenvolvimento de suas ações e repensar as perspectivas de futuro de suas ações, problematizando suas contribuições sociais. Como destaca Souza (1998), o extensionista pesquisa para garantir “mais atenção aos processos que se realizam e analisar os efeitos que esses têm na solução dos problemas que provocam o início das atividades implantadas”.

Os estudantes da Anepop foram descobrindo que a pesquisa só poderia ser feita com tempo, cuidado e seriedade — o que não era uma atividade de extensão a mais nem algo extra, mas uma atividade integrante e inerente à extensão universitária mesma. Compreendia-se, então, que a extensão não pressupunha somente ação, mas também reflexão, estudo e sistematização.

No que diz respeito ao ensino, os extensionistas populares que participam da Anepop podem desenvolver uma prática calcada de acordo com as necessidades de aprendizagem demandadas de seu confronto crítico com a realidade, seus dilemas e suas incertezas. Ao entrar em contato com diversas experiências de Extensão Popular pelo País, ficava patente para esses sujeitos que o ensino não precisava ser aquele que vivenciavam majoritariamente em sala de aula, mas que se fazia a partir da busca de ser mais de cada um, com metodologias coerentes com esse horizonte. Isso foi surgindo a partir de duas necessidades prementes do movimento.

Em primeiro lugar, na busca por formas participativas de construir debates em congressos, ressignificando a ideia de mesas-redondas, nas conversas informais, nas oficinas, nas rodas de conversa e nos círculos de cultura da Extensão Popular, desvelavam-se novas perspectivas de ensinar e aprender, o que indicava existirem possibilidades alternativas de vivenciar o ensino,

distantes das tradições de educação bancária. Percebia-se que, no conjunto das experiências de Extensão Popular, emergia um ensino elaborado a partir da realidade social, intimamente conectado com os anseios e os saberes de cada povo, dedicado aos problemas de interesse dos próprios educandos, com metodologias coerentes com esse horizonte, marcadas pela valorização do diálogo, das trocas de experiências e encharcadas de intencionalidade política transformadora.

Em seguida, pelo anseio crescente dos membros da Articulação em aprofundar seus conhecimentos no campo da Extensão Popular e da educação. A cada evento do qual participavam, os membros da Anepop iam constatando a relevância de sua formação permanente, com a compreensão de sua inconclusão, a necessidade de aprofundarem seus conhecimentos sobre a Extensão Popular e a literatura inerente à Educação Popular. Compreendia-se, então, que extensão não era somente ação nem reflexão, estudo e sistematização, mas também formação permanente num contínuo ensinar e aprender. Para Freire (1996, p. 29)

não há ensino sem pesquisa e pesquisa sem ensino. Esses quefazeres se encontram um no corpo do outro. Enquanto ensino, continuo buscando, reprocurando. Ensino porque busco, porque indaguei, porque indago e me indago. Pesquisa para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo. Pesquisa para conhecer melhor o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade.

Como consideravam o potencial dinamizador existente na relação extensão, pesquisa e ensino, os estudantes percebiam que a Extensão Popular não se limitava ao campo da ação comunitária, mas também integrava as perspectivas do ensino e da pesquisa sob a ótica da Educação Popular. Constituíam-se como um caminho profícuo para a produção e a sistematização de conhecimentos, bem como para a formação de pessoas. A vivência com

a Anepop permitia aos estudantes constatarem os vários significados da pesquisa e do ensino em integração com a Extensão Popular. De um lado, um significado político, pois investir na sistematização e na geração de estudos por meio das práticas de Extensão Popular era colocar em evidência essas iniciativas e demonstrar, no foco do campo científico, a riqueza de conhecimentos contidos e a capacidade de elaborar novos conhecimentos por meio do confronto crítico com a realidade e do diálogo participativo entre seus sujeitos. De outro lado, desvelava-se um significado pedagógico para o movimento, na medida em que a atividade de pesquisa fornecia contrapontos e novas informações que abasteciam os projetos de extensão de instrumentos importantes para sua reorientação e a qualificação de suas ações.

Seguindo essa perspectiva, a Extensão Popular integra-se dialogicamente com a pesquisa e o ensino na construção de conhecimentos úteis à transformação das condições objetivas de opressão, injustiça, dor e desconforto sentidos no seio das camadas populares. Unidas, mesmo que muitas vezes num diálogo tenso, tais dimensões acabam por constituir uma perspectiva fundamental de produzir conhecimentos. Boaventura de Sousa Santos (2001) analisa a tensão entre um conhecimento que denomina regulador e outro que intitula emancipador como uma das principais encruzilhadas com a qual se deparam a ciência moderna e aqueles que acreditam no conhecimento científico como perspectiva concreta de construção de um novo mundo e de novas sociabilidades. Nessa direção, considera que o conhecimento regulador corresponde à forma hegemônica com a qual se institucionalizou e difundiu a atividade acadêmica, com ideias do desenvolvimento da técnica e da ciência como produtora de saber para o mercado capitalista e a manutenção da ordem social vigente. Como afirma Castro (2004), um saber quase sempre chamado de descontextualizado, mas que, em verdade, adequa-se às necessidades de quem ordena e em que o ser humano é tratado como objeto e não tem contribuição nenhuma a dar para

o processo de produção do conhecimento. Para Castro (2004, p. 3), trata-se de “um conhecimento que se basta por si mesmo, que não abre as portas para outros saberes, que avilta a natureza, e que desqualifica ao objetivar e ao quantificar. O conhecimento científico experimentou um empobrecimento qualitativo”.

Por sua vez, o conhecimento emancipador configura-se com a valorização e o reconhecimento do saber de experiência e não despreza o conhecimento que produz tecnologia, mas entende que, tal como o conhecimento, deve traduzir-se em autoconhecimento, e o desenvolvimento deve traduzir-se em sabedoria de vida. Para Castro (2004, p. 4), “o conhecimento emancipador não despreza a técnica em prol da ideologia, mas une as duas para produção de um novo conhecimento, mais humano, mais cidadão, mais centrado nas questões cruciais do mundo à sua volta”. Sem um confronto crítico com a realidade, pela imersão comprometida com seus sujeitos, tal conhecimento não poderá ser produzido, muito menos sem uma investigação rigorosa, curiosa e questionadora sobre seus principais problemas, dilemas e contradições. Ademais, tal produção nenhum efeito terá se não se constituir em tema e abrir novas perspectivas de formação e aprendizagem. Por tudo isso, acreditamos que, no movimento nacional de Extensão Popular, a vivência permite aos estudantes universitários compreenderem o significado do diálogo entre Extensão Popular, ensino e pesquisa e a importância estratégica de cada uma dessas atividades, no contexto da produção de conhecimentos emancipadores, e que é possível integrar essas três dimensões no desenvolvimento de um trabalho social.

Ao contrário do que ocorre no cotidiano da política universitária hegemônica, na Extensão Popular, a integração entre extensão, pesquisa e ensino revela-se não apenas necessária, mas fundante para se executarem experiências verdadeiramente capazes de fomentar a criticidade e a participação, por meio da extensão, que favorece o encontro com a realidade social e seus sujeitos; da pesquisa, confrontando-se criticamente com esse

mundo, indagando-o, questionando-o e buscando conhecê-lo melhor; e do ensino, encontrando na extensão e nas indicações da pesquisa temas e problemas pertinentes de serem coletiva e individualmente aprofundados e aprimorados.

Especialmente a partir das discussões com o Grupo de Pesquisa em Extensão Popular (Extelar), fomos também aprendendo que o movimento de resignificação da pesquisa pela via da Extensão Popular é antigo, por mais que se desenvolva sob essa denominação (pesquisa em Extensão Popular) apenas recentemente. Mas as tentativas de elaborar metodologias de pesquisa marcadas pela participação e pela ação transformadora são muito diversas, em âmbito mundial, e têm perspectivas teóricas e caminhos metodológicos distintos.

De pronto, passamos a olhar nossas práticas de Extensão Popular com outros óculos. Em vez de olhar apenas do ponto de vista organizativo e operativo, da ação em si mesma, nossa curiosidade era instigada no momento em que, no confronto com aquela realidade, pensávamos em problemas e perguntas de pesquisa. Isso se deve, principalmente, ao fato de começarmos a enxergar a amplitude e significância nacional de nossos trabalhos locais. Assim, cada ação organizada não era mais uma atividade pontual, mas uma proposta metodológica; cada repercussão era um novo conhecimento construído, e cada problema que surgia na comunidade era alvo de novos cuidados e merecedor de novas preocupações teóricas. Nesse processo de conhecer as pesquisas nesse campo, também aprendemos que era preciso incrementar nossa humildade e nosso espírito científico, ou seja, aceitar que nosso projeto não era o melhor nem nossa metodologia era a “mais moderna”, mas que éramos apenas mais uma experiência dentro de um caldeirão cheio de diversidade e contribuições significativas num processo antigo e muito amplo de repensar a extensão, a pesquisa e o ensino universitário.

Avançar na produção de conhecimentos científicos emancipadores era um desafio significativo, mas perfeitamente possível

de ser enfrentado pelos extensionistas populares, pois esses sujeitos retinham uma exigência fundante para esse tipo de construção de conhecimento: a inserção crítica e comprometida com a realidade, viabilizada pela vivência nos projetos de Extensão Popular. Freire (1979, pp. 18-9) enuncia que

esse compromisso com a humanização do homem, que implica uma responsabilidade histórica, não pode realizar-se através de palavório, nem de nenhuma outra forma de fuga do mundo, da realidade concreta, onde se encontram os homens concretos. O compromisso, próprio da existência humana, só existe no engajamento com a realidade, de cujas “águas” os homens verdadeiramente comprometidos ficam “molhados”, ensopados. Somente assim o compromisso é verdadeiro.

Assim, na conclusão deste item, não podemos deixar de reafirmar que, assim como a pesquisa e o ensino compõem vertentes essenciais, perdem também seu significado se não se estenderem para ser vivenciadas na realidade concreta. É do encontro dos sujeitos com o mundo que nascem os problemas de pesquisa e os temas do ensino. Sem esse encontro, a produção de conhecimentos emancipadores não será possível.

Contribuindo para a construção de um movimento estudantil amoroso, inclusivo e popular

Na criação e no desenvolvimento da Anepop, a experiência com a participação estudantil pode ser compreendida como o desvelamento de uma dimensão de movimento estudantil distinta daquela preponderantemente observada no cotidiano universitário. Trata-se de um movimento estudantil por meio do qual se podem trabalhar duas dimensões relevantes: a articulação ínti-

ma com os movimentos sociais e as organizações populares e a utilização de perspectivas educativas mais participativas, humanísticas e críticas em seu desenvolvimento e formas de organização, como é o caso da Educação Popular. Nessa dimensão, há uma marca pedagógica diferente, em que a amorosidade das relações e a valorização integral das humanidades conduzem a pressupostos peculiares formadores de um movimento estudantil com um comprometimento ético-político e humanitário amplo, pois é composto por atores intrinsecamente vinculados aos movimentos sociais e às suas lutas, por meio da Extensão Popular. No período estudado da história da Anepop, esse diálogo ocorreu e foi profícuo, o que pode ser verificado nos depoimentos de militantes do movimento estudantil sobre a Tenda Paulo Freire, promovida no 3.º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU).

Há muito tempo que não encontrava um espaço no diversos eventos que participo por aí, que refletisse tanto aquela fé, subjetividade, amorosidade, enfim, aquele sentimento de confiança no mundo e nas pessoas que fazem o mundo melhor, discutindo novos rumos para a realidade (Hugo Belarmino, em mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 1.º-11-2006).

A tenda e as pessoas dentro, fora e ao redor dela trataram de sua presença naquele mundo, [. . .] esculpindo uma realidade nova, fazendo ciência, ensinando, aprendendo, aprendendo, formando, desformando a deformação, politizando, sonhando. . . sonhando sempre. . . e fazendo sempre. . . Nada certo, nada ideal, nada inequívoco, nada irrevogável. A construção, a passagem, a vivência, a despasse não foram e não são preestabelecidas, predeterminadas. Estamos sendo. A tenda foi e está sendo. Está sendo em nossas cabeças uma problematização, uma possibilidade, um organismo

vivo, um alegre sorriso. . . (Murilo Marcos, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 29-10-2006).

Especialmente nos anos 1960 e 1970, essa dimensão de ação estudantil esteve plenamente trabalhada pelos setores de esquerda do movimento. A partir da década de 1980, entre as várias perspectivas de movimento estudantil, destacam-se as atreladas exclusivamente à disputa de cargos, o que provocou a desvinculação dos problemas sociais e das organizações populares, além da consolidação, mesmo nos grupos de esquerda, de uma tradição educativa de cunho autoritário. Especialmente na década de 1990, hegemonicamente, o movimento estudantil universitário enfrenta problemas identitários e de avanço histórico, na medida em que muitos de seus grupos atrelam-se a partidos políticos e pautam sua construção nos caminhos eleitorais partidários, excluindo o diálogo com outras tendências políticas e/ou partidárias; espelham sua veia organizativa em estruturas, cargos e disputas eleitorais estudantis; excluem o consenso e esvaziam o diálogo na construção de suas ações; ficam muito presos às disputas de poder nas estruturas já engessadas e envernizadas das universidades; em razão disso, perdem a dimensão acumulada, principalmente, durante a resistência estudantil no Golpe Militar no Brasil, de luta social e engajamento em processos de transformação social, na reivindicação de mudanças da formação acadêmica e do compromisso social universitário.

De certo, muitos grupos estudantis mantiveram a prioridade em conduzir as ações numa perspectiva democrática e de Educação Popular, bem como continuaram priorizando o vínculo com os movimentos sociais. O surgimento dos Estágios Interdisciplinares de Vivência (EIV) e dos Estágios de Vivências em Comunidade da UFPB demonstrou a persistência de grupos estudantis comprometidos com as camadas populares, mesmo em minoria, no conjunto do movimento estudantil. Tais

coletivos têm contribuído muito com a ressignificação do movimento estudantil universitário e, em muitos casos, empreendido gestões de diretórios e centros com perspectivas comprometidas socialmente e interessadas nas mudanças curriculares. Acreditamos que a Anepop configurou mais uma iniciativa nesse esforço contra-hegemônico de constituir outra visão de ação e participação estudantil na vida em sociedade e no cotidiano universitário.

Começo por dizer que não sou extensionista e nem nunca o fui. Sou militante, apenas, que acredita nas pessoas e no impacto das microrrevoluções. [. . .] Meus objetivos no 3.º CBEU eram modestos e diretos: aproximação com a pauta que me permitisse trazer novas concepções para a Educação Médica, o Movimento Estudantil e a minha faculdade (meus atuais espaços de disputa). Entretanto, esse espaço reverberou coisas que eu jamais pudesse imaginar. Conhecer todos vocês na tenda trouxe de volta sentimentos há muito adormecidos em mim. Sentimentos esses que traziam em si a esperança no poder transformador existente nas pessoas e a crença na bondade do ser humano (Natalia Madureira, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 1.º-11-2006).

Num novo período histórico, emergido a partir da década de 2000, experiências como a Anepop ensejaram oportunidade para inserir muitos estudantes em movimentos de resistência e de luta. Etel Matiolo (depoimento registrado em grupo focal) ressalta que

[. . .] os estudantes que não se encontram no movimento social, não se encontram no movimento estudantil, mas que fazem a sua prática em Extensão Popular e Educação Popular, que às vezes não se sentiam tão pertencentes a esses outros espaços na Anepop eles sentiram mais esse:

Bom, esse espaço é mais meu, né? Um pouco por quê? Por essa necessidade de se encontrar.

Como exemplo, foi notória a impulsão que estudantes de Medicina ligados à Extensão Popular trouxeram para o movimento estudantil de sua área. Seguindo uma tradição recente de outros estudantes ligados à Educação Popular que batalhavam por uma nova concepção de movimento estudantil para a Medicina, a partir de 2006, muitos dos estudantes vinculados à Anepop pautavam discussões e reflexões em diversos encontros sobre o compromisso social, a inserção estudantil nos esforços populares e perspectivas sobre a Educação Popular na formação médica. Ademais, conseguiram compor um grupo político na Direção Executiva Nacional dos Estudantes de Medicina (Denem), justamente por meio de sua coordenação de extensão — a Cexu — por intermédio da qual fortaleceram a participação estudantil em Estágios de Vivência e coordenaram a construção de uma cartilha sobre Extensão Popular e o Movimento Estudantil. Logo após o 3.º CBEU, o XVII Seminário do Centro de Estudo e Pesquisa em Educação e Saúde (Cenepes) da Denem, que ocorreu em Belém (PA), foi um exemplo desse diálogo transformador entre o movimento estudantil e o movimento de Extensão Popular na formação médica.

Há algum tempo faltava um encontro desse tipo dentro da executiva de medicina. Um encontro simples, profundo, alegre, acolhedor, belo, intenso, serio, livre! [. . .] momentos descontraídos aprendendo a dançar carimbó; tempos niilísticos e produtivos a beira do rio Guama, na UFPA; discussões politicamente aprofundadas e iluminadoras; um dia inteiro morando com ribeirinh@s, catando açaí, pisando na lama gelada e tomando banho de rio, aprendendo, ouvindo, tentando entender, abraçando e dialogando. . . Foi realmente muito, muito marcante pra mim, ver tant@s

(eram pouc@s no total, mas muitos na contracorrente) estudantes de medicina, libert@s de seu mundo-página-de-livro, criticando a “extensão-estilingue”, bancária, cerceadora de transformação e pensando numa forma outra, num trabalho social, com outra forma, com (outra) intencionalidade, num trabalho com um ideal bem marcado, construído passo a passo com seus atores de dentro e de fora da ilha-univer(so)-ci(e)dade. . . Lindo foi ver estudantes, especialmente de medicina, falando de transformação social — não aquela bonitinha que lemos em livros de filosofia — enraizada, de revolução de um ideário político-econômico-social, de mudança de conceitos de saúde, de conceitos outros, de mudança de sociedade, de mudança de nosso deteriorado mundo (Murilo Marcos, mensagem postada na lista de discussão da Anepop na internet no dia 6-11-2006).

Por se configurar como um movimento social, o Movimento de Extensão Popular também repercute no cenário político-institucional da universidade como um todo, de modo especial, na organização nacional da extensão.

O significado da Anepop para a extensão universitária brasileira

Certamente, mesmo com as contradições a ela inerentes, podemos afirmar que a extensão universitária tem sido o cenário mais propício e favorável para o exercício do compromisso social da Universidade, mediante o diálogo de seus setores com a sociedade em seus muitos grupos, especialmente as camadas populares. Muitos dos recentes avanços conquistados na área de reformas curriculares provieram de metodologias, conhecimentos e abordagens já elaborados e aperfeiçoados no interior de experiências de extensão. Nesse sentido, é válido afirmar que o contato com a

população foi ajudando a moldar a Universidade, para diversas direções. Ademais, ao contrário do que se observa no ensino e na pesquisa, é na extensão que se verifica um vínculo maior na relação Universidade-sociedade, mesmo que esta seja apenas objeto ou beneficiária de serviços prestados. Seu histórico demonstra a construção de ações que requerem não apenas o protagonismo do professor, mas também dos estudantes, dos técnicos e da população participante, em diversas etapas do trabalho.

Considerando todos esses fatores, é que podemos afirmar ser incoerente a atual forma de organização nacional das políticas de extensão, por contar apenas com a participação de pró-reitores, apesar de participarem da formulação cotidiana da extensão: professores, estudantes, técnicos e movimentos sociais. Apesar de compreender a importância da organização nacional dos pró-reitores e de eles contarem com um coletivo próprio para discutir suas questões, não podemos considerar coerente a persistência de sua exclusividade gerencial na extensão há vinte e três anos. Reside aí uma importância histórica e política do movimento nacional de Extensão Popular, na medida em que conseguiu construir uma organização por intermédio da Anepop capaz de propor o compartilhamento da organização nacional das políticas de extensão, o que foi insistentemente proposto pela Articulação em toda a sua história, mas sem a constituição efetiva de uma agenda de trabalhos entre a Anepop e a Forproex capaz de pensar estratégias políticas para superar tal lacuna. Por isso, a luta pela democratização da extensão continua em pauta no movimento de Extensão Popular.

Em sua obra sobre a crise da Universidade, ao analisar o movimento do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, Jezine (2006, p. 307) afirma que, como instância organizada da sociedade civil, o Fórum tem procurado encaminhar e respaldar a concepção acadêmica de universidade e de extensão universitária, baseada no compromisso social da cidadania, com a confirmação das funções da Universidade

de construir, preservar e socializar a cultura e o conhecimento científico. Indubitavelmente, o histórico de atividades e de reflexões empreendidas Forproex representa um avanço no painel histórico da extensão universitária brasileira. Cumpre reconhecer o papel essencial do movimento dos pró-reitores na instituição de uma concepção progressista de extensão, ensejada na ocasião do nascimento de seu Fórum Nacional. Essa foi uma conquista para a extensão como um todo, que contribuiu para que fosse reconhecida como atividade acadêmica e que merecesse ser apoiada e valorizada. Foi um passo importantíssimo.

Cabe, todavia, questionar lacunas históricas desse movimento, entre elas: Esse movimento do Fórum seria possível sem as ações, mesmo subversivas, de Extensão Popular e Educação Popular das décadas de 1960 e 1970, que também pincelaram o quadro de inspiração dos movimentos de redemocratização nacional e de reforma universitária? Mesmo sem tomar a frente, acredito que o papel de estudantes, líderes populares e professores foi essencial para oferecer bases e inspirações ao movimento de institucionalização da extensão liderado pelo Fórum. Isso permanece verdadeiro nos dias de hoje, mas ainda é um desafio fazer o Fórum partilhar seu poder institucional e as frentes de atuação no movimento de extensão com esses outros atores, que tão bem fundamentam práticas transformadoras, que forjam qualquer conceito progressista de extensão.

Afinal, por que empreender, sozinho, uma luta tão hercúlea — como é o fortalecimento institucional da extensão — se há, no cenário nacional, tantos e potenciais parceiros na busca por mudanças na filosofia acadêmica? Outra pergunta cabe, e essa tem a ver com a origem mesma da Anepop: Por que os mais importantes eventos e encontros nacionais da extensão legitimam uma organização academicista e elitista do conhecimento, ao convidar para as mesas só “professores doutores” e a envolver de maneira ativa na estruturação educativa dos eventos somente os dirigentes universitários? Onde foi parar a “relação transformadora

entre Universidade e sociedade” defendida no conceito de extensão do Fórum ou o envolvimento com os movimentos sociais também sinalizado entre suas diretrizes?⁵

Ao cobrar participação ativa na organização do CBEU, por exemplo, o movimento de Extensão Popular demonstrava essa necessidade histórica de ampliar a participação na construção da extensão. Ao construir a Tenda Paulo Freire, provou que não queria apenas reivindicar, mas já sabia o que propor nesse cenário político. Uma nova voz se fazia ouvir e reivindicava o direito de participar das decisões e da formulação das políticas. Para Murilo Leandro Marcos (depoimento registrado em grupo focal), a Anepop

[. . .] surge pra dar uma desorganizada assim, pra dar um pouco de caos naquela aparente ordem. Naquele caminhar da extensão profissional, com conceito bonito, mas que na prática não estava se materializando, não tava acontecendo bem aquilo nas universidades e tal. Então a Anepop surge meio que pra isso, pra mostrar um pouco de. . . lógico que na sua maioria composta de estudantes, mas pra mostrar mesmo o estudante que está mostrando a cara e que trabalha com Educação Popular assim e o estudante meio que se encontra também, nessa de que cada um sempre busca ser acolhido dentro na Anepop, o entendimento dessa pessoa diferente, que vem de um canto e tem a sua historia, e eu acho que acolheram o singular, acolheram o peculiar. . . e tem muito a ver com a prática, mais do que com a prática com o jeito de cada um que tá dentro dos espaços da Anepop, ela surge também disso, desse acolhimento das pessoas diferentes em seus contextos.

Nessa direção, ao reivindicar a participação nesses espaços políticos, os membros da Anepop pleiteiam a inserção ativa dos

5 Para isso, ver Forproex (2007).

protagonistas da Extensão Popular no campo político e institucional da extensão universitária brasileira, permitindo-lhes trazer para o debate suas experiências, propostas e perspectivas, adicionando novas dimensões e possibilidades para fortalecer a extensão no cenário da educação brasileira. Nesse processo, a Anepop dá visibilidade política à Extensão Popular e demonstra que existem grupos extensionistas que não só discutem ou só refletem sobre seus problemas locais, mas também pensam nos problemas da universidade e da sociedade como um todo.

A Anepop apoia o desenvolvimento da Extensão Popular para encaminhar e respaldar a concepção da *Educação Popular de Universidade*, afirmada em princípios freirianos e baseada no compromisso com a emancipação social, humana e material das classes populares, a partir da transformação completa das funções hegemônicas e tradicionais da universidade, visando construir, socializar e desenvolver a cultura popular e o conhecimento científico em prol da humanização constante dos homens e das mulheres, de um mundo sem injustiças sociais e econômicas, pautado pelo respeito ao meio ambiente e por uma ordem internacional encharcada de respeito, alteridade, diálogo e felicidade.

Por tudo isso, cumpre destacar que a experiência da Anepop começou a trazer questionamentos importantes para os grupos que pensam, organizam e executam as políticas de extensão em âmbito nacional. Por exemplo, como consolidar, na extensão brasileira, palavras como *transformação, diálogo, horizontalidade e compromisso social*, presentes no documento do Fórum, mas pouco coerentes com seu vanguardismo na organização nacional da extensão universitária brasileira? Nesse sentido, as reivindicações desse movimento reverberam outros movimentos de intelectuais e alguns setores acadêmicos em estimular a discussão sobre a avaliação institucional da extensão e sua própria filosofia orientadora. Interessa discutir o apoio acadêmico à oficialização de ações de extensão de cunho assistencialista, mercantilista e propagandista no cenário acadêmico, como é o caso do Projeto Rondon,

desde sua retomada em 2005. Parece-nos que esse desafio está em voga, e mergulhar em suas questões será de fundamental importância para clarear a intencionalidade do fazer extensionista em meio aos problemas, às contradições e aos desafios postos em nossa sociedade. Por ser mais um ator a tensionar o contexto hegemônico e propor a constituição de mudanças, está aí um dos mais valiosos significados da Anepop para a extensão universitária brasileira.

Ao longo do histórico de ações e vivências mantidas pela Articulação, muitos momentos políticos e pedagógicos certamente agregaram perspectivas promissoras de avanço nesse quadro da organização nacional da extensão. A visibilidade política atual da Extensão Popular, a parceria mantida com alguns pró-reitores mais progressistas e a participação regular de estudantes e movimentos sociais (por meio da Anepop) nos CBEU são provas inequívocas disso. Contudo, como observamos ao longo deste último item, ainda persiste uma hegemonia elitista e centralizadora do Forproex, assim como prepondera uma falta de continuidade por parte da Anepop em muitas de suas principais ações. Nesse sentido, há de se fazer uma crítica ao movimento, porque não tem conseguido estabelecer diálogos, pautas e negociações mais permanentes tanto com o Forproex quanto com outros órgãos institucionais e governamentais.

A preponderância de ações pontuais, no cenário da extensão universitária, como as Tendas, e a timidez na organização política de negociação com os pró-reitores podem ser explicadas por fatores como a constante transitoriedade dos membros do movimento e o fato de sua maioria ser de estudantes, necessariamente também muito envolvidos com suas questões locais — dos projetos de extensão, mas, principalmente, das disciplinas obrigatórias e o decorrer de seu curso. Por outro lado, a criação de espaços de formação, reflexão crítica e sistematização de experiências de Extensão Popular pela Articulação evidencia sua promissora dedicação ao fortalecimento do espaço político e pe-

dagógico do movimento, bem como o reforço de sua base fundante: os projetos locais de Extensão Popular. Certamente, lacunas persistem, mas também muito se caminhou e construiu.

O significado da Anepop para a atual discussão sobre formação universitária

A análise da experiência em estudo nesta obra nos demonstra que a Educação Popular não implica uma permanente alternatividade em suas realizações, mas uma alteratividade concreta, na medida em que seus empreendimentos vão se constituindo como inéditos-viáveis de novas possibilidades educativas para a vida em sociedade. Propõe claramente novas perspectivas para o fazer e o pensar educativos, na busca por novas sociabilidades em horizontes sociais diferentes dos atualmente hegemônicos, pois são marcados, sobretudo, por princípios como justiça, solidariedade, igualdade e liberdade, que possibilitam o desenvolvimento da vida com alegria e dignidade para todas as pessoas e lhes conferem a chance de buscar ser mais, como diria Paulo Freire.

Assim, fazer Educação Popular é construir novas possibilidades de atuar no mundo, provando-se que não é preciso esperar o mundo mudar para se instalarem novas práticas, porquanto novas experiências já podem ir sendo desenvolvidas, até porque vão, elas mesmas, delineando novos horizontes e novas hegemonias, visto que demonstram ser plenamente possível construir outra educação, outra sociedade, outro mundo.

Essa mesma reflexão pode ser aplicada à Universidade e à Educação Popular nela desenvolvida em muitas experiências de formação. Uma nova Universidade já vem sendo tecida, por meio de diversas iniciativas de Educação Popular, em que se desvelam outros princípios, diferentes metodologias e vai sendo elaborada uma teoria do conhecimento em formação e organização universitária pautada pelos mesmos princípios que orientam a Educação

Popular. Ou seja, que a universidade seja um espaço capaz de qualificar aquela busca de ser mais das pessoas, além de propiciar subsídios teóricos e conhecimentos concretos para melhorar, mais e mais, a vida em sociedade pautada pelos princípios da solidariedade, da justiça, da liberdade e da igualdade.

Mesmo sendo ainda um campo em pleno desenvolvimento e constituição, já podemos indicar alguns dos principais elementos pedagógicos elaborados cotidianamente pela Educação Popular na Universidade, como forma de trazer contribuições e subsídios mais concretos para a participação dessa pedagogia no processo de discussão sobre a formação universitária. Nesse sentido, acredito que a experiência da Anepop evidencia alguns elementos que podem contribuir efetivamente para essa discussão, porque apresentam novas possibilidades e novos olhares para algumas das principais questões em foco nesse campo. Debruçemo-nos, então, em tais elementos.

Talvez uma das características mais fundantes dessa pedagogia, conforme exemplificado pela experiência da Anepop, seja a instituição constante do protagonismo estudantil em todas as etapas do processo educativo. O incentivo à construção de análises críticas protagonizadas pelos estudantes constitui uma das frentes pedagógicas essenciais presentes no movimento e indica a necessidade de garantir espaços próprios para que esses atores consigam refletir sobre os processos vivenciados. Uma reflexão crítica, capaz de apontar não apenas inconsistências e lacunas no outro, mas também em si mesmo, evidenciando ao estudante sua capacidade de errar e de seu saber não ser o único. Uma reflexão que ganhou sentido, na experiência da Anepop, por não consistir apenas de uma “tarefa de casa” ou um “exercício de classe”, mas porque era um elemento necessário à militância e à caminhada do movimento social no qual esses estudantes estavam empenhados. Era, então, uma reflexão crítica com cor, cheiro e gosto de gente, de vida, porque estava diretamente conectada com os rumos do movimento. Por tudo isso, o estudante ganhou

gosto em analisar criticamente e, dali em diante, partiu para outras empreitadas em que, certamente, aprenderia a olhar com percepções mais ampliadas sobre os processos e pôr em xeque suas certezas e suas impressões. Além dessa dimensão, outra é o estímulo ao desenvolvimento da criatividade, a partir da qual esses atores podem ter tempo e tranquilidade para envolver seu jeito de fazer, de pensar e de olhar na construção do processo educativo em andamento. Os talentos e os gostos individuais são como alicerces para uma composição diversificada da caminhada do movimento.

O estímulo ao protagonismo estudantil não pode, no entanto, consistir apenas de uma etapa ou de uma dinâmica específica no processo educativo. Conforme demonstra essa experiência, esse protagonismo só é gerado quando se compartilha, no espaço educativo em questão, o exercício da confiança nas atitudes estudantis, espelhada na valorização dos seus saberes e na crença de que sua ousadia e coragem possibilitarão a construção de ações, intervenções e iniciativas muito promissoras. Nesse caminho, há que se ter também paciência com os erros cometidos. Encarar as “quedas” e os equívocos como pontos de análise crítica e substratos para dar novos direcionamentos às ações empreendidas. Tudo isso poderá permitir um encontro autêntico do estudante com o mundo mesmo e com as pessoas como são, sem que haja nenhum professor segurando sua mão ou indicando por onde e como caminhar.

Reside aí outra questão central nesse debate: é imprescindível buscar uma relação efetivamente horizontal entre docente e estudante, sem autoritarismos, pautada pelo diálogo e pelo vínculo amoroso. Em muitas das atuais propostas de formação universitária, enquanto muito se discute sobre dinâmicas e iniciativas para encorajar o protagonismo e a criticidade estudantil, pouco se mexe com o poder absoluto do professor no processo educativo. É preciso incentivar uma relação de companheirismo e fraternidade entre docente e estudante, na qual a tarefa de

aprender seja uma caminhada compartilhada entre seres humanos com a mesma característica de serem contraditórios, de terem seus gostos, de cultivarem seus sonhos. O professor precisa exercitar sua humanidade, com toda a inconclusão imersa nela. Esse é, sem dúvida, um ato de coragem, pois implica abrir-se, expor-se, mas não significa retirar seu papel de orientação, apoio, estímulo e incentivo pedagógicos, ao contrário, criar espaços formais e informais de gestão participativa do espaço educativo e das ações educativas. Além disso, é preciso reforçar o compromisso docente com a formação estudantil, de forma que a medida deixará de ser a nota do exame, pouco importa ao professor se o estudante passou ou não. Numa nova perspectiva, há um envolvimento concreto do docente com o desenvolvimento do estudante e sua busca por ser mais. Há um companheirismo na trilha dessa longa e dura jornada chamada formação.

Mas, mesmo considerando toda a dedicação docente e a parceria nessa jornada, como qualificar ainda mais a possibilidade de o estudante embarcar nessa empreitada se, infelizmente, uma das principais marcas do ensino universitário é o interesse discente único e exclusivo por uma formação técnica eficaz e pouco comprometida com outros e muito comprometida consigo e com suas chances de adentrar o mercado de trabalho para ganhar a vida? Pouco se importa com o mundo ao seu redor, o que é concretamente uma influência significativa do mercado capitalista e um dos principais obstáculos para as novas propostas de políticas para a formação universitária. Acredito que a análise acerca da experiência da Anepop nos trouxe elementos importantes para esse debate. Dentre eles, penso ser importante o incentivo à participação estudantil em movimentos sociais como atividade integrada à formação universitária.

Como vimos, ao longo da experiência da Anepop, participar ativamente da construção de um movimento social permite ao estudante desenvolver, por exemplo, o protagonismo, a criatividade e a relação horizontal com o professor que antes reivindi-

quei neste texto. Vivenciar o movimento social permite, de um lado, que o estudante testemunhe uma nova sociabilidade, espelhada em outras formas de conviver em coletivo, em novas perspectivas de relacionamento social, na valorização da mística e da solidariedade, bem como no desenrolar de uma organização da vida através das lutas para mudar aquilo que oprime e incomoda. De outro lado, permite-lhe extrapolar a observação, rumo à ação concreta e à experimentação de sua contribuição com a luta em foco, por meio da qual poderá sentir a força de sua criatividade em prol de um desejo coletivo. Perceberá, certamente, a potencialidade da construção coletiva e da ação social organizada de forma participativa e cooperativa entre gentes com saberes distintos, inclusive técnicas e profissões dissonantes e aprenderá a inter e a transdisciplinaridade na prática.

A inserção no espaço da Articulação tem um potencial pedagógico nas pessoas participantes, porquanto amplia sua capacidade crítica e a visão estratégica pelo aprendizado para lidar com as conjunturas macropolíticas e o desafio de lutar pela Educação Popular como princípio ético das relações sociais, humanas, culturais e educativas na Universidade. Conviver com a permanente luta hegemônica com a qual a Extensão Popular se depara numa Universidade encharcada de diversidades e de contradições incrementa o potencial formativo e os esforços educativos críticos e libertadores no âmbito da formação universitária, na medida em que intensifica a formação de subjetividades inconformistas (definição utilizada por Santos, 1996).

Ademais, participar dos movimentos sociais oportunizará ao estudante aprimorar sua noção de territorialidade e de cidadania, desde que se incentive sua inserção nos movimentos, nas lutas e nas iniciativas sociais mantidas na comunidade onde vivem. Assim, a Universidade atuaria como promotora efetiva da formação de cidadãos, visto que empenharia o trabalho estudantil na construção de ações, articulações e interações para melhorar e desenvolver o lugar onde vive e o de seu povo. Isso fomentará,

certamente, outra intencionalidade para o curso universitário, realizado não apenas para a aquisição de profissões para o “eu” e a acumulação de capital, mas para a permanente formação de quadros qualificados para a intervenção na melhoria da vida da comunidade onde cada pessoa habita e convive.

No entanto, para possibilitar essa inserção, a estrutura universitária precisa garantir tempo curricular para que o estudante, além da sala de aula, se dedique à construção de algum movimento social. Esse é um dos principais problemas das atuais iniciativas de reforma universitária. As principais ideias progressistas são anunciadas e reforçadas pelos gestores universitários, mas não se criam efetivamente condições viáveis para sua aplicabilidade no atual cotidiano acadêmico. Não basta anunciar que isso é importante, é imprescindível criar condições para tanto, reservando tempo legitimado pela Universidade para essa inserção cidadã do estudante em seu território de origem. Mais que isso, pensar em disciplinas que incentivem esse olhar e problematizem essa inserção, além de estágios de vivência para sensibilizar os estudantes sobre o novo olhar que exige essa inserção na comunidade e no movimento social.

Nessa direção, também se faz premente o incentivo à participação no movimento estudantil. Além de estimular o estudante a conviver com todas as dimensões de movimentos sociais já referidas, estimula sua participação ativa na vida universitária, na construção de melhorias para os problemas identificados, na inserção nas lutas, no fortalecimento de sua formação política e na qualificação do sentimento de companheirismo e de fraternidade. A partir desse movimento, o estudante não apenas passará a conhecer o funcionamento político, organizativo e programático da universidade, mas também a se envolver com ele, o que contribuirá sobremaneira para o aprimoramento de seu empoderamento e de seu protagonismo.

Certamente, um dos aspectos mais fundantes da experiência da Anepop ocorreu nos diversos encontros de seus estudantes

com outros estudantes, em espaços de trocas de experiências, intercâmbio e diálogos inter e transdisciplinares. Essa experiência demonstra que não basta exercitar localmente todas as perspectivas pedagógicas levantadas sem incentivar o compartilhamento dos saberes gerados e a capacidade do estudante de socializar essa sabedoria. Nesse processo, deve-se aprimorar a percepção de que se pode aprender com o outro, com as iniciativas de outras regiões do País e com empreendimentos bastante diferentes dos seus. Tanto apresentando os trabalhos, quanto escutando as apresentações, vão se acumulando aprendizados sobre metodologias e perspectivas teóricas e ampliando o olhar para os problemas que geraram as ações em destaque. Percebe-se que os problemas comunitários não se adscvem àquela comunidade onde se desenvolveu a experiência, nem as problemáticas em foco limitam-se àquela cidade, mas os problemas transcorrem em outras regiões, com formas semelhantes e diferentes de luta e de enfrentamento. Trocar experiências viabiliza ao estudante exercitar um olhar conjuntural para os processos sociais. Isso vai acontecendo de maneira processual e de acordo com seu próprio tempo.

Assim, percebe-se o quanto é relevante estimular a participação estudantil em encontros de caráter regional e nacional, visando ampliar a dimensão das trocas de experiência. Especialmente para os estudantes em pleno processo de protagonismo universitário local, a convivência com outros atores, em âmbito regional e nacional, poderá mostrar que as lutas sociais e a Educação Popular são iniciativas em diversos recantos dentro do País e fora dele. Isso poderá conferir mais importância e valor ao trabalho desenvolvido por ele em sua comunidade e em sua Universidade e perceber que a Educação Popular não é um sonho distante de alguns poucos “loucos” da Universidade onde estudam, porque há muitos outros sonhos e uma diversidade imensa de outros “loucos” dedicados à viabilização desses sonhos em muitos outros locais. Como se não bastasse, nesses encontros, o estudante também descobre a importância significativa de seus

trabalhos para a geração de inovações e conhecimentos em sua área, quando constata a dinamicidade com que pessoas de outras regiões não apenas admiram seus trabalhos, mas também aprendem com eles e incorporam muitos dos seus elementos na construção de suas ações locais. Percebe, então, a dimensão de conhecimento que suas experiências carregam e a relevância de esse saber ser continuamente sistematizado e divulgado.

É interessante notar algumas diferenças significativas entre essas e outras propostas de novas metodologias na formação universitária. Em primeiro lugar, as metodologias utilizadas não se limitam à pontualidade do momento em que são implementadas. Ou seja, a escuta, o incentivo à participação e à partilha de saberes e a abordagem amorosa não são apenas dimensões abordadas por dinâmicas educativas específicas, mas contempladas na globalidade dos processos desenvolvidos no interior do movimento, o que se pode constatar pela insistência de inserir tais princípios, desde sua base, na organização mesma e no planejamento de suas ações. A perspectiva da Educação Popular não tem hora marcada para começar no início da experiência educativa com término no final da dinâmica realizada. Os membros do movimento buscam inseri-la como inspiração metodológica em todo o processo de construção e desenvolvimento das ações do movimento.

Atualmente, o debate em torno das metodologias ativas de ensino e aprendizagem tem se intensificado. Reparando-se com atenção, poderemos observar nessa perspectiva um metodologismo marcante, espelhado na ênfase conferida a dinâmicas educativas ou propostas metodológicas específicas, como se todo o processo educativo se resumisse ao momento em que se realizam ações educativas e dinâmicas. Prende-se mesmo a “receitas” de como fazer essa ou aquela reflexão mediante uma ação educativa.

Conforme pudemos identificar na pedagogia da Anepop, a receita é não ter receita. Ou seja, não centrar o processo metodológico na própria metodologia e em dinâmicas específicas.

A metodologia não pode ser escrava dela mesma e de suas tecnologias. Deve, essencialmente, resultar da inspiração teórica e das considerações inequívoca do tempo, dos saberes e dos sabores momentâneos do movimento. Só assim uma dinâmica ou outra ganham sentido, e a metodologia vai tomando corpo e forma de acordo com as reais necessidades do movimento. Mais do que isso: a metodologia vai conformando um diálogo intenso com a intencionalidade do processo como um todo em que se desenvolvem as ações. É o horizonte almejado que forja as metodologias adotadas no interior do movimento.

Reside aí outra marca pedagógica essencial dessa experiência para as atuais propostas de formação universitária. As metodologias não podem estar separadas da ética e da estética do mundo novo que se quer construir. Portanto, não basta falar em metodologias ativas no interior da formação universitária sem priorizar uma presença ativa dos universitários na própria Universidade: exercitando seu protagonismo e valorizando seus saberes para enxergá-las criticamente. Muitos trabalhos de metodologias ativas só detêm essa proatividade na sala de aula ou no âmbito educativo formal. A própria universidade e o mundo circundante parecem não constar como focos significativos dessa ação.

Assim, considerando o que foi exposto, há que se compreender o que é ser prioritário, no atual cenário de discussões da formação universitária, e focar a extensão universitária como base para o encontro do estudante com o mundo e sua realidade social, permitindo-lhe conhecer as camadas populares, sua dinâmica de vida e sobrevivência. Como foi observado na leitura das dimensões já explicitadas, pouco será possível fazer de diferente na formação sem um encontro sincero e efetivo dos estudantes com o mundo e com o outro. É na extensão que isso poderá decorrer e em que os aprendizados vão se dando de modo mais significativo, intimamente conectados com as ações que se quer empreender e com os sonhos que se pretendem conquistar. Estuda-se, não para a prova, mas para atuar melhor; pesquisa-se

não para obter louros acadêmicos e publicações, mas para compreender bem mais o mundo e os outros. A extensão é a base fundamental para qualquer proposta de formação universitária cujo interesse sincero esteja no desenvolvimento crítico, cidadão e emancipatório estudantil.

Articulada à extensão, é fundamental encorajar a atividade de pesquisa, como possibilidade efetiva de qualificar as ações empreendidas e compreender bem mais o mundo. Contudo, não se trata de fazer pesquisa por fazer. Em muitos casos, estudantes muito promissores adentram grandes pesquisas só para cumprir uma etapa, um objetivo específico ou uma tarefa bem limitada. Então, extrapolam pouco e pouco apreendem o mais importante: a pesquisa como jeito de estar e olhar o mundo. Por isso, é preciso oferecer autonomia nesse processo, evitar a figura do estudante com papel limitado na pesquisa, o que parece uma peça numa linha de produção, e permitir que ele mesmo crie, desenvolva e aprimore problemas e perguntas de pesquisa. E, finalmente, não qualquer pesquisa, mas as efetivamente engajadas na transformação social.

Em tempo, quero ressaltar o significado da atividade de ensino e sua relevância nesse repensar da formação universitária. Em primeiro lugar, precisa-se fazer do ensino não um espaço para a transmissão de conhecimentos e técnicas, mas para a convivência com aspectos do mundo e da vida sobre os quais os estudantes poderão assentar suas curiosidades e se abrir para saber mais. O ensino precisa ser uma atividade que tenha sentido para a vida das pessoas e não seja apenas uma obrigação para a obtenção de títulos. Para tanto, precisa incorporar metodologias ativas e dinâmicas capazes de incluir o estudante e suas inconclusões nesse processo de aprender mais. É preciso, ainda, que os temas do ensino contemplem também questões sentidas na extensão e na pesquisa, trazidas pelos próprios estudantes em seu confronto com o mundo concreto. Além do mais, instalar fóruns de gestão participativa para planejar e conduzir as disciplinas, o

que poderá incentivar os estudantes a encontrarem sentido nas atividades em questão.

Diante de todas essas considerações, verificamos que não estamos falando sobre qualquer tipo de formação universitária nem de qualquer perspectiva educativa. A discussão da Anepop sobre a formação universitária tem uma intencionalidade delineada e explícita, espelhada num entendimento teórico e filosófico sobre a educação. Para discutir a relação dessa pedagogia com a formação universitária, precisamos também desenvolver essa reflexão. Afinal, como podemos pensar em políticas de formação sem imaginar qual é o tipo de educação que queremos?

Acredito que uma pista relevante está evidenciada por Boaventura de Sousa Santos em sua discussão sobre educação. Parece-me sobremaneira importante retomar a análise que o autor empreende quanto à aplicação técnica e à aplicação edificante da ciência. Para Boaventura, na aplicação técnica da ciência, convertem-se os problemas sociais e políticos em problemas técnicos, solucionáveis, portanto, cientificamente, com total eficácia e neutralidade social e política. Nesse sentido, o cientista toma para si a resolução dos problemas e leva para a Universidade o papel redentor de quem conhece os melhores caminhos para o desenvolvimento humano e social. Observamos, ainda, que existe o princípio da neutralidade, o que indica que o cientista (ou, podemos pensar, o universitário) está fora da situação existencial em que incide a aplicação e não é afetado por ela. Ademais, a aplicação assume como única a definição de realidade dada pelo grupo dominante da sociedade, escamoteia os conflitos e silencia possíveis alternativas (Oliveira, 2006). Ou seja, ao lidar com as classes “subalternas”, desconsidera qualquer possibilidade de que seus sujeitos tenham criatividade para encontrar saídas e formas de enfrentar os problemas.

Por outro lado, para Boaventura, é necessário se investir numa “aplicação edificante da ciência”, que aparece como alternativa para o modelo acima citado. Nessa outra proposta, a aplicação

sempre acontece numa situação concreta, e o cientista fica existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação. Distancia-se da ilusória neutralidade científica antes citada. Ao se deparar com a realidade, na perspectiva aqui evidenciada, o cientista/extensionista não só procurará as definições alternativas e emergentes da realidade, mas também as reforçará. Para isso, precisa investir nos vários saberes e práticas locais. Durante a aplicação, privilegia-se a argumentação e a crítica, em lugar da naturalização ou explicação mágica da realidade (Oliveira, 2006).

Nessa direção, apresenta-se, inevitavelmente, um modelo de formação cuja base ética e filosófica vai de encontro com a atual estrutura universitária, o que nos leva a outro desafio: imaginar e construir outro modelo de universidade.

Santos (2003) indica, para isso, a necessidade de pensar numa Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Afirma que essa proposta emerge da necessidade premente de promover o avanço qualitativo dos esforços dos movimentos sociais e das ONGs genuinamente progressistas, de um lado, e de cientistas sociais e intelectuais, de outro. Para ele, faltam aos movimentos, nos dias de hoje, teorias que os façam refletir criticamente sobre sua prática, de modo mais sistemático e consequente, esclarecendo os métodos e os objetivos que os mobilizam. Por outro lado, cientistas sociais e intelectuais, isolados das novas práticas e dos novos agentes de mudança social, não têm condições de contribuir para essa reflexão crítica e para esse esclarecimento, chegando a, muitas vezes, torná-los mais difíceis ao continuar insistindo em conceitos e teorias que se não adéquam às novas realidades concretas. Nessa perspectiva,

a proposta da Universidade Popular dos Movimentos destina-se a contribuir para pôr fim a esse desencontro e à dupla carência em que ele se traduz. O seu objectivo último é superar a distinção entre teoria e prática, fazendo

com que uma e outra emirjam reciprocamente esclarecidas de um encontro sistemático entre os que predominantemente se dedicam à prática da transformação social e os que predominantemente se dedicam à produção teórica. A formação pretendida é assim dupla. Por um lado, formar activistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática — dos seus métodos e dos seus objetivos — de modo que melhore a sua eficácia e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo direto com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras (Santos, 2003, p. 5).

Podemos dizer que essa proposta de Boaventura dá corpo a muitas outras iniciativas de se pensar em outra Universidade para o mundo. Outra instituição diferente dessa que aí está, forjada, agora, por movimentos e cientistas sociais interessados em construir outras hegemonias mundo afora. Um trabalho social que tem a intencionalidade de articular também ações de ensino e de pesquisa, não para qualquer fim, mas para superar as desigualdades e promover os setores mais excluídos da sociedade, fazendo esforço concreto e gerando reflexões e movimentos que sigam caminhando para as mudanças pretendidas.

Nessa universidade, a ciência e a pesquisa são pilares fundantes de uma intencionalidade política e social transformadora, articulada, necessariamente, com a luta tensa, contraditória e cotidiana de construir um novo mundo possível. Ao denunciar a chamada *universidade operacional*, onde não se forma e não se

cria pensamento, Marilena Chaui (2001) reivindica princípios para a pesquisa que avalie essenciais nesse paradigma de Universidade e formação de iniciativas como a Extensão Popular pretende processualmente constituir. Para a autora, a Universidade precisa da investigação de algo que nos lance na interrogação, que nos peça reflexão, crítica, enfrentamento do instituído, descoberta, invenção e criação, num trabalho de pensamento e de linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito. Essencialmente, Chaui (2001) propõe uma ação civilizatória contra a barbárie social e política em voga em nosso mundo.

Percebemos, então, que o projeto de um novo modelo de Universidade encontra-se em diversas práticas contra-hegemônicas, no cenário acadêmico, com eixos específicos e interessantes: a superação da dicotomia entre teoria e prática; a construção de uma utilidade emancipatória para qualquer uma das práticas acadêmicas e a intencionalidade política. Ou seja, queremos chegar a algum lugar com tudo isso. A Extensão Popular não é só mais um sonho de alguns idealistas utópicos, é mais do que isso. Cristaliza, como vimos antes, um trabalho empreendido por diversos atores interessados em vislumbrar um horizonte pintado com as cores da justiça, da equidade, da dignidade humana e de uma relação cuidadosa com o ambiente e o mundo. É assim que a Educação Popular vai ressaltando a dimensão política inerente à Extensão Popular.

Ressalte-se, no entanto, que não basta alardear esse promissor potencial da Extensão Popular em constituir um novo modelo de universidade e de formação universitária. Com base no pensamento de Boaventura, podemos compreender que precisamos pensar a Extensão Popular em um movimento tenso e contraditório de disputas por hegemonias na Universidade. É nesse campo em que está a Anepop, e alienar sua existência e singularidade poderá encaminhar a compreensão das realizações de Extensão Popular para a permanente alternatividade, deixando cada vez mais distante a concretização dos sonhos e utopias

que as motivaram. Destacamos que a Extensão Popular é, ao mesmo tempo, a realização da aplicação da ciência de modo edificante e emancipatório junto com as classes populares e um caminho de lutas em movimento, pela transformação da mesma Universidade e da Sociedade na qual está inserida. A conformação da Anepop comprova esse potencial subversivo e transformador próprio da Extensão Popular, a qual nasce de movimentos contra-hegemônicos de quem se espanta e se indigna não apenas imaginando como seria ou como foi a Universidade/Sociedade, mas, principalmente, com a constatação do que é hoje e como será seu futuro caso seus sujeitos não criem saídas para superar suas ideologias dominantes. Conforme destaca Vasconcelos (2008, p. 11),

a extensão universitária é o espaço acadêmico mais flexível, que permite o novo e o emergente acontecerem. Permite que movimentos sociais, ainda balbuciando propostas e práticas pouco consolidadas, se organizem em pequenos projetos. É espaço de experimentação e consolidação de novas formas de atuação acadêmica.

Não basta, todavia, conformar uma série de experiências inconformistas e subversivas ao cenário acadêmico dominante, se não houver diálogos interculturais e transdisciplinares acerca dessas realizações. Reside aí a inovação trazida pela Anepop, ao dar corpo e identidade à diversidade de extensões populares espalhadas pelo País.

A efetivação de ações educativas pautadas por princípios éticos definidos, com reforço ao coletivo e com preocupações voltadas às maiorias sociais, será conduzida *no sentido de garantir que alternativas sejam possíveis*, inibindo modelos de produção que só mantenham ou fortaleçam os mecanismos de exclusão (Melo Neto, 2006, p. 42, grifo do autor).

Para Boaventura, segundo Oliveira (2006), redefinir as possibilidades de atuação e inserção política no mundo requer a ressignificação da forma como atuamos no mundo através do campo de nossa subjetividade, espelhada em como incorporamos saberes formais e cotidianos, bem como os valores e as crenças com os quais entramos em contato. Ou seja, não basta pensar numa teoria fundante transformadora, como o é a Educação Popular, nem num trabalho social útil, transformador e configurado academicamente na Extensão Popular, mas também considerar a formação de redes de subjetividades inconformistas que se engajem nesse mutirão.

Nesse sentido, podemos pensar na Extensão Popular como um profundo e promissor movimento na Universidade, orientado pela concepção teórico-filosófico-metodológica da Educação Popular. A emergência desse movimento encontra-se com uma perspectiva paradigmática universitária atualmente desenvolvida e aperfeiçoada por diversos grupos acadêmicos, constituindo o que Fleuri (2004, p. 42) chama de conhecimento conversitário. Para o autor,

reconhecer os múltiplos movimentos sociais como sujeitos produtores e interlocutores de conhecimento científico é uma decisão que pode nos abrir a formas mais críticas, criativas e socioecologicamente eficazes de se conceber e de se produzir ciência no mundo contemporâneo. É o campo fecundo do que estamos chamando de conhecimento conversitário e que emerge no campo do que Boaventura de Sousa Santos chama de conhecimento pluriversitário.

Ao longo da sistematização histórica da Anepop, é notório constatar a presença dessa intencionalidade e dos diferentes elementos pedagógicos em sua essência, que conformam as dimensões das contribuições dessa experiência de evolução histórica da

Extensão Universitária brasileira e no amplo debate nacional acerca da reforma universitária.

Por meio da experiência da Anepop, o encontro significativo dos sujeitos das práticas de Extensão Popular foi constituindo redes de sujeitos e subjetividades inconformistas, dispostas a articular caminhos outros para a sociedade em todo o mundo, alcançando voos que nos levem a realidades diferentes da que aí está. Como movimento social, suas ações coletivas propiciaram a integração de sujeitos, criando espaços de solidariedade, práticas de cidadania em processo e reivindicações de direitos.

Foi nessa perspectiva que seguiu historicamente a Anepop, inspirada na linha de desenvolvimento dos movimentos sociais e populares, como ressalta Batista (2004). Para ela, a caminhada histórica de conquista por outras hegemonias desses movimentos sociais ocorre no próprio processo de caminhar, no desenrolar das práticas. Acrescente que as práticas educativas emancipatórias vivenciadas nos cenários de lutas dos movimentos sociais acentuam que a história é uma construção social que se faz pela ação coletiva dos sujeitos, e a resistência e o enfrentamento são partes de estratégias de lutas, as quais ensinam que só com sujeitos organizados e lutas conjuntas se podem enfrentar os poderes hegemônicos e construir novas sociabilidades.

À medida que avançamos nessa análise crítica da Anepop, podemos compreendê-la como movimento coletivo e contra-hegemônico para afirmar um projeto político de Universidade e de sociedade, que tem bases éticas e filosóficas na Educação Popular. É justamente esse modelo educativo que orienta também a leveza de seu arranjo estruturante, direciona a condução de suas ações, o que pode ser comprovado pela aposta insistente desse movimento em sujeitos, e não, em estruturas ou cargos, e faz da Anepop uma entidade que ganha sentido como rede de sujeitos e subjetividades inconformistas, cujos fios tecituais se encontram quando necessário e através do diálogo e da identidade na luta.

Algumas considerações

Para Melo Neto (2004), os conteúdos da educação entre os povos têm sido de ordem ética e prática. Na ética, moram as orientações e os princípios para o bem viver; na prática, os aspectos comunicativos do conhecimento de profissões acumulados por um povo. Com base nos objetivos propostos para as reflexões empreendidas neste capítulo, podemos concluir que, quando falamos de Educação Popular, estamos falando de um corpo prático que ilustra uma ética de viver. Todavia, alcançar essa harmonia entre o que se faz na prática e o que se acredita ser ideal compõe um desafio constante para aqueles e aquelas que se lançam nas experiências de Educação Popular. A Extensão Popular não escapa dessa assertiva.

Portanto, a constituição de uma Extensão que se afirma na Educação Popular para a formação universitária deve dar-se numa relação dialética entre o prático e o ético, na medida em que, em certo ponto, ideais/ideologias/utopias constituem uma ética que leva determinados sujeitos a empreenderem ações que busquem alcançar um novo modo de viver em sociedade e à constituição de outra prática, ao mesmo tempo que aquelas ações vão constituindo novas formas de relação e sociabilidade (Batista, 2004; Calado, 2006), reverberando numa nova ética (uma prática que leva à constituição de outra ética, agora universal).

Diante de tudo isso, concluímos que, ao falar de Extensão Popular, não nos referimos a uma modalidade a mais da extensão, outra área temática, pois, ao se inserir no campo da Extensão, a Educação Popular procura responder ao desafio de trazer uma nova perspectiva teórica e epistemológica para a Extensão Universitária, capaz de apontar caminhos possíveis para outras realizações na relação Universidade-Sociedade-Universidade. Que estejam esses empreendimentos pautados firmemente na busca por uma racionalidade mais solidária, humana e ambientalmente

amorosa, com a qual poderemos (quem sabe) ensaiar respostas fortes contra o movimento hegemônico de significação dos homens e das mulheres como valores de mercado, entes produtivos em favor de um sistema muito maior do que todos, até mesmo do que a natureza. A grande preocupação mundial é com a estabilidade do mercado, a movimentação e o equilíbrio das empresas, e esforços sem medida são empreitados para recuperar crises financeiras, enquanto a crise da existência material humana continua em voga, na fome, na miséria e nas desigualdades, refletidas na violência cotidiana com a qual o mundo convive, espelhadas na discriminação, na competitividade e na construção de uma ideia eticamente avessa de que as diferenças são naturais e de responsabilidades individuais.

Como lugar propício para a reflexão crítica e a produção de conhecimentos e tecnologias emancipatórios, a Universidade bem que poderia direcionar suas ações e reflexões para superar esse quadro, ensaiar cantigas e gerar movimentos populares, que respondam aos reclames da maioria da população mundial e recomendar, por meio de suas ações e interações, uma decisão firme de que precisamos remar noutra direção.

Por tudo o que pudemos refletir, ao longo destas páginas, acreditamos firmemente que a Educação Popular dá corpo metodológico e orientações éticas/filosóficas para a constituição de outra formação universitária, configurando um caminho na direção da realização de utopias sonhadas e compartilhadas coletivamente.

Algumas considerações
EDUCAÇÃO POPULAR: UMA PEDAGOGIA PARA
A FORMAÇÃO ESTUDANTIL QUE SE EXPRESSA
NO MOVIMENTO NACIONAL DE EXTENSÃO



Ao longo desta obra, procuramos indicar os elementos pedagógicos da experiência da Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), conforme foram identificados a partir de minha vivência, como pesquisador e sujeito participante desse movimento, bem como pelo olhar e pela percepção de outros atores espalhados por todo o País, especialmente estudantes universitários. Com base nesse estudo, pudemos compreender que essa pedagogia tem viabilizado contribuições significativas para a formação universitária desses estudantes, na medida em que lhes proporcionou vivências e experiências ímpares, que não poderiam ser estimuladas nem em sala de aula nem no âmbito dos projetos locais de Extensão Popular.

Há uma singularidade nessa pedagogia da Anepop, presente, marcadamente, na capacidade de inserir os estudantes em espaços de protagonismo com repercussões de amplitude nacional e com interfaces de ordem conjuntural. Ademais, cabe ponderar sobre o relevante saber, acumulado no movimento de conviver entre diferentes numa escala pouco exercitada no âmbito dos projetos locais de extensão. O diálogo nas experiências da Anepop envolve a interface com diversos atores (vários movimentos sociais, além de técnicos, professores, pró-reitores, diri-

gentes e outros estudantes universitários) num nível de horizontalidade pouco antes vivenciado por esses estudantes em formação. Esse diálogo também é marcado, em muitas ocasiões, pelo conflito intenso, tanto entre os diferentes quanto entre os semelhantes. Isso quer dizer que o estudante em formação, por intermédio da Anepop, convive cotidianamente com as contradições e as diferentes correntes da extensão universitária e, até, com correntes divergentes da própria Extensão Popular.

Em meio a tais oportunidades vivenciais e de protagonismo efetivo, decorre uma integração essencial com a pedagogia apreendida nos projetos de Extensão Popular, na medida em que esses estudantes procuram, incessantemente, aplicar a Educação Popular (tão propalada e elaborada em seus projetos locais) na própria construção e no jeito de conduzir seu movimento nacional.

Assim, a Educação Popular deixa de ser somente uma inspiração teórica ou uma bandeira de luta e vai sendo incorporada como princípio ético e filosófico, como um horizonte segundo o qual esses estudantes buscam guiar e conduzir suas ações individuais e coletivas. Assim, vão aprendendo uma nova ética de viver. A Educação Popular poderá ir extrapolando os espaços universitários para ressignificar o viver cotidiano e se tornar uma marca do jeito de trabalhar e da intencionalidade orientadora desses estudantes em seu futuro pessoal e profissional.

Embora afirmar a existência de uma pedagogia nos movimentos sociais populares seja algo já indicado antes por diversos autores, por meio de muitas outras experiências, esse estudo da Anepop nos permite sugerir novas facetas para esse debate, especialmente considerando a Universidade como um dos mais significativos nascedouros desse movimento em específico. Grande parte dos sujeitos que criaram e desenvolveram a Anepop adveio de projetos de Extensão Popular institucionalizados em diversas Universidades do País. Assim, pensar na Anepop também é compreender a existência dinâmica e irradiada de um movimento nacional no campo da Extensão Popular, conformado por

sujeitos diversos (desde estudantes, professores e técnicos, até movimentos sociais e trabalhadores sociais da educação, da saúde, entre outros), comportando várias iniciativas que, mesmo com contornos metodológicos distintos, na maioria das vezes, carregam consigo uma mesma marca teórico-metodológica e um mesmo princípio ético norteador de suas ações — a Educação Popular. Mais do que isso, identificam-se todas entre si por também fazer dessa Educação Popular uma bandeira na luta por transformações da práxis acadêmica, tendo a Extensão Popular como proposta concreta e efetiva de uma Universidade orientada pela Educação Popular.

Sistematizar a experiência da Anepop nos permitiu compreender bem mais esse movimento e sua dinamicidade. Em verdade, mesmo que seu próprio nome reforce a ideia de uma articulação entre experiências e práticas de Extensão Popular, a Anepop não se restringiu às experiências mais aprimoradas de Extensão Popular. Desde sua criação, foi acolhendo também membros do movimento estudantil que defendiam a Extensão Popular, mas não estavam inseridos em nenhuma prática, além de estudantes de instituições sem tradição nesse campo dispostos a encampar esse projeto e atores sociais curiosos e interessados em levar essa temática em seus serviços e comunidades, sem falar de uma variedade significativa de projetos de extensão universitária sem a identidade da Educação Popular, mas com interesse em conhecer e reorientar seus projetos com esse contato. Dessa forma, a Anepop foi configurando um lugar de encontro e de apoio solidário para aqueles atores dispostos a buscar formas dialogadas e participativas de pensar a extensão universitária. Sua abertura para quem quisesse participar e sua aceitação da diversidade de atores e autores do movimento são uma marca pedagógica e política singular dessa Articulação e revelam uma dimensão importante do movimento: o movimento de Extensão Popular se faz na diversidade. Não é, certamente, uma aceitação simplista da diversidade. Para o movimento de Extensão

Popular, a diversidade é algo a ser respeitado, mas também discutido com base nas trocas de experiências, nos debates metodológicos, nas reflexões teóricas, nas conversas políticas. Isso porque a diversidade, para o movimento, não é algo que divide, mas que gera aprendizados, que extrapola barreiras e aumenta significativamente a amplitude política e a irradiação das ações do movimento.

Ao longo de toda a sua história, essa talvez tenha sido a mais significativa contribuição da Anepop para os movimentos sociais da Universidade e os movimentos sociais populares como um todo. Isso porque, na maioria das vezes, pensa-se no movimento não principalmente pelo que une, mas pelo que separa. É assim que se vê quem pode e quem não pode estar no movimento. Contudo, a capacidade de inclusão presente no decorrer da construção da Anepop evidenciou um movimento construído com a união e a cooperação. Tudo isso desvelou o entendimento do movimento nacional de Extensão Popular como algo em franco processo de construção e expansão. Não está pronto e acabado. E se é verdade que, em instituições como a UFPB, a tradição de décadas na Educação Popular permite reconhecer a existência de muitos projetos de Extensão Popular com maturidade, também foi possível, nesta pesquisa, enxergar um número significativo de instituições universitárias brasileiras com uma tímida ou uma inexistente experiência no campo da Extensão Popular. Nesses lugares, a presença de atores sensibilizados e dispostos a encampar esse processo revela a importância política e pedagógica da Anepop e põe em comunicação essas disparidades da Extensão Popular em nosso País. E mesmo naquelas instituições com mais experiência, a Anepop veio se mostrando essencial por permitir aproximar diferentes grupos que, separadamente, vinham conduzindo seus projetos, convidando-os a se unir para pensar mais alto e mais além, porque, mesmo nessas instituições, a Extensão Popular não está plenamente reconhecida, apoiada e desenvolvida no que fazer acadêmico.

Assim, esse caráter processual do movimento reforça sua característica principal — a inconclusão. Ora, o movimento nacional de Extensão Popular é forte e ativo, tem capacidade de se organizar, de se mobilizar e de reivindicar, mas ainda não está pronto e acabado, está em plena difusão na maioria das universidades, sendo lapidado em experiências com metodologias e perspectivas organizativas diversas. É, na verdade, um dos mais fortes movimentos de resistência universitária e contra-hegemonia da atualidade, mas que está crescendo aos poucos, passo a passo. Por isso, só frutificará se não lançar mão de dogmatismos e generalizações, o que comprovou só afastar e dividir um movimento, que ainda é muito pouco definido, e cuja vocação está na diversidade.

Ser estudante e participar da construção de tal experiência significa aprender também a ser inconcluso, justamente pelo diálogo com tantas outras experiências e iniciativas de Extensão Popular. Vamos enxergando que nossa experiência singular e local não basta. A Educação Popular é um movimento muito maior e mais amplo do que pensamos localmente. Irradia, em áreas do conhecimento diferentes, e abre possibilidades diversas de construir o novo, de delimitar o inédito viável na constituição de novas perspectivas políticas, pedagógicas e culturais para a formação universitária.

Por meio dessa vivência, vamos exercitando nosso olhar ampliado e conjuntural para a sociedade e para os problemas sociais. Caminhando para onde caminhamos, a experiência da Anepop nos ensinou a considerar a premência desse olhar ampliado, de nossa inconclusão e, por isso, a procurar reconhecer a existência de muitas redes de sujeitos que, em qualquer área social, estão buscando por melhorias e mudanças em suas condições de vida e de sobrevivência.

Nesse sentido, vamos entendendo o sentido mais essencial da Educação Popular, que deixa de ser apenas uma denominação das ações que fazemos em comunidade ou a metodologia

inspiradora dessas iniciativas e passa a significar uma identidade teórica, filosófica e ética, que guia o rumo de nossas ações e intervenções no mundo, orienta nossas escolhas e recomenda os passos que daremos, pois a Educação Popular passa a identificar um projeto de vida e de sociedade que desejamos construir e a configurar a palavrinha mágica definidora de uma nova sociabilidade possível — que buscaremos vislumbrar não apenas em nossos projetos de extensão em comunidade, mas também em muitos outros locais quando formados em nossa atuação profissional. Estamos falando de uma Educação Popular para a construção de outro mundo — um mundo possível.

Diante do exposto, há de se reforçar que a pedagogia do movimento nacional de Extensão Popular não basta sozinha. Efetivamente, constitui uma possibilidade a mais dentro do caldeirão de novas e promissoras perspectivas de formação universitária orientadas pelos princípios da Educação Popular. Conforme se destacou ao longo deste texto, essa é uma pedagogia que depende, necessariamente, de uma inserção básica dos estudantes em projetos e iniciativas locais de Extensão Popular, em que poderão ter aprendizados significativos que pouco ou raramente podem ser trabalhados no movimento nacional. Há, então, uma relação de integração e de diálogo intenso entre a pedagogia do movimento nacional e a pedagogia dos projetos de Extensão Popular. Juntas, essas pedagogias são mais fortes. Conseguem viabilizar experiências para os estudantes, em dimensões diferentes, mas integradoras na formação universitária, numa perspectiva crítica.

Nesse sentido, duas ponderações são necessárias devido às lacunas observadas nessas pedagogias diante do atual debate sobre a formação universitária. Mesmo considerando o recente crescimento do número de estudos relacionados à formação universitária no campo da Extensão Popular (todos citados ao longo deste texto), ainda persiste uma grande lacuna entre o que se faz e o que se escreve nela. Na diversidade dos muitos projetos e

iniciativas articulados pela Anepop, existem sabedorias significativas sobre caminhos possíveis para a Educação Popular na formação universitária. São metodologias, dinâmicas e propostas didáticas que perfazem um arcabouço pedagógico vivo, cuja sistematização em conhecimentos científicos ainda é tímida. Analisando politicamente, vemos que esse tipo de experiência perde força no jogo conjuntural de propostas e perspectivas teóricas dispostas no atual debate acadêmico sobre formação universitária. A Extensão Popular ainda apresenta certa dificuldade de transitar, especialmente porque suas repercussões, criatividade e vivências ainda são pouco estudadas e sistematizadas.

Por outro lado, há também que se considerar a imensa lacuna existente entre aquilo que se escreve sobre formação universitária e o que se faz. Um número significativo de importantes contribuições teóricas sobre a formação universitária, numa perspectiva crítica, vem sendo produzido e difundido sem que impliquem um diálogo com a prática concreta e os atuais esforços de diversos grupos universitários em fazer diferente. A impressão que temos, ao ler muitos desses escritos, é de que a saída para a universidade ainda está longe de acontecer e, quando chegar, será por meio de ideias iluminadas de cientistas geniais. Pouco se reconhece, valoriza e compreende o número expressivo de iniciativas de formação universitária crítica que já vêm sendo elaboradas e mantidas na atual estrutura acadêmica. Como reivindicou Eymard Vasconcelos (2006), é preciso escutar esse movimento.

Nesse sentido, enquanto os intelectuais precisam escutar esse movimento, acredito veementemente que precisam também engendrar esforços e arriscar alguns passos nessa caminhada vivencial e prática de uma aventura chamada mudança de paradigmas na atual formação universitária. Na mesma medida, os atuais aventureiros precisam intensificar a sistematização de suas experiências e ser também protagonistas do anúncio teórico e acadêmico dessas novas e promissoras possibilidades para a formação.

A Anepop demonstra a força político-transformadora da pedagogia da Extensão Popular em desafiar os modelos tradicionais e anunciar que é necessário reinventar e fortalecer novos modelos. Mais do que isso, ao mesmo tempo que aglutina os sujeitos e favorece a qualificação de sua organização política e capacidade de intervenção, dá mais visibilidade à “alternatividade” da Extensão Popular.

Acredito que a experiência da Anepop, sistematizada e analisada nesta obra, reforça a constatação de que a pedagogia dos movimentos sociais populares é entremeada por encontros com o mundo e com as pessoas, por meio dos quais decorrem vivências, conversas informais, observações, estudos, místicas e experiências educativas capazes de conformar um verdadeiro arcabouço de aprendizagens e reflexões críticas. Assim empreendida, essa pedagogia estará direcionada a formar pessoas com o compromisso de promover princípios éticos da vida em sociedade, já aperfeiçoados no próprio interior do movimento, como participação, democracia, criticidade, justiça, diversidade, liberdade, amorosidade, entre outros. Conviver nesses movimentos é um processo pedagógico porque implica participar de uma forma em que se observe atentamente o movimento e se promova um acolhimento respeitoso e dialógico de quem é novo e quer se achar.

As experiências que vivenciei nos projetos de Extensão Popular me propiciaram um encontro com as desigualdades sociais e um olhar crítico para a realidade social. Ao mesmo tempo, demonstraram-me que há resistências contra as condições sociais injustas e desiguais em que vive grande parte de nossa população. Organizados em coletivos e realizando trabalhos marcados pela solidariedade e pela construção participativa, esses grupos empreendem muitas ações para lutar e enfrentar as condições sociais contraditórias. Onde antes se imaginava que só havia miséria, doença e desconforto, aprendi que existem protagonistas da construção de um mundo novo, permeado por ideais de justiça social, desenvolvimento emancipador e felicidade para

todas e todos, sem discriminação. A Comunidade Maria de Nazaré foi a primeira a me ensinar que trabalhar não é apenas ganhar dinheiro para garantir a sobrevivência ou dar melhores condições de saborear a vida, mas também que trabalhar significa contribuir para a construção coletiva de perspectivas de viver mais dialogadas, humanizantes, amorosas, libertárias e democráticas para todas as pessoas.

Com o movimento nacional de Extensão Popular, aprendi que essa possibilidade está aberta não apenas pela atuação em uma comunidade, mas também em todo o País. Em todos os recantos de nossa Nação, há lutas, enfrentamentos e buscas por ser mais. Nosso trabalho pode estar direcionado para essas lutas: qualificá-las, ampliá-las e criticá-las. Mas, somente com a disponibilidade de escuta para aprender e humildade para ensinar, podemos seguir caminhando com empenho na esperança de que nossos trabalhos, junto com outros companheiros, consigam ensaiar alguma contribuição nessa desafiante e significativa construção, num processo longo, difícil e exigente, em que vamos participando da elaboração de um mundo novo, com novos horizontes e outras possibilidades.

A participação na Anepop me permitiu compreender que essa construção de um mundo novo também poderia ser vivenciada dentro das universidades, pois meu projeto de extensão não era o único nem nossos extensionistas eram sonhadores solitários. Em diversas experiências espalhadas pelos muitos recantos de nosso País, a Universidade, além de poder, já estava mudando. Pude enxergar que a Universidade também vem sendo protagonista nesse processo com as iniciativas de diversos grupos de estudantes e professores, tanto em movimentos sociais (estudantil, docente ou técnico), em experiências de ensino, quanto em grupos de pesquisa ou ações de extensão universitária, dentre as quais se destaca a Extensão Popular.

Por isso, atualmente, sigo continuando essa jornada na Extensão Popular, que começou na convivência com a luta social

por saúde e dignidade humana na Comunidade Maria de Nazaré, prosseguiu no movimento nacional de Extensão Popular e, certamente, seguirá em outros campos, pois a Educação Popular é esse espírito participativo e utópico vibrante que pulsa dentro de quem nela acredita. Um espírito esperançoso e continuamente alimentado pela paixão por buscar ser mais e permitir que outros seres humanos também sejam mais, numa relação amorosa e respeitosa com o mundo e o meio ambiente.

Vivenciar o movimento nacional de Extensão Popular é constatar a expressão vibrante de um numero significativo de atores universitários e sociais dedicados à permanente construção da utopia de uma universidade popular, ou seja, participativa, libertária, amorosa e democrática, onde a Educação Popular deixe de ser algo estranho ou esquisito para significar uma matriz orientadora e uma fonte permanente de inspirações de uma instituição — a Universidade — que dê sentido à vida de todas as pessoas e que consiga produzir, discutir e socializar conhecimentos que possam fomentar uma vida em sociedade mais solidária, crítica, amorosa e igualitária. Esse desejo não é apenas uma utopia, é uma realização. Uma utopia que pode ser vista, sentida, saboreada.

É sobre você, utopia¹
De que falamos agora
Vem, chega mais perto!
Quase posso te ver, não vá embora!
Sonho distante, de sabores tão próximos
Vem, chega mais perto!
Quase posso te ver, cristalizando-se
Forjando-se
Naquela caminhada na comunidade

¹ Poema escrito por mim, em comunhão com o companheiro de amizade e de lutas, Murilo Leandro Marcos.

Te vi no meio da rua, enxerguei a amorosidade
Aquele casa que visitei
Nela, eu juro que presenciei
Pensamento crítico, a voz do diálogo
Lembra daquela mobilização? Juro que te avistei!
Você, cheia de vida e pulsando de alegria
É verdade, não eras tu mesma, utopia?
Quando chegarás de vez?
Quer saber? Acho mesmo que já estás presente
Nos corações e nas mentes
É a força que nos guia
Em meio a tanta dor e agonia
Nessa busca por libertar e amar
Nessa Extensão Popular

Pensamos na utopia como música
que escuta o feto
ainda no conforto
da pré-vida do útero:

Distante e presente.
Sentida e corporificada.
Subjetiva. Sensibilizadora.

REFERÊNCIAS



- ALMEIDA, Aline Barreto de. Currículo invisível: de lagarta a borboleta. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 28-30.
- ALVES, Rubem. *Entre a ciência e a sapiência: o dilema da educação*. 8.^a ed. São Paulo: Loyola, 2002.
- BANDEIRA, Céres; BEZERRA, Jéssica; SILVA, Jousianny Patrício da; ASSIS, Julyana; BESERRA, Monique; MASSA, Nayara & RODRIGUES, Samara Cíntia. *Relatório do Grupo Operativo "Escola" – Período Letivo 2007.1*. Projeto de Extensão "Práticas Integradas da Nutrição na Atenção Básica em Saúde", Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- BAPTISTA, Maria das Graças de Almeida. A hermenêutica-dialética na pesquisa-ação em Extensão Popular. *Anais do I Seminário Nacional de Pesquisa em Extensão Popular – Senapop*. João Pessoa, 2009. CD.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação do campo conquistando a cidadania campesina. In: LINS, Luciléa Teixeira & OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (orgs.). *Educação Popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, pp. 153-78.
- BATISTA, Maria do Socorro Xavier. Movimentos sociais e educação: construindo novas sociabilidades e cidadania. In: *Anais do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 2004, Coimbra, Portugal, vol. 1.

- BRANDAO, Carlos Rodrigues. *A Educação Popular na escola cidadã*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- BRASIL, MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Resolução 196/96 do Conselho Nacional de Saúde/MS Sobre Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa envolvendo seres humanos*. *Diário Oficial da União*, 10-10-1996.
- CABRAL, Caroline Sousa; LIMA, Elvira de Lourdes C. de; MEIRELES, Ingrid de Lira; CUNHA, João Victor M. C. da; SILVA, Mickella de Farias & ARAÚJO, Thaise Anataly M. de. *Relatório do Grupo Operativo "Programa Bolsa Família" – Período Letivo 2007.1*. Projeto de Extensão "Práticas Integradas da Nutrição na Atenção Básica em Saúde", Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira Calado. Educação Popular como processo humanizador: quais protagonistas? In: LINS, Lucicléa Teixeira & OLIVEIRA, Verônica de Lourdes Batista de (orgs.). *Educação Popular e movimentos sociais: aspectos multidimensionais na construção do saber*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2008, pp. 225-42.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. Novos e velhos movimentos sociais populares: quais saberes necessários à construção de uma sociabilidade alternativa? In: SCOCUGLIA, Afonso Celso & JEZINE, Edineide (orgs.). *Educação Popular e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006, pp. 59-76.
- CALADO, Alder Júlio Ferreira. Sociedade e cidadania: o protagonismo dos movimentos sociais populares. In: CALADO, Alder Júlio Ferreira. *Movimentos sociais e cidadania: um enfoque multifacetado*. João Pessoa: Ideia, 2000.
- CARNEIRO, Daniela Gomes de Brito; LACERDA, Kelly; MENEZES, Larissa Lorena Dias & GUIMARÃES, Simone. *Relatório do Grupo Operativo "Idosos" – Período Letivo 2007.1*. Projeto de Extensão "Práticas Integradas da Nutrição na Atenção Básica em Saúde", Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2007.
- CASTRO, Luciana Maria Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores. In: *Anais da 27.ª Reunião anual da Anped*, Caxambu, 2004.
- CESAR, Waldo & SHAULL, Richard. *Pentecostalismo e futuro das igrejas cristãs: promessas e desafios*. Petrópolis: Vozes, 1999.

- CHAUI, Marilena de Souza. *Conformismo e resistência. Aspectos da cultura popular*. 6.ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- CHAUI, Marilena de Souza. *Escritos sobre a universidade*. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CRUZ, Pedro José Santos Carneiro Cruz. A Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop): articulando as práticas de extensão na luta por uma universidade socialmente comprometida. In: JEZINE, Edineide; BATISTA, Maria do Socorro Xavier & MOREIRA, Orlandil (orgs.). *Educação Popular e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2008, p. 111-32.
- EXTELAR. *Grupo de Pesquisa em Extensão Popular*. Planejamento semestral julho-dezembro de 2008. João Pessoa, 2008.
- FALCÃO, Emmanuel. *Vivência em comunidades: outra forma de ensino*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2006.
- FIGUEIREDO, Alexandre Medeiros de. Crônicas de mortes anunciadas. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 19-21.
- FLEURI, Reinaldo Fleuri. Conversidade: conhecimento construído na relação entre Educação Popular e Universidade. In: *27.ª Reunião Anual da Anped, 2004, Caxambu*. Sociedade, Democracia e Educação: Qual universidade? Rio de Janeiro: Anped, 2004, pp. 1-45.
- FLEURI, Reinaldo Matias. *Educação Popular e Universidade*. Piracicaba: Unimep, 1989.
- FLEURI, Reinaldo Matias. Formação de profissionais da saúde: reflexões a partir de vivências estudantis. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 231-64.
- FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores e Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. *Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*. Org. Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do Forproex. Belo Horizonte: Coopmed, 2007.
- FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da pesquisa-ação. *Revista Educação e Pesquisa*. São Paulo, 2005, vol. 31, n.o 3, pp. 483-502.
- FREIRE, P. *Educação e mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17.^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- FREITAS, Monique Bezerra de; OLIVEIRA, Karistenn Casimiro de & RODRIGUES, Laurycelia Vicente. *Relatório do Grupo Operativo "Mobilização Popular" – Período Letivo 2008.2*. Projeto de Extensão "Práticas Integradas da Nutrição na Atenção Básica em Saúde", Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2009.
- GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Movimentos Sociais e Educação*. 6.^a ed. São Paulo: Cortez, 2005.
- GOHN, Maria da Glória Marcondes. *Teoria dos Movimentos Sociais. paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Loyola, 2004.
- GOMES, Luciano Bezerra. Um almoço especial. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 139-41.
- GONDIM, Fernanda. Perspectivas de um despertar. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 106-9.
- GURGEL, Roberto Mauro. *Extensão Universitária: comunicação ou domesticação?* São Paulo: Cortez-Autores Associados-UFC, 1986.
- HABERMAS, Jurgen. *Dialética e hermenêutica*. Porto Alegre: L&PM, 1987.
- HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa I - Racionalidad de La acción y racionalización social*. Madri: Taurus, 1987b.
- HABERMAS, Jurgen. *Teoría de la acción comunicativa II - crítica de la razón funcionalista*. Madri: Taurus, 1987c.
- HOLLIDAY, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 1996, vol. 1.
- JEZINE, E. *A crise da Universidade e o compromisso social da extensão universitária*. Editora Universitária UFPB. João Pessoa, 2006, vol. 1.
- JEZINE, Edineide. Universidade-sociedade e extensão universitária: construções teórico-metodológicas. In: *Anais da 28.^a Reunião Anual da Anped*, 2005, Meio digital. <www.anped.org.br>.

- KADT, Emanuel de. *Católicos radicais no Brasil*. Coleção Educação para Todos, n.º 17. Brasília: Unesco-MEC, 2007.
- LACERDA, Dailton Alencar Lucas & RIBEIRO, Kátia Suely Queiroz Silva. *Fisioterapia na comunidade*. João Pessoa-PB: UFPB-Editora Universitária, 2006, vol. 1.
- LANDIM, Fátima Luna Pinheiro, LOURINHO, Lídia Andrade, LIRA, Roberta Cavalcante Muniz & SANTOS, Zélia Maria Souza Araújo. Uma reflexão sobre as abordagens em pesquisa com ênfase na integração qualitativo-quantitativa. *Revista Brasileira em Promoção da Saúde*, 2006, vol. 19, n.º 1, pp. 53-8.
- LAPERRIERE, Hélène. Práticas de enfermagem em saúde coletiva nos contextos de pobreza, incerteza e imprevisibilidade: uma sistematização de experiências pessoais na Amazônia. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*, Ribeirão Preto, vol. 15, n.º esp., out. 2007.
- LIMA, Marteana Ferreira. Das pedagogias do aprender a aprender à inovação da aula universitária: a didática sob a lógica do mercado. *Revista Arma da Crítica*. Fortaleza: Instituto de Estudos e Pesquisas do Movimento Operário – IMO/Uece, vol.1, n.º 1, 2009.
- LINS, Luciléa Teixeira. *A formação política das educadoras e educadores do MST*. Mestrado em Educação. João Pessoa: Centro de Educação. Universidade da Federal da Paraíba, 2006.
- MATTOS, Raimundo César de Oliveira. A Juventude Operária Católica. *Fênix - Revista de História e Estudos Culturais*, vol. 6, ano 6, n.º 2. Universidade Federal de Uberlândia – UFU, 2009.
- MEIRELES, Cecília. *Crônicas de educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira-Fundação Biblioteca Nacional, 2001.
- MELO NETO, José Francisco de. Educação Popular: uma ontologia. In: MELO NETO, José Francisco & SCOCUGLIA, Afonso Celso (orgs.). *Educação Popular: outros caminhos*. 2.ª ed. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 1999, vol. 1, pp. 31-75.
- MELO NETO, José Francisco de. *Extensão Popular*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006, vol. 1.
- MELO NETO, José Francisco de. *Extensão universitária, autogestão e Educação Popular*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2004.
- MELO NETO, José Francisco de. Extensão universitária: bases ontológicas. In: MELO NETO, José Francisco de (org.) *Extensão universitária: diálogos populares*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2002.

- MELO NETO, José Francisco de. Pesquisa-ação (aspectos práticos da pesquisa-ação nos movimentos sociais populares e em Extensão Popular). In: RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). *Pesquisa-ação: princípios e métodos*. João Pessoa: Editora da Universidade Federal da Paraíba, 2003, vol. 1, pp. 183-97.
- MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. 8.^a ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MITRE, Sandra Minardi; SIQUEIRA-BATISTA, Rodrigo; GIRARDI-DE-MENDONÇA, José Márcio; MORAIS-PINTO, Neila Maria de; MEIRELLES, Cynthia de Almeida Brandão; PINTO-PORTO, Cláudia; MOREIRA, Tânia & HOFFMANN, Leandro Marcial Amaral. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem na formação profissional em saúde: debates atuais. *Revista Ciência e Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 2010, pp. 2133-44.
- OLIVEIRA, Dalila Andrade & AZEVEDO, Mário Luís Neves de. A atualidade dos ensinamentos da Reforma de Córdoba (1918). Ou qual a herança de Córdoba nas reformas atuais? In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo & ABOITES, Hugo. *La reforma universitaria: desafíos y perspectivas noventa años después*. Buenos Aires: Clacso, 2008, pp. 66-79.
- OLIVEIRA, I. B. *Boaventura e a educação*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.
- PADILHA, Wilton Wilney Nascimento (org.). *Relatos e vivências de Educação Popular: Programa Ação Interdisciplinar para o Desenvolvimento Social e Atenção à Saúde na Comunidade Maria de Nazaré, João Pessoa, PB. Proman*. João Pessoa: EDUFPB, 2007.
- PALUDO, C. *Educação Popular em busca de alternativas: uma leitura desde o Campo Democrático Popular*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.
- PAULA, Maria de Fátima de. A formação universitária no Brasil: concepções e influências. *Avaliação (Campinas)*, Sorocaba, vol. 14, n.º 1, mar. 2009, pp. 71-84.
- PAULA, Maria de Fátima. *A modernização da universidade e a transformação da inteligência universitária*. Florianópolis: Insular, 2002.
- RICHARDSON, Roberto Jarry. Como fazer pesquisa-ação. In: RICHARDSON, Roberto Jarry (org.). *Pesquisa-ação*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2003, pp. 149-74.
- RODRIGUES, Daniele Ferreira; MEIRA, Meirhuska Mariz; SANTOS, Michelly Bezerra dos & CRUZ, Pedro José Santos Carneiro.

- Dificuldades e desafios de uma experiência de extensão: reflexões a partir do Curso Comunitário de Saúde. In: PADILHA, Wilton Wilney Nascimento (org.). *Relatos e vivências de Educação Popular*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB-Editora Ideia, 2008, pp. 57-68.
- SALES, Ivandro da Costa. Educação Popular: uma perspectiva, um modo de atuar (alimentando um debate). In: SCOCUGLIA, Celso Afonso & MELO NETO, José Francisco (orgs.). *Educação Popular; outros caminhos*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1999, pp. 111-22.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. Porto: Afrontamento, 1994.
- SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma pedagogia do conflito. In: SILVA, L. H. & AZEVEDO, J. C. (orgs.). *Novos mapas culturais, novas perspectivas educacionais*. Porto Alegre: Sulina, 1996, pp. 15-33.
- SCOCUGLIA, Afonso Celso. A progressão do pensamento político-pedagógico de Paulo Freire. In: TORRES, C. A. (org.). *Paulo Freire e a agenda da educação latino-americana no século XXI*. Buenos Aires: Clacso – Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais, 2001, vol. 1, pp. 323-48.
- SILVA, Jousianny Patrício da; RODRIGUES, Laurycelia Vicente & FIRMINO, Renata Alessandra. *Relatório do Grupo Operativo “Idosos” – Período Letivo 2008.1*. Projeto de Extensão “Práticas Integradas da Nutrição na Atenção Básica em Saúde”, Departamento de Nutrição, Centro de Ciências da Saúde, Universidade Federal da Paraíba, 2008.
- SILVEIRA, João Luiz Gurgel Calvet (org.) *Liga de Saúde Coletiva – Extensão Popular em busca da integralidade*. Blumenau: Edifurb, 2008, vol. 500.
- SOUSA, Janice Tirelli Ponte de. *Reinvenções da utopia – a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores, 1999.
- SOUZA, João Francisco de. Educação Popular para o terceiro milênio – desafios e perspectivas. In: COSTA, Marisa Voraben. (org.). *Educação Popular hoje*. São Paulo: Edições Loyola, 1998, pp. 23-41.
- SOUZA, João Francisco de. Paradigmas teóricos dos movimentos sociais e perspectivas da Educação Popular. In: SCOCUGLIA, Afonso Celso & JEZINE, Edineide (orgs.). *Educação Popular e movimentos sociais*. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2006, pp. 59-76.

- TAVARES, Maria das Graças Medeiros. *Extensão universitária: novo paradigma de universidade?* Doutorado. Rio de Janeiro: Faculdade de Educação da UFRJ. Rio de Janeiro, 1996.
- TEIXEIRA, Rosângela. Queixadilha – do lado de lá do mundo. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 218-23.
- TIETZMANN, Marcos. E os pacientes que não vão ao posto de saúde?. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 154-9.
- THIOLLENT, Michel Jean Marie. A metodologia participativa e sua aplicação em Projetos de Extensão Universitária. In: *III Sempe – Seminário de Metodologia de Projetos de Extensão, 1999, São Carlos. Metodologia e experiências em Projetos de Extensão*. Niterói: Eduff, 1999. pp. 19-28.
- VALLA, Victor Vincent. Problematizando o termo “conversão”, a partir do campo religioso. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; TAVARES, Maria Tereza; FLEURI, Reinaldo Matias; ALGEBAILLE, Eveline Bertino % VALLA, Victor Vicent. A contribuição de Victor Valla ao pensamento da Educação Popular: diferentes olhares. In: *Reunião Nacional da Anped, 30, Caxambu, Anais*, Caxambu: Anped, 2007. CD-ROM.
- VASCONCELOS, Edney. Oficina de emoções. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal; SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 72-6.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. Formar profissionais de saúde capazes de cuidar do florescer da vida. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: 2006b, pp. 265-308.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. O encontro do grande amor de minha vida. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade, vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006a, pp. 92-6.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. Prefácio. In: SILVEIRA, João Luiz Gurgel Calvet (org.). *Liga de Saúde Coletiva – Extensão Popular em Busca da Integralidade*. Blumenau: Edifurb, 2008.

- VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão; TAVARES, Maria Tereza; FLEURI, Reinaldo Matias; ALGEBAILLE, Eveline Bertino & VALLA, Victor Vicent. A contribuição de Victor Valla ao pensamento da Educação Popular: diferentes olhares. In: Reunião Nacional da Anped, 30, 2007, Caxambu. *Anais*, Caxambu: Anped, 2007. CD-ROM.
- VASCONCELOS, Marcos Oliveira Dias. Entre bentos, anjos e loucos. In: VASCONCELOS, Eymard Mourão; FROTA, Lia Haikal & SIMON, Eduardo (orgs.). *Perplexidade na universidade: vivências nos cursos de saúde*. São Paulo: Hucitec, 2006, pp. 148-53.
- ZITKOSKI, Jaime José. Educação Popular e emancipação social: convergências nas propostas de Freire e Habermas. In: *Anais da 26.ª Reunião Anual da Anped*, Caxambu, 2004.

Participe de espaços de comunicação e discussão da Extensão Popular em nível nacional!

Blog da Anepop: <www.extensaopopular.blogspot.com>.

Página da Anepop no Facebook: <<https://www.facebook.com/Articulacaonacionaldeextensaopopular>>

Sítio eletrônico do Programa Vepop-SUS – Vivências de Extensão em Educação Popular em Saúde no SUS: <www.vepopeps.com>.

Biblioteca de Textos do Vepop-SUS: <<http://issuu.com/vepopsus>>.

Sítio eletrônico do Extelar – Grupo de Pesquisa em Extensão Popular: <www.prac.ufpb.br/copac/extelar>.

Biblioteca de Textos do Grupo de Pesquisa Inéditos Viáveis em Educação Popular: <<http://issuu.com/givufpb>>.

SAÚDE EM DEBATE
TÍTULOS PUBLICADOS ATÉ DEZEMBRO DE 2013

- Saúde e Assistência Médica no Brasil*, Carlos Gentile de Mello
Ensaio Médico-Sociais, Samuel Pessoa
Medicina e Política, Giovanni Berlinguer
O Sistema de Saúde em Crise, Carlos Gentile de Mello
Saúde e Previdência: Estudos de Política Social, José Carlos de Souza Braga & Sérgio Góes de Paula
Saúde nas Fábricas, Giovanni Berlinguer
Ecologia: Capital, Trabalho e Ambiente, Laura Conti
Ambiente de Trabalho: a Luta dos Trabalhadores Pela Saúde, Ivar Oddone et al
Saúde Para Todos: um Desafio ao Município — a Resposta de Bauru, David Capistrano Filho (org.)
Os Médicos e a Política de Saúde, Gastão Wagner de Sousa Campos
Epidemiologia da Desigualdade, César G. Victora, Fernando C. de Barros & Patrick Vaughan
Saúde e Nutrição das Crianças de São Paulo, Carlos Augusto Monteiro
Saúde do Trabalhador, Aparecida Linhares Pimenta & David Capistrano Filho
A Doença, Giovanni Berlinguer
Reforma Sanitária: Itália e Brasil, Giovanni Berlinguer, Sônia M. Fleury Teixeira & Gastão Wagner de Sousa Campos
Educação Popular nos Serviços de Saúde, Eymard Mourão Vasconcelos
Processo de Produção e Saúde, Asa Cristina Laurell & Mariano Noriega
Trabalho em Turnos e Noturno, Joseph Rutenfranz, Peter Knauth & Frida Marina Fischer
Programa de Saúde dos Trabalhadores (a Experiência da Zona Norte: Uma Alternativa em Saúde Pública), Danilo Fernandes Costa, José Carlos do Carmo, Maria Maeno Settimi & Ubiratan de Paula Santos
A Saúde das Cidades, Rita Esmanhoto & Nizan Pereira Almeida
Saúde e Trabalho. A Crise da Previdência Social, Cristina Possas
Saúde Não se Dá. Conquista-se, Demócrito Moura
Planejamento sem Normas, Gastão Wagner de Sousa Campos, Emerson Elias Merhy & Everardo Duarte Nunes
Epidemiologia e Sociedade. Heterogeneidade Estrutural e Saúde no Brasil, Cristina Possas
Tópicos de Saúde do Trabalhador, Frida Marina Fischer, Jorge da Rocha Gomes & Sérgio Colacioppo
Epidemiologia do Medicamento. Princípios Gerais, Joan-Ramon Laporte et al.
Educação Médica e Capitalismo, Lília Blima Schraiber
Saúde Loucura 1, Antonio Lancetti et al.
Desinstitucionalização, Franco Rotelli et al.
Programação em Saúde Hoje, Lília Blima Schraiber (org.)
Saúde Loucura 2, Félix Guatarri, Gilles Deleuze et al.
Epidemiologia: Teoria e Objeto, Dina Czeresnia Costa (org.)
Sobre a Maneira de Transmissão do Cólera, John Snow
Hospital, Dor e Morte Como Ofício, Ana Pitta
A Multiplicação Dramática, Hernán Kesselman & Eduardo Pavlovsky
Cinco Lições Sobre a Transferência, Gregorio Barembliitt
A Saúde Pública e a Defesa da Vida, Gastão Wagner de Sousa Campos
Epidemiologia da Saúde Infantil, Fernando C. Barros & Cesar G. Victora
Juqueri, o Espinho Adormecido, Evelin Naked de Castro Sá & Cid Roberto Bertozzo Pimentel
O Marketing da Fertilidade, Yvan Wolffers et al.
Lacantrozcas, Gregorio Barembliitt
Terapia Ocupacional: Lógica do Trabalho ou do Capital? Leitura, Lea Beatriz Teixeira Soares
Minhas Pulgas, Giovanni Berlinguer
Mulheres: Sanitaristas de Pés Descalços, Nelsina Mello de Oliveira Dias
Epidemiologia — Economia, Política e Saúde, Jaime Breilh
O Desafio do Conhecimento, Maria Cecília de Souza Minayo
Saúde Loucura 3, Herbert Daniel et al.
Saúde, Ambiente e Desenvolvimento, Maria do Carmo Leal et al.
Promovendo a Equidade: um Novo Enfoque com Base no Setor da Saúde, Emanuel de Kadt & Renato Tasca
A Saúde Pública Como Política, Emerson Elias Merhy

Sistema Único de Saúde, Guido Ivan de Carvalho & Lenir Santos
Reforma da Reforma, Gastão Wagner S. Campos
O Município e a Saúde, Luiza S. Heimann et al.
Epidemiologia Para Municípios, J. P. Vaughan
Distrito Sanitário, Eugênio Vilaça Mendes
Psicologia e Saúde, Florianita Braga Campos (org.)
Questões de Vida: Ética, Ciência, Saúde, Giovanni Berlinguer
Saúde Mental e Cidadania no Contexto dos Sistemas Locais de Saúde, Maria E. X. Kalil (org.)
Mario Tommasini: Vida e Feitos de um Democrata Radical, Franca Ongaro Basaglia
Saúde Mental no Hospital Geral: Espaço Para o Psíquico, Neury J. Botega & Paulo Dalgalarrodo
O Médico e seu Trabalho: Limites da Liberdade, Lilia Blima Schraiber
O Limite da Exclusão Social. Meninos e Meninas de Rua no Brasil, Maria Cecília de Souza Minayo
Saúde e Trabalho no Sistema Único do Sus, Neiry Primo Alessi et al.
Ruído: Riscos e Prevenção, Ubiratan de Paula Santos (org.)
Informações em Saúde: da Prática Fragmentada ao Exercício da Cidadania, Ilara Hammerty Sozzi de Moraes
Saúde Loucura 4, Gregorio Barembliitt et al
Odontologia e Saúde Bucal Coletiva, Paulo Capel Narvai
Manual de Saúde Mental, Benedetto Saraceno et al.
Assistência Pré-Natal: Prática de Saúde a Serviço da Vida, Maria Inês Nogueira
Saber Preparar Uma Pesquisa, André-Pierre Contandriopoulos et al.
Pensamento Estratégico e Lógica da Programação, Mario Testa
Os Estados Brasileiros e o Direito à Saúde, Sueli G. Dallari
Inventando a Mudança na Saúde, Luiz Carlos de Oliveira Cecílio et al.
Uma História da Saúde Pública, George Rosen
Drogas e Aids, Fábio Mesquita & Francisco Inácio Bastos
Tecnologia e Organização Social das Práticas de Saúde, Ricardo Bruno Mendes Gonçalves
Epidemiologia e Emancipação, José Ricardo de Carvalho Mesquita Ayres
Razão e Planejamento, Edmundo Gallo, Ricardo Bruno Mendes Gonçalves & Emerson Elias Merly
Os Muitos Brasis: Saúde e População na Década de 80, Maria Cecília de Souza Minayo (org.)
Da Saúde e das Cidades, David Capistrano Filho
Sistemas de Saúde: Continuidades e Mudanças, Paulo Marchiori Buss & Maria Eliana Labra
Aids: Ética, Medicina e Tecnologia, Dina Czeresnia et al.
Aids: Pesquisa Social e Educação, Dina Czeresnia et al.
Maternidade: Dilema entre Nascimento e Morte, Ana Cristina d'Andretta Tanaka
Construindo Distritos Sanitários. A Experiência da Cooperação Italiana no Município de São Paulo, Carmen Fontes Teixeira & Cristina Melo (orgs.)
Memórias da Saúde Pública: a Fotografia como Testemunha, Maria da Penha C. Vasconcellos (coord.)
Medicamentos, Drogas e Saúde, E. A. Carlini
Indústria Farmacêutica, Estado e Sociedade, Jorge Antonio Zepeda Bermudez
Propaganda de Medicamentos: Atentado à Saúde? José Augusto Cabral de Barros
Relação Ensino/Serviços: Dez Anos de Integração Docente Assistencial (IDA) no Brasil, Regina Giffoni Marsiglia
Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil, Carlos Augusto Monteiro (org.)
Dilemas e Desafios das Ciências Sociais na Saúde Coletiva, Ana Maria Canesquii
O "Mito" da Atividade Física e Saúde, Yara Maria de Carvalho
Saúde & Comunicação: Visibilidades e Silêncios, Aurea M. da Rocha Pitta
Profissionalização e Conhecimento: a Nutrição em Questão, Maria Lúcia Magalhães Bosi
Saúde do Adulto: Programas e Ações na Unidade Básica, Lilia Blima Schraiber, Maria Ines Baptista Nemes & Ricardo Bruno Mendes-Gonçalves (orgs.)
Nutrição, Trabalho e Sociedade, Solange Veloso Viana
Uma Agenda para a Saúde, Eugênio Vilaça Mendes
A Construção da Política Nacional de Medicamentos, José Ruben de Alcântara Bonfim & Vera Lúcia Mercucci (orgs.)
Ética da Saúde, Giovanni Berlinguer
A Construção do SUS a Partir do Município: Etapas para a Municipalização Plena da Saúde, Sílvio Fernandes da Silva

Reabilitação Psicossocial no Brasil, Ana Pitta (org.)
SaúdeLoucura 5, Gregorio Baremlitt (org.)
SaúdeLoucura 6, Eduardo Passos Guimarães (org.)
Assistência Social e Cidadania, Antonio Lancetti (org.)
Sobre o Risco: Para Compreender a Epidemiologia, José Ricardo de Mesquita Aires
Ciências Sociais e Saúde, Ana Maria Canesqui (org.)
Agir em Saúde, Emerson Elias Merhy & Rosana Onocko (orgs.)
Contra a Maré à Beira-Mar, Florianita Braga Campos & Cláudio Maierovitch
Princípios Para Uma Clínica Antimanicomial, Ana Marta Lobosque
Modelos Tecnoassistenciais em Saúde: o Debate no Campo da Saúde Coletiva, Aluisio G. da Silva Junior
Políticas Públicas, Justiça Distributiva e Inovação: Saúde e Saneamento na Agenda Social, Nilson do Rosário Costa
A Era do Saneamento: as Bases da Política de Saúde Pública no Brasil, Gilberto Hochman
O Adulto Brasileiro e as Doenças da Modernidade: Epidemiologia das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis, Ines Lessa (org.)
Malária e Seu Controle, Rita Barradas Barata
O Dengue no Espaço Habitado, Maria Rita de Camargo Donalizio
A Organização da Saúde no Nível Local, Eugênio Vilaça Mendes (org.)
Trabalho e Saúde na Aviação: a Experiência entre o Invisível e o Risco, Alice Itani
Mudanças na Educação Médica e Residência Médica no Brasil, Laura Feuerwerker
A Evolução da Doença de Chagas no Estado de São Paulo, Luis Jacintho da Silva
Malária em São Paulo: Epidemiologia e História, Marina Ruiz de Matos
Civilização e Doença, Henry Sigerist
Medicamentos e a Reforma do Setor Saúde, Jorge Antonio Zepeda Bermudez & José Ruben de Alcântara Bonfim (orgs.)
A Mulher, a Sexualidade e o Trabalho, Eleonora Menicucci de Oliveira
Saúde Sexual e Reprodutiva no Brasil, Loren Galvão & Juan Díaz (orgs.)
A Educação dos Profissionais de Saúde da América Latina (Teoria e Prática de um Movimento de Mudança) — Tomo 1 “Um Olhar Analítico” — Tomo 2 “As Vozes dos Protagonistas”, Marcio Almeida, Laura Feuerwerker & Manuel Llanos C. (orgs.)
Vigilância Sanitária: Proteção e Defesa da Saúde, Ediná Alves Costa
Sobre a Sociologia da Saúde. Origens e Desenvolvimento, Everardo Duarte Nunes
Ciências Sociais e Saúde para o Ensino Médico, Ana Maria Canesqui (org.)
Educação Popular e a Atenção à Saúde da Família, Eymard Mourão Vasconcelos
Um Método Para Análise e Co-Gestão de Coletivos, Gastão Wagner de Sousa Campos
A Ciência da Saúde, Naomar de Almeida Filho
A Voz do Dono e o Dono da Voz: Saúde e Cidadania no Cotidiano Fabril, José Carlos “Cacau” Lopes
Da Arte Dentária, Carlos Botazzo
Saúde e Humanização: a Experiência de Chapecó, Aparecida Linhares Pimenta (org.)
Consumo de Drogas: Desafios e Perspectivas, Fábio Mesquita & Sérgio Seibel
SaúdeLoucura 7, Antonio Lancetti (org.)
Ampliar o Possível: a Política de Saúde do Brasil, José Serra
SUS Passo a Passo: Normas, Gestão e Financiamento, Luiz Odorico Monteiro de Andrade
A Saúde nas Palavras e nos Gestos: Reflexões da Rede Educação Popular e Saúde, Eymard Mourão Vasconcelos (org.)
Municipalização da Saúde e Poder Local: Sujeitos, Atores e Políticas, Silvio Fernandes da Silva
A Cor-Agem do PSF, Maria Fátima de Souza
Agentes Comunitários de Saúde: Choque de Povo, Maria Fátima de Souza
A Reforma Psiquiátrica no Cotidiano, Angelina Harari & Willians Valentini (orgs.)
Saúde: Cartografia do Trabalho Vivo, Emerson Elias Merhy
Além do Discurso de Mudança na Educação Médica: Processos e Resultados, Laura Feuerwerker
Tendências de Mudanças na Formação Médica no Brasil: Tipologia das Escolas, Jadete Barbosa Lampert
Os Sinais Vermelhos do PSF, Maria Fátima de Sousa (org.)
O Planejamento no Labirinto: Uma Viagem Hermenêutica, Rosana Onocko Campos
Saúde Paidéia, Gastão Wagner de Sousa Campos
Biomedicina, Saber & Ciência: Uma Abordagem Crítica, Kenneth R. de Camargo Jr.

Epidemiologia nos Municípios: Muito Além das Normas, Marcos Drumond Júnior
A Psicoterapia Institucional e o Clube dos Saberes, Arthur Hyppólito de Moura
Epidemiologia Social: Compreensão e Crítica, Djalma Agripino de Melo Filho
O Trabalho em Saúde: Olhando e Experienciando o SUS no Cotidiano, Emerson Elias Merhy et al.
Natural, Racional Social: Razão Médica e Racionalidade Científica, Madel T. Luz
Acolher Chapecó: Uma Experiência de Mudança do Modelo Assistencial, com Base no Processo de Trabalho, Túlio Batista Franco et al.
Educação Médica em Transformação: Instrumentos para a Construção de Novas Realidades, João José Neves Marins
Proteção Social, Dilemas e Desafios, Ana Luiza d'Ávila Viana, Paulo Eduardo M. Elias & Nelson Ibañez (orgs.)
O Público e o Privado na Saúde, Luiza Sterman Heimann, Lauro Cesar Ibanhes & Renato Barbosa (orgs.)
O Currículo Integrado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual de Londrina: do Sonho à Realidade, Maria Solange Gomes Dellaroza & Marli Terezinha Oliveira Vanucchi (orgs.)
A Construção da Clínica Ampliada na Atenção Básica, Gustavo Tenório Cunha
Saúde Coletiva e Promoção da Saúde: Sujeito e Mudança, Sérgio Resende Carvalho
Saúde e Desenvolvimento Local, Marco Akerman
Saúde do Trabalhador no SUS: Aprender com o Passado, Trabalhar o Presente e Construir o Futuro, Maria Maeno & José Carlos do Carmo
A Espiritualidade do Trabalho em Saúde, Eymard Mourão Vasconcelos (org.)
Saúde Todo Dia: Uma Construção Coletiva, Rogério Carvalho Santos
As Duas Faces da Montanha: Estudos sobre Medicina Chinesa e Acupuntura, Marilene Cabral do Nascimento
Perplexidade na Universidade: Vivências nos Cursos de Saúde, Eymard Mourão Vasconcelos, Lia Haikal Frota & Eduardo Simon
Tratado de Saúde Coletiva, Gastão Wagner de Sousa Campos, Maria Cecília de Souza Minayo, Marco Akerman, Marcos Drumond Jr. & Yara Maria de Carvalho (orgs.)
Entre Arte e Ciência: Fundamentos Hermenêuticos da Medicina Homeopática, Paulo Rosenbaum
A Saúde e o Dilema da Intersetorialidade, Luiz Odorico Monteiro de Andrade
Olhares Socioantropológicos Sobre os Adoecidos Crônicos, Ana Maria Canesqui (org.)
Na Boca do Rádior: o Radialista e as Políticas Públicas, Ana Luiza Zaniboni Gomes
SUS: Ressignificando a Promoção da Saúde, Adriana Castro & Miguel Malo (orgs.)
SUS: Pacto Federativo e Gestão Pública, Vânia Barbosa do Nascimento
Memórias de um Médico Sanitarista que Virou Professor Enquanto Escrevia Sobre..., Gastão Wagner de Sousa Campos
Saúde da Família, Saúde da Criança: a Resposta de Sobral, Anamaria Cavalcante Silva
A Construção da Medicina Integrativa: um Desafio para o Campo da Saúde, Nelson Filice de Barros
O Projeto Terapêutico e a Mudança nos Modos de Produzir Saúde, Gustavo Nunes de Oliveira
As Dimensões da Saúde: Inquérito Populacional em Campinas, SP, Marilisa Berti de Azevedo Barros, Chester Luiz Galvão César, Luana Carandina & Moisés Goldbaum (orgs.)
Avaliar para Compreender: Uma Experiência na Gestão de Programa Social com Jovens em Osasco, SP, Juan Carlos Aneiros Fernandez, Marisa Campos & Dulce Helena Cazzuni (orgs.)
O Médico e Suas Interações: Confiança em Crise, Lília Blima Schraiber
Ética nas Pesquisas em Ciências Humanas e Sociais na Saúde, Iara Coelho Zito Guerriero, Maria Luiza Sandoval Schmidt & Fabio Zicker (orgs.)
Homeopatia, Universidade e SUS: Resistências e Aproximações, Sandra Abrahão Chaim Salles
Manual de Práticas de Atenção Básica: Saúde Ampliada e Compartilhada, Gastão Wagner de Sousa Campos & André Vinícius Pires Guerrero (orgs.)
Saúde Comunitária: Pensar e Fazer, Cezar Wagner de Lima Góis
Pesquisa Avaliativa em Saúde Mental: Desenho Participativo e Efeitos da Narratividade, Rosana Onocko Campos, Juarez Pereira Furtado, Eduardo Passos & Regina Benevides
Saúde, Desenvolvimento e Território, Ana Luiza d'Ávila Viana, Nelson Ibañez & Paulo Eduardo Mangeon Elias (orgs.)
Educação e Saúde, Ana Luiza d'Ávila Viana & Célia Regina Pierantoni (orgs.)
Direito à Saúde: Discursos e Práticas na Construção do SUS, Solange L'Abbate
Infância e Saúde: Perspectivas Históricas, André Mota e Lília Blima Schraiber (orgs.)
Conexões: Saúde Coletiva e Políticas de Subjetividade, Sérgio Resende Carvalho, Sabrina Ferigato, Maria

Elisabeth Barros (orgs.)
Medicina e Sociedade, Cecília Donnangelo
Sujeitos, Saberes e Estruturas: uma Introdução ao Enfoque Relacional no Estudo da Saúde Coletiva, Eduardo L. Menéndez
Saúde e Sociedade: o Médico e seu Mercado de Trabalho, Cecília Donnangelo & Luiz Pereira
A Produção Subjetiva do Cuidado: Cartografias da Estratégia Saúde da Família, Túlio Batista Franco, Cristina Setenta Andrade & Vitória Solange Coelho Ferreira (orgs.)
Medicalização Social e Atenção à Saúde no SUS, Charles D. Tesser (org.)
Saúde e História, Luiz Antonio de Castro Santos & Lina Faria
Violência e Juventude, Marcia Faria Westphal & Cynthia Rachid Bydlowski
Walter Sidney Pereira Leser: das Análises Clínicas à Medicina Preventiva e à Saúde Pública, José Ruben de Alcântara Bonfim & Sílvia Bastos (orgs.)
Atenção em Saúde Mental para Crianças e Adolescentes no SUS, Edith Lauridsen-Ribeiro & Oswaldo Yoshimi Tanaka (orgs.)
Dilemas e Desafios da Gestão Municipal do SUS: Avaliação da Implantação do Sistema Municipal de Saúde em Vitória da Conquista (Bahia) 1997-2008, Jorge José Santos Pereira Solla
Semiótica, Afeição e o Trabalho em Saúde, Túlio Batista Franco & Valéria do Carmo Ramos
Adoecimento Crônico Infantil: um estudo das narrativas familiares, Marcelo Castellanos
Poder, Autonomia e Responsabilização: Promoção da Saúde em Espaços Sociais da Vida Cotidiana, Kênia Lara Silva & Roseli Rosângela de Sena
Política e Gestão Pública em Saúde, Nelson Ibañez, Paulo Eduardo Mangeon Elias & Paulo Henrique D'Angelo Seixas (orgs.)
Educação Popular na Formação Universitária: Reflexões com Base em uma Experiência, Eymard Mourão Vasconcelos & Pedro José Santos Carneiro Cruz (orgs.)
O Ensino das Práticas Integrativas e Complementares: Experiências e Percepções, Nelson Filice de Barros, Pamela Siegel & Márcia Aparecida Padovan Otani (orgs.)
Saúde Suplementar, Biopolítica e Promoção da Saúde, Carlos Dimas Martins Ribeiro, Túlio Batista Franco, Aluisio Gomes da Silva Júnior, Rita de Cássia Duarte Lima, Cristina Setenta Andrade (orgs.)
Promoção da Saúde: Práticas Grupais na Estratégia Saúde da Família, João Leite Ferreira Neto & Luciana Kind
Capitalismo e Saúde no Brasil nos anos 90: as Propostas do Banco Mundial e o Desmonte do SUS, Maria Lucia Frizon Rizzotto
Masculino e Feminino: a Primeira Vez. A Análise de Gênero sobre a Sexualidade na Adolescência, Silmara Conchão
Educação Médica: Gestão, Cuidado, Avaliação, João José Neves Marins & Sergio Rego (orgs.)
Retratos da Formação Médica nos Novos Cenários de Prática, Maria Inês Nogueira
Saúde da Mulher na Diversidade do Cuidado na Atenção Básica, Raimunda Magalhães da Silva, Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Patrícia Moreira Costa Collares (orgs.)
Cuidados da Doença Crônica na Atenção Primária de Saúde, Nelson Filice de Barros (org.)
Tempos Turbulentos na Saúde Pública Brasileira: Impasses do Financiamento no Capitalismo Financeirizado, Áquilas Mendes
A Melhoria Rápida da Qualidade nas Organizações de Saúde, Georges Maguerez
Saúde, Desenvolvimento, Ciência, Tecnologia e Inovação, Ana Luiza d'Ávila Viana, Aylene Bousquat & Nelson Ibañez
Teendo Redes: os Planos de Educação, Cuidado e Gestão na Construção do SUS. A Experiência de Volta Redonda (RJ), Suely Pinto, Túlio Batista Franco, Marta Gama de Magalhães, Paulo Eduardo Xavier Mendonça, Angela Guidoreni, Kathleen Tereza da Cruz & Emerson Elias Merhy (orgs.)
Coquetel. A Incrível História dos Antirretrovirais e do Tratamento da Aids no Brasil, Mário Scheffer
Psicanálise e Saúde Coletiva: Interfaces, Rosana Onocko Campos
A Medicina da Alma: Artes do Viver e Discursos Terapêuticos, Paulo Henrique Fernandes Silveira
Clínica Comum: Itinerários de uma Formação em Saúde (orgs.), Angela Aparecida Capozzolo, Sidnei José Casetto & Alexandre de Oliveira Henz
Práxis e Formação Paideia: apoio e gestão em saúde, Gastão Wagner de Sousa Campos, Gustavo Tenório Cunha & Mariana Dorsa Figueiredo (orgs.)
Intercâmbio Solidário de Saberes e Práticas de Saúde: Racionalidades Médicas e Práticas Integrativas e Complementares, Marilene Cabral do Nascimento & Maria Inês Nogueira (orgs.)

Depois da Reforma: Contribuição para a Crítica da Saúde Coletiva, Giovanni Gurgel Aciole
Diálogos sobre a Boca, Carlos Botazzo
Violência e Saúde na diversidade dos escritos acadêmicos, Luiza Jane Eyre de Souza Vieira, Raimunda Magalhães da Silva & Samira Valentim Gama Lira
Trabalho, Produção do Cuidado e Subjetividade em Saúde: Textos Reunidos, Túlio Batista Franco & Emerson Elias Merhy
Adoecimentos e Sofrimentos de Longa Duração, Ana Maria Canesqui (org.)
Os Hospitais no Brasil, Ivan Coelho
As Bases do Raciocínio Médico, Fernando Queiroz Monte
A Saúde entre os Negócios e a Questão Social: Privatização, Modernização e Segregação na Ditadura Civil— Militar (1964-1985), Felipe Monte Cardoso
Descentralização e Política de Saúde: Origens, Contexto e Alcance da Descentralização, Ana Luiza d'Ávila Viana *Análise Institucional e Saúde Coletiva no Brasil*, Solange L'Abbate, Lucia Cardoso Mourão & Luciane Maria Pezzato (orgs.)
Por uma Crítica da Promoção da Saúde: Contradições e Potencialidades no Contexto do SUS, Kathleen Elane Leal Vasconcelos & Maria Dalva Horácio da Costa (orgs.)
Fisioterapia e Saúde Coletiva: Reflexões, Fundamentos e Desafios, José Patrício Bispo Júnior (org.)

SÉRIE "LINHA DE FRENTE"

Ciências Sociais e Saúde no Brasil, Ana Maria Canesqui
Avaliação Econômica em Saúde, Leila Sancho
Promoção da Saúde e Gestão Local, Juan Carlos Aneiros Fernandez & Rosilda Mendes (orgs.)
Ciências Sociais e Saúde: Crônicas do Conhecimento, Everardo Duarte Nunes & Nelson Filice de Barros
História da Clínica e a Atenção Básica: o Desafio da Ampliação, Rubens Bedrikow & Gastão Wagner de Sousa Campos